



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO



**Espectros na Mídia:
Políticas afirmativas ou políticas da piedade?
O sofrimento do outro no contexto do “último homem”**

Monique Franco

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Comunicação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como quesito parcial para a obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof^o. Dr. Paulo Roberto G.Vaz

Rio de Janeiro
Julho 2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**

Monique Franco

Espectros na Mídia:
Políticas afirmativas ou políticas da piedade?
O sofrimento do outro no contexto do “último homem”.

Aprovada em

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2006

Prof. Dr. Paulo Roberto G.Vaz

Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRJ

Prof. Dr. Antonio Flavio Moreira

Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRJ

Prof^a. Dr^a Fernanda Gloria Bruno

Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRJ

Prof. Dr. Márcio Tavares d’Amaral

Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRJ

Prof^a. Dr. Tânia Dauster

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-RJ

Suplentes:

Ieda Tucherman – Universidade Federal do Rio de Janeiro – (UFRJ)

Luiz Alberto Oliveira - Centro Brasileira de Pesquisas Físicas – (CBPF)

FICHA CATALOGRÁFICA

Franco, Monique Mendes

Espectros na Mídia: Políticas afirmativas ou políticas da piedade?

O sofrimento do outro no contexto do “*último homem*”

Rio de Janeiro. UFRJ. Escola de Comunicação, 2006

Folhas: 275

Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Área de concentração: Tecnologias, Comunicação e Estéticas

Orientador: Profº Dr. Paulo Vaz

Ao meu filho Miguel, com a certeza de seu amor pelo conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Uma tese de doutorado parece representar, numa certa medida, o fechamento de um ciclo de formação. Neste percurso, tantas são as influências, os apoios, que direta ou indiretamente se apresentam, nesse momento, como partilha de uma autoria supostamente solitária de apenas um trabalho, quando, de fato, tantos outros textos e etapas se fazem presentes na possibilidade de estudo e reflexão que agora se materializa.

Nesse sentido, não há como não agradecer a existência primeira de meu filho Miguel, cujo estudo a ele dedico, o qual, de uma forma ou de outra, aprendeu a aprender num lar cercado de papéis, livros e provas, com uma mãe sempre envolvida com prazos, concursos e artigos. A ele agradeço sobretudo por perceber, nesse momento em que se consolidam seus primeiros passos acadêmicos e profissionais, o seu vínculo definitivo para com o amor ao conhecimento.

À minha irmã, Glauce Franco, sempre presente, agradeço por ter me servido de exemplo, desde nossa infância, adolescência e vida adulta, com a força e a coragem de existir. Aos meus sobrinhos e sobrinhas, Cristiano, Carolina, Camila, Cassiano, Cecília e Tiago, frutos dessa coragem e possibilidade concreta da perpetuação de ideais que envolvem luta e solidariedade.

Ao meu gato Che, ente querido, fiel companheiro. Embora quase sempre sonolento, porém atento a todas as leituras e indagações feitas em voz alta ou nas dúvidas e angustias expressas no olhar ou, ainda, na irritação do dia a dia. Inicialmente batizado como Che, ídolo argentino de uma juventude que ainda acreditava na possibilidade da mudança, ganha uma nova identidade, antes não explicitada. Foi assim que o antigo Che, no per-curso desta tese, se transveste em Nietzsche e se apresenta, mais que nunca, “felino”, audaz e sarcástico.

À minha família dinamarquesa, distante e tão próxima – a querida irmã-comomadre Teresa, ao ariano Tomás e sua superação e sucesso, à minha doce afilhada Clarinha, agora crescida, ao Niels e sua paciente adaptação à desorganização brasileira. Agradeço por todas as nossas longas conversas ao telefone, nossos tantos belos passeios e saídas às compras, jantares especiais, *caffè-latte* com pão caseiro às tardinhas e saídas regadas à fumaça gelada com o Jack.

Ao Fred Mager, pelo sentimento que construímos juntos.

À querida Beth Richard, pelo longo e inestimável apoio e ternura fraterna, e ao carinhoso e firme Carlos Lanes. Ambos estão presentes em cada traço desta escrita, como suporte e possibilidade de um processo de auto-conhecimento e superação.

De outro lado, um curso de influências e marcas se fizeram presentes. Desde os grupos de estudos com o pessoal da UNIDADE, lá pelos idos dos anos oitenta, na saudosa PUC do Rio. Grandes mestres como Margarida de Souza Neves, a nossa querida Guida, Ilmar e Selma Mattos, Verneck Vianna, Roberto Magalhães, Tânia Dauster e Leandro Konder. Em seguida, não há como não citar as aulas lotadas das manhãs no Largo de São Francisco, no IFCHS, com Emmanuel Carneiro Leão fazendo com que o pensamento originário chegasse de maneira sublime e duradora até nós. Já nos ares da Praia Vermelha, Antonio Flávio Moreira introduzindo um dos campos de pesquisa em que agora atuo – o campo do currículo e do outro lado do túnel, no *campus* da UERJ “mãe”, Nilda Alves e nosso grupo das terças-feiras. A todos, o meu muito obrigado.

Às amigas queridas do Instituto Nacional de Educação de Surdos, INES, berço de muitas reflexões que agora amadureço. Vera Loureiro e sua indignação sempre produtiva, Marcia Gomes e seu desabrochar tímido e competente, Emeli Marques, com sua coragem, ousadia e determinação e Wilma Favorito, brilhante, íntegra e companheira. No curso da luta pelo reconhecimento dos surdos como minoria linguística e

todo o aprendizado que este processo representou para mim, é necessário agradecer, também, a Carlos Skliar, Alice Freire e Regina Maria de Souza.

Existem duas amigas especiais e muito importantes em todo este processo, Ana Cotrim e Aura Helena Ramos. Sem elas tudo teria sido muito diferente.

Ao GT de Currículo da Anped, pelo acolhimento, compartilhamento e críticas às minhas reflexões, sobretudo por meio do apoio e incentivo de Alfredo Veiga Neto, Marlucy Paraíso, Sandra Corraza e Tomás Tadeu da Silva.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) pelo apoio recebido no último ano deste estudo por meio da licença PROCAD e à direção e colegas da Faculdade de Formação de Professores da UERJ sempre buscando viabilizar a qualificação de seus professores e técnicos.

Às queridas amigas e amigos do Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da UERJ - DEDU, sobretudo aos componentes do *Grupo de Pesquisa – Políticas Públicas, Currículo e Novas Tecnologias Cognitivas* – Estela, Eveline, Denise, Glaucia, Mônica, Rogério, Rosimere e Vanessa. Agradeço tanto pela compreensão frente às minhas ausências quanto pelo encontro e possibilidade de um compartilhar de idéias e ideais que ultrapassam as tão contaminadas esferas acadêmicas e se apresenta como um espaço fiel e companheiro de troca intelectual e afetiva. Muito obrigado de coração. Ainda no DEDU, meu agradecimento carinhoso às amigas – Adir, Elisete, Mairce, Maria Teresa, Márcia e Ines.

Ao Programa de Pós-graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ECO, por ainda primar em oferecer a possibilidade de uma formação de excelência, aberta, livre, crítica e criativa, espaço cada vez mais raro nas esferas acadêmicas. Agradeço especificamente à Heloísa Buarque de Hollanda, Ieda Tucherman e Nízia Vilaça, professoras do programa com as quais tive a honra de compartilhar idéias.

O meu carinho e agradecimento especial ao professor da ECO, Márcio Tavares d' Amaral, pela sua firme convicção de ainda estar entre nós e inestimável contribuição ao estudo que agora apresento.

Aos queridos mestres da ECO e do *CiberIdea*, sobretudo, Fernanda Bruno, Henrique Antoun, Luiz Alberto Oliveira e Paulo Vaz, este último querido e brilhante orientador cuja interferência direta neste estudo foi fundamental para sua realização. Tanto as aulas destes queridos mestres, quanto os encontros do *CiberIdea*, se constituíram num espaço ímpar de reflexão e aprendizado.

Às colegas da Eco e do *CiberIdea*, sobretudo às amigas Bia, Luciana e Elaine, pelas trocas, papos e *chopps*.

À aluna, amiga e companheira desta e de tantas outras esferas, Rita Leal, possibilidade de um encontro amoroso duradouro em que tanto a troca intelectual quanto a amizade fiel e o compartilhamento cotidiano, fazem a vida mais gostosa e solidária.

Ao Henrique Sobreira, romântico idealista da possibilidade de construção de uma sociedade mais justa e de uma universidade mais democrática, mesmo nas suas críticas inteligentes e indignadas.

A todos os meus alunos e alunas nestes vinte anos de “chão de escola”, desde a bucólica Escola Prof^o Vieira Fazenda, na Restinga da Marambaia, os inconformados estudantes surdos com minha parca língua de sinais, as muitas “meninas” e poucos “meninos” da Pedagogia, até os meus queridos e radicais alunos e alunas da FFP/UERJ. Sem vocês, não teria o menor sentido.

A todos, meus agradecimentos.

Espectro designa figura imaterial, real ou imaginária,
que povoa o pensamento; sombra, fantasma.
A aparência vã de uma coisa. Fenômeno físico.
Espectro visível ou invisível. Aquilo que constitui ameaça.
(Aurélio Buarque de Holanda Ferreira)

É preciso falar *do* fantasma, até mesmo *ao* fantasma
e *com* ele, uma vez que nenhuma ética,
nenhuma política, revolucionária ou não,
parece possível, pensável e *justa*.
(Jacques Derrida - Espectros de Marx, 1994:11)

A ineficácia da ação humana ensina a precariedade do conceito: humano.
(Emmanuel Lévinas, 1993:88)

Pois os velhos Deuses tiveram fim há muito tempo.
E foi verdadeiramente um bom e
alegre fim de Deuses!
Eles não morreram andando lentamente
no crepúsculo – embora se conte esta mentira!
Pelo contrário... certa vez eles riram tanto
que acabaram morrendo
(Nietzsche, Assim Falou Zaratustra).

RESUMO

FRANCO, Monique. **Espectros na Mídia: políticas afirmativas ou políticas da piedade?** *O sofrimento do outro no contexto do “último homem”*. Rio de Janeiro. 2006. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

Este trabalho tem como objetivo problematizar as “políticas de ação afirmativa” por meio da análise dos conceitos de tempo e de justiça expressos no debate acerca da adoção da política de cotas no ensino público superior. As chamadas “cotas” são compreendidas como sintoma de um processo histórico contemporâneo que parece incorporar culpa e sofrimento enquanto elementos de consumo e revelam os paradoxos postos ao *ser* em sua existência última. Com essa perspectiva a Tese estuda os impactos da adoção dessa política por meio da análise do discurso da mídia impressa. Tal opção foi oportuna por revelar um terreno fértil para a localização de um *corpus* conceitual do debate fragilmente polarizado entre quem concorda e quem discorda com sua adoção e indica a pertinência de que se desenvolvam estudos que ultrapassem essa polaridade. Na análise de reportagens, entrevistas e cartas de leitores, publicadas nos anos de 2004 e 2005, nos principais jornais e revistas de circulação nacional, referente às atuais políticas afirmativas foram identificadas as categorias discursivas utilizadas. A variedade de intensidade, de modulação e de sentido percebida exigiu o seu entendimento como fazendo parte de espectros e não de pontos fixos ou blocos de semelhança. Quatro dimensões articuladas compõem esta investigação: a) *políticas da justiça* - dimensão que traça uma genealogia do conceito afirmativo, o contexto de outros países, o processo brasileiro e dialoga com os pressupostos históricos dos Direitos Civis e Humanos. Aponta-se, ainda, para a crescente ineficácia das instituições reguladoras do bem comum e a identificação de novos elementos indicadores de causa pública, ou seja, a lógica sobre como a questão da igualdade vem sendo trabalhada nas causas sociais; b) *políticas da piedade* – aspecto em que emerge a noção da culpa ancestral, de dívida social e de injustiça e, sobretudo, a noção de compensação e de reparação. Tem-se nesta dimensão a expressão da crescente vitimização de segmentos alvos, como as mulheres, os negros, os *gays*, os deficientes etc.; c) *políticas de reconhecimento* - em que se intensifica a exigência contemporânea da *performance* do ser, apontando para processos de visibilidade e de exterioridade, entendidos como operadores conceituais dominantes na produção e representação da historicidade e da subjetividade contemporânea, e, d) *políticas do ser* - que reúne as hipóteses analíticas do estudo e aposta em aportes interpretativos que podem estar na base das contradições e tensões postas ao objeto. Nesta última dimensão, são apresentados três conceitos fundamentais. O conceito de *presentificação*, no qual a transformação das experiências do tempo na contemporaneidade ocupa um papel preponderante nas tensões e dilemas postos ao escopo teórico e às ações concretas de diferentes campos do conhecimento, sobretudo, alargando as fronteiras e desestabilizando certezas do que se considera “humano” e do próprio humanismo, redefinindo conceitos como “futuro” e “liberdade”; a noção nietschiana do “último homem” que, por um outro viés, parece um operador importante para se pensar os paradoxos e os limites postos ao homem e à humanidade na contemporaneidade, e, por fim, a perspectiva heideggeriana do “*esquecimento do ser*” sugerindo a possibilidade de novos caminhos a serem traçados na identificação última do próprio ser.

ABSTRACT

FRANCO, Monique. The Medium Spectra: affirmative or merciful policies? "The suffering of others within the 'last men' context". Rio de Janeiro. 2006. Ph.D. Thesis in Communication and Culture – Communication Faculty, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

The purpose of this abstract is to bring into discussion the affirmative action policy by analyzing the concepts of both time and justice which have been uttered throughout the debate upon whether or not adoption of a given enrolment quota policy should be undertaken by the public universities. The so-called 'quotas' are construed as a contemporary historical process symptom which seems to embody guilt and suffering as consumption elements, hence revealing the paradoxes attributed to the Being in his/her last existence. Under such perspective, the current Monograph aims to assess the impact resulting from the adoption of such policy by examining the messages exposed by the written medium. Such choice has revealed itself well-timed, once it consists of a promising field of research in which one can trace a conceptual corpus outlining the debate slightly polarized between, on the one hand, those who agree with the adoption above mentioned and, on the other hand, those who do not, thus leading to the assumption that the studies upon the discussion hereupon ought to be furthered in order that the polarity currently perceived cease to exist. Throughout the analysis of articles, interviews, and readers' letters, all of which published in 2004 and 2005 by the main newspapers and magazines nationwide concerning the current affirmative policies so far, there have been identified the discursive categories utilized in the elaboration of such. The wide range in the intensity, modulation, and sense which has been detected demanded that its construal be considered as part of spectra rather than fixed points or even similarity blocks. Four interrelated dimensions constitute the enquiry hereof: a) justice policies - outlining a genealogy of the affirmative concept as well as other countries' contexts and the Brazilian process thereto, and dialogues with the historical pre-requirements embedded in the Civil and Human Rights. Also pointed out therein is the growing ineffectiveness of the regulatory commonwealth agencies for commonwealth and the identification of new elements which appoint to the public policy; in other words, the logics stated as a matter of equality has been furthered in the handling of social causes, b) mercy policies - from which emerge the notion of inherited guilt, of social debt, and of injustice; mainly the notion of compensation and redress. Within this dimension the growing victimization of the target segments, i.e., the women, the colored, the homosexual, the physically disabled, etc.; c) acknowledgment policies - within which the contemporary demand for the performance of the being is intensified, thus appoint to processes of visibility and exteriority, as both of which are construed as domineering conceptual means in the production and representation of the contemporary historicity and subjectiveness; d) policies of the being- which gather the analytical hypotheses of the study and bets on interpretive contributions which might be inserted in the basis of contradictions and tensions laid on the object. Within this last dimension, three fundamental concepts are presented. The concept of *presentification*, in which the change in contemporary time experiences plays a major role in the tensions and dilemmas regarding the theoretical scope and the concrete actions of a variety of fields of knowledge and consequently widening the borders and challenging certainties with regards to what is considered 'human' and, as a matter of fact, 'humanism' itself, redefining concepts such as 'future' and 'freedom'; Nietzsche's notion of *'the last men'* which under another perspective seems to be a noteworthy pointer leading to the reflection on the paradoxes and limits imposed on men and on humanity in the contemporary days and, finally, Heidegger's perspective of the *'forgetfulness of Being'* suggesting the possibility of new ways to be traced so as to the ultimate identification of the being itself.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
I - PRIMEIRA DIMENSÃO: políticas de justiça ou... uma metamorfose ambulante.....	41
1.1 – Histórico	41
1.2 – Desdobramentos: As políticas afirmativas e as cotas nas Universidades Públicas Brasileiras.....	79
1.2.1 – O caso do Estado do Rio de Janeiro	79
1.2.2 – Políticas inclusivas e as cotas no território nacional.....	90
1.3 – PAUTANDO O FATO : uma cartografia da cobertura jornalística impressa sobre as cotas	102
1.3.1 – A cobertura da mídia impressa brasileira sobre a política de cotas <i>ou sobre o método</i>	109
1.4 – Espectros da mídia	117
II – SEGUNDA DIMENSÃO: Políticas da Piedade ou... a estultice dos compassivos	167
2.1 – Política de cotas e a moral ressentida.....	167
2.2 – Da dívida como culpa e do sofrimento como substrato : Nietzsche e o eterno retorno.....	173
2.3 – Dívida, sofrimento e sacrifício : da vítima em potencial à felicidade como objeto	183
2.4 – Espectros da mídia	190
III - TERCEIRA DIMENSÃO: Políticas de Reconhecimento ou “ o encolhimento dos homens”	199
3.1 – A cena identitária e multicultural	199
3.2 – Políticas de re- conhecimento	203
3.3 – O Terremoto da Emancipação e a Moral da Audiência : da moral exteriorizada à moral interiorizada	208
3.4 – Exterioridade e Interioridade: novas práticas de ver e ser visto na contemporaneidade	218
3.5 – Infantilismo e vitimização	223
3.6 – Espectros na mídia	225
IV- QUARTA DIMENSÃO: Políticas do ser ou...como o “mundo verdadeiro” acabou por se tornar fábula	224
4.1 – Presentificação ou o futuro dura muito tempo	246
4.2 – Último Homem e a Pequena Política <i>ou o prelúdio do regresso</i>	253
4.3 – O “esquecimento do ser” <i>ou...</i> iguais ou diferentes?	257
4.3.1 – O paradoxo indentitário	257

4.3.2 – O pensamento originário	258
4.3.3 – A questão do ser e do não ser em Parmênides e Heráclito	260
4.3.4 – A escolha Platônica e as conseqüências da herança moderna para o conceito de identidade	264
CONSIDERAÇÕES FINAIS ou a possibilidade do <i>Übermensch</i>	266
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	274
ANEXOS	280

INTRODUÇÃO

Nossas instituições não prestam já nada: quanto a isto se é unânime. Isto não reside contudo nelas mesmas, mas sim de nós. Depois de todos os instintos, a partir dos quais as instituições crescem, desaparecerem de nosso horizonte, desaparecem de nosso horizonte as instituições em geral, porque não valem mais nada para elas (...). Para que haja instituições tem de haver uma espécie de vontade, de instinto, de imperativo, que seja antiliberal até as raiais da maldade: uma vontade de tradição, de responsabilidade por séculos além, de solidariedade entre cadeias de gerações tanto para adiante quanto para trás *in infinitum* (...). Todo o Ocidente não possui mais aqueles instintos, a partir dos quais cresce o futuro: nada talvez seja mais incongruente como o “espírito moderno” do que estes instintos. Se vive em função do hoje, se vive muito rapidamente – se vive de maneira muito irresponsável: isto justamente denomina-se como “liberdade”.
Friedrich Nietzsche¹

Este estudo se insere num tempo de perplexidade e incerteza que pendula e nos escapa como nunca. Num tempo que oscila entre o local e o global, entre a fragmentação e a homogeneidade, entre a segurança e o risco, o normal e o anormal, o real e o virtual e, mesmo, entre o humano e o não humano. A improbabilidade passou a fazer parte do que se denominava certeza, e as criações midiáticas do trágico e catastrófico fim do que se considera humano, parecem se materializar cada vez num maior espetáculo, rompendo as fronteiras postas anteriormente à audiência. Ficção e realidade ocupam um mesmo espaço de tempo condensado e se confundem, se assemelham e se percebem enquanto criações discursivas do próprio homem. Doravante, o homem habita um mundo cujos valores já não detêm o caráter absoluto e transcendente que lhe garantia, no passado, segurança e sentido à sua própria existência.

Diz-se que a humanidade passa por um novo interstício da História – “passagem para um novo dia histórico”.² É tempo de desinstalação – perda de parâmetros, de valores, de princípios de ordenamento. “Vivemos em estado fluído e maleável. O antigo

¹ Cf. Nietzsche, F. *Crepúsculo dos Ídolos (ou como filosofar com o martelo)*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2ª edição, 2000, pp.96-97.

² Cf. Carneiro, L.E. *A crise da Ética Hoje*. IN: *Endereços do Projeto Humano*. Revista Tempo Brasileiro. Nº. 146. Rio de Janeiro. Julho-setembro de 2001, p.10.

já não tem a importância que tinha. O passado enfraqueceu seu poder e o futuro se, de certa forma, já veio, ainda não se instalou como um todo”.³ Ai de nós – diria Zaratustra.

Aproxima-se o tempo em que o homem não mais arremessará a flecha do seu anseio para além do homem e em que a corda de seu arco terá desaprendido a vibrar! Eu vos digo: é preciso ter ainda caos dentro de si, para poder dar à luz uma estrela dançante. Eu vos digo: há ainda caos dentro de vós. Ai de nós! Aproxima-se o tempo em que o homem não dará mais à luz a uma estrela. Ai de nós! Aproxima-se o tempo mais desprezível dos homens, que nem sequer saberá mais desprezar-se a si mesmo.⁴

Nesse dinâmico e paradoxal cenário, a “ciência” parece não estar dando conta de suas próprias criações. Armadilhas – a criatura se volta contra o criador? Idealizada para nos proteger e/ou nos fazer “progredir”, demonstra não ter antídotos para situações que se radicalizaram, como, por exemplo, os constantes atos terroristas que vitimizam a todos, as discussões abertas no campo da manipulação genética, ou mesmo, a quebra cada vez mais acentuada da legitimidade da política e da justiça enquanto instituições reguladoras de pactos sociais, capazes de atenuar as desigualdades entre as nações e entre os indivíduos sociais. Esse contexto acaba por gerar impactos profundos nas percepções e expectativas com relação ao futuro, trazendo à tona, de forma nunca antes vivenciada, uma gama de paradoxos, de ambigüidades e de antagonismos sociais, culturais, econômicos e religiosos que molda o nascente novo milênio. “Na crise de todos os fundamentos, medram as primeiras experiências de desprendimento do primado e da prepotência da consciência. Na convocação de Nietzsche, começa a descida de Zaratustra para anunciar ao “Último-homem” o “além-homem”:⁵

³ Ibidem, p.12.

⁴ Cf. Nietzsche, F. *Crepúsculo dos Ídolos (ou como filosofar com o martelo)*. Op.cit,p.40.

⁵ “*Übermensch* costumava ser traduzido como “super-homem”, com toda a sua conotação de gíbi e nazismo; mais recentemente tem sido traduzido por “além-homem” ou “além-do-homem”.(...) Para essas duas últimas alternativas a expressão original, teria de ser “*Jenseitsmensch*”, o que não está no original (que o autor queria mesmo era acabar com essa pretensão de um “além”, metafísico). “Uber” não significa aí nem “super”, nem “além do” e nem “sobre”. A tradução mais próxima seria “supra-homem”, ou “ultra-homem”, a indicar um ser virtual, capaz de transcender o ser humano que existiu até hoje na história enquanto pré-história do homem que deveria ter sido e não foi jamais. Ao converter-se essa figura em anjo ou demônio da história, revela-se quão preso ainda se continua à tradição metafísica. (...) A gestação do “supra-homem” seria a transcendência da história havida, a redenção do sofrimento

Queria presentear e distribuir até que os sábios entre os homens se tenham alegrado de sua não consciência e os pobres entre os homens se tenham alegrado de sua riqueza. Para tanto tenho de descer ao fundo, como tu fazes no final do dia, quando afundas ao mar e levas luz para o mundo debaixo, Tu astro acima de toda a consciência!⁶

Em última instância, é disto que fala esta tese. Um convite a pensar questões paradoxais de nosso tempo. Um exercício para o pensamento. “Palavras escritas com letras de sangue”, diria Carneiro Leão numa referência ao Prólogo do Primeiro Livro de *Assim Falou Zaratustra. Um livro para todos e para ninguém*.⁷

Passados mais de dois séculos das Revoluções que fundaram a era moderna, novos contornos para antigos problemas e impasses parecem reconfigurar as reflexões, as lutas e as ações frente a um insistente cenário de controle, de dominação e de exclusão social.

Diante das desafiadoras questões colocadas, por exemplo, nas discussões pós-colonialistas, na luta pela desestigmatização dos deficientes, nos enfrentamentos travados pelo movimento *queer*, nas questões étnicas ou de gênero sintetizadas nas políticas de ação afirmativas ou políticas de discriminação positiva, emergem pleitos de mudanças.

Desde o pós-guerra e, sobretudo, com o fortalecimento do Estado de Bem Estar Social e com a criação de diferentes organismos internacionais,⁸ como a Organização

pregresso e o destino final da humanidade, como uma espécie de tradução laica do cristianismo e dos princípios do niilismo ativo, portanto como algo que teria de negar a si mesmo, já que cada sujeito teria de desenvolver e seguir a sua própria ética.” Kothe, F. Notas do tradutor. In: Nietzsche, F. *Fragmentos Finais*. Brasília: Editora da UnB, 2002, p.19. Apesar das questões envolvendo a tradução, é com essa perspectiva que o termo *Übermensch* ou “além-homem”, será utilizado neste estudo.

⁶ Cf. Nietzsche, F. *Assim Falou Zaratustra. Um livro para todos e para ninguém*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 12ª Edição. 2003, p. 10.

⁷ Cf. Carneiro, L.E. *A crise da Ética Hoje*. Op.cit, p.11.

⁸ A idéia das Nações Unidas foi elaborada na declaração firmada durante a Segunda Guerra Mundial, na Conferência de Aliados celebrada em Moscou, em 1943, pelo então presidente americano Franklin Roosevelt, que também sugeriu o nome. Vale observar que a precursora das Nações Unidas foi a Sociedade das Nações, também conhecida como Liga das Nações, organização concebida em circunstâncias similares durante a Primeira Guerra Mundial e estabelecida em 1919, em conformidade com o Tratado de Versalhes, “para promover a cooperação internacional e conseguir a paz e a segurança”. Segundo o último levantamento, em 2003, o Brasil contribui com 2,3% do total do orçamento da Organização, ocupando o oitavo lugar no *ranking* dos contribuintes, a frente de países como Coréia do Sul, Austrália e Suécia.

das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura⁹ (UNESCO), ganha força a noção de remediar as desigualdades e sofrimentos deflagrados pelo último conflito mundial. Em seguida, tal noção serve ao discurso de acabar com a política de exploração neocolonialista ainda vigente em muitos países de então.¹⁰

A esse movimento se seguiu, na década de sessenta, diferentes pleitos reivindicatórios de igualdade de direitos e oportunidades. Negros, mulheres, homossexuais, além de críticas culturais¹¹ e/ou antropológicas, que então se firmavam, deram lugar a uma reflexão acerca do caráter hierarquizante e etnocêntrico das categorizações étnicas, identitárias, literárias, artísticas, religiosas, lingüísticas etc.

É nesse mesmo período que surge nos Estados Unidos da América (EUA), o termo *positive action* como bandeira da luta pela igualdade social e como resposta ao problema da segregação.

Como afirma Moelhlecke:

⁹ A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO – foi criada em 16 de novembro de 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial. A premissa de sua Constituição é: “Se a guerra nasce na mente dos homens, é na mente dos homens que devem ser construídas as defesas da paz. A criação da instituição foi ratificada por 20 países, entre os quais os Estados Unidos da América, o Canadá, a Austrália, a Dinamarca, a China, entre outros. O Brasil também foi signatário da fundação do órgão. Atualmente, a UNESCO com mais de 191 Estados-membros que se reúnem a cada dois anos para deliberar propostas e ações para os principais problemas que afligem as sociedades, visando a melhoria das condições sociais. A UNESCO comemora, este ano, 60 anos de sua fundação e promove a sua 31ª Conferência Geral. Disponível em <http://www.unesco.org.br>. Último acesso, 02 de fevereiro de 2005.

¹⁰ Instâncias como a ONU e a UNESCO, rechaçadas em outros momentos e episódios históricos, inclusive os recentes conflitos internacionais, são apontadas como referências em Direitos Humanos. Não se consideram os aspectos constitutivos de suas fundações, a manipulação dos países membros signatários e mesmo, o montante de orçamento disponibilizado anualmente por parte dos países integrantes para sustentar tamanha estrutura muito mais burocrática do que efetivamente destinada a ações concretas na intervenção e melhoria das condições de vida de populações e segmentos necessitados. O cunho eminentemente assistencialista dessas instâncias também não é levado em consideração e tampouco o fato de que suas criações coincidem com as de instâncias econômicas, de forte caráter regulatório como Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional que, em outras análises, são responsabilizados pela fome e desigualdade social no mundo. Esquece-se de que essas instâncias são criações de uma mesma filosofia política e com isso, utiliza-se apenas e somente, nos momentos oportunos, seu discurso supostamente distributivo e igualitário. A importância de ressaltar o papel da ONU neste estudo deve-se, sobretudo, ao fato de a mesma ser o principal organismo internacional de proposição e controle de políticas de direitos humanos, na qual se vinculam as políticas de ação afirmativa, como o amplo leque de políticas de cotas.

¹¹ Cf. Willians, R. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Nos anos 60, os norte-americanos viviam um momento de reivindicações democráticas internas, expressas principalmente no movimento pelos direitos civis, cuja bandeira central era a extensão da igualdade de oportunidade para todos. No período, começam a se afirmar como uma das principais forças atuantes, com lideranças de projeção nacional, apoiado por liberais e progressistas brancos, unidos numa ampla defesa de direitos. É nesse contexto que se desenvolve a idéia de uma ação afirmativa, exigindo que o Estado, para além de garantir leis anti-segregacionistas, viesse também assumir uma postura ativa para a melhoria da população negra.¹²

O conceito de minoria também é oriundo desse contexto. Nesse ponto, vale a explicitação de como o termo será utilizado neste estudo que toma por base as proposições de Muniz Sodré, em um texto intitulado *Por um conceito de minoria*.¹³ O estudo do autor identifica minoria como uma recusa de consentimento em busca de uma abertura contra-hegêmonica, nos moldes do entendimento leninista e gramsciano do conceito de hegemonia como dominação por consenso. Essa mesma perspectiva está expressa no *Leviatã* de Hobbes em que nenhuma dominação é possível sem o consentimento do dominador. O autor ressalta que:

a noção contemporânea de minoria refere-se à possibilidade de terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do Poder aqueles setores sociais ou frações de classe comprometidas com as diversas modalidades de luta assumidas pela questão social. Por isso são considerados minorias os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos indígenas, os ambientalistas, os antineoliberais etc.¹⁴

O antropólogo destaca, ainda, a conceituação cunhada por Deleuze e Guattari – “devir minoritário” em que:

a minoria não é tomada como um sujeito coletivo absolutamente idêntico a si mesmo e numericamente definido, mas como um fluxo de mudança que atravessa um grupo e sim como (...) um lugar móvel da linguagem. Trabalhar com a noção de minoria como um lugar estabelecera, ainda, algumas considerações. Primeiro a definição de lugar não como um espaço abstrato, mas como um lugar de localização, de ocupação. Em seguida, há de se considerar, também, que um espaço ocupado é afetado pela ação humana e passa a portar o conjunto de suas realizações.

¹² Cf. Moehlecke, S. *Ação afirmativa: história e debates no Brasil*. IN: Cadernos de Pesquisa, nº117. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, novembro de 2002, p.197-217.

¹³ Cf. Sodré, M. *Por um conceito de minoria*. IN: Paiva, R. & Barbalho A. (Orgs.). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Editora Paulus, 2005.

¹⁴ *Ibidem*, p.11.

Sodré destaca, ainda, que (...) essa localização não é topográfica e sim topológica(...), ou seja, é um lugar de uma configuração de pontos ou de forças, é um campo de fluxos que polariza as diferenças e orienta as identificações. Lugar “ minoritário” é um topos polarizador de turbulências, conflitos, fermentação social. O conceito de minoria é o de um lugar onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder. Implica uma tomada de posição grupal no interior de uma dinâmica conflitual. Por isso pode-se afirmar que o negro no Brasil é mais um lugar do que o indivíduo definido pura e simplesmente pela cor da pele. Minoria não é, portanto, uma fusão gregária mobilizadora, como a massa ou a multidão ou ainda um grupo, mas principalmente um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política dentro da luta contra-hegemonica.¹⁵

O autor enumera quatro características básicas do conceito. A primeira, a vulnerabilidade jurídico-social, posto que o grupo minoritário não é institucionalizado pelas regras do ordenamento jurídico-social vigente. A segunda, identidade *in statu nascendi*, ou seja, uma entidade em formação. Como terceira característica, a já citada aqui, luta contra-hegemonica, atentando para o fato de que em princípio, não há nesta luta o objetivo de tomada do poder pelas armas.

Neste ponto, o autor destaca uma questão fundamental para este estudo posto que identifica, na mídia, um dos principais territórios de luta mas adverte para o fato de que “(...) há o risco de que as ações minoritárias possam ser empreendidas apenas em virtude de sua repercussão midiática, o que de algum modo esvaziaria a possível ação no nível das instituições da sociedade global.”

¹⁵ Cf. Sodré, M. *Por um conceito de minoria*. Op.cit.,p.13.

A última característica de uma minoria seria a intensa utilização das estratégias discursivas e dos principais recursos de luta permanente como as passeatas, programas de televisão ou mesmo gestos simbólicos.¹⁶

Feita esta longa consideração, o fato é que após mais de quatro décadas de experiências com as políticas afirmativas, os EUA podem ser vistos como referência no que tange às ações afirmativas por meio das quais as “minorias” ganham cada vez mais espaço.¹⁷

Outras experiências semelhantes ocorreram em vários outros países da Europa Ocidental, assumindo formas e ações diferenciadas. A noção básica que congrega todas essas experiências é o conceito geral da inclusão.¹⁸

O termo ação afirmativa e o início tímido de ações desta natureza chegam ao Brasil no bojo do processo de redemocratização iniciado na década de oitenta, já repleto de ambigüidades e contradições. A chamada “Inclusão Escolar” é emblemática desse contexto e está expressa, no caso brasileiro, desde a Constituição de 1988.¹⁹

¹⁶ Ibidem, p.14.

¹⁷ Recentemente, de forma análoga ao filme de Sérgio Abreu, *Um dia sem Mexicanos*, em que a população latina da Califórnia – um terço da população ativa do Estado, de uma hora para outra, desaparece, os imigrantes que vivem nos EUA, cruzaram os braços um dia inteiro no país. A idéia foi não só “fazer falta” e protestar contra a polêmica decisão do Tribunal norte-americano de considerar crime a condição de imigrante ilegal no país como também, afirmar-se como grupo minoritário organizado e com poder. *Plural Entertainment Espana & Eye on the Ball Films*, 1998.

¹⁸ Etimologicamente, a palavra “inclusão” vem do *Latin* – *includere*- in + *cludere*, que significa enclausurar ou fechar por dentro. *No Heritage Illustrated Dictionary of English Language* – o termo “inclusão” é definido como “ter como membro, conter como elemento secundário ou menor”. Dito de outro modo, incluir pode significar “fechar num grupo o que dele não fazia parte, tomar como membro elementos secundários e enclausurar as diferenças. Cf. Souza, Regina Maria de. *Que palavra que te falta?* São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 19.

¹⁹ Em diversas partes do mundo, desde a década de sessenta, na esteira de outros segmentos minoritários, os deficientes organizados, sobretudo por intermédio de seus parentes e amigos sintetizados, no caso brasileiro nas APAES (Associação de parentes e amigos dos excepcionais), iniciam uma longa luta de reivindicações de direitos. O acesso educacional público e de qualidade faz parte dessas reivindicações. Ainda de forma tímida e marcada por estereótipos que incluem a representação dos “deficientes” como “excepcionais”, a primeira lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(4024/61) já indica o direito à educação deste segmento, mas tem ênfase no financiamento, por parte do Estado, de instituições educacionais privadas, assistencialistas e caritativas. A Constituição Brasileira de 1988 vem mudar este cenário e avançar na proposta da chamada Inclusão, atendendo, nesse sentido, a diferentes deliberações dos Organismos Internacionais expressas em diversas Declarações de Direitos, em que o Brasil foi signatário, como a Declaração de Educação para Todos, na Tailândia, em 1990 e a Declaração de Salamanca, na Espanha, em 1994. É nesse sentido que o artigo 208 da Constituição Brasileira de 1988, inciso III, indica o atendimento educacional dos chamados “portadores de necessidades educativas

Num cenário “inclusivo”, a escola, em vez de uma arena de conflitos em luta pela afirmação ou pela resistência aos significados hegemônicos ou dominantes, é vista, cada vez mais, como um espaço de afirmação pela “tolerância”.²⁰ Avolumam-se os *slogans* e apelos midiáticos como os da “Escola para Todos” e/ou “Escola Inclusiva” que, de forma extremamente reducionista, passa a indicar um ganho político na luta pelos direitos humanos e sociais. Skliar alerta para o uso impune do que denomina “verbos democráticos” – do eu para o outro, do nós para eles – tais como respeitar, aceitar, reconhecer etc., que predominam nestes contextos.²¹

No caso dos “deficientes”, antigos espaços educacionais – as “Escolas Especiais”²² passam a ser representadas como locais segregados, paternalistas e

especiais” preferencialmente na rede regular de ensino, tendo o sistema de ensino não só, a obrigatoriedade da matrícula (Lei 7.853/1989) como de atender e se adequar as diferentes necessidades educacionais deste grupo. A nova LDB 9394/96, em seu artigo 58, corrobora todas essas ações e transforma a chamada “educação especial” numa modalidade de ensino.

²⁰ A UNESCO elegeu a década de 90 do século XX como a Década da Tolerância entre os povos e os indivíduos deflagrando uma série de ações e tratados mundiais em torno do conceito. Pode-se, no entanto questionar se o conceito da tolerância é de fato oportuno para mediar à relação entre diferentes e entre desiguais. Para Skliar a palavra tolerância pode adquirir, dependendo do contexto e do discurso, inúmeros significados. Destaca-se, aqui a definição (b) do autor que a define como: (...) tolerância é aquela palavra elaborada e pronunciada diariamente pelos tecnocratas de turno das democracias ocidentais atuais; palavra que impõe, que obriga desde a sua primeira sílaba uma necessária positividade, uma trajetória auto-referencial, no sentido de que ela parece indicar unicamente uma qualidade e/ou uma virtude do nós mesmos, quer dizer, uma estética da nossa bondade, na medida em que nos define como sujeitos, sociedades e/ ou culturas que se prezam serem “tolerantes”. (...) Uma palavra que se mistura rápido demais com aqueles discursos que consistem em disseminar a idéia de “termos que, inevitavelmente, “tolerar o outro”, “tolerar os outros”, e que marca, de uma vez para sempre, a distância entre o “ eu” e o “outro”, a macabra distância entre o “ nós” e o “ eles.” Skliar C. *A Materialidade da Morte e o Eufemismo da Tolerância: Duas faces, dentre milhões de faces, desse monstro (humano) chamado racismo*. IN: Souza, R. M. de & Gallo, S. Educação do Preconceito. Ensaio sobre poder e resistência. Campinas: Editora Alínea, 2004, p.82-83.

²¹ Para Skliar “ (...) verbos democráticos” é uma expressão que revela uma dupla condição: de um lado que eles se conjugam sempre em primeira pessoa(“eu tolero”, “eu respeito”, “eu reconheço”, “ eu aceito”, etc. De outro lado, que esses verbos, se me for permitida a referencia poética, estão sempre olhando para si mesmos ou bem para outro lado. Skliar C. *A Materialidade da Morte e o Eufemismo da Tolerância: Duas faces, dentre milhões de faces, desse monstro (humano) chamado racismo*. Ibidem, p.72.

²² Vale destacar que a partir da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), os chamados portadores de necessidades educativas especiais ou “deficientes” devem, preferencialmente, ser matriculados na rede regular de ensino. A princípio a política, de cunho afirmativo, visa acabar com a suposta segregação a qual esses grupos estariam submetidos nas antigas classes ou Escolas Especiais, utilizando-se, para isso, do ideário da igualdade e do respeito às diferenças. Todavia, o que se constata, seja pela reivindicação dos próprios segmentos envolvidos, seja pela falta de estrutura escolar e formação adequada dos professores/as, é que a chamada “Inclusão”, além de ser uma política que desonera o Estado, posto que o ensino especializado é caro, pode estar promovendo uma exclusão velada e a

assistencialistas, que favoreceriam a exclusão e a guetificação desses segmentos e não como espaços de possibilidade de uma educação diferenciada, pautada em diferentes aspectos cognitivos, culturais e identitários. Observa-se, porém, que a utilização da retórica inclusivista e possíveis ações afirmativas dela decorrente vem acompanhada de uma proposta conservadora e assimilacionista. Torna-se importante ressaltar, também, não só o fato de que essa lógica é binária, fruto de uma operacionalização moderna de valores básicos tais como nós/eles, racional/irracional, bom/mau, normal/anormal, etc., como também, a compreensão das formas pelas quais a fronteira entre esses termos é socialmente produzida e policiada atentando para o fato de que, nesta lógica, há sempre o privilégio da primeira assertiva em relação à segunda. Ou seja, é o padrão “normal” que define o “anormal”, e, assim sucessivamente. Continua-se na mesma hierarquizante relação de poder, só que agora com uma roupagem digestiva e supostamente inclusiva e igualitária.

Desenvolvi em pesquisa de Dissertação de Mestrado²³ uma série de estudos e indagações questionando o pretense discurso multicultural²⁴ em que se baseia a Escola Inclusiva, destacando o singular processo de educação de aprendizes surdos. Investiguei a emergência do conceito e como as diversas feições assumidas pelo discurso multiculturalista–assimilacionista, conservador e humanista²⁵, têm sido utilizados no ideário inclusivista. O surgimento das "Escolas Especiais", entre elas as destinadas à educação dos aprendizes surdos, foi pano de fundo de minhas indagações que, entre

normatização dos “deficientes”, naturalizando e, muitas vezes, desrespeitando as características identitárias que os constitui enquanto grupos minoritários.

²³ Cf. Franco, M. *A Tragédia surda*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ /2001.

²⁴ A partir de Mc Laren, P,1997 e 2000; Canclini, N.,1995, entre outros.

²⁵ As múltiplas atribuições do termo “multiculturalismo” serão detalhadas na terceira dimensão deste estudo.

outras coisas, apontavam para o estudo de uma história de longa duração²⁶ a qual traçou e fixou, paulatinamente, os parâmetros entre a normalidade e a anormalidade²⁷.

Destaquei a existência de uma espetacularização da deficiência/ diferença, seja por meio da perpetuação dos *freakshows*²⁸, seja na grande tragédia surda que se configurou com a política inclusivista, posto que o fato de “tolerar” e “incluir” os “diferentes” e os ditos “normais” num mesmo espaço não significava, necessariamente, respeitar suas especificidades cognitivas, sociais, lingüísticas e identitárias.²⁹

O conceito grego de *Harmatia* fundamentou análises críticas sobre a inclusão de estudantes surdos³⁰ na escola regular e a tragédia se fez presente na apresentação do campo empírico da pesquisa desenvolvida. *Harmatia* significa "erro de julgamento" ou "erro por ignorância".

Com essa perspectiva, a dissertação foi apresentada com a estrutura de uma peça de teatro nos moldes de uma tragédia grega. Nessa estrutura, os personagens (entrevistados na pesquisa), pais e professores de "deficientes", conduzidos pelo corifeu

²⁶ Cf. Braudel, F. *Escritos sobre a História*. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

²⁷ Cf. Foucault, M. 1989, 1991 e 2001.

²⁸ Os *Freakshows* ou Espetáculos da Anormalidade, nos quais se expunham diferentes tipos de anormalidade em forma de espetáculo, tiveram início no século XVIII – XIX, tendo funcionado até a primeira metade do século XX. Os mais famosos foram a "Casa dos Monstros", em Amsterdã e o Museu Americano de Nova Iorque, fundado por Phineas Taylor Barnum em 1815, tendo terminado oficialmente com o grande *show* Barnum & Bailey, em Paris em 1905. Durante as décadas de 60 & 70, *freaks* era sinônimo de *hippie*. Na atualidade, são considerados ou, auto-denominam-se *freaks* os que advogam o direito de serem “diferentes”, os obesos, tatuados etc. Cf. Wainer, Iafa. *O (freak)show deve continuar*. Cadernos de Comunicação – 8. Percepção de Cultura & Sentidos Midiáticos. Woitowicz, K, Russi, P. (Orgs). Porto Alegre: Unisinos, 2001, pp. 47-61.

²⁹ Vale observar, ainda que, sobretudo no caso dos deficientes, a ciência nos acena com cada vez com menores e melhores próteses ou mesmo, com alterações no código genético que podem, num futuro próximo, produzir em série, seres todos normais – *ciborgs* ou monstros? Desta forma, a Inclusão passaria a ser laboratorial e eugênica! No contexto atual, os "deficientes" são classificados sob o rótulo de DMs, DAs ou DVs³⁰. E nós “outros”, o que somos? *Ets?* Talvez se tenha chegado numa encruzilhada na qual deve-se, finalmente, escolher se somos ou não, se seremos ou não, enfim, humanos. Feita essa escolha, deve-se ao menos suspeitar de nossas identidades, todas elas, normais ou anormais, por serem artefatos culturais e sociais construídos ao longo do tempo.

³⁰ A Educação Especial usualmente denomina de DAs (deficientes auditivos), os que não conseguem ouvir total ou parcialmente. Esta denominação, que abrange também os cegos – DVs (deficientes visuais), DMs (deficientes mentais) faz parte de uma abordagem clínica, reabilitadora que fundou e ainda influencia de maneira expressiva o campo da Educação Especial. Nesta abordagem, a tópica é a noção de *déficit*, de cura ou reabilitação aos padrões “normais” dominantes. Numa abordagem antropológica, os surdos, cegos, cadeirantes etc, são vistos a partir de suas potencialidades e a eles é conferido o direito de exercerem suas identidades minoritárias, bem como, pleitear ações positivas em prol seu reconhecimento como grupo minoritário.

(líder do coro - a pesquisadora), vivenciaram a triangulação com o coro (reflexão teórica da pesquisa).

Na Tragédia, *Harmatia* representa um erro de julgamento cometido pelo personagem ao estabelecer a ação. Esse erro deriva da ignorância do personagem acerca de algum detalhe importante na seqüência dos acontecimentos anteriores. O reconhecimento do erro provoca a peripécia e gera a catástrofe. A *Harmatia* foi chamada por muito tempo de falha trágica. Esta interpretação, que atribuía o desfecho trágico a uma falha na personalidade do herói ou a uma "enfermidade do espírito", acha-se hoje superada. Uma interpretação correta do conceito de *Harmatia* não pode prescindir dos elementos de "escolha" e "vontade", por parte do herói, nem de uma tomada de decisão. Essas circunstâncias é que vão provocar, no espectador, os sentimentos de terror e compaixão que conduzem à *catarsis*.³¹

Assim, o objetivo da dissertação apresentada, na busca de uma analogia com a tragédia, foi o de provocar uma *catarsis* da inclusão escolar, sobretudo da forma como vem sendo implantada, esta vista como *Harmatia*: erro de julgamento por ignorância ou desconhecimento.

Foi no curso da elaboração da Dissertação que se evidenciou o papel da mídia na construção do discurso inclusivista e normatizador, posto que proliferavam, no período, propagandas na televisão e nas principais revistas e jornais que abordavam, de forma extremamente persuasiva, o pleito inclusivo. O destaque para políticas de ação afirmativa era cada vez maior nos espaços discursivos midiáticos, destacando-se, entre estas ações, a polêmica política de cotas nas universidades públicas. O interesse em investigar a adoção da referida medida se afirmou conforme os antagonismos e contradições começaram a se explicitar em debates calorosos, contra ou a favor da

³¹ Cf. Vasconcelos, L. P. *Dicionário de Teatro*. São Paulo: Editora LP& M, 1998.

adoção da política. Realçou-se o fato de que ambas as posições pareciam operar na mesma lógica: a da culpa fazendo com que o problema da desigualdade social, base da questão, mais uma vez, não fosse enfrentado, como ocorre com as políticas ditas “inclusivas”.

De maneira geral, os discursos que dão sustentação às políticas de ação afirmativa têm semelhanças com o pleito inclusivo e possuem como fundamento central a retórica do respeito às diferenças ou, contraditoriamente, da afirmação da igualdade. No entanto, pouco se investiga a mudança de historicidade desses dois conceitos. Na contemporaneidade, os conceitos de igualdade e de diferença possuem potências diversas de quando foram cunhados.

A persuasão discursiva, afirmativa ou positivada, parece se utilizar, ainda, de forma bastante vitoriosa, da captura de determinados sintomas³² sociais e morais – sobretudo o da culpa – imprimindo, nas ações derivadas dos pleitos afirmativos, um caráter reparatório e compensatório.

Dois operadores importantes se destacam no corpo deste discurso persuasivo: tempo e justiça. Desses dois se desdobram dois outros - culpa e sofrimento indicando a necessidade de reparação e de reconhecimento.

Enquanto marcação temporal, o passado, nesse contexto, é visto como um lugar de dívida para com determinados segmentos, trazendo para as ações emergenciais do presente a única forma de controlar e prever o acirramento de tensões no futuro.

Já a justiça parece portar um expressivo peso axiológico e é utilizada como um conceito unívoco de verdade no bojo das ações humanas, também indicando caráter reparatório.

³² *O Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira*, 1ª ed. 9ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira define sintoma pelo grego *symptoma* “coincidência, acidente”; pelo *latin symptoma*, acontecimento. Ainda que outras definições e usos do conceito sejam utilizados, sobretudo pela psicanálise, figuradamente o termo representa sinal, indício e é nesta acepção que o mesmo será utilizado neste estudo.

Tempo e justiça fundariam, assim, de forma contundente e teleológica, a liberdade, esta vista num lugar de conquista e de superação da razão frente à barbárie, da felicidade frente ao sofrimento.

O pensamento nietzschiano consubstancia, neste estudo, a possibilidade de perceber a reificação desses conceitos nos discursos persuasivos. Possibilita, ainda, e exercitar o pensamento ao extremo de permitir “ao menos” quebrar com a rigorosa e objetiva estrutura metafísica e solapar sua velha armadura conceitual, propondo, não só novos operadores conceituais, como também, a resignificação de suas antigas bases de análise, de modo a perceber mudanças na historicidade contemporânea que permitam novas incursões a antigos problemas.

O uso da filosofia nietzschiana na análise de processos contemporâneos tem-se intensificado pelo vigor, atualidade e radicalidade do pensamento do filósofo. Gianni Vattimo alerta, porém, que diferentes interpretações têm sido feitas da obra de Nietzsche.³³ Também Azeredo, discutindo o aporte da filosofia de Nietzsche, ressalta que estas interpretações, em alguns casos, se excluem mutuamente³⁴ e sinaliza:

Daí pode-se constatar que as possibilidades de experimentação com o pensamento não fornecem respostas definitivas, o que, de um lado, justifica a diversidade de compreensões de um mesmo texto e, de outro, fornece elementos, nesse sentido precisos, para elevar toda afirmação ao estatuto da interpretação.³⁵

Dialogando com essa perspectiva, a tese central deste doutoramento é investigar em que medida os conceitos de tempo e de justiça, expressos nos discursos das chamadas políticas afirmativas, mais especificamente na política de cotas, podem ser compreendidos como um sintoma contemporâneo que parece incorporar culpa e sofrimento como elementos de consumo, como elementos de mercado. Objetiva,

³³ Cf. Vattimo, G. *Introdução a Nietzsche*. Tradução de Antonio Guerreiro, Lisboa: Editorial Presença, 1990. p.100.

³⁴ Cf. Azeredo, V. D. *Nietzsche e a dissolução da moral*. GEN. Grupo de Estudos Nietzsche. São Paulo, Editora UNIJUÍ, 2ª edição, 2003, p.14.

³⁵ Cf. Azeredo, V. D. *Nietzsche e a dissolução da moral*. Ibidem, p.14.

também, perceber neste trajeto, paradoxos postos ao homem em sua existência contemporânea. Estes limites, porém, não são vistos aqui como estáticos ou terminais, mas como parte de fluxos capazes de subverter percursos ideologicamente determinados, por meio do enfrentamento deste e de outros temas *tabu* na velada e cínica convivência fraterna entre “nós” e os “outros”.

Para dar corpo ao proposto, a princípio, dimensões articuladas são elencadas apontando cada qual para desdobramentos de análise organizados a partir de um conjunto de quatro axiomas, também correlacionados entre si e entre as partes, entendidos como sintomas de uma nova historicidade.

De modo sintético, a primeira dimensão, *políticas da justiça*, parte do objeto primeiro desta investigação, qual seja, as políticas de ação afirmativa, mais especificamente, a política de cotas. Afirma-se, assim, o entendimento de que este trabalho de pesquisa acadêmico pretende partir do objeto, do campo empírico, e ter a reflexão teórica inserida no diálogo da investigação, e não ao contrário. Como desdobramento de análise, definiu-se um conjunto de quatro axiomas³⁶, representativos da mesma, de modo a apreender os sintomas expressos nos discursos para além de uma primeira identificação, e, sobretudo, criar uma possibilidade de entendimento que os reúna e re-signifique enquanto espectro de um sintoma da contemporaneidade. A cada axioma agregam-se, ainda, os elementos centrais que emergem como questões no debate e conseqüente diálogo com este texto.

Na primeira dimensão, *políticas de justiça*, com os axiomas: *o justo é seguir a lei justa; o justo é definir o melhor; o justo é distribuir entre pequenos e grandes mediante uma prova; o justo é ajudar a quem sofre* – busca-se traçar uma genealogia da aparição

³⁶ A definição de axioma apresentada no *Dicionário da Língua Portuguesa Aurélio* aponta duas acepções. A primeira indica que axioma é uma premissa imediatamente evidente que se admite como universalmente verdadeira sem exigência de demonstração, máxima ou sentença a segunda, utilizada nesta análise, indica como um axioma a proposição que se admite como verdadeira porque dela se podem deduzir as proposições de ma teoria ou de um sistema lógico ou matemático (p.168).

do conceito afirmativo, o contexto de outros países e o processo brasileiro³⁷, com ênfase no caso do Rio de Janeiro. Articulam-se a essa análise as questões da inconstitucionalidade ou não da referida política, a questão da necessidade de melhoria da qualidade do ensino básico, o despreparo dos “cotistas” e sua permanência no sistema superior de ensino, a discriminação de ser “cotista”, a questão do mérito e sua relação tanto com o rendimento escolar quanto com a constitucionalidade. Soma-se a este cenário a experiência de outros países e outras experiências nacionais, o caráter supostamente provisório da reserva, a expansão do pleito de reserva para outros segmentos e setores da sociedade e o questionamento do caráter do ensino universitário. Faz-se menção, também, ao patrulhamento exercido face aqueles que, de alguma forma, questionam a política de cotas.

Como sintomas de uma nova historicidade, tomam-se os estudos que apontam para a crescente ineficácia das instituições reguladoras do bem comum e a identificação de novos elementos indicadores de causa pública, a saber, a mudança na justiça ou na lógica da distribuição, e, mais especificamente, na lógica pela qual a questão da igualdade vem sendo trabalhada nas causas sociais.

³⁷ Inúmeros estudos, artigos, entrevistas foram produzidos sobre as cotas desde o início de sua implantação, seja por meio de publicações ou por meio da rede da *Internet*. Neste segmento, quatro estudos foram de fundamental importância. O primeiro, a tese de doutorado defendida em 21 de julho de 2004 no Departamento de Direito Público, da faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, *Acesso à justiça para minorias raciais no Brasil: é a ação afirmativa o melhor caminho? Riscos e acertos no caso da UERJ*, de Raquel Coelho Lenz César e o artigo, da mesma autora, *Políticas de Inclusão no ensino superior brasileiro: um acerto de cotas e de legitimidade*. IN: Revista Advir, publicação da Associação de Docentes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro ASDUERJ, n^o 19, setembro de 2005, pps 55-64. Esse número da publicação teve como tema a política de cotas, visando fazer um balanço da implantação das referidas políticas e a comemoração do ANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (2005). Diferentes artigos sobre a questão das cotas foram utilizados aqui, dos quais o segundo estudo mencionado, de Renato Emerson dos Santos, *Reserva de Vagas para negros em universidades públicas: um olhar sobre a experiência brasileira*, pps12-18. Esses mesmos estudos fundamentaram, também, a análise do processo histórico no Estado do Rio de Janeiro e seus desdobramentos. O terceiro estudo, do advogado, professor e consultor jurídico junto ao Grupo de Trabalho Interministerial /GTI MEC- SEPPIR Luiz Fernando Martins da Silva intitulado *Estudo sociojurídico relativo à implementação de políticas de ação afirmativa e seus mecanismos para negros no Brasil: aspectos legislativo, doutrinário, jurisprudencial e comparado*. Disponível em <http://www.mre.gov.br>. Último acesso 10 de julho de 2004. O quarto, os estudos do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa Gomes. Instrumentos e métodos de mitigação da desigualdade em direito constitucional e internacional. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em <http://www.mre.gov.br>. Último acesso em 05 de outubro de 2005.

A segunda dimensão diz respeito à noção de reparação ou ao que se denomina aqui, *políticas da piedade*, representada pelo reconhecimento da culpa. Seja dos brancos para com os negros, argumento mais freqüente, seja dos mais favorecidos para com os menos favorecidos, pobres e minorias de uma maneira geral. Importa o fato de que a noção de reparação fundamenta tanto as ações concretas quanto os discursos das políticas afirmativas, sobretudo a política de cotas. A noção de compensação aparece, neste contexto, dotada de um caráter temporal. Remete também aos erros do passado tanto quanto à possibilidades futuras, e, portanto, é dotada de uma materialidade que transita entre esses dois pólos. Os quatro axiomas que definem esta dimensão são: *a piedade é a expressão do sofrimento do mundo; a piedade tem culpa; a piedade é um instrumento da redenção; a piedade tem cor.*

Emerge deste debate e dialoga com esta dimensão a noção da culpa ancestral que todos parecem carregar em relação à própria existência, a noção de dívida social e de injustiça e, sobretudo, a noção de compensação e reparação. Uma pequena vertente articula piedade ao medo; medo de que as desigualdades sociais acirrem tensões e venham a causar revanches.

Como sintoma de uma nova historicidade, a noção da vitimização de segmentos alvos, como as mulheres, os negros, os *gays*, os deficientes e também o terceiro mundo ou oprimidos de uma maneira geral. Observa-se que o conceito de *sofrimento* e *sofrimento do outro* tem constantemente sido mote do apelo midiático contemporâneo, cada vez mais espetacularizado e mercantilizado e, sobretudo, o oferecimento da felicidade como uma nova utopia estruturante.

A terceira dimensão dialoga de forma intrínseca com a anterior, quase se sobrepondo, e trata da questão da exigência contemporânea da implantação, para além das políticas de reparação, de *políticas de reconhecimento*. Nesse momento emergem

categorias afirmativas em que o discurso sobre si mesmo ou sobre sua imagem tem referência direta no tornar-se de fato o que se é. Os quatro axiomas representativos dessa dimensão são: *o reconhecimento é oportunizar; o reconhecimento é identificar; o reconhecimento é diferenciar; o reconhecimento é responsabilizar*. Como questões do debate, emergem a tópica da visibilidade e da exterioridade entendidas como operadores conceituais dominantes no processo da produção e representação da historicidade e da subjetividade contemporânea, e a crescente legitimação de direitos não mais individuais, como previa a declaração fundante do conceito de indivíduo até então, e sim a partir de grupos organizados. Este aspecto marca, de forma decisiva, o conceito de identidade como estrategicamente cindido e impossibilitado de unicidade, posto que tem a marca primeira do lugar classificatório de um pertencimento. Tem-se, também, a importante questão da identidade étnica e social, definindo de forma ambígua e oscilante quem é negro ou carente na sociedade.

Tais conceitos pretendem ser a base do deslocamento aqui proposto, entendido como cerne de uma nova historicidade, a saber, a identificação, na contemporaneidade, da passagem da culpa à responsabilidade, de novas estratégias de ocupação do espaço público e privado, da questão da auto-estima, da mudança no estatuto do olhar do outro, em síntese, os elementos que hoje viabilizam o surgimento e a afirmação das referidas políticas.

Por último, uma quarta dimensão, *políticas do ser*, que reúne as hipóteses analíticas deste estudo e aposta em aportes interpretativos que podem estar na base das contradições e tensões postas ao objeto. Nesse segmento, emergem três conceitos fundamentais para esta análise.

O conceito de *presentificação*, no qual a transformação das experiências do tempo na contemporaneidade ocupa um papel preponderante nas tensões e dilemas

postos ao escopo teórico e as ações concretas de diferentes campos do conhecimento, sobretudo alargando as fronteiras e desestabilizando certezas do que se considera “humano” e do próprio humanismo, redefinindo conceitos como “futuro” e “liberdade”.

A noção nietszchiana do “*Último-homem*” que, por um outro viés, parece ser um operador importante para se pensar os paradoxos e os limites postos ao homem e a humanidade na contemporaneidade.

Por último, a perspectiva heideggeriana do “*esquecimento do ser*” sugerindo, talvez, a possibilidade de novos caminhos a serem traçados na identificação última do próprio ser.

Com esta estrutura, busca-se responder à seguinte questão de estudo: em que medida as políticas de cotas podem ser compreendidas como sintoma da historicidade contemporânea, caracterizada, num estágio descrito por Nietzsche, como sendo do “Último homem”, em que a utilização da retórica da piedade nada mais é do que a expressão mercadológica do sofrimento do outro.

Busca-se, também, vincular este objeto a um leque consubstancial de aportes analíticos que rompam com a dicotomia a favor ou contra a política, que predomina nas análises. A intenção deste esforço de pensamento é a de expurgar o sentimento de perplexidade diante de uma sociedade tão cinicamente alicerçada em supostos sentimentos humanitários e igualitários. Pretende, ainda, na crítica da utilização persuasiva destes sentimentos, que parecem contribuir apenas para aumentar, cada vez mais, o fosso que separa e hierarquiza os desiguais, abraçar novos dispositivos de entendimento da paradoxalidade do ser, deste ser tão familiar urdido na metafísica e na racionalidade moderna, deste tão irreconhecível ser quando se põem à mostra suas ambigüidades.

A política de cotas³⁸ ou a chamada reserva de vagas, a princípio, tem como objetivo oportunizar o acesso ao ensino superior público aos segmentos menos favorecidos e excluídos da população e especificamente, aos que se auto-denominam negros ou pardos.³⁹

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade de Brasília (UnB), ainda que por caminhos diferenciados, foram as primeiras a colocar em pauta a implantação dessa política. Desejadas ou refutadas, as cotas são apenas a ponta mais visível de um movimento que, em especial na última década, ganhou força no Brasil. Elas se proclamam fruto direto das propostas de caráter afirmativo para as minorias, sejam elas raciais ou sociais. Todavia, o debate aberto pela política de cotas revelou, em primeiro plano, uma série de contradições que têm colocado em cheque a eficácia do ensino público básico brasileiro, a privatização da educação, a necessidade de ampliação das vagas públicas nas universidades e de melhoria no ensino básico. Discute-se, ainda, o mito da igualdade racial no Brasil e, num segundo plano, coloca-se em pauta o sentimento de dívida e de conseqüente reparação para com a população menos favorecida economicamente no país, identificada quase sempre como sendo predominantemente a população negra, posto que esse é considerado, também, um segmento tradicionalmente limitado em termos de mobilidade social em função de sua origem estar marcada pelo histórico processo de escravização brasileiro e o desastroso

³⁸ Neste estudo, diante das inúmeras definições que tais políticas apresentam, optou-se por referir-se a política de cotas, todas as vezes que esteja se considerando a reserva de vagas nas universidades públicas ou privadas e cotas para negros ou afro descendentes, todas as vezes que a chamada “reserva” seja específica para este segmento. A utilização do termo *afrodescende* para classificar o os negros e pardos brasileiro pareceu ser insuficiente, Embora proclamado por diversos segmentos do movimento negro, considera-se aqui que várias foram as miscigenações que marcaram parte das expressões étnicas no Brasil, seja pelo lado indígena ou mesmo de origem moura, portuguesa, entre outras, e não somente àquelas de descendentes africanos.

³⁹ Para classificar a população brasileira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE utiliza o critério baseado na cor e na etnia, qual seja: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. O termo negro apresenta-se, sobretudo nos estudos acadêmicos e mesmo na autodeclaração identitária desse segmento, tornando-se, assim, uma categoria sociopolítica.

processo de emancipação desse segmento, após sua libertação “definitiva”, pelo menos em termos legais, em 13 maio de 1888, com a Lei Áurea.⁴⁰

Sabe-se que a abolição não ocorreu conforme foi idealizada pelos abolicionistas e republicanos, pois a mesma previa um processo de inclusão social. Deste modo, podem-se encontrar, ainda hoje, representações e práticas nas quais a amarga herança do escravismo se faz presente. Identifica-se, porém, que a forma encontrada para dialogar com esta realidade parte do ressentimento e da dívida e oferece soluções mercadológicas como a promessa de uma sociedade mais justa e mais feliz, de forma emergencial, ou seja, rápida, artificial.

Assim sendo, os dois horizontes – de tempo e de justiça parecem se apresentar a este cenário “afirmativo”, trazendo a liberdade como possibilidade de superação de todos os sofrimentos causados pela própria existência. De um lado, a urgência na busca de melhores oportunidades para todos, a diminuição das desigualdades e superação dos preconceitos e, de outro, a noção de reparação e conseqüente vitimização dos segmentos envolvidos.

Políticas inclusivas, políticas de ação afirmativa, o fato é que tais orientações têm desencadeado não só estudos e debates teóricos, como, também, produzido ações concretas oriundas de instâncias públicas, privadas, ou por meio da sociedade civil organizada, apesar da gama de contradições que muitas vezes possa representar.

⁴⁰ Vale ressaltar que a abolição formal da escravidão no Brasil foi um processo lento e demorado. Fez parte de um movimento, liderado por intelectuais, com forte influência dos ideais liberais da Europa do século XVIII que, dentre outras lutas e por meio de diferentes movimentos, manifestavam a necessidade da libertação dos negros africanos escravizados. No Brasil, esse processo caracterizou-se, inicialmente, pela Lei *Diogo Feijó* – de 7 de novembro de 1831 – que abolia o tráfico de escravos em territórios e portos do Brasil; a Lei *Euzébio de Queiroz* – de 04 de setembro de 1850 – que reiterou o fim do tráfico de escravos em águas brasileiras; o *Decreto 1303* – de 28 de dezembro de 1853 – que emancipava os escravos africanos que tivessem mais de quatorze anos de serviço; o *Decreto 3310* – de 24 de setembro de 1864 – que libertava os escravos que trabalhavam na administração pública, num regime de liberdade vigiada da época; a Lei *Nabuco de Araújo* – de 05 de junho de 1854 – que intensificava a repressão contra o tráfico negreiro; a Lei *do Ventre Livre* – de 28 de setembro de 1871 – que concedia a liberdade para os filhos de escravos que nascessem após essa data; a Lei *dos Sexagenários* – de 28 de setembro de 1885 – que libertava os escravos com mais de 60 anos e finalmente a *Lei Áurea* que abolia definitivamente a escravidão no Brasil. Sabe-se, no entanto, que as legislações não significaram o fim das práticas de escravatura e que não foram oportunizados mecanismos aos libertos que de fato garantisse sua emancipação.

O campo da pesquisa em comunicação acompanha esse debate, ora buscando discutir os usos da comunicação em políticas públicas, articulando discurso e poder, ora investigando os impactos da mídia na criação de sentidos e práticas hegemônicas.

É com essa perspectiva que se propôs apresentar como campo empírico de análise sobre a política de cotas, consubstanciando a reflexão teórica desta tese, a investigação dos discursos veiculados na mídia impressa, acerca da adoção da política de cotas no ensino universitário público.⁴¹

Para a seleção das matérias, optou-se por dialogar com uma fonte indireta de coleta, com a utilização do *clipping* cotas.

O referido *clipping* é um espaço *on line* que reúne o maior número possível de matérias integrais, provenientes de jornais e revistas de grande circulação nacional, desenvolvido pelo setor de comunicação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e disponibilizado em sua *home-page*.

Segundo o coordenador do setor, o *clipping* existe desde 2004, recolhendo dos jornais e revistas do país os principais assuntos em pauta, a cada dia. Durante o período de 01 de janeiro até 04 de junho de 2004 o tema das cotas foi selecionado e disponibilizado junto às demais notícias. Todavia, a partir de 05 de junho de 2004, em função da visível intensificação do debate em torno do tema e, pelo fato de que a UERJ foi pioneira na adoção da política, criou-se um espaço específico para as cotas no interior do mesmo.⁴²

A opção de utilizar as notícias, incluindo artigos, reportagens, cartas etc, foi oportuna por revelar-se um terreno fértil para a localização de um *corpus* conceitual do

⁴¹ Observa-se que a política de cotas no setor privado, denominada de ProUni capitaneada pela Reforma Universitária, fez parte do campo de investigação sem ter, todavia, sido privilegiada nas análises em função da complexidade de outras articulações que trariam ao estudo. Por outro lado, foi impossível não abordar questões referentes a cotas em outros setores que não o universitário como a reserva de mercado de trabalho, entre outras, cada vez mais recorrentes, deflagrando uma série de ações com vistas a reservas e/ou a discriminação positiva que, muitas vezes, beiram o absurdo.

⁴² Anexo 1.

debate sobre as cotas, fragilmente polarizado entre quem concorda ou discorda de sua adoção. Surge, assim, a pertinência de que se desenvolvam estudos que ultrapassem essa polaridade.⁴³

Para Pross os signos da sociedade de classes são validados pela linguagem e pela imagem, o que fundamentará sua eficácia. Jornais, revistas, TV, rádio, *internet*, publicidade, livros, são tantas as formas de expressão e tão diferentes as linguagens de cada uma delas, que terminam por nos envolver, tal qual a teia de uma aranha, acompanhando e direcionando nossos movimentos.⁴⁴

Na mesma perspectiva Keller ressalta que:

Há uma cultura veiculada pela mídia cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade (...) A cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e de raça, de “nós” e “eles”, ajuda a modelar a visão prevalecente de mundo e os valores mais profundos: define o que é considerado bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou imoral.⁴⁵

Cabe, entretanto, um “parêntese” quanto à estrutura metodológica proposta, em relação ao objeto investigado. A escolha e classificação dos discursos acerca da política de cotas foi reveladora de uma característica muito peculiar posta ao objeto. Todos os

⁴³ Vale observar que 30 de dezembro de 2005 foi a data de fechamento final de recolhimento dos dados empíricos da pesquisa, ainda que, de forma diferenciada, as matérias jornalísticas tenham sido utilizadas e citadas até os últimos momentos de fechamento deste estudo. Esta data, além de promover o fechamento do ciclo anual, foi estratégica por considerar-se que o debate em torno das cotas teria uma intensificação nos últimos dois meses do ano por dois fatores distintos. A comemoração no dia 20 de novembro do Dia da Consciência Negra e, paralelamente, a inauguração do primeiro canal de televisão negro do Brasil. Nas palavras de uma das diretoras do canal, não havia no Brasil, até então, uma emissora de TV cujo proprietário fosse negro, o que revelaria a discriminação e desigualdade de oportunidades e direitos desse segmento. Admitiu, entretanto, na mesma entrevista, que crescia de forma considerável o número de negros contratados nas diferentes mídias, ocupando diferentes posições. No entanto, defendeu a necessidade de uma emissora genuinamente negra, comprometida com a causa negra, ainda que a mesma abrisse espaço para funcionários “não negros”. Vale destacar que o proprietário, acionista principal desta nova emissora é o cantor e comunicador negro, Netinho, que de forma recorrente tem aparecido na mídia, envolvido em episódios de violência, sobretudo contra mulheres. O comunicador tem sua imagem vinculada, também, ao de uma financeira que empresta dinheiro a juros abusivos para população de baixa renda.

⁴⁴ Pross, H. *La violencia de los símbolos sociales*. IN: Consciência y libertad. Barcelona: Anthropos, Editorial del hombre, 1983, p.89.

⁴⁵ Cf. Keller, D. *A Cultura da Mídia*. São Paulo: Edusc, 2001, p.19.

discursos possuem, em seu cerne, o mesmo fundamento. Discursos favoráveis ou desfavoráveis, sobre diferentes espectros que compõem o universo das cotas e das políticas de ação afirmativa em geral, trazem para o centro da discussão o conceito de justiça, como algo unívoco, transcendente, acima do bem e do mal. Todos falam da mesma coisa, apesar dos discursos serem emitidos de diferentes lugares e defenderem, muitas vezes, posições opostas. Limitar uma fala a um espaço determinado não foi, por conseguinte, tarefa fácil. Outros arranjos poderiam ter surgido, outras escolhas. O que se apresenta, assim, não passa de um recurso heurístico e uma licença poética – formas diferenciadas de traçar os possíveis caminhos que o debate sobre as cotas alcançou correndo o risco de discutir um tema que parece ter um *a priori* definido. Neste percurso, escuta-se, mais uma vez, a sempre presente voz de Zaratrusta:

O homem é uma corda estendida entre o animal e o “além-homem” – uma corda sobre um abismo. É o perigo de transpô-lo, o perigo de estar a caminho, o perigo de olhar para trás, o perigo de tremer e parar. O que há de grande, no homem, é ser ponte, e não meta: o que pode amar-se, no homem, é ser uma *transição* e um *ocaso*. Amo os que não sabem viver senão no ocaso, porque estão a caminho para o outro lado. Amo os grandes desprezadores, porque são os grandes veneradores e flechas do anseio pela outra margem.⁴⁶

Assim, em vez de definir verdades, o que se buscou apreender foram as marcas que definem esse percurso. Os assoreamentos existentes em cada margem, estruturas da tradição que aparecem nos discursos – a materialidade que determinados processos histórico-sociais subjetivos alcançaram. Sentimentos de culpa, de piedade, de preconceito, de discriminação, de injustiça. Tudo é um todo que parece remeter ao fracasso do projeto humano liberal posto que o mesmo se retro-alimenta de suas próprias mazelas, dos seus próprios dejetos. Fruto desse projeto, o *ser* moderno é, sem dúvida, um *ser* em eterno pecado e em mais sublime culpa. Um ser que se perdeu em seu próprio percurso, esqueceu-se de si, e, portanto, um *ser* o qual necessita constantemente ser

⁴⁶Cf. Nietzsche, F. *Assim Falou Zaratrusta. Um livro para todos e para ninguém*. Op.cit., p. 38.

compensado. Compensado do fardo de sua existência e dos rumos que a história lhe legou, essa história que seu próprio discurso construiu. Obter a redenção passa a se constituir, doravante, numa nova utopia.

Todavia, a análise do discurso pretendida aqui, não partiu das tradicionais abordagens que oscilam entre a linha americana ou francesa e todos os seus já conhecidos e eficazes aparatos metodológicos.⁴⁷

Trabalhando com Heráclito e sua concepção de Dis-curso⁴⁸, abriu-se a possibilidade de entendimento dos signos expressos nas notícias, nas reportagens e nas opiniões enquanto processos que se apresentam exteriores às práticas, que exigem constantemente resignificações teóricas, deslocamentos, e que, muitas vezes, indicam mais fragmentação do que unidade, mais incertezas do que certezas, como aponta a reflexão de um comentador do filósofo:

Preocupado em desarticular o absolutismo da narrativa dos aedos, o filósofo de Éfeso procura demonstrar o descompasso entre o discurso e os objetos sobre os quais o discurso discorre. Aberta a distância entre as palavras e as coisas, é-lhe possível examinar as possibilidades e as limitações da fala. (...) Heráclito vive numa época em que os discursos persuasivos ascendem. A persuasão não é conduzida pela verdade. Há o falar do que profere discursos. Há o dizer do Dis (curso). O primeiro constrange à visão peculiar, o segundo liberta para o conflito dos contrários.⁴⁹

Ou nos dizeres de Baudrillard:

⁴⁷ Buscando traçar uma perspectiva histórica das idéias lingüísticas de modo a apresentar uma síntese das correntes predominantes em “Análise de Discurso”, Eni Orlandi observa que “é habitual fazer-se uma primeira grande divisão entre a análise de discurso européia e a americana (aqui pensada a América do Norte). Do lado da americana (e essa não é uma divisão meramente geográfica) está a tendência de uma declinação lingüístico-pragmática (empirista) da análise de discurso com um sujeito intencional, e do lado europeu a tendência (materialista), que desterritorializa a noção de língua e de sujeito (afetado pelo inconsciente e constituído pela ideologia) na sua relação com o discurso em cuja análise não se procede pelo isomorfismo.” Todavia a lingüista discorda da noção de existirem escolas rígidas que definiriam “tipos” de abordagens de análise de discurso, enfatizando para tanto que a língua é um fato social e que, nesse sentido, independente de abordagens, deve ser compreendida no bojo de uma perspectiva que articule sistematicamente a história do conhecimento metalingüístico com a história da constituição da própria língua. (...) “A ciência da língua que assim se considera não está apartada do território que se produz. Tampouco a análise de discurso.” Orlandi, E. P. *Discurso e Leitura*. Unicamp: Cortez, 1998, pp.56-57.

⁴⁸ O uso da grafia com *hifem* em “dis-curso” ; “per- curso”, etc, visa seguir a lógica heraclitiana em que tudo é fluxo.

⁴⁹ Cf. Schüler, D. *Heráclito e seu (dis)curso*. Porto Alegre: L&PM,2001, pps. 27 – 35.

A comunicação não é o falar, é o fazer-falar. A informação não é o saber, é o fazer-saber. O verbo “fazer” indica uma operação, não uma ação. Na publicidade, na propaganda, trata-se não de crer mas de fazer-crer. (...) Hoje até o querer é mediado por modelos da vontade, pelo fazer-querer que são a persuasão ou a dissuasão.⁵⁰

Fazendo pois uma dupla analogia acerca da época atual na qual os discursos persuasivos também ascendem e o desejo e a determinação de proferir Dis(cursos), este estudo procura demarcar o seu curso.

Ou seja, entende-se o discurso persuasivo sobre as cotas, bem como sobre as ações afirmativas em geral, como ideologia, e como base de uma “moderna” e viciada perspectiva dialética. O que estaria em jogo seria a afirmação de um poder negativo como princípio teórico, o qual, nas palavras de Deleuze, “se manifesta na oposição e na contradição, (...) na idéia da positividade como princípio teórico e prático da própria negação” e ainda “na idéia de um valor do sofrimento e da tristeza”⁵¹. Esses três princípios organizadores da racionalidade dialética, segundo o filósofo, seriam responsáveis pela gama de paradoxos com os quais o homem vem continuamente se deparando, trazendo agonia, a morte de Deus ao cenário contemporâneo posto que, como afirmou Nietzsche, “a velha verdade está chegando ao fim”⁵².

Resguardando-se os riscos de reificação dos conceitos, pode-se tecer uma análise da implantação de ações “positivas”, reparadoras, a partir da própria produção de seu par contraditório, negativo. Produz-se a diferença, produz-se o outro de modo que o mesmo esteja sempre por vir.⁵³ No caso das cotas, a não justiça, a não oportunidade, a não

⁵⁰Cf. Baudrillard J. *A transparência do mal: Ensaio sobre os fenômenos extremos*, 7ª ed. São Paulo: Papirus, 2003, p.53.

⁵¹ Cf. Deleuze, G. *Nietzsche e a filosofia*. Rio de Janeiro: Semeion, 1976, 195-96.

⁵² Cf. Nietzsche, F. *Genealogia da moral. Uma polêmica*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 86.

⁵³ Estima-se que apenas 20% dos chamados portadores de necessidades especiais, mais concretamente, os deficientes nascidos no Brasil sejam congênitos. O restante e grande maioria é produzido socialmente diante das precárias condições de atendimento à gestante e à criança, criando uma série de situações adversas e possibilidades de inúmeras doenças que geram seqüelas. Grávidas com rubéola, doenças sexualmente transmissíveis, partos mal feitos, crianças sem oxigenação, infecções agudas, desnutrição, meningite, etc... compõem a constante produção do diferente/ deficiente que será objeto de “inclusão” mais adiante.

tolerância das diferenças étnicas ou de gênero etc., elementos exteriores ao próprio homem. A captura se dá assim, por meio da culpa do sofrimento provocado pela ausência ou negação de princípios ou valores morais na ação dos homens. O outro par, qual seja, a justiça, a oportunidade e a tolerância, reitera os discursos persuasivos.

Pensar e analisar discursos em sua relação com a exterioridade indicada por Heráclito, e ressignificada, aqui supõe o entendimento da realidade composta por uma materialidade discursiva na qual o sujeito, em sua forma e sentido, confronta-se e se reconstitui constantemente com o político e, por conseqüência, com sua própria história. Ou nas palavras de Eni Orlandi “(...) Não abandono o exterior específico (o real da história), mas o considero atravessado pelo exterior constitutivo (o interdiscurso)”.⁵⁴

Vale observar, também, que se defende, neste estudo, a noção de que qualquer aproximação com um objeto, não deve prescindir da investigação da própria historicidade do objeto estudado e do entendimento acerca do estatuto dessa historicidade. Ou seja, não se pretende trabalhar com a continuidade dos processos históricos, tampouco naturalizar o encadeamento dos acontecimentos traçando análises objetivas, teleológicas ou conclusivas acerca dos agentes e dos fenômenos sociais. Pretende-se apostar na descontinuidade de eventos, o que possibilita questionamentos articulados entre diferentes subjetividades e discursos, e suas disputas se constituindo e constituindo a realidade investigada.

Tal perspectiva, que Foucault consagrou em seus estudos genealógicos⁵⁵, não nega ou ignora os fatos sociais e sua materialidade, mas aposta numa perspectiva de estudo na qual a investigação dar-se-á pela análise da mudança de um dado evento ou conceito social, bem como a agregação de novos elementos à cena como sintoma de uma nova historicidade.

⁵⁴ Cf. Orlandi, E.P. *Discurso e Leitura*. Op.cit, 56-57.

⁵⁵ Cf. Arendt, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.304.

No caso do objeto aqui disposto, a política de cotas, evidencia-se tanto sua emergência quanto sua consolidação, no bojo de mudanças significativas na historicidade contemporânea.

Investigar quais os possíveis fatores que redefinem essa nova dimensão e as práticas deles derivados, e não apenas discordar ou concordar da referida política, é também parte dos desdobramentos indicados neste estudo. Pretende-se ainda, propor percursos de entendimentos, por meio da utilização de novos operadores conceituais, ferramentas necessárias para sair do binarismo expresso nos debates.

Toma-se mais uma vez Nietzsche e sua noção de perspectivismo na qual não existiriam fatos, só interpretações, e Arendt, quando diz que “(...) o simples fato de que não há padrões gerais a determinar infalivelmente nosso julgamento, nem regras gerais a que subordinar casos específicos com algum grau de certeza”. Ou ainda, aprendendo a pensar com Carneiro Leão, (...) “nada pode ser aprendido de vez, nada pode ser conquistado em sua totalidade”,⁵⁶ que este estudo, embora busque sustentar uma tese, pretende ser apenas um estudo, sem objetivar apresentar conclusões absolutas ou definitivas.

É fundamental, ainda, ressaltar o entendimento de que a mídia e os espectros que dela emergem têm papel constitutivo no corpo das representações e ações expressas pela política de cotas. Desta forma, pretende-se trazer seus discursos no curso de cada dimensão apresentada, de modo que a análise do campo empírico não seja um segmento à parte do estudo, ou mero comprovador de hipóteses, e, sim, se constitua no bojo do diálogo com os referenciais teóricos apresentados.

Utiliza-se o conceito de espectro por se perceber nele a possibilidade de uma analogia com o modelo metodológico que se busca desenvolver.

⁵⁶ Cf. Carneiro L. E. *A crise da Ética Hoje*. Op.cit, p.15.

Além das conceituações léxicas e filosóficas definidas por Buarque de Hollanda, já apontadas numa das epígrafes de abertura desse estudo, em que espectro “designa figura imaterial, real ou imaginária, que povoa o pensamento; sombra, fantasma; a aparência vã de uma coisa; espectro visível ou invisível; aquilo que constitui ameaça”⁵⁷, visa-se utilizar, também, a noção física do conceito, ou seja, espectro pode ser entendido como gradiente de variação de elementos de um fenômeno.

Dessa forma, procura-se indicar que, ao ter como base o conceito de espectro, pretende-se não perder de vista as ondulações e oscilações, o jogo do infra-visível, do visível e do ultra-invisível que constituem qualquer espaço material, físico ou social.

O conjunto dos discursos acerca da política de cotas, nesta perspectiva, pode ser tomado como um espectro onde cada discurso pode ser ordenado de forma que se identifique o gradiente – vetores de direção, de variação. Por definição, o gradiente de um fenômeno é sempre mais importante do que o valor escalar absoluto de cada elemento. Desta forma pode-se fazer uma ilação, na qual esses discursos indicariam uma direção para além de seu valor em si, privilegiando aspectos ideológicos e persuasivos que sustentam sua expressividade na mídia e o alargamento de sua penetração nas consciências de todos aqueles por eles capturados.

A pertinência da utilização do conceito de espectro se sustenta, ainda, pelo fato de que os discursos sobre as cotas, que oscilam entre favoráveis e desfavoráveis, possuem na base os mesmos conceitos, os mesmos argumentos. Tempo e justiça. Ou seja, uma variação da intensidade do módulo em sentidos várias vezes opostos. Essa variação se apresenta na forma estrutural que este estudo escolheu para apresentar o intenso diálogo que travou com os diferentes discursos sobre as cotas.

⁵⁷ *Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira*, 1ª ed. 9ª reimpressão, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

Com isso se quer afirmar que muito menos que conquistas sociais, a implantação das políticas afirmativas fazem parte de um processo social maior em que, tal como sinaliza o comentador de Nietzsche, na identificação da “Pequena Política”:

Pequena política significa também a funesta confusão ideológica, essencialmente democrática, segundo Nietzsche, entre felicidade, por um lado, e segurança, comodidade, ausência de dor, por outro lado. Essa identificação implica, para ele, em tomar à inglesa o ideal bem supremo, transformá-lo em *welfare*, conforto e bem estar, significa apequenar a política, amesquinhar a figura ou o tipo-homem que se pretende formar por intermédio da política e da cultura; grande política é a política cultural que se inspira num outro ideal de homem, num outra figura que não o homem das “idéias modernas”, do utilitarismo com sua felicidade de mercearia e dos direitos iguais.⁵⁸

Entretanto, reafirma-se aqui que o interesse deste estudo não reside em posicionar-se a favor ou contra o sistema de cotas. Visa-se, sobretudo, deslocar esta lógica binária que, freqüentemente, tem constituído esse debate e propor uma articulação que traga à cena novos operadores conceituais e analíticos que permita dialogar com a referida política de modo distinto do que já foi elaborado até então.

Por outro lado, o tema tem sido tão extensamente debatido, seja por lideranças negras, estudantes e professores, antropólogos, historiadores, juristas, e a sociedade civil organizada, que parece ser impossível que qualquer outra pesquisa possa trazer uma contribuição original.

Em estudo sobre a obra e o pensamento do filósofo Michel Foucault, Vaz afirma que:

Quando se pretende estudar um autor tão repetido, um caminho é possível o de percorrer a distância que separa os comentadores para fixar um lugar onde se possa pensar. Mas, nesse movimento, é difícil não sucumbir ao mito de originalidade; pensava então estar afirmando um “Eu” soberano no seu poder de recusa. Depois de terminado o trabalho, com alguma decepção, descobri que o espaço que se constrói ao percorrer a distância entre os comentadores não é onde, enfim, se consegue dizer “Eu”, mas um espaço-com, povoado de presenças, onde o “Eu” se perde e se multiplica.⁵⁹

⁵⁸ Cf. Junior, G. O. *Crítica da Moral como Política em Nietzsche*. Op.cit, p03.

⁵⁹ Cf. Vaz, P. *Um pensamento Infame*. Editora Imago: Rio de Janeiro, 1992

Esse estudo se pautou nessas mesmas bases. Todo o tempo, vozes e escutas daqueles tantos sonhos legítimos - ter acesso ao ensino superior, um lugar de novas possibilidades, de mudança e o coro de tantos outros, levantado questões, ora apaixonadas, ora indignadas, se fizeram presentes de forma avassaladora, revelando a fragilidade e o envolvimento da pesquisadora com muitos dos pressupostos e, sobretudo, sentimentos dos quais pretendia se distanciar. “Letras de sangue” e, contraditoriamente, sofridas, posto que “ culpada” por almejar a outra margem.

Mas a segurança de continuar o percurso, “de poder querer de outro modo” - de que nos fala Nietzsche em Zaratrusta,⁶⁰ veio, mais uma vez das palavras de Heráclito. “*Ao nome da justiça não ligariam, se tais coisas não existissem.*”⁶¹

⁶⁰ Cf. Nietzsche, F. *Assim Falou Zaratrusta. Um livro para todos e para ninguém.* Op.cit, p. 23.

⁶¹ Cf. Schüler, D. *Heráclito e seu (dis)curso.* Op. cit., p.25.

I- PRIMEIRA DIMENSÃO: políticas de justiça *ou... uma metamorfose ambulante*

Às vezes, dá saudades dos tempos em que se tinha opinião formada sobre tudo. Poucos, como Raul Seixas, preferiam ser uma metamorfose ambulante. Bastava consultar um manual ideológico e pronto, as incertezas acabavam. Era preto no branco. Hoje, ao contrário, o mundo anda tão complexo que tudo é relativo, inclusive essa afirmação. Se até o politicamente correto é incorreto, onde está a certeza? Entre os vários assaltos a que estou sujeito, um dos mais freqüentes é o da dúvida. Por exemplo, devo ser a favor ou contra o sistema de cotas? Fico vendo pessoas sem hesitação, cobrindo-se de razão, e morro de inveja.⁶²

1.1 : Histórico

No Brasil as chamadas políticas de ação afirmativas fazem parte de um conjunto de proposições e ações que tiveram origens e destinos diferenciados, mas que, a partir da segunda metade do século XX, passaram a convergir para um mesmo objetivo – promover a igualdade e a justiça social às minorias e diferentes grupos sociais que, por um motivo ou por outro, tiveram suas histórias marcadas por processos de exclusão e discriminação. Porém, não há, como falar em políticas de ação afirmativa, nesse início do século XXI, sem trilhar o per -curso em que se consolidaram os ideais do direito e da justiça.

Data da Idade Moderna uma tradição que tem como base garantias do indivíduo contra o que predominava até então. Surge o princípio da teoria contratualista que alterou a fonte e a origem do Poder de Deus para os homens. O Iluminismo seria emblemático desse processo. O Contrato Social teria sido, assim, a primeira aproximação moderna com os direitos humanos. Doravante, passam a existir pactos, renúncias, acordos, que incidem sobre os comportamentos e sobre as ações, tanto na esfera coletiva quanto na individual.

⁶² Jornal O Globo. Editoria. Opinião. *Cotas de Incertezas*. 14-07-2004

A modernidade nascente foi, então, palco da ruptura do direito natural e da religião, posto que suas bases estariam, doravante, alicerçadas no terreno da racionalidade. O direito passa a emanar da razão e o homem passa a ser o centro da ordenação jurídica do Estado. O Estado Absoluto é reconceptuado. “Com a secularização, o Estado e a Igreja dividem-se, percebendo-se, então, os primeiros documentos que estabelecem a existência de direitos independentes da vontade do Estado” – diz a professora de Direito da Unisinos/RS, Vanessa Flain dos Santos.⁶³

No estudo intitulado *Direitos Fundamentais e Direitos Humanos*, a autora ressalta, porém, que alguns teóricos do direito, como Fábio Comparato, indicam a formulação de direitos humanos já no processo de declínio da Idade Média.

O direito comunal europeu, fundado na liberdade e igualdade opunha-se drasticamente à compartimentalização social e às servidões feudais. O absolutismo passou a ser contestado na reação dos barões ingleses que no século XIII impuseram a João Sem Terra o reconhecimento de direitos fundamentais, inscritos na Magna Carta e que aperfeiçoara nas *Bill os Rights* que lhe seguiram.⁶⁴

Ainda que em Kant esteja presente a noção da justiça como princípio universal, sendo o filósofo o grande arquiteto da transformação do indivíduo singular para o indivíduo de direito que irá culminar com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a pesquisadora acrescenta que o que predominou no início do período moderno foi o chamado jusnaturalismo ou o jusnaturalismo democrático, ou seja, a legítima decisão da maioria. Aponta, também, para o positivismo jurídico em que o direito é visto como uma ciência valorativa, buscando-se por meio dele uma norma efetivamente válida em uma determinada ordem. “ Neste contexto, o direito dita qual a moral a ser aplicada dentre as várias existentes, saindo do plano fático, ingressando no direito positivo, com

⁶³ Cf. Santos, V. F. *Direitos Fundamentais e Direitos Humanos*. Revista Âmbito Jurídico, fevereiro/2002. <http://www.ambito-juridico.com.br>. Último acesso 29 de janeiro de 2006, p. 4.

⁶⁴ Ibidem, p.5.

fim determinado”.⁶⁵ Dentro dessa linha de pensamento, emerge a Teoria Pura do Direito na qual o objeto do estudo da ciência do direito é a norma. “Nessas linhas, tem-se como o centro “o dever ser” e não “ser”, pois se a norma impõe determinada conduta, o indivíduo deveria em concordância a ela proceder”.⁶⁶

Norberto Bobbio entende que o jusnaturalismo seria mais uma ideologia do que Direito e por isso não teria, de fato, atingido seu ápice. No clássico livro intitulado *A Era dos Direitos*, o autor faz um estudo elucidativo para compor esta investigação em que os Direitos Humanos são classificados em três gerações.⁶⁷

Os direitos fundamentais de Primeira Geração são baseados nas doutrinas iluministas e jusnaturalistas dos séculos XVII e XVIII. São os direitos civis e políticos representando o direito à vida, à liberdade, à liberdade de expressão, à liberdade de participação política, à propriedade, à igualdade perante a Lei e ainda algumas garantias processuais. São direitos relacionados com o próprio indivíduo e que objetivam limitar a ação do Estado. Nesse sentido, são parte da luta burguesa anti-absolutista que, nesse momento, entendia a interferência do Estado como negativa. Podem ser classificados como Direitos Civis e Políticos, também chamados de Direitos de Liberdade, representativos da fase inaugural do constitucionalismo do Ocidente.

Já os Direitos Humanos de Segunda Geração surgem no final do século XIX e têm como base os direitos trabalhistas embasados na teoria marxista. Indicam que o Estado deve agir positivamente para favorecer as liberdades, antes vistas apenas como formais. Têm por objetivo conduzir os indivíduos desprovidos de mobilidade social à igualdade material, por meio da intervenção estatal, por isso os Direitos Humanos de Segunda Geração são chamados de Direitos Sociais.

⁶⁵ Cf. Santos, V. F. *Direitos Fundamentais e Direitos Humanos*. Op.cit. p.5.

⁶⁶ Ibidem,p.5.

⁶⁷ Cf. Bobbio, N. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Editora Campus,1992,pp 31-32.

Os Direitos Humanos de Terceira Geração são também denominados de direitos de solidariedade e fraternidade. Foram desenvolvidos no século XX, compondo os Direitos que pertencem a todos os indivíduos, constituindo um interesse difuso e comum, transcendendo a titularidade do indivíduo para a titularidade coletiva, ou seja, tendem a proteger os grupos humanos. São também denominados Direitos Transindividuais. Pode-se referir o direito à paz, à autodeterminação dos povos, ao meio ambiente, qualidade de vida, à utilização e conservação do patrimônio histórico cultural e o direito à comunicação. Em tal contexto, a maior parte dos direitos que englobam esta classificação não encontra respaldo constitucional, sendo consagrados com mais intensidade no âmbito internacional, principalmente no que diz respeito à paz e ao desenvolvimento e progresso social. Estariam, pois, estes direitos na base das políticas e das ações afirmativas. No entanto, são também estes direitos a base de um paradoxo a ser observado neste estudo, posto que a responsabilidade das ações humanas e a gama de conseqüências que delas advém, tem se deslocado, cada vez de forma mais intensa e mais explícita, da esfera do Estado e do coletivo organizado para o plano individual.

Ainda como recurso heurístico, Santos esclarece, porém, que há outros doutrinadores que entendem essa classificação até a quarta ou quinta geração, ainda que apenas como pretensões de direitos e não enquanto direito instituído.⁶⁸ Em sua análise, a autora parte de Paulo Bonavides que define como direitos de quarta geração aqueles que surgiram na última década, devido ao grau avançado de desenvolvimento tecnológico da humanidade. Seriam os direitos ligados as pesquisas genéticas, surgidos da necessidade de se impor mecanismos de controle à manipulação do genótipo dos seres, em especial o do ser humano. Também no bojo dessa geração estão os direitos à democracia, ao

⁶⁸ Cf. Santos, Vanessa Flain. *Direitos Fundamentais e Direitos Humanos*. Op.cit.,p.13.

pluralismo e à informação. Já nos Direitos da Quinta Geração estão os direitos que surgem com o avanço da Cibernética.⁶⁹

A autora ressalta, também, a importante diferenciação feita entre os magistrados e filósofos do direito, entre os chamados Direitos Humanos e os Direitos Fundamentais. São, todavia, diferentes definições e interpretações embora todas venham a convergir para um patamar médio de entendimento. A autora traz de Moraes, por exemplo, a definição dos Direitos Humanos como referencial ético dos homens. Já os Direitos Fundamentais são direitos absolutos e imutáveis, visando tutelar, como os direitos humanos, a liberdade, a vida e a dignidade da pessoa humana. Cita, também, outras definições que, em síntese, definem os direitos do homem como direitos naturais ainda não positivados e direitos humanos como direitos positivados na esfera do direito internacional.⁷⁰

Bobbio, por sua vez, numa análise que coaduna com a perspectiva de estudo aqui proposta, define os Direitos Humanos como direitos históricos, que nascem de modo gradativo em virtude de determinadas situações. O autor defende a distinção entre direitos unicamente naturais, que equivaleriam aos direitos humanos e os direitos positivados, que equivalem aos direitos fundamentais.⁷¹

Assim, foi neste contexto e processo que se firmou a origem filosófica e política da noção das ações afirmativas, marcada, de forma inequívoca, pelo surgimento do nascente liberalismo burguês do século XVII.

Todavia, como já citado aqui, ingleses e franceses gostam de remontar as origens da luta pela liberdade, respectivamente à Magna Carta de 1215 e às petições feitas pelos Estados Gerais, reunidos em Paris, de 1355 e 1484, que tinham como tema principal a defesa da liberdade.

⁶⁹ Cf. Santos, Vanessa Flain. *Direitos Fundamentais e Direitos Humanos*. Op.cit.,p.14.

⁷⁰ Ibidem, p.15.

⁷¹ Cf. Bobbio, N. *A Era do Direito*, op.cit., p.5

Sob o ponto de vista da modernidade constitucional, dois marcos ingleses: a *Petition of Rights* de 1628, que reclamava, entre outras coisas, dos impostos e prisões ilegais e a carta *Bill of Right*, de 1689, que visava limitar o poder dos monarcas, bem como impedir que, a partir dali, o Parlamento fosse fechado a qualquer pretexto. Ambas vieram a influenciar de maneira expressiva o processo de luta pela liberdade vivenciada tanto por ingleses quanto franceses, chegando também na América colonial.

Um exemplo disto está na Convenção de Virgínia, em 20 de junho de 1776, considerada como a primeira declaração de Direitos em um sentido moderno. A Declaração irá influenciar e ter seus ideais aprimorados na Declaração da Independência, símbolo da luta dos colonos ingleses pela liberdade, redigida por Tomas Jefferson, na Revolução Americana e também pela famosa Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovadas pela Assembléia Nacional Francesa em agosto de 1789, emblema da Revolução Francesa e dos ideais iluministas basilares: *liberté, égalité, fraternité*. Ambas foram redigidas no bojo dessa influência.

Paralelamente, os norte-americanos, influenciados pela carta francesa, ao constatar que a Declaração de Independência, de 1787, não apresentava uma Declaração de Direitos, redigiram as chamadas primeiras dez emendas de 1791. Também conhecidas como *Bill of Rigths*, as emendas visavam garantir ao homem comum americano, fundamentalmente, liberdade de imprensa, de religião, o *hábeas corpus* e o julgamento pelo júri.⁷²

Mas será a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que irá marcar o imaginário popular moderno e se constituir na real fonte inspiradora da atual política dos

⁷² Os historiadores franceses preferem, no entanto, minimizar a influência americana ou anglo-saxã na redação da sua famosa Declaração. Atribuem a ela preocupações "universais", querendo alcançar o mundo por inteiro, acusando as outras, as inglesas e as americanas, de serem mais limitadas, pontuais e exclusivistas, um queixume contra um rei insensível. Os americanos, por sua vez, asseguram que as suas são mais "práticas" enquanto a francesa se revela excessivamente "abstrata", carregada de princípios metafísicos difíceis de serem aplicados. <http://www.un.org> Último acesso, 15 de outubro de 2005.

Direitos Humanos, matriz do direito constitucional moderno. Praticamente todas as cartas contemporâneas fazem referência, direta ou indiretamente à carta. Mesmo Lênin, apesar de acusar a carta de classista e elitista, inspirou-se nela para redigir a Declaração dos Direitos do Povo trabalhador e explorado em 1918, documento com apenas quatro artigos e que viria a ser preâmbulo da primeira Carta Constitucional Soviética de 1918.⁷³

A carta americana de 1948, conhecida como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela ONU⁷⁴ (Organização Geral das Nações Unidas), organização oficialmente fundada no pós-guerra, em outubro de 1945, também é, nesse processo, um marco referencial no processo institucional de reconhecimento dos direitos humanos básicos. Este documento foi o pioneiro em estabelecer internacionalmente uma pauta de direitos humanos e de liberdades fundamentais. Embora não tenha obrigatoriedade legal, serviu como referência para os dois tratados sobre direitos humanos da ONU, de força legal – o Tratado Internacional de Direitos Cíveis e Políticos, de 1966 e o Tratado Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1976. Neste processo, também se destacam a Carta Social Européia de 1961, a Convenção Americana dos Direitos do Homem e dos Povos, de 1981, a Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, de 1991.

Observa-se que, a partir daí, será cada vez mais destacado pela ONU o caráter da chamada internacionalização e universalização dos Direitos Humanos. Vale destacar, ainda, que estes tratados e convenções regionais, que convivem tanto com um sistema europeu de proteção aos Direitos Humanos, cujo marco está na Convenção Européia de

⁷³ É bom lembrar que os franceses redigiram e aprovaram duas outras declarações: uma em 1793 e outra em 1795. Se a primeira mostrava a arrogância do burguês, sequioso de liberdade e desprezando o Estado (daí vedar-lhe o direito de prender sem processo formal e dividi-lo em três outros poderes), separando os direitos, em humanos (igual para todos) e do cidadão (apanágio de alguns), a de 1793 é considerada como aquela que se preocupou com os aspectos sociais. Fruto da ingerência jacobina, foi ampliada para 35 artigos, sendo o último uma peça subversiva de primeira grandeza, porque praticamente induz os cidadãos à rebelião contra o governo. "A insurreição é para o povo", diz o artigo, "o mais sagrado dos direitos e o mais indispensável dos deveres". <http://www.un.org> Último acesso, 15 de outubro de 2005.

⁷⁴ Ibidem.

Direitos Humanos, de 1950, como também, no chamado Sistema Interamericano de proteção aos Direitos Humanos tendo a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 1969, como ícones desses movimentos.

No que tange especificamente às ações afirmativas, é comum associar sua origem aos Estados Unidos, mais precisamente aos anos que se seguiram ao pós-guerra, tendo ganhado relevância e efetividade nas décadas de 50/60 do século XX, sobretudo no governo de John Kennedy.

Numa breve síntese do processo de implantação das políticas afirmativas nos Estados Unidos, em estudo realizado no Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, Allen ressalta que:

Ainda que as políticas de ação afirmativa tenham suas raízes na longa e complicada história das relações raciais nos Estados Unidos, a introdução de políticas de ação afirmativa naquele país aconteceu no ano de 1961. Neste ano, o presidente John F. Kennedy criou o comitê de Equidade na Oportunidade de Emprego (*Committee on Equal Employment Opportunity*)⁷⁵.

Todavia o caráter dessas políticas não se restringe aos países ocidentais. Na Índia, desde 1948, introduziu-se um sistema de cotas para os conhecidos como *dalits*⁷⁶

⁷⁵ Cf. Allen, D. G. *Breve História da Ação Afirmativa nos Estados Unidos*. IN: Revista Advir, nº 19. Revista da Associação dos docentes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. ASDUERJ. Set, 2005 p. 81.

⁷⁶ A Índia é o segundo país mais povoado da terra, com mais de 1 bilhão de habitantes. Todavia, há mais de 4 mil anos adota um sistema de castas, baseado na majoritária religião hinduísta ou bramânica, que paradoxalmente é sumariamente arraigada e conta com a adesão de 75% da população. Outros 12% são de religião muçulmana, 8% cristãos e os 10% restantes dividi-se entre budistas, *jains*, *sikhs* e *coroastrianos*. De acordo com o brahmanismo, a sociedade indiana divide-se em três grupos. O primeiro grupo é o das quatro castas: “*brahmins*” (elite religiosa e proprietários de terras), “*ksatriyas*” (militares e guerreiros), “*vaisyas*” (comerciantes) e “*sudras*” (trabalhadores). O segundo grupo está integrado pelos “*dalits*”- “intocáveis”, “parias” ou “sem-casta” – considerados por alguns como uma sub-casta dos “*sudras*”, porém, na realidade, estão fora do sistema de castas. Historicamente têm sido tratados quase como infra-humanos, com relação aos quais os membros das quatro castas mencionadas evitam contato. O nome “intocável” provém do fato de que simplesmente tocar em um “*dalit*”, mesmo que por descuido, requer um banho formal ou uma cerimônia religiosa para descontaminar-se. Seu número é estimado em 200 milhões, 20% da população. O terceiro grupo engloba os “*advasis*”- povos indígenas descendentes de tribos que habitam a floresta da Índia desde tempos imemoriais – considerados pelo brahmanismo como um grupo à margem da sociedade, com 100 milhões de membros, 10% da população da Índia. Em sânscrito, casta significa “*varna*, ou cor da pele. Crê-se que esta divisão começou há 4.500 anos, com a invasão dos ários, uma mescla de europeus com índios, presumivelmente chegados do sul da Rússia, que

ou intocáveis, como forma de promover-lhes o acesso a cargos públicos e ao ensino superior.⁷⁷ Nesse sentido, o caráter dessas proposições e ações tem início com a marca da promoção diferenciada e busca de reparação aos excluídos e/ou discriminados.

No curso do processo ocidental, o marco da promulgação da Lei dos Direitos Civis da América do Norte (*Civil Right Act*)⁷⁸, em 1964, que objetivava compensar as seqüelas deixadas pela história de segregação vivida pelos afro-americanos, veio corroborar a ação dos movimentos sociais organizados, sobretudo do movimento negro, na luta contra a discriminação avassaladora de então. Foi a partir dessa lei que as chamadas políticas de promoção ou promocionais começaram, de fato, a ganhar impulso dando início a programas e políticas denominadas, nos Estados Unidos, de *affirmative action* ou *equal opportunity policies*, na Europa de *positive discrimination* e, mais recentemente, em países de língua portuguesa, as referidas políticas ficaram conhecidas por políticas de discriminação positiva, políticas compensatórias, sendo mais difundida a terminologia de políticas de ação afirmativa.

Tendo como base as políticas de cor, como exemplo de políticas afirmativas focalistas, incidindo diretamente nas questões que afetam as especificidades de determinados grupos sociais, Silva resume:

As políticas de ação afirmativa são, antes de tudo, políticas sociais compensatórias. Quando designamos políticas sociais queremos dizer intervenções do Estado que garantem, ou que dão substância, aos

por esta razão eram de pele mais clara e que em pouco tempo dominaram boa parte do território que hoje abarca a Índia, Paquistão e Bangladesh. A nova Constituição Indiana extinguiu oficialmente a existência de castas, em benefício dos “*dalits*”. Entretanto, o problema continua na prática, constituindo uma enorme bomba-relógio social que as esquerdas buscam manipular a todo custo, para poder fazê-las detonar. Um dos principais obstáculos que encontram é a adesão de boa parte dos próprios “*dalits*” à religião brahmânica ou hinduísta que lhes inculca resignação ante seu miserável estado, conseqüência de pecados cometidos em supostas vidas anteriores. Seus sofrimentos atuais seriam os requisitos para alcançar uma condição superior em uma nova reencarnação. <http://www.midiaseम्मascara.org>. Edição 4º Fórum Social Mundial: o porquê da Índia – 05 de fevereiro de 2005. Último acesso, 23 de março de 2005.

⁷⁷ Recentemente, em maio de 2006, milhares de pessoas foram às ruas na capital indiana, em greve, para protestar contra a decisão do governo em aumentar o percentual concedido à política de cotas vigente no país para as castas mais baixas de 22,5% para 49,5%. Líderes do movimento afirmam que após décadas de convivência no país com o sistema de cotas, mitos consideram que a mesma são um crime legalizado pelo governo. Globo News. Tele-jornal *Em cima da Hora*. 20-05-2006.

direitos sociais. Já políticas compensatórias, por sua vez, abrangem programas que remedeiam problemas gerados em larga medida por ineficientes políticas preventivas anteriores ou por políticas contemporâneas que são *prima face* socialmente não dependentes(...). Portanto, as políticas de ação afirmativa, apresentam-se como importante mecanismo ético-pedagógico dos diferentes grupos sociais para o respeito às diversidades, sejam raciais, étnicas, culturais, de classe, de gênero ou de orientação sexual, etc. Essa percepção do direito à diferença, leva em conta que a realidade das políticas denominadas universalistas – ou no caso das políticas raciais “cegas em relação à cor”- não atendem às especificidades dos grupos ou indivíduos vulneráveis, permitindo a perpetuação da desigualdade de direitos e de oportunidades. Disso emerge a idéia de adoção de políticas compensatórias focalistas (ou particularistas) que, atendendo ao direito à diferença, percebem os grupos os indivíduos como sujeitos concretos, historicamente situados, que possuem cor, raça, etnia, deficiências, transtornos emocionais, orientação sexual, origem e religião diversas. É a superação da idéia filosófica Moderna, que encarava o ser humano como uma unidade homogênea, pela idéia pós-moderna dos seres humanos possuindo as especificidades relatadas⁷⁹.

A conhecida frase de Boaventura de Souza Santos é emblemática desta concepção. “Temos o direito de ser iguais sempre que as diferenças nos inferiorizem; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracterize”⁸⁰ ou nos dizeres do atual Ministro da Cultura, o músico Gilberto Gil, defendendo as cotas para negros – “onde há desigualdade é preciso tratamentos desiguais”⁸¹.

Citando Cashmore, o autor amplia sua análise conceitual:

as ações afirmativas são medidas temporárias e especiais, tomadas ou determinadas pelo Estado, de forma compulsória ou espontânea, com o propósito específico de eliminar as desigualdades que foram acumuladas no decorrer da história da sociedade. Estas medidas têm como principais beneficiários os membros dos grupos que enfrentaram preconceitos.⁸²

Já o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa Gomes, também citado no estudo, define as ações afirmativas como:

um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à

⁷⁹ Cf. Silva, L.F. *Estudo sociojurídico relativo à implementação de políticas de ação afirmativa e seus mecanismos para negros no Brasil: aspectos legislativo, doutrinário, jurisprudencial e comparado*. IN: <http://www.ines.gov.br>. Último acesso 10 de julho de 2004, p. 12.

⁸⁰ Cf. Souza Santos, B. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez. 4ª ed. 1997, p.89.

⁸¹ Gilberto Gil. *Jornal O Globo. Cotas para o Jabá*. Editoria. O País. 22-07-2005

⁸² Cf. Cashmore, E. *et alli. Dicionário das relações étnicas e raciais*. São Paulo: Summus, 2000, p.31.

discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego.⁸³

Independentemente de definições acadêmicas, no caso brasileiro há quem interprete que a primeira política de cotas no Brasil se deu com a Lei da Nacionalização do Trabalho, em 1931. O professor paulista Hélio Silva Jr. defende esta interpretação e agrega algumas questões importantes ao debate.

No início do governo Getúlio, em 1931, o Brasil aprovava a primeira lei de cotas de que se tem notícia nas Américas: a Lei da Nacionalização do Trabalho, ainda hoje presente na CLT, que determina que dois terços dos trabalhadores das empresas sejam nacionais. Com o surgimento da Justiça do Trabalho, naquele período, o Direito do Trabalho inaugurava uma modalidade de ação afirmativa que até hoje considera o empregado um hiposuficiente, favorecendo-o na defesa judicial dos seus direitos. Em 1968, o Congresso instituiu cotas nas universidades, por meio da chamada Lei do Boi, que prescrevia: “Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservarão, anualmente, de preferência, de 50% de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural e 30% a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio.” Note-se que desde 1970 o Brasil é signatário de acordos de cooperação científico-tecnológica com países africanos, de modo que jovens são selecionados nos seus países de origem e ingressam nas melhores universidades brasileiras sem passarem pelo discutível crivo do vestibular. Já na vigência da Constituição de 1988, o país adotou cotas para portadores de deficiência no setor público e privado, cotas para mulheres nas candidaturas partidárias e instituiu uma modalidade de ação afirmativa em favor do consumidor: dada a presunção de que fornecedores e consumidores ocupam posições materialmente desiguais, estes últimos são beneficiados com a inversão do ônus da prova. Um outro dado histórico: em 1950 o vereador Cid Franco e o deputado Jonas Correia denunciavam na Câmara de São Paulo e na Câmara dos Deputados que instituições particulares de ensino, entre outras beneficiárias de recursos públicos, excluía abertamente crianças negras. Isto é, há pouco mais de 50 anos a decantada democracia racial ainda se esmerava em dificultar o ingresso de negros no sistema de ensino.⁸⁴

Ou seja, tanto os mecanismos de discriminação, quanto os mecanismo de reserva de vagas estavam postos à sociedade brasileira ainda em meados do século XX,

⁸³ Cf. Gomes, J.B. *Instrumentos e métodos de mitigação da desigualdade em direito constitucional e internacional*. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em <http://www.mre.gov.br>. Último acesso em 05/10/2005.

⁸⁴ Hélio Silva JR. Professor. Jornal O Globo. Editoria: O País, 23-05-2004.

possuindo, no entanto, uma outra historicidade, representando um outro domínio nas correlações de forças que predominavam no período.

Como se pode observar, a princípio, tais ações teriam como objetivo conduzir um processo de diminuição das desigualdades sociais e culturais, sobretudo àquelas identificadas com as dificuldades de acesso aos bens culturais universais, entre eles o acesso à educação e ao trabalho.

Por outro lado, pesquisadores com Thomas Sowell, que elaborou um estudo detalhado sobre o impacto da adoção da política de cotas nos EUA, contradizem as expectativas e os argumentos daqueles que defendem as cotas como estratégia de mobilidade social de grupos minoritários e/ou excluídos. O livro, apenas parte de muitos de seus estudos sobre o tema, tem o título - *Ação Afirmativa ao Redor do Mundo: um Estudo Empírico*⁸⁵.

Sowell é pesquisador sênior de Políticas Públicas da *Hoover Institution*, centro filiado à *Stanford University* e escreve para a Revista *Forbes* sendo que sua coluna é publicada simultaneamente em 150 jornais de todo o mundo. Além do mais, pertence a uma das minorias que estuda: trata-se de um pesquisador negro e que declara que chegou onde chegou, na disputada sociedade americana, sem as condições oferecidas atualmente pela política de cotas.

Vários artigos, reportagens e cartas selecionadas nesse estudo fizeram referência a este livro. Destaca-se, no entanto, um editorial do jornalista Ali Kamel⁸⁶, do jornal O Globo, de 29 de maio de 2004, intitulado *Cotas, um erro já testado* e o artigo da antropóloga e professora da Universidade de São Paulo, Lilia Schwarcz, publicado

⁸⁵ Cf. Sowell, T. *Affirmative Actions around the world: an empirical study*. New Haven and London: Yale University Press. 2004.

⁸⁶ Vale a observação que o jornalista Ali Kamel é referencia constante neste trabalho na medida em que ele é o Editor chefe do Jornal O Globo e tem tido papel fundamental ao colocar em questão a política de cotas. É importante ressaltar, também, que a longa transcrição das falas selecionadas dos principais veículos de comunicação, sobretudo na parte de análise empírica dos discursos, fez-se necessária de modo a garantir a integridade do pensamento de cada autor/leitor, e não meramente recortes, ideologicamente marcados.

exatamente um ano depois, no Jornal Estado de São Paulo, na ocasião do lançamento da tradução do livro no Brasil, em 29 de maio de 2005, intitulado *Muito além das cotas*. O primeiro, do jornalista chefe da editoria do Jornal O Globo, que tem declarado de forma explícita seus descontentamentos com a política de cotas e o segundo, da antropóloga que tem se apresentado ao debate de forma problematizadora.

Enfatizando os aspectos contraditórios que a adoção de políticas raciais pode trazer para um país como o Brasil, Kamel escreve:

No momento em que o Brasil está prestes a adotar cotas raciais, rompendo sua tradição legal de tratar os brasileiros sem distinção de raça ou cor, um livro lançado em março nos EUA é leitura obrigatória: *Ação Afirmativa ao redor do mundo, um estudo empírico*. (...) O livro é uma pesquisa sobre o efeito das ações afirmativas e da adoção de cotas na Índia, Malásia, Sri Lanka, Nigéria, Estados Unidos e outros países. As conclusões, calcadas em fatos e números, são demolidoras. (...) quando as cotas surgiram, na Índia, seus defensores diziam que elas durariam dez anos. Isso foi em 1949, e até hoje elas estão em vigor, ampliadas. O mesmo aconteceu por toda a parte. O motivo é simples: depois de conceder, que político se dispõe a retirar um benefício e correr o risco de perder a eleição?(...) Sowell prova também que tais políticas não beneficiam seus destinatários iniciais, mas apenas os mais afortunados do grupo. (...) A grande tragédia que as políticas de preferências e de cotas acarretam é o ódio racial. O sentimento de que o mérito não importa esgarça o tecido social. A grande tragédia que as políticas de preferências e de cotas acarretam é o ódio racial. Na Índia, os registros de atrocidades contra os intocáveis eram de 13 mil nos anos 80; pularam para mais de 20 mil nos anos 90 (o número de mortos era quatro vezes maior nos 90 do que nos 80); Na Nigéria, a adoção de políticas de preferência racial levou a uma guerra civil, provocando o cisma que criou Biafra (mais tarde reincorporada), sinônimo de fome e miséria. Sri Lanka, quando da independência, era uma nação em que duas etnias, com língua e religião diferentes, conviviam harmoniosamente. Com a adoção de políticas de preferência racial, o que se viu foi uma das mais sangrentas guerras civis. Nos EUA, o número de conflitos raciais foi crescente a partir da década de 70, ano de adoção das cotas.⁸⁷

E o jornalista finaliza:

Errar, por ter boas intenções, é uma coisa. Errar, ignorando toda e experiência internacional sobre o assunto, é caminhar conscientemente para o desastre. Os negros brasileiros não precisam de favor. Precisam apenas de ter acesso a um ensino básico de qualidade, que lhes permita disputar de igual para igual com gente de toda a cor.⁸⁸

⁸⁷ Ali Kamel. Jornal O Globo. *Cotas, um erro já testado*. Editoria: Opinião. 22-05-2004.

⁸⁸ Ibidem.

Já a antropóloga Lilia Schwarcz faz uma análise menos apaixonada da questão e classifica o autor do estudo como um pensador conservador e influente e destaca:

Na opinião do autor, as políticas afirmativas teriam levado à desigualdade, e não à igualdade que dizem promover. Sowell chama as políticas afirmativas de “mitologias políticas”, assim como as denuncia enquanto um conjunto de “suposições, crenças e arrazoados”, sem suporte empírico a sustentar sua rentabilidade. Para se contrapor a tal experiência, lança mão dos exemplos de países como Estados Unidos, Índia, Nigéria, Sri Lanka e Malásia, a fim de demonstrar que, nessas nações, tais políticas teriam favorecido um grupo delimitado (nem sempre minoritário ou excluído) em detrimento de outros, ou provocado conflitos e guerras. Na Índia, nação que teria aplicado políticas de ação afirmativa desde os tempos coloniais ingleses, o processo propiciou a ascensão dos grupos prósperos das “castas da lista” e não privilegiou os mais pobres, como os “intocáveis”. Na Malásia, teria favorecido uma maioria, contra uma minoria dinâmica, como os chineses, emigrados mais recentes. No Sri Lanka, a consequência seria a radicalização entre cingaleses e tâmeis e a própria guerra civil. O conflito civil da Nigéria também teria sido motivado pela tentativa de retirar de uma etnia, os hauçás, os direitos entregues a outra: os iorubas. Por fim, nos Estados Unidos, depois de um zigzague de decisões judiciais, a tendência teria gerado uma política de cotas e preferências temporárias, cuja decorrência, segundo Sowell, foi acirrar ódios raciais e deixar os “milionários negros ainda mais milionários”. Como se vê, na opinião de Sowell as políticas afirmativas não implicariam nem ao menos em um processo de soma zero. Ao contrário, teriam gerado polarizações, radicalismos, classificações arbitrárias, vagas não preenchidas em universidades e no mercado, queda de nível educacional e profissional e uma certa discriminação negativa contra brancos.⁸⁹

Todavia, a antropóloga ressalta:

Mas não se iludam os leitores mais apressados. Antes de ser o último refúgio da cientificidade norte-americana, esse é um livro que guarda um argumento e o inflaciona. Se é fato que tais políticas são controversas, também é fato que Sowell carrega nas tintas. Para ele, no limite, qualquer conflito seria o resultado (imediate, previsível ou potencial) desse tipo de política. Se a igualdade jurídica é um ganho da modernidade, e políticas compensatórias carregam o perigo de “descompensar”, também é verdade que exclusões históricas (e não biológicas) merecem atenção. Como dizia no início deste artigo, ainda engatinhamos nessa questão que parece, entre nós, aquartelar-se no debate de cotas para a universidade. É certo que as políticas nacionais têm se mostrado meio apressadas, quando não desastrosas, mas isso não apaga a relevância do tema e a urgência da reflexão. O problema está justamente nas formas de enfrentamento e encontra-se dividido entre saídas mais universalistas – voltadas para a melhoria do ensino médio e básico – ou mais focadas – que têm apostado todas as suas fichas nas cotas, que representam, diga-se de passagem, apenas uma pequena parte

⁸⁹ Lilia Schwarcz. *Jornal O Globo. Muito além das cotas*. Editoria: Opinião. 22-05-2005.

de uma agenda vasta e complexa. O esforço comparativo desse livro é inegável e merece atenção. No entanto, diante da opinião implacável de Sowell, não há como esquecer do desabafo de Lima Barreto, que nos tempos da Velha República, em seu Diário Íntimo, resumiu como ninguém a lógica perversa da discriminação. “A capacidade mental dos negros”, dizia ele, “é discutida a priori e a dos brancos a posteriori.”⁹⁰

O referido artigo traz, ainda, uma boa síntese histórica do processo de adoção das políticas afirmativas. Neste curso, no caso brasileiro, destaca-se como elemento desencadeador do debate, a década de 70, mais precisamente o ano de 1978 em que fundava-se o Movimento Negro Unificado. Agregando a discussão desencadeada pelo movimento de direitos humanos, anteriormente identificados no Brasil apenas na luta contra a ditadura e a violação dos direitos políticos e civis, o movimento Negro colocou em pauta a questão racial na sociedade brasileira, sempre muito “protegida” pelo mito da democracia racial.⁹¹

A década de 80 foi marcada como aquela em que se desenvolveram centros e leis, como a criação da Fundação Palmares e a Lei Caó. Todavia, ainda que esse movimento representasse certo avanço na pauta de reivindicações do movimento negro, será apenas na década de 90⁹², no então governo de Fernando Henrique Cardoso, que o tema volta com força ao cenário político, impulsionado pela também intensificação do debate

⁹⁰ Lilia Schwarcz. *Jornal O Globo. Muito além das cotas*. Op.cit.

⁹¹ Cf. Silva, L. F. M. ressalta que “antes da intervenção qualificada do Movimento Negro, o movimento nacional por direitos humanos não reconhecia que os negros eram as maiores vítimas das violações dos direitos humanos, em face da persistente discriminação e sua subsequente posição na estrutura econômico-social”. IN: Estudo sociojurídico relativo à implementação de políticas de ação afirmativa e seus mecanismos para negros no Brasil: aspectos legislativo, doutrinário, jurisprudencial e comparado. (*mimeo*)

⁹² Aqui cabe uma importante ressalva. Vários outros movimentos compensatórios ou de reservas de vagas já estavam em curso na sociedade brasileira, sem, no entanto, ser alvo de tanta visibilidade como a política de cotas para negros nas universidades. Um exemplo é a Lei de Reservas de Vagas, de 1991, que estabelece que empresas com até 200 empregados deva preencher 2 % de suas vagas com deficientes físicos, de 201 a 500, 3%; de 501 a 1000, 4% e a partir de 1.000, 5%. (*Jornal O Globo, Os Deficientes*, novembro de 2000, Caderno Economia, p.28.) Os dados do último censo do IBGE dizem que apenas 180 mil deficientes trabalham num universo de 16 milhões. (*Jornal O Globo, Trabalho Eficiente*. Editoria: Segundo Caderno, março de 2001, p.15). Todavia, na prática, essa reserva, na maioria das vezes, salvo os deficientes que ingressam na carreira pública, municipal, estadual ou federal por concurso, está atrelada a convênios entre empresas e instituições filantrópicas ou mesmo órgãos governamentais. O que esses convênios acabam por firmar são acordos nos quais os deficientes são admitidos com salário extremamente inferiores aos demais trabalhadores, sendo ainda descontado uma “taxa” administrativa para a manutenção da instituição filantrópica conveniada.

internacional, promovido, sobretudo, pelos organismos internacionais já citados aqui, como a ONU e a UNESCO.

Foi no curso desse processo que em 20 de novembro de 1995, por ocasião do centenário de Zumbi dos Palmares, que se institui o Grupo de Trabalho Interministerial para a valorização da População Negra. Em seguida, em 1996, o Ministério da Justiça promoveu o Seminário “Multiculturalismo e Racismo”: o papel da “Ação Afirmativa” nos estados Democráticos contemporâneos. A intenção do Seminário foi a de recolher subsídios para a elaboração e implantação de políticas públicas para a população negra.⁹³

Vale observar que a pauta do Seminário procurou partir exatamente do reconhecimento da existência do preconceito no Brasil e seria chancelada pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso (FHC) cujo doutoramento versou sobre as relações entre o capitalismo e a escravidão no sul do Brasil.

No entanto, na ocasião, chamado a posicionar-se, FHC, tanto em seu discurso como nas políticas que adviriam de seu governo, acabou por marcar, apenas, a valorização da miscigenação da sociedade brasileira. O fato é que mesmo criando em 1996 o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), no qual estavam já previstas políticas de cunho compensatório, até o fim de seu governo em 2001, pouca coisa de fato havia sido feita.

⁹³ Cf. Henriques, R. destaca que o último censo do IBGE constatou que pretos e pardos constituem quase a metade de nossa população, somando um total de cerca de 45% dos brasileiros. Estudos indicam que esse total perfaz algo em torno de 76 milhões de pessoas, ou seja, a maior população negra do mundo, só perdendo para a Nigéria, o maior país africano. Henriques (2003) ressalta que dentre esse total, “(...) a população negra e parda correspondem cerca de 65% da população pobre e 70% da população em extrema pobreza. Os brancos, por sua vez, são 54% da população total mas somente 35% dos pobres e 30% dos extremamente pobres. Os diversos indicadores de renda e riqueza confirmam que nascer negro no Brasil implica maior probabilidade de crescer pobre”. Ressalta ainda “(...) que a escolaridade de um jovem médio com 25 anos de idade gira em torno de 6,1 anos de estudo, um jovem branco da mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudo. O diferencial é de 2,3 anos.” O mesmo autor revela, ainda, que (...) apesar da escolaridade de brancos e negros crescer de forma contínua no século XX, 2,3 anos de estudo é a diferença observada na escolaridade média dos pais desses jovens.” *Silêncio – o canto da desigualdade racial*. IN: Organização Ashoka empreendimentos sociais e Takano Cidadania. Racismos Contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Ed.,2003, pp.14-15.

A marca da guinada do processo no Brasil teve, mais uma vez, a forte influência dos movimentos internacionais. Em setembro de 2001, foi realizada em Durban, na África do Sul, a Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância⁹⁴, sob os auspícios, mais uma vez, da ONU. O documento final da Conferência, é claro, recomenda a implantação de políticas de ação afirmativa, principalmente, nos países signatários da conferência. O Brasil comprometeu-se, na ocasião, oficialmente, a adotar medidas contra o racismo, o preconceito e a falta de oportunidades para os afro-descendentes.

Como consequência direta da participação brasileira nesse processo, pode-se identificar o desencadeamento de ações ministeriais destinadas à implantação de cotas, como por exemplo, o Ministério da Justiça, do Desenvolvimento Agrário e das Relações Exteriores que passaram a destinar vagas por cotas para negros.

Da mesma forma, e no mesmo ano, a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro destinava 40% das vagas das universidades estaduais para negros e pardos, dando início à polêmica jurídica e política que se seguiu desde então.⁹⁵

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem implantando, de forma mais efetiva, as chamadas políticas afirmativas. Todavia, o discurso acerca dessa implantação soa um tanto piegas e mesmo, ofusca o que a política poderia ter de favorável: “Faz parte da tradição socialista reverter as desigualdades de conhecimento

⁹⁴ A Declaração de Durban considerou a escravidão e o tráfico de escravos como crimes contra a humanidade e ainda reconheceu que os africanos e afro-descendentes foram e continuam sendo **vítimas** desses crimes. Todavia, e sem desmerecer o mérito das questões levantadas, estudos mais detalhados acerca da escravidão, demonstraram que no interior da complexa sociedade africana, sobretudo no período da expansão colonialista, os africanos de hierarquias étnicas diferenciadas, vivenciaram, entre si, processos de dominação e escravização, criando castas poderosas. Por outro lado, na própria sociedade brasileira, existem inúmeros relatos históricos que comprovam a existência da escravidão entre os próprios escravos alforriados. Esses estudos são importantes posto que desnaturalizam e problematizam a eterna vitimização dos afro-descendentes e ampliam a gama de responsabilidades e consequências advindas desse processo histórico.

⁹⁵ Segundo o autor, o auge das divergências deu-se em meados de 2003, quando foram ajuizados mais de 200 mandados de segurança individual, três representações de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e uma ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Federal, contra as leis estaduais editadas pelo Estado do Rio de Janeiro.

geral que acompanham as desigualdades de renda. Talvez nesta área ainda prevaleça o lado *Estrela Vermelha* do Governo Lula.⁹⁶

Demagogias à parte, um exemplo concreto destas ações pode ser encontrada no âmbito da Reforma Universitária, que prevê, entre outras coisas, por meio do Programa Universidade Para Todos - ProUni⁹⁷ o financiamento de vagas nas Universidades Privadas. O ProUni tem sido alvo de inúmeras críticas, posto que parece, muito mais, subsidiar o problemático ensino privado superior brasileiro, inclusive contemplando cursos que foram reprovados pela última avaliação do MEC com financiamento. Iniciativas, questionáveis ou não, como da aprovação, em março de 2004, da já comentada aqui, Disciplina História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, no currículo escolar do ensino básico⁹⁸, também fazem parte deste processo.⁹⁹

⁹⁶ Ricardo Ferreira. J- E-mail *on line*. *Por que devemos ser a favor de um sistema de cotas*.01/06/2005.

⁹⁷ O Programa concede bolsas nas universidades particulares e dedica uma porcentagem fixa de cada curso a estudantes carentes que demonstraram ter condições de acompanhar os cursos. Todavia, vale ressaltar que, como foi aprovado, o ProUni não engloba os cursos mais concorridos pois aplica-se apenas às vagas ociosas das instituições privadas. O coordenador executivo da Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp (Comvest), Leandro Tessler, opinando sobre o ProUni, ressalta que (...) apesar das “ boas intenções”, dados os tempos atuais do sistema de avaliação, não há como controlar a qualidade da formação oferecida. Além disso, ressalta (...)“É sempre bom lembrar uma máxima estabelecida pelo programa de ação afirmativa americano: só é possível fazer ação afirmativa educacional onde há competição pelas vagas. Isso certamente não se aplica à maior parte dos cursos que se beneficiam o ProUni. Jornal Folha Dirigida.Editoria: Educação: 01/05/2006.

⁹⁸ Com o título “*Aulas de história fora da lei*” a reportagem do Jornal o Globo de 09/05/2006, no Caderno *Megazine*, denunciam que a determinação federal contida na lei 10.639, que determina que escolas de todos os níveis ensinem permanentemente história e cultura afro-brasileira não está sendo cumprida. Várias são as alegações para o descumprimento, desde falta de material didático até falta de programas de capacitação em cultura afro-brasileira. Eliane Cavalleiro, coordenadora geral de diversidade e inclusão educacional da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do MEC, diz que o órgão deverá dispor de R\$ 7 milhões este ano para aplicar em programas de capacitação. Aqui temos mais um exemplo dos descabros desse processo. O que significa investir esse dinheiro em cursos de capacitação docente? Dois grupos, que por vezes coincidem, podem desenvolver a “capacitação” pretendida. O primeiro, professores de História e de Educação, sobretudo de universidades públicas, recebem uma remuneração adicional, muitas vezes correspondente ao seu próprio salário base, para ministrar oficinas, cursos, aulas, palestras, seminários, organizados anteriormente por equipes também remuneradas, da qual muitas vezes fazem parte, recebendo duplamente, a professores das diferentes redes estaduais e municipais de todo Brasil. Essa é uma prática comum nos cursos de atualização/capacitação docente, anteriormente chamados de reciclagem. O termo foi abandonado por ser considerado discriminatório posto que o professor não poderia ser tratado, ainda que apenas discursivamente, da mesma forma que uma latinha ou uma garrafa *pet*. A mudança de nomenclatura não mudou a realidade. Essas atualizações rápidas representam um grande desperdício e mau uso do dinheiro público, desde sustento de toda a infra-estrutura e burocracia para as secretarias responsáveis até o pagamento dos professores envolvidos. É certo que o professor deva se atualizar, seja em questões que emergem do contexto social e cultural de cada momento histórico, seja em função da necessidade de retomar leituras e diálogos com o processo de conhecimento, sob o risco de transformar-

No curso deste estudo, na verdade, no apagar da luzes deste percurso, o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou para o Congresso Nacional a terceira e última versão da proposta de Reforma Universitária, que estava na Casa Civil desde do ano passado. O texto ainda é polêmico e divide opiniões dentro do governo. A criação de cotas raciais foi excluída do texto apesar do Ministro da Educação, Fernando Haddad, negar qualquer recuo do governo com relação às mesmas. Segundo o ministro, a retirada teve como finalidade não atrasar o envio da proposta da Reforma ao Congresso, posto que a discussão sobre as cotas ainda é polêmica. Haddad atentou, também, para o fato de que já tramita na Câmara um projeto específico prevendo a reserva de 50% das vagas das universidades federais para alunos que tenham cursado o ensino médio na rede pública, com subcotas para negros e índios.¹⁰⁰

Vale ainda mencionar que intensificou-se, após o envio do projeto à Câmara, uma propaganda institucional que divulga o Programa ProUni. As imagens privilegiam jovens estudantes negros, caminhando por entre os *pilotis* e salas de universidades, a

se em mero reprodutor de saberes universalizantes e fixos. Todavia, a sociedade e a universidade ainda não se dispuseram a enfrentar de fato a questão de como atualizar os professores que estão em serviço e de que forma. O segundo grupo tem como base ONGs ou entidades ligadas ao Movimento Negro, movimentando recursos públicos e privados para ministrar cursos com a mesma feição dos já expostos acima. O fato é que destinar 7 milhões de reais anuais apenas para a atualização referente a cultura afro-brasileira parece ser apenas mais um dos mecanismos de consumo da demanda por inclusão característicos do capitalismo tardio. Fica então a questão: quem está fora de lei? (grifo meu)

⁹⁹ Foi aprovada, no dia dois de maio de 2006, pela Comissão de Educação do Senado, o projeto das cotas nas Universidades Privadas, do senador Paulo Pain (PT-RS) que assegura destinação de 15% das vagas em Universidades privadas, em especial as que têm benefícios fiscais, para estudantes carentes. Serão beneficiados aqueles que comprovarem renda familiar per capita de até um salário-mínimo. Esses alunos terão descontos de até 80% nas mensalidades. O objetivo do projeto é ocupar as vagas que sobram das bolsas ofertadas pelo ProUni. Das estimadas 112 mil bolsas destinadas a alunos carentes ano passado, por 1.142 instituições, sobraram cerca de cinco mil. Pelo Projeto, 5% das vagas vão para alunos com mais necessidades, com direito a desconto de 80%. Outros 10% vão ter a redução de 50% na mensalidade. No entanto, o presidente da Associação Brasileira Mantenedora do Ensino Superior (Abmes), Gabriel Márcio Rodrigues, criticou o projeto e afirmou que se trata de um ato unilateral sem acordo com as universidades. Ele alega que a Associação vai recorrer à Justiça para evitar a aprovação definitiva da proposta, pois considera o projeto inconstitucional por intervir de maneira direta na iniciativa privada. O deputado se defende argumentando que, pelo projeto, as bolsas já concedidas pelas universidades serão computadas nos 15% concedidos. Considera a proposta como um “complemento ao PROUNI”. Mesmo assim, os donos do ensino superior no Brasil reagem alegando que “(...) achamos que o programa não tem base legal e não vai prosperar. Evidentemente vamos buscar nossos direitos na justiça.” O programa exige que o aluno tenha ou feito o ensino médio na rede pública ou que tenha o cursado na rede privada, mas com bolsa de estudos. Jornal O Globo. Editoria: O País, 03/05/2006.

¹⁰⁰ Demétrio Weber. Jornal O Globo. Editoria: O País. *Pé no freio com as cotas nas Universidades*. 31-05-2005.

despeito do fato de que parte das universidades privadas de hoje atuem em *shoppings*. Mas o que chama atenção é a música tema, de Geraldo Vandré, ícone da luta contra a ditadura no Brasil.

Caminhando e cantando e seguindo a canção, somos todos iguais, braços dados ou não, nas escolas, nas ruas, campos, procissões, caminhando e cantando e seguindo a canção – vem vamos embora que esperar não é saber, quem sabe faz a hora não espera acontecer.¹⁰¹

Justiça e tempo, assim, se fazem valer. E foi com essa urgência e com esse sentimento de justiça que desde o vestibular de 2002, e nos anos subseqüentes com a adesão de outros cursos e de outras universidades, tanto da UERJ como da UnB, que grupos de cotistas têm ingressado nas universidades públicas brasileiras e se tornado alvo de inúmeras polêmicas.

Nos dois primeiros anos, a questão da constitucionalidade ou não da adoção da política foi um dos temas principais nos principais jornais.

Apesar da avalanche de ações e recursos impetrados pelos que se sentiam prejudicados pela adoção das cotas e, perante o despreparo dos juristas, à época, para julgar os procedimentos legais, haja vista a discrepância de posicionamentos e interpretações da legislação referente às medidas, o consultor jurídico do MEC, Ministério da Educação e Cultura, junto ao Grupo de Trabalho Interministerial/GTI MEC-SEPPPIR, que objetiva elaborar propostas para o estabelecimento de políticas públicas de ação afirmativa no Brasil que permitam o acesso e a permanência de negros em instituições de Educação Superior, Luiz Fernando Martins da Silva, afirma que sob o ângulo estritamente normativo, tanto do direito internacional quanto no direito interno,

¹⁰¹ Rede Globo de Televisão. 22/05/2006.

há um verdadeiro arsenal de princípios e regras exemplificando ou respaldando a adoção de políticas afirmativas no Brasil.¹⁰²

No direito Internacional dos Direitos Humanos, por exemplo, há diversos instrumentos internacionais de proteção de direitos humanos fundamentais, que além de proibirem toda a forma de discriminação, também prevêm a adoção de políticas de promoção da igualdade. Tais instrumentos (tratados, convenções, pactos, etc) assumem uma dupla importância: consolidam parâmetros internacionais mínimos concernentes à proteção da dignidade humana e asseguram uma instância internacional de proteção de direitos, quando as instituições nacionais se demonstrarem falhas ou omissas.¹⁰³

Nesse ponto, o autor defende claramente sua posição, ainda que não consensual, acerca da constitucionalidade da adoção de medidas afirmativas de natureza discriminatória.

Esses instrumentos, é imperativo que seja ressaltado, têm aplicação obrigatória no território brasileiro, após devidamente ratificados pela autoridade constitucionalmente competente, por força do disposto no artigo 5º, § 2º, da Constituição Federal de 1988, segundo o qual os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros recorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.¹⁰⁴

Da mesma forma, Piovesan¹⁰⁵ entende que a Carta Constitucional de 1988 confere aos tratados de direitos humanos o *status* de norma constitucional, diferindo-se dos chamados tratados tradicionais (tratados negociais), que criam normas de nível ordinário.

Essa posição diverge, por exemplo, de juristas que interpretam que as indicações advindas dos pressupostos dos direitos humanos internacionais ingressam em nosso ordenamento em nível de lei ordinária, ou seja, de hierarquia constitucional.

¹⁰² Cf. Silva, L. M. *Estudo sociojurídico relativo à implementação de políticas de ação afirmativa e seus mecanismos para negros no Brasil: aspectos legislativo, doutrinário, jurisprudencial e comparado*. Op.cit., p12.

¹⁰³ Ibidem, p.23.

¹⁰⁴ Ibidem, p.24.

¹⁰⁵ Cf. Piovesan, Flávia. *Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Ed. Max Limonad, 1996, p.111.

Para a autora, o fato revela o histórico desrespeito nacional aos direitos humanos. Além disso, adverte que esse desrespeito pode gerar sanções internacionais, entendido como violação dos direitos dos tratados, e mesmo o insistente comportamento de ineficácia social conferido aos direitos e garantias fundamentais consignados nos tratados e convenções internacionais, empobrece o debate sobre a proteção dos direitos das minorias, bem como inviabiliza o adensamento e a efetividade dos Direitos Humanos entre nós.¹⁰⁶

A autora destaca, porém, uma distinção importante. Os referidos documentos internacionais não adotam a terminologia “ação afirmativa” e sim “medidas especiais” das quais se destaca a Conferência Geral da UNESCO, de 1960,¹⁰⁷ referência ainda atual na luta contra a discriminação.:

Art I. § 1º. Para os fins da presente Convenção o termo “discriminação” abarca qualquer distinção, exclusão, limitação ou preferência que, por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião pública ou qualquer outra opinião, origem nacional ou social, condição econômica ou nascimento, tenha por objeto ou efeito destruir ou alterar a igualdade de tratamento em matéria de ensino.

Art I. § 2º. Para os fins da presente Convenção, a palavra “ensino” refere-se aos diversos tipos e graus de ensino e compreende o acesso ao ensino, seu nível e qualidade e as condições em que é subministrado.¹⁰⁸

Nesse ponto vale uma observação importante. O referido documento, peça importante na deflagração da implantação das políticas de reserva de vagas, aponta como discriminação, qualquer distinção ou preferência de raça, cor, etc., o que poderia indicar uma discriminação atual e restrição de direitos igualitários aos não-negros, o que pode ser considerado juridicamente grave. Além disso, o mesmo documento cita o acesso de qualidade ao ensino de diferentes graus ou tipos destacando, também, as condições em que este ensino é subministrado. Ou seja, há quem argumente que há, por

¹⁰⁶Cf. Piovesan, Flávia. *Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional*. Op.cit. p.20

¹⁰⁷ Conferência Geral da UNESCO. Paris, dezembro de 1960, em sua Décima Primeira Sessão. Aprovada no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 40, de 1967. IN: <http://www.unesco.org.br>. Último acesso. 12-12-2004.

¹⁰⁸ Disponível em <http://www.unesco.org.br>

parte das políticas de discriminação positiva, primeiro, um privilegiamento do acesso ao ensino superior em detrimento do ensino básico e secundário e segundo, um esvaziamento do debate sobre as condições do ensino como um todo.

De modo a corrigir os efeitos negativos da referida declaração, A Convenção Internacional para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial enfatiza:

Art 1º - 1. Para fins da presente Convenção, a expressão “discriminação racial” significará toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais no campo político, econômico, social, cultural ou qualquer outro campo da vida pública.

Art 1º - 4. Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o único objetivo de assegurar o progresso de certos grupos raciais ou étnicos ou de indivíduos que necessitem da proteção que possa ser necessária para proporcionar a tais grupos e indivíduos igual gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais, contando que tais medidas não conduzam, em consequência, à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais e não prossigam após terem sido alcançados os seus objetivos.”

Rosana Heringer, diretora do Centro de Estudos Afro Brasileiros e consultora da *Actionaid*,¹⁰⁹ sistematiza em artigo informações sobre as principais iniciativas que vêm sendo discutidas e implementadas no Brasil, a partir da Conferência de Durban , na África do Sul, em 2001.¹¹⁰ Segundo a autora, os desdobramentos oriundos da Conferência só poderão ser sentidos ao longo do tempo, mas levanta, de imediato, alguns pontos positivos . Um deles diz respeito, segundo a autora, ao fim da percepção do país como um espaço de democracia racial.

Embora ainda esteja também presente a auto-imagem do Brasil como um país homogêneo e indiferenciado, encontra-se progressivamente maior abertura a experiências que procuram beneficiar grupos específicos, historicamente com menos acesso a oportunidades.¹¹¹

¹⁰⁹ Disponível em <http://www.actionaid.org.br>

¹¹⁰ Cf. Heringer, R. *Ação afirmativa, estratégias pós-Durban*. Revista Eletrônica Observatório da Cidadania. 2002, pp. 55-61.

¹¹¹ Ibidem.

Além disso, a pesquisadora aponta para o fato de que tanto na mídia, quanto nos espaços acadêmicos o tema do racismo vem sendo discutido de forma cada vez mais intensa. Crescem iniciativas concretas que visam atender às demandas do movimento negro brasileiro que tenham como objetivo promover melhores oportunidades para a população afro-brasileira. São as chamadas medidas focalistas que abrangem ações que vão desde o campo educacional, como as cotas, passando pela saúde, advocacia, trabalho e geração de renda, cultura e outros. Apesar de que a autora afirme não haver, ainda, análises concretas do impacto das medidas, as mesmas não podem ser desprezadas.¹¹²

Utilizando-se de uma pesquisa sobre essas novas medidas, entre setembro de 2001 a junho de 2002, a autora destaca ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que têm reservado vagas dos servidores contratados por concurso, dos cargos comissionados e dos empregados em empresas prestadoras de serviço ao ministério no percentual de 20% para negros, 20% para mulheres e 5% para portadores de necessidades especiais. O Supremo Tribunal Federal e o Ministério da Justiça, utilizam-se das mesmas prerrogativas.¹¹³

Já o Senado Federal, por meio do Projeto de Lei nº 650/ 1999, originalmente do senador José Sarney, modificado pelo substitutivo do senador Sebastião Rocha, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça em abril e pelo plenário em 31/05/2002, institui a cota mínima de 20% para afro-brasileiros, no preenchimento de cargos e empregos públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal; no acesso a vagas nos cursos de nível superior em instituições públicas e privadas; nos contratos das Fies, entre outras medidas. Estipula, ainda, doravante, a identificação da “cor/ características étnico-raciais” na certidão de nascimento.

¹¹² Cf. Heringer, R. *Ação afirmativa, estratégias pós-Durban*. Revista Eletrônica Observatório da Cidadania. Op.cit.,

¹¹³ Ibidem.

O Ministério da Educação, antes mesmo de tomar para si a suposta responsabilidade de padronizar por meio de decreto oficial a oferta de cotas nas universidades públicas, instituiu o programa Diversidade na Universidade com cursos de pré-vestibular para afrodescendentes e carentes, com o apoio do BID. Soma-se a esse quadro, o Decreto Presidencial 4.228 de 13 de maio de 2002, que instituiu o Programa Nacional de Ações Afirmativas cujo objetivo é promover os princípios da diversidade e pluralismo no preenchimento de cargos na administração pública e cargos de comissão (DAS) por meio de metas percentuais. O decreto determina, ainda, um Comitê de Avaliação e Acompanhamento destinado à gestão estratégica do programa.

Também chama a atenção da pesquisa o tradicional Instituto Rio Branco que criou um programa de 20 bolsas de estudos anuais, de R\$ 1.000,00 (mil reais), para afrodescendentes em cursos preparatórios.

Para finalizar, Heringer destaca O II Plano Nacional de Direitos Humanos. O plano prevê medidas de participação de afrodescendentes de forma proporcional a sua representação no conjunto da sociedade brasileira, por meio de estímulos de medidas de caráter compensatório que visem à eliminação da discriminação racial e à promoção da igualdade de oportunidades, vistas como motor de ampliação do acesso dos afrodescendentes às universidades públicas, aos cargos e empregos públicos. Este aspecto, já comentado aqui, tem sido muito criticado posto que em algumas regiões do país não há como distinguir brancos e pardos. Além disto, em alguns Estados, a incidência da população negra e parda é tão grande que, se aplicada de fato, a lei criaria grandes distorções nos concursos e/ou espaços gerenciados pela lógica das cotas.¹¹⁴

No âmbito de Estados e Municípios, a pesquisadora aponta para a Lei 3.708, de 05 de março de 2002, que determinou a reserva de 40% de vagas nas universidades

¹¹⁴ Cf. Heringer, R. *Ação afirmativa, estratégias pós-Durban*. Revista Eletrônica Observatório da Cidadania. Op.cit.

federais para “negros e pardos”. No decorrer deste estudo, um detalhamento maior sobre esta lei será apresentado, assim como considerações acerca das iniciativas de diferentes universidades federais com ações afirmativas destinadas a esses mesmos segmentos e experiências de prefeituras, como a do Rio de Janeiro onde o Prefeito César Maia destina 25% das vagas para negros e mulheres no Serviço Público Municipal ou as Câmaras Municipais de Porto Alegre e Santos, com a proposta de reserva para os afrodescendentes de 20%. Iniciativas como as da Fundação Ford, que criou o concurso nacional “*Cor no Ensino Superior*” que das 287 propostas recebidas de todo o Brasil, financiou 27 projetos voltados para a ampliação do acesso e permanência de afrodescendentes no ensino superior, também são elencadas na pesquisa.

Essas e outras iniciativas são apresentadas pela pesquisadora como decorrência da Conferência da África do Sul. Argumenta, também, que considera inadequado o uso do termo “cotas” para designar políticas afirmativas embora classifique a declaração do Ministro Marco Aurélio de Mello, presidente do Supremo Tribunal Federal, em discurso do dia 20 de novembro de 2001, como a de maior impacto político em defesa das cotas, proferido até então. Em um trecho do discurso, o Ministro afirma:

a neutralidade estatal mostrou-se um fracasso; (...) e o poder Público deve, desde já, independente da vinda de qualquer diploma legal, dar à prestação de serviços por terceiros uma outra conotação, estabelecendo, em editais, quotas que visem contemplar as minorias. No sistema de quotas deverá ser considerada a proporcionalidade, a razoabilidade, dispondo-se, para tanto, de estatísticas. Tal sistema deve ser utilizado para a correção de desigualdades. Assim, deve ser afastado tão logo eliminadas essas diferenças.¹¹⁵

Heringer considera a atual conjuntura política brasileira favorável à adoção das cotas posto que apresenta disposição para mudanças. Alerta, no entanto, que apesar de algumas medidas precisarem, de fato, de certa urgência na implantação, reconhece que

¹¹⁵ Marco Aurélio de Mello. Jornal Correio Brasiliense. *A igualdade e as ações afirmativas*. Editoria: Cotidiano. 23-12-05.

algumas têm sido precipitadas, podendo, inclusive, prejudicar o processo como um todo.¹¹⁶

O momento atual é marcado por transformações rápidas e, ao mesmo tempo, algumas perplexidades. É inegável a importância dessas medidas recentemente propostas a fim de estimular o debate sobre o tema, nunca diretamente enfrentado pela sociedade brasileira. Por outro lado, essas propostas ao têm sido suficientemente discutidas e, em alguns casos, têm sido adotadas num contexto de urgência que beira a precipitação.¹¹⁷

Aponta, ainda, que a questão da visibilidade dada ao tema do preconceito racial e da adoção de políticas afirmativas tem sido o grande ganho da Conferência. Ressalta que o Plano de Ação de Durban (ONU, 2001) apresenta o combate ao racismo como responsabilidade primordial do Estado.

Por outro lado, apesar de considerar o termo “ação afirmativa” amplo e controverso, posto que não está isento de disputas, tanto políticas quanto teóricas, defende uma perspectiva em que o mesmo seja adotado a partir de um amplo leque de atuação em diferentes áreas, como sinônimo de políticas de promoção da igualdade, obrigatórias e/ou voluntárias, com objetivo de combater a discriminação e retificar erros do passado. O reconhecimento da desigualdade de oportunidades, no caso da população negra no Brasil, é ponto fundamental para o avanço e consolidação de políticas desta natureza no Brasil. Considera, ainda, a necessidade de que haja o constante acompanhamento da real implantação das metas previstas, pois muito das críticas feitas às referidas medidas estariam calcadas, exatamente, na impossibilidade estrutural de aplicabilidade de algumas delas.¹¹⁸

¹¹⁶ Cf. Heringer, R. *Ação afirmativa, estratégias pós-Durban*. Op.cit.

¹¹⁷ Ibidem.

¹¹⁸ A recente publicação indicando que todo o cotista seja beneficiado com os livros que compõem a bibliografia da ementa de cada disciplina que cursa é um exemplo. Por um lado a situação da grande maioria das bibliotecas das universidades públicas no Brasil é precária! Faltam títulos, livros, assinaturas de jornais e revistas nacionais e/ou internacionais. Faltam, muitas vezes, espaços de pesquisa informatizados para os estudantes ou simplesmente locais de estudos e/ou trabalhos coletivos. Como pensar em oferecer livros programáticos aos cotistas? Criar-se-ia uma indústria de livros universitários beneficiando algumas editoras e autores que teriam seus livros “recomendados” pelo MEC, como acontece no ensino fundamental e médio? Por outro lado, além de medidas como esta serem evidentemente eleitoreiras e populistas e revelarem uma total falta de clareza acerca das reais condições

Paralelamente, foi aprovado, no final de 2005, o polêmico Estatuto da Igualdade Racial que prevê a obrigatoriedade de uma série de procedimentos no que diz respeito à inclusão dos chamados afro descendentes. Ganhos do movimento? Sem dúvida, mas também objetos a serem discutidos e avaliados no interior da sociedade civil de modo que não adquiram tão somente um papel de concessão ideológica de espaço, posto que, na prática, muitos quesitos do estatuto são quase impossíveis de serem de fato implantados. De outro lado, o acirramento do racismo, instaurando determinações por decreto, pode ser catastrófico para a já cindida sociedade brasileira.

O redator do Estatuto, Senador Federal pelo PT- RS, Paulo Paim, demonstra na reportagem abaixo as posições representativas do movimento negro expressas no documento.

Artigo 1 — É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil.

Artigo 2 — Revogam-se as disposições em contrário.”

Foi assim que, em 13/5/1888, a Princesa Isabel libertou os escravos. Negros e brancos abolicionistas comemoraram a vitória cantando e dançando. Com o passar dos tempos viram que a Lei Áurea falava em liberdade, mas não garantia a cidadania. De lá para cá surgiram outras leis: Afonso Arinos, Caó e a 9.459/97. Todas cumpriram seus papéis em suas épocas, mas foram superadas. Por isso, o Movimento Negro, juntamente com outros setores da sociedade, construiu as propostas que estão consagradas no Estatuto da Igualdade Racial. Peça que não segrega nossa sociedade. Ao contrário: visa dar aos 48% de negros brasileiros a verdadeira cidadania. Dados divulgados por diversas instituições comprovam que no Brasil os negros são os mais excluídos. O PNUD mostrou, por meio do “Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005 – Racismo, Pobreza e Violência”, que 64,1% dos pobres brasileiros são negros. Em 2003, 67,9% das crianças brancas freqüentavam a escola. Entre as negras, eram 32,1%. O IPEA nos diz que a situação das mulheres negras no mercado de trabalho é ainda pior. Em 2003, 22,4% eram empregadas domésticas. Entre mulheres brancas o percentual foi de 13,3%. O desemprego entre as negras correspondia a

das universidades públicas brasileiras, indicam, também, uma concepção de um programa curricular e sua bibliografia cristalizada posto que na prática acadêmica programas geram planos de curso que possuem bibliografias próprias, muitas vezes, diferenciados, em função de contexto discente e docente. O que se pretendia? Padronizar? Utilizar livros textos? Medidas como esta além de criarem rejeição por parte de estudantes não cotistas e da população em geral, de fato terão muita dificuldade de implantação, gerando um desgaste desnecessário.

16,6%, duas vezes mais que entre os homens brancos. O número de negros no Executivo, no Legislativo, no Judiciário, nas Forças Armadas, nas universidades e em postos de destaque de empresas e bancos não chega a 5%. Diante disso, devemos nos perguntar: é esse o Brasil que queremos? Um país em que as desigualdades imperam? Ou buscamos construir uma sociedade, miscigenada sim, mas que respeita as diversidades?¹¹⁹

No entanto posições contrárias ao Estatuto também emergiram no debate. Mais uma vez a contundente fala do Jornalista Ali Kamel contribuiu para sair do maniqueísmo de ser favorável ou desfavorável ao sistema de cotas. Preocupado com o acirramento das questões raciais no Brasil, Kamel também problematiza pontos contraditórios do Estatuto.

Quando terminei de ler todo o projeto, a minha sensação era de que, se aprovado, o Estatuto da Igualdade Racial deixará para trás, de uma vez por todas, o Brasil que conhecemos e criará um outro país, cindido racialmente, em que a noção de raça, base de todo racismo, estará no centro de tudo, quando deveria estar definitivamente enterrada. (...) Se eu disser a alguém que se trata de uma lei sul-africana do tempo do *apartheid*, e pedir que leia alguns de seus artigos, certamente não haverá nenhum estranhamento. “O quesito raça/cor, de acordo com a autoclassificação, e o quesito gênero serão obrigatoriamente introduzidos e coletados em todos os documentos em uso no Sistema Único de Saúde”, diz o artigo 12, arrolando os documentos: cartões de identificação do SUS, prontuários médicos, formulários de resultado de exames laboratoriais, inquéritos epidemiológicos, pesquisas básicas, aplicadas e operacionais etc. O artigo 17 determina o mesmo para os documentos da Seguridade Social, e o 18 determina que as certidões de nascimento contenham também a cor do bebê, o que não acontece hoje. Da mesma forma, os empregadores públicos e privados terão de incluir o quesito cor em todos os registros de seus funcionários, tais como formulários de admissão e demissão no emprego e acidentes de trabalho. Como conciliar a auto-declaração com as regras acima? Como se vê, definitivamente, os brasileiros seremos definidos pela “raça”, um conceito que a ciência repudia. Será o fim do país que se orgulhava de sua miscigenação, que sabia que ninguém é inteiramente branco ou inteiramente preto, que tinha orgulho de seu largo gradiente de cores. Seremos transformados num país bicolor, num país não de brasileiros simplesmente, mas de brasileiros negros, de um lado, e brasileiros brancos, do outro. E a suposição será a de que os dois lados não se entendem!¹²⁰

A longa crítica que o jornalista elaborou sobre o Estatuto, incluiu, também, o que

¹¹⁹ Paulo Paim. Senador (PT-RS) e autor do projeto do Estatuto da Igualdade Racial. Jornal O Globo. *Sim ao Estatuto da Igualdade Racial*. Editoria: O País. 06-12-2005.

¹²⁰ Ali Kamel. *Não ao estatuto racial*. Jornal O Globo. Editoria: Opinião. 29-11-2005.

denominou de “disparates”:

Os disparates do estatuto são muitos. Contra toda evidência científica, o projeto parte do pressuposto de que existem doenças raciais. Assim, dispõe o artigo 14: “O Poder Executivo incentivará a pesquisa sobre doenças prevalentes na população afro-brasileira, bem como desenvolverá programas de educação e saúde e campanhas públicas que promovam a sua prevenção e adequado tratamento.” Ou seja, o estatuto acredita que haja “doenças de negro” (embora, a despeito de ser um “estatuto da igualdade racial”, não faça menção a “doenças de branco”). Isso é um absurdo, do ponto de vista da ciência. De fato, há doenças cuja origem é genética, mas elas não estão relacionadas à cor do indivíduo. Em sociedades segregadas, como a americana ou a sul-africana, em que os grupos populacionais não se misturam, é provável que haja prevalência de certas doenças em determinados segmentos. Mas isso nada tem a ver com a cor. O problema da anemia falciforme em negros, por exemplo: hoje se sabe que quem tem o gene dessa doença é mais resistente à malária. Por essa razão, nas regiões africanas onde a malária é mais presente, há mais pessoas com anemia falciforme, algo explicado pela Teoria da Evolução, de Darwin. Mas, nas outras regiões da África em que a malária não é um grave problema, a anemia falciforme não existe. Os negros com ancestrais nas regiões onde a malária é endêmica têm mais chances de ter a anemia falciforme, mas os negros de outras áreas, não. Assim, não se pode dizer que a doença seja prevalente entre negros. Além disso, um indivíduo pode ser totalmente branco e ter o gene da anemia falciforme, desde que tenha algum ancestral negro também portador do gene. Num país como o Brasil, em que a mistura é total, nenhum controle “racial” de doenças faz sentido, porque brancos e negros, tendo ancestrais comuns, dividem o mesmo patrimônio e a mesma carga genética. Apesar disso, o estatuto dedica quase uma página inteira à anemia falciforme em negros.¹²¹

O jornalista continua:

Há de tudo no estatuto: a permissão para que tradicionais mestres em capoeira dêem aulas em escolas públicas e privadas, a obrigatoriedade do ensino da História Geral da África e do Negro no Brasil para alunos das redes oficial e privada e a permissão para que praticantes das religiões “africanas e afro-indígenas” ausentem-se do trabalho para realização de obrigações litúrgicas próprias de suas religiões, “podendo” tais ausências serem compensadas posteriormente. Não fica claro se brancos terão também direito a dar aulas de capoeira ou a fazer suas obrigações da Umbanda e do Candomblé durante o expediente (já que, no Brasil, são também assíduos frequentadores de terreiros).¹²²

Interessante, contrapor a fala do Senador Paulo Paim, acerca do mesmo tema: a obrigatoriedade do ensino da História Geral da África e do Negro no Brasil.

¹²¹ Ali Kamel. *Não ao estatuto racial*. Op.cit.

¹²² Idem.

Está disposto em seus artigos que a disciplina “História Geral da África e do Negro no Brasil” será obrigatória ao currículo dos ensinos fundamental e médio, fortalecendo a Lei 10.639/03. Caberá aos estados, municípios e instituições privadas de ensino a responsabilidade de qualificar os professores. Sabemos que a matéria precisa e precisará de alterações. Um exemplo é o Fundo Nacional da Promoção da Igualdade Racial. Considerado inconstitucional, seu debate foi encaminhado para a peça Orçamentária e trabalhamos com Emenda Constitucional a fim de sanar o problema. É comum ouvirmos falar que no Brasil não existe mais discriminação e preconceito racial. Não ser racista é mais que ter amigos negros e aceitar sua cultura. Ser livre de preconceitos é acreditar que todos devem ter oportunidades iguais, independente de cor, raça, sexo ou etnia. A mudança que desejamos pode ser comparada a uma colheita. Cada um de nós deve ser um semeador. Sabemos que estamos sujeitos às intempéries do clima, mas, temos certeza de que colheremos resultados: uma plantação em que a praga do racismo não existirá.¹²³

Já a educadora e militante negra, Umbelina Mattos, levanta outras questões bastante pertinentes, aguçando o debate. A educadora tem feito sérias restrições à forma pela qual o programa das cotas tem sido apresentado, considerando, no entanto, um avanço a homologação da resolução do CNE pelo MEC. Segundo ela, a medida incentiva a melhoria das relações inter-raciais entre cidadãos. “(...) O principal objetivo da proposta é esse. Não adianta ter *flashes* destas matérias nas escolas se essa condição não levar a uma nova relação racial entre a nossa população ”.¹²⁴

Mas a amplitude de ações do Estatuto continua a surpreender o jornalista Ali Kamel que segue apresentando suas preocupações.

Mas o que mais preocupa no estatuto é a cizânia que pode causar no mercado de trabalho. Diz o artigo 62: “Os governos federal, estaduais e municipais ficam autorizados (...) a realizar contratação preferencial de afro-brasileiros no setor público e a estimular a adoção de medidas similares pelas empresas privadas.” Uma das medidas previstas é a adoção de uma cota inicial de 20% para o preenchimento de todos os cargos DAS (vagas que não exigem concurso público); esta cota será ampliada até que se atinja a correspondência com a “estrutura da distribuição racial nacional”. E de que modo as empresas privadas serão estimuladas a contratar preferencialmente negros? Entre outras coisas, pela exigência de que empresas fornecedoras de bens e serviços ao setor

¹²³ Paulo Paim. Senador (PT-RS) e autor do projeto do Estatuto da Igualdade Racial. Jornal O Globo. *Sim ao Estatuto da Igualdade Racial*. Editoria: O País. 06-12-2005. Op.cit

¹²⁴ Bruno Vaz. Jornal Folha Dirigida. *As medidas Afirmativas no Centro o Debate*. Editoria: Educação, 29-06-2004.

público adotem programas de igualdade racial. Em outras palavras: que contratem preferencialmente negros. Num país em que ninguém sabe ao certo quem é branco e quem é negro, a medida é de difícil aplicação. Mas o pior é que ela poderá ser um estímulo para o surgimento de rancores em grupos e pessoas que se sintam preteridas, algo que desconhecemos até aqui. Sim, claro, o estatuto estabelece também a obrigatoriedade de cotas raciais para o ingresso de estudantes no ensino superior. E acrescenta cotas para programas de TV, filmes e anúncios publicitários. É um outro Brasil que este estatuto quer fundar. O que os brasileiros precisam decidir é se desejam este novo Brasil. Meu palpite é que se o tema fosse posto em referendo, com campanhas esclarecedoras de ambas as partes, o resultado mostraria que ainda sonhamos com o ideal de uma nação orgulhosa de sua miscigenação, em que raça e cor não importam. Mas não defendo um referendo. Nossos representantes no Congresso têm a legitimidade para decidir. E espero que tenham a coragem de agir a despeito de grupos de pressão, por mais barulhentos que eles sejam.¹²⁵

Na apaixonante e contundente fala do jornalista, há, porém, um questionamento. Ele afirma que o sentimento de se sentir preterido a uma vaga de trabalho não existia até aqui. Todavia, não é esse o sentimento expresso pelos “negros” que muitas vezes, diante de uma disputa com “brancos”, têm a nítida “ impressão” de pertencer a lugares predeterminados em que sua presença é autorizada, em determinadas funções, em outras não. Há exemplos de firmas que não contratam advogados negros porque temem que seus clientes não se sintam seguros tendo seus problemas resolvidos por um negro, cuja representação remete, sempre, a empregos subalternos e de baixa expectativa cognitiva.

Nesse sentido, a fala do jornalista seria mais precisa se enfatizasse que o Estatuto pode vir a gerar esse mesmo sentimento nos “ brancos” e estabelecer, doravante, uma disputa em bases desiguais. Antes a desigualdade seria velada, agora institui-se a desigualdade como mecanismo para superá-la. Seria este um paradoxo?

Dados empíricos, porém, revelam mudanças, contradições e ambigüidades mas parecem, no mínimo, indicar, que essa situação já vinha sendo revertida no Brasil.

¹²⁵ Ali Kamel. *Não ao estatuto racial*. Jornal O Globo. Editoria: Opinião. 29-11-2005

Mas, para além das opiniões explicitadas no debate acerca do Estatuto, duas pesquisas distintas, elaboradas com base em fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgadas pelo Jornal O Globo, em junho de 2004, apontam para resultados diferentes sobre os mesmos aspectos: a questão do mercado de trabalho, mais especificamente a questão da diferença entre brancos e negros na obtenção do trabalho e diferença salarial entre ambos. Esses fatores, que indicariam ou não a discriminação sofrida pelos negros, têm sido bastante utilizados para justificar medidas afirmativas, como as cotas.

A primeira reportagem, intitulada *A cor do trabalho*, mostra que não só o desemprego seria maior entre negros e pardos mas que, como os brancos ganhariam 25 % a mais.¹²⁶



¹²⁶ Jornal O Globo. Editoria: Economia, 05-06- 2004.

Já a reportagem divulgada quinze dias depois, intitulada *Mitos em Xequê* revela que mulheres e negros conquistaram mais vagas na última década, antes mesmo da implantação das cotas.¹²⁷



É certo que as pesquisas possuem enfoques diferentes. A questão é que a divulgação de resultados de uma ou de outra geram uma série argumentos e contra-argumentos que trazem controvérsias ao debate. Indicam, ainda, que esta realidade não é estática. Ao contrário, se movimenta, redefine as dimensões postas ao objeto, não existindo, assim, a possibilidade de que apenas estatísticas venham determinar ações legais.

Outro exemplo pode-se encontrar na pesquisa realizada na faculdade de Direito da UERJ, por André Nicolitt, a qual indica que os negros já tinham conseguido por esforço próprio, sair da condição de pobreza.

¹²⁷ Jornal O Globo. Editoria: Economia, 20-06- 2004.

De 1967 a 1992, os 20% mais ricos entre os negros tiveram sua renda crescendo a uma taxa igual a dos 20% mais ricos entre os brancos. Mas os 20% mais pobres entre os negros, tiveram uma queda duas vezes maior nos rendimentos do que os 20% mais pobres entre os brancos.¹²⁸

O jornalista Ali Kamel também faz referência a essas estatísticas. Inicialmente revelando um paralelo em outros países, Kamel chega à realidade brasileira:

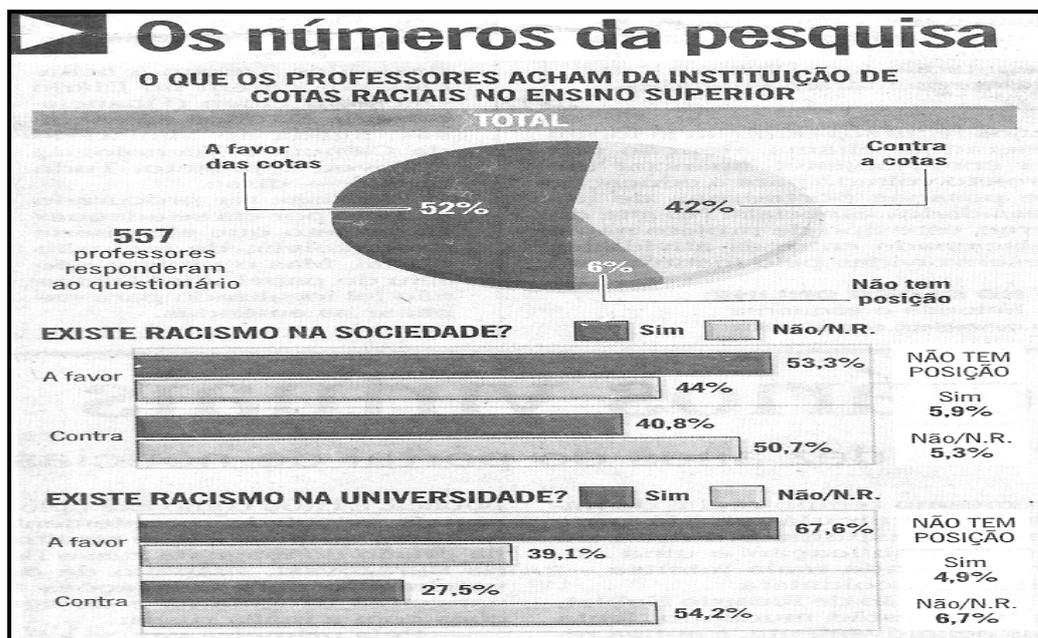
O pior de tudo é que as cotas não são necessárias. Nos EUA, os chineses e os japoneses que lá chegaram no início do século passado eram miseráveis. Por esforço próprio e sem cotas, esses dois grupos se desenvolveram, educaram-se e, ao longo dos anos, proporcionalmente, tomaram mais lugares dos brancos americanos em universidades de prestígio e em bons postos de trabalho do que os negros com cotas. Apesar disso, contra eles não há o ressentimento que há contra os negros, porque a percepção é que os asiáticos alcançaram isso por mérito, e os negros, não. A percepção, no entanto, é falsa e injusta. Porque os negros americanos avançaram mais, muito mais, antes da adoção das cotas, do que depois dela. Em 1940, os jovens negros americanos entre 25 e 29 anos tinham, em média, 4 anos de estudo a menos do que os jovens brancos. Em 20 anos, a diferença caiu para 2 anos. E, em 1970, a diferença era de menos de um ano, 12,1 contra 12,7. Em 1940, 87% dos negros estavam abaixo da linha da pobreza. Em 1960, este número caiu dramaticamente para 47%, uma queda de 40 pontos. Todos esses avanços foram conseguidos sem a ajuda de ninguém. A Lei dos Direitos Civis, que garantiu a igualdade das raças, é de 1964 e as cotas só surgiram depois de 1970. Nos anos 60, o número de negros abaixo da linha da pobreza caiu mais 17 pontos, ficando em 30%. Depois da adoção das cotas, porém, em toda a década de 70, esse número caiu apenas um ponto, ficando em 29%. Negros que conseguiram sozinhos esse estrondoso êxito são vistos hoje pela maior parte dos brancos como em débito porque teriam alcançado tal feito, não por mérito, mas devido a cotas. (Aqui, é inevitável que eu faça um paralelo com o Brasil. Em 1991, 74% das crianças negras estavam nas escolas, contra 86% das brancas; hoje, cem por cento delas estão na escola, passo fundamental para que tenham chance de entrar na universidade.¹²⁹

A recente pesquisa desenvolvida pelo Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) aponta que as cotas para negros ainda é polêmica e divide os docentes. A pesquisa ouviu 557 docentes de quatro universidades que já adotaram a política. Os resultados demonstram uma cisão nas opiniões, com 52% deles a favor do programa, 42% contra e 6% sem opinião sobre o tema, embora o resultado favorável seja considerado razoável pelo pesquisador negro

¹²⁸ André Nicolit. Jornal O Globo. Editoria: Opinião. 12-11-2005.

¹²⁹ Ali Kamel. Jornal O Globo. *Cotas, um erro já testado*. Editoria: Opinião. 20-06-2004.

José Luiz Petrucelli, pesquisador do IBGE e consultor do LPP. Outro resultado da pesquisa revelou que em cursos em que há mais concorrência, o mérito é mais valorizado, havendo maior rejeição às cotas. Na Faculdade de Medicina, por exemplo, somente 22,7% dos professores se colocaram a favor da cotas e 70,1%, contra. Na Engenharia, 69,9% são a favor e 24,2% são contra. Outro aspecto relevante da pesquisa faz referência ao questionamento feito aos professores acerca da existência ou não do racismo na sociedade brasileira e na universidade. Veja o quadro síntese da pesquisa abaixo¹³⁰:



Na análise dos resultados obtidos, a professora Azuete Fogaça aponta uma contradição nas respostas: “É interessante que 44% que não vêem racismo sejam a favor da cota. Normalmente quem é contra a cota negra também o racismo. Mas há também quem ache que não é a raça que exclui o cidadão, mas a pobreza generalizada.”¹³¹

¹³⁰ Jornal O Globo. Editoria O País. 14-05-2006.

¹³¹ Jornal O Globo. Editoria O País. 14-05-2006.

Ou seja, o que parece ser contradição pode, ao contrário, revelar que existem aqueles que admitem haver racismo na sociedade e na universidade, mas não crêem nas cotas como solução.

No curso de um histórico sobre a adoção da política de cotas, cabe, sem dúvida, admitir que, focalizadas ou mais amplas, estas ações são uma realidade, sobretudo no momento político por que passa o Brasil. Isto porque atendem não só as reivindicações do movimento social organizado, como também a um novo e cada vez mais promissor mercado. Verbas de pesquisas de institutos ou universidades de nível superior, ou mesmo financiamento público ou privado de instâncias não governamentais se constituem em uma larga fatia desse bolo reparador e extremamente comestível, e aparentemente saboroso para alguns, posto que “lava o espírito e eleva à alma”, além de movimentar altas quantias de dinheiro.

Proliferam-se as Organizações não-governamentais (ONGs) e entidades que sobrevivem, em parte, do sofrimento do outro. Os Direitos Humanos, não só ocupam o centro do debate, como se transformam em mais um fetiche nessa imensa aldeia que tudo produz e que tudo consome.¹³²

Vale frisar, porém, que não se trata de desconsiderar o trabalho realizado por algumas ONGs ou outras iniciativas de projetos sociais e sim identificá-los no âmbito de um modelo histórico-econômico e social inexoravelmente inserido numa estrutura circular, cujo o percurso exclusão/ inclusão necessita sempre de reparações e compensações.

¹³² A Revista *Época* deu o título de *A onda da pilantropia* a uma reportagem sobre o assunto revelando uma “febre” pelas supostas causas nobres e atos altruístas relacionadas às ações sociais. A reportagem revela que em média, no Brasil, nos últimos quatro anos surgiram **oito novas ONGs por dia**. Este fato, juntamente com a frouxidão dos órgãos públicos, a falta de transparência das prestações de contas das mesmas, aliado a brechas na legislação brasileira que permitem a contratação de ONGs pelo poder público, revelam não só o panorama da situação como a crescente transformação do sofrimento do outro em mercadoria e consumo.22-05-2006.

O último filme do diretor brasileiro Sergio Biancci retrata de maneira direta esta realidade. Crítico dos discursos demagógicos e assistencialistas, tal como em *Cronicamente Inviável*,¹³³ seus filmes são freqüentemente estruturados como soma de fragmentos ilustrativos dos descabros e absurdos da sociedade brasileira. Seus alvos preferidos são a elite e o Estado, segundo suas imagens, responsáveis pelo vírus da amoralidade e da degeneração. No *Quanto Vale ou É Por Quilo*,¹³⁴ ele não salva nem as “vítimas”, representados pelos pobres e negros, contaminados pelas práticas e pela ideologia de seus “opressores”. Por meio de uma série de fios condutores, Bianchi ataca ainda a indústria da boa ação e da solidariedade, a qual, além de “lavar a alma e eximir o indivíduo da culpa”, gera empregos e movimenta a economia com imensos valores, sem, no entanto, interferir na vida dos supostos beneficiados.

A fala de uma personagem, que uma vez por semana acorda cedo e com o motorista vai distribuir donativos aos pobres, é emblemática desta realidade.

Eu não consigo convencer o meu marido a participar. Eu não sei o que acontece, eu não consigo, não consigo. Eu ainda não consegui mostrar para o João Paulo o quanto é fundamental a gente ser solidário, preocupa-se com o próximo, reparar nossas dívidas nessa vida, e em outras... quem sabe? Eleva o espírito! É verdade!¹³⁵

Mas quanto vale um anúncio de meia página numa revista semanal de grande circulação no Brasil, que vende por meio da piedade e da culpa, a participação material em campanhas humanitárias? Ou será que é *por quilo*? Com o nome *Actionaid*, esta entidade, já citada neste estudo, tem como *slogan* de sua campanha – *Com o telefone você pode diminuir distâncias. Agora, você pode diminuir diferenças*.¹³⁶

Mercado, apelo e solidariedade são, cada vez mais, mote constante.

¹³³ Biacchi, S. *Cronicamente Inviável*. Agravo Produções, 2000.

¹³⁴ Biacchi, S. *Quanto Vale ou é por quilo?* Agravo Produções, 2004.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ Revista Época, 14 de maio de 2006.

"Eu gostava de brincar na rua, mas tem muito tiroteio. Meu pai fala que, se tem, é pra eu ficar parada e esperar. E se tiver em casa, é pra eu deitar no chão."

Juliana, 9 anos, moradora da Cidade de Deus.

Com o telefone, você diminui distâncias. Agora, pode diminuir diferenças.

Qual a diferença entre você e as crianças que aparecem neste anúncio? Pode ser a fome que elas sentem. Ou as oportunidades que elas não têm. Ou, ainda, a discriminação que elas sofrem todos os dias. Através do Programa Ação Comunidade, a ActionAid atua junto às comunidades excluídas para diminuir estas diferenças. E você pode ajudar.

Colabore. Um simples telefonema seu pode fazer toda a diferença.

Para saber mais, ligue **0800 770 2230** ou acesse www.acaocomunidade.org.br

Foto: Nicolo Lanfranchi/ActionAid. Os depoimentos são reais e os nomes usados são fictícios. C&A COMMUNITÉS

actionaid brasil

A ActionAid trabalha há 30 anos com comunidades excluídas para que conquistem seus direitos e tenham oportunidades reais de superar a pobreza.

Muitos são os exemplos. Boa parte, inclusive, bem intencionados. Mas a forma mercadológica que o sofrimento do outro adquiriu passa a exigir, inclusive, mecanismos de captação e gerenciamento das volumosas rendas destinadas, muito mais, aos gestores do grande mal da desigualdade, do que aos destinatários principais. Pode-se recorrer, por exemplo, a *GIFES – ações sociais com resultados...* Estará garantido, assim, o controle social e, sobretudo, o reino do céu.

1.2. Desdobramentos: As políticas afirmativas e as cotas nas Universidades Públicas Brasileiras

1.2.1 – O caso do Estado do Rio de Janeiro

No bojo das políticas de ação afirmativa, a implantação da política de reserva de vagas, mais conhecida como política de cotas, objetivava garantir percentuais de acesso nas universidades públicas.

No Estado do Rio de Janeiro, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e a Universidade do Norte Fluminense – UENF, iniciaram esse processo garantindo vagas a alunos que fossem oriundos da rede pública de ensino durante toda a sua escolarização básica.

A marca desta implantação, todavia, esteve menos vinculada aos pressupostos humanitários oriundos das declarações favoráveis à implantação de políticas afirmativas e muito mais, serviu de manobra política, do então governador do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho/ Benedita da Silva¹³⁷, de cunho eminentemente populista, marca de suas gestões e posturas.

Não houve, nesse momento, debate nem nas Universidades e tampouco com a sociedade civil organizada. O antropólogo Peter Fry, que tem acompanhado de perto a implantação das referidas políticas e apontado a gama de contradições que as mesmas representam, aponta em seu artigo *O debate que não houve: a reserva de vagas para negros nas Universidades brasileiras*:¹³⁸

A repentina adoção de cotas como Política de Estado nos surpreendeu, e muito. Estávamos errados? E se estávamos, por quê? (...) Não imaginávamos que as cotas seriam praticamente decretadas, e mesmo, se tivéssemos imaginado que isso poderia acontecer, provavelmente não teríamos antecipado o extraordinário poder das ações “de cima para baixo” nesse país que queríamos imaginar como democrático; subestimamos talvez, o avanço, em certas áreas-chave, da substituição de um Brasil imaginado como composto de “raças misturadas”, por um país de “raças distintas”.¹³⁹

E ele continua:

Não houve debate público nem entre os representantes dos eleitores antes dos decretos ministeriais e da promulgação da lei de cotas no Rio de Janeiro. Antes da Conferência de Durban¹⁴⁰, o Comitê nomeado pelo governo federal para preparar a posição do Brasil promoveu três seminários, em Belém, Salvador e São Paulo. Mas poucos souberam ou participaram além de ativistas negros. (apesar do governo e das agências de fomento internacionais terem gastado fábulas na divulgação das informações sobre a conferência de Durban, não se conseguiu descobrir até hoje a composição deste comitê). O frágil debate começou, portanto, depois dos fatos consumados.¹⁴¹

¹³⁷ A política foi elaborada no Governo Garotinho mas devido seu afastamento para concorrer a presidência, a implantação ficou a cargo da vice-governadora Benedita da Silva, depois que a mesma assumiu o Governo do Estado.

¹³⁸ Cf. Fry, P. *O debate que não houve: a reserva de vagas para negros nas Universidades brasileiras* (com Yvonne Maggie). IN: *A persistência da raça: Ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005. pp.304.

¹³⁹ Ibidem, p.305.

¹⁴⁰ III Conferência Mundial das Nações Unidas de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001.

¹⁴¹ Cf. Fry, P. *O debate que não houve: a reserva de vagas para negros nas Universidades brasileiras* (com Yvonne Maggie). Op.cit., p. 307.

A então reitora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Nílcea Freire, em entrevista concedida à AGENC (Agência de Notícias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ UERJ), ao ser indagada sobre o fato de ter havido ou não discussão suficiente dentro da Universidade na ocasião da implantação das políticas de cotas, responde:

No momento do encaminhamento da proposta não, pois o então governador encaminhou o anteprojeto de lei, no caso da reserva de escolas públicas, diretamente para a Assembléia Legislativa. Nós só fomos chamados para discussão pela Comissão de Educação quando o projeto já estava no Legislativo. Então, realmente, no momento de encaminhamento das propostas, a Universidade teve pouca chance de debater o assunto, o que fez com que a discussão interna ficasse prejudicada.¹⁴²

Mas ressalta:

O mérito do encaminhamento do projeto foi levantar a discussão que talvez não acontecesse se essa proposta não tivesse sido levada ao Legislativo. Aqui na Uerj, talvez o debate não acontecesse espontaneamente, mas poderia ter acontecido se o então governador tivesse encaminhado a proposta à Universidade, dizendo sua intenção.¹⁴³

Seguindo uma ordem cronológica, já no ano de 2000, a Lei Estadual 3.524, de 28 de dezembro, no apagar das luzes do século XX, em seu artigo 2º, I, a, reservou 50% das vagas dos cursos de graduação das duas Universidades para esses estudantes.

Art.2º As vagas oferecidas para acesso a todos os cursos de graduação das Universidades públicas estaduais serão preenchidas, observando os seguintes critérios:

I – 50 % (cinquenta por cento), no mínimo por curso e turno, por estudantes que preencham cumulativamente os seguintes requisitos: tenham cursado integralmente os ensinamentos fundamental e médio em instituições da rede pública dos Municípios e/ou do Estado.

Um ano depois, a Lei Estadual, nº 3.078, editada em 09 de novembro de 2001, artigo 1º, reservava 40% de vagas nos cursos de ambas as instituições para negros e pardos.

Art.1º . Fica estabelecida a cota mínima de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no preenchimento das vagas relativas aos cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio de

¹⁴² Entrevista concedida à AGENC (Agência de Notícias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ UERJ), Junho de 2003.

¹⁴³ Idem.

Janeiro – UERJ e da graduação da Universidade estadual do Norte Fluminense – UENF.

Parágrafo Único – Nesta cota mínima, incluídos também os negros e pardos beneficiados pela Lei nº 3.524/2000.

Tudo indica que a insatisfação do movimento negro com a Lei nº 3.524/2000, que não contemplava especificamente os negros e pardos, fez com que a pressão aumentasse em prol de uma ação diferenciada para a população negra. Com isso, foi criada uma representação por meio do Ministério Público contra o então Governador do Estado, Anthony Garotinho, em repúdio à exclusão da população negra das universidades. Com a pressão, foi apresentado, votado e aprovado o novo projeto de Lei.

Na ocasião, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro alegou ter tentado intervir no processo, por meio de seus representantes legais e políticos, com o receio de que, por um lado, as leis pudessem estar ferindo o princípio da autonomia universitária e por outro, pela própria questão da inconstitucionalidade que as mesmas poderiam representar.

Mais uma vez, a então reitora da UERJ, Nilceia Freire, opinando acerca da autonomia universitária destaca que:

Nós entendemos que a forma como o projeto foi encaminhado ao Legislativo não foi a melhor, porque era importante que a Universidade pudesse ter discutido antes que a proposta fosse encaminhada. Então, neste sentido, pensamos que a forma de encaminhamento fere o princípio da autonomia. Isso não quer dizer que tanto o Executivo quanto o Legislativo não possam ter propostas a encaminhar à Universidade porque sua autonomia não pode torná-la impermeável a propostas que venham da sociedade.¹⁴⁴

A pesquisadora em Direito Público e coordenadora do Programa de Políticas da Cor do LPP/UERJ, Raquel César,¹⁴⁵ ressalta que pela natureza experimental dessa primeira experiência, muitas contradições surgiram e ajudaram a engrossar a rejeição de alguns segmentos da sociedade acerca da implantação das referidas políticas:

¹⁴⁴ Entrevista concedida à AGENC (Agência de Notícias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ UERJ). Op.Cit.

¹⁴⁵ Cf. César, R. C. L. *Políticas de Inclusão no Ensino Superior Brasileiro: um acerto de contas e de legitimidade*. IN: Revista Advir, nº 19, setembro de 2005, pp. 55-64.

Além de ter perpassado o crivo da autonomia universitária, a Lei n 3.542/2000, em seu artigo 2.º I, a, reservava 50% das vagas, em cada curso de graduação das universidades fluminenses, para candidatos que durante toda a vida escolar estudaram em escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro. Por sua vez, a Lei Estadual n 3.708/2001, art 1.º Reservava 40% de vagas nos cursos de ambas as instituições, para negros e pardos. Como as cotas reservadas para cada modalidade eram sobrepostas, na aplicação das duas leis, primeiro preenchia-se o percentual de 50% pelos candidatos aprovados no vestibular, verificando-se, em seguida, se dentre os alunos aprovados neste percentual da escola pública havia candidato que se auto-declarou negro ou pardo para que fosse preenchida a Segunda cota racial de 40%. Se houvesse o preenchimento da cota racial estaria totalmente inserido no percentual de 50% reservado para a escola pública. Assim, a previsão era de que o primeiro sistema de reserva de vagas nas universidades fluminenses apresentasse uma composição de alunos cotistas máxima de 50% em cada curso. O problema agravou-se quando dentre os candidatos aprovados pela reserva da escola pública não havia, na maioria dos cursos, o percentual esperado de candidatos esperados de candidatos auto-declarados negro ou pardo. Caso em que a composição do percentual da cota racial, estabelecido em Lei, deveria ser preenchida por candidatos auto-declarados como tais oriundos de escolas particulares¹⁴⁶. Isso significava que, além do percentual de 50%, poderia haver um acréscimo de até 40%, isto é, de até 90% na composição das vagas existentes para cada curso nas duas universidades, impossibilitando que outros candidatos do vestibular convencional tivesse a chance do ingresso na universidade. Assim, a política de ação afirmativa que deveria ser a exceção a regra, tornava-se a própria regra.¹⁴⁷

Com a polêmica instaurada, avolumaram-se ações endereçadas às instâncias da justiça local e ao Supremo Federal, por parte dos inúmeros alunos que, naquele ano, se sentiram prejudicados pela reserva. Em seus argumentos, a acusação de que as legislações feriam o modelo federativo brasileiro, violavam o princípio republicano e, mesmo, o princípio da autonomia universitária.

De fato, muitos estudantes não negros foram prejudicados nesse ano.

Indagada acerca do fato de alguns estudantes terem sido prejudicados e procurado a justiça, a então reitora da UERJ respondeu:

¹⁴⁶ Foram muitos os casos, nesse ano, em que os primeiros selecionados no vestibular da reserva de vagas para negros, foram oriundos de conhecidas escolas particulares do Rio de Janeiro e mesmo, de caros e conceituados cursinhos de pré-vestibular, com média muito inferior aos não cotistas oriundos dos mesmos espaços educacionais.

¹⁴⁷ Cf. César, R. C. L. *Políticas de Inclusão no Ensino Superior Brasileiro: um acerto de contas e de legitimidade*. Op.cit.,p.56

É direito de cada um. Não se pode impedir que alguém que se sinta prejudicado entre na Justiça sobre qualquer questão. Mas a Universidade contesta. Com relação aos estudantes que entrariam na Uerj caso não houvesse o sistema de cotas, nós mostramos que cumprimos a lei que deu origem ao edital. Este era absolutamente claro e todas as pessoas que se inscreveram no vestibular tomaram conhecimento dele e não o contestaram no momento da inscrição. Portanto, entendemos que se você não contesta o edital e se submete a ele, você não tem razão depois para reclamar. Houve, porém, outros casos. Aliás, boa parte dos casos foi de estudantes que, mesmo se não houvesse sistema de cotas, não seriam classificados. Eles apenas tinham uma nota maior do que aquele último classificado pelas cotas. Neste caso, acho que eles estão se aproveitando de uma situação, de uma discussão, de uma polêmica para tirar vantagem. E acho também que eles não têm qualquer direito, pois não se classificariam de qualquer maneira, mesmo se não houvesse o sistema de cotas.¹⁴⁸

Nesse momento, a justiça brasileira demonstrou total despreparo para lidar com tais questões e, mais uma vez, uma gama de considerações e interpretações totalmente diversas, oriunda de procuradores e juristas com diferentes posições, deram margem ao incremento da polêmica.

A nova Lei 4.151 de 2003 foi então aprovada na tentativa de minimizar os impactos negativos derivados das Leis anteriores:

Já em seu primeiro artigo, destaca:

Art. 1º - Com vistas à redução de desigualdades étnicas, sociais e econômicas, deverão as universidades públicas estaduais estabelecer cotas para ingresso nos seus cursos de graduação aos seguintes estudantes carentes:

I - oriundos da rede pública de ensino;

II - negros;

III - pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, e integrantes de minorias étnicas.

§ 1º - Por estudante carente entende-se como sendo aquele assim definido pela universidade pública estadual, que deverá levar em consideração o nível sócio-econômico do candidato e disciplinar como se fará a prova dessa condição, valendo-se, para tanto, dos indicadores sócio-econômicos utilizados por órgãos públicos oficiais.

§ 2º - Por aluno oriundo da rede pública de ensino entende-se como sendo aquele que tenha cursado integralmente todas as séries do 2º ciclo do ensino fundamental em escolas públicas de todo território nacional e, ainda, todas as séries do ensino médio em escolas públicas municipais, estaduais ou federais situadas no Estado do Rio de Janeiro.

¹⁴⁸ Entrevista concedida à AGENC (Agência de Notícias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ UERJ), Jun.2004. Op.cit.

§ 3º - O edital do processo de seleção, atendido o princípio da igualdade, estabelecerá as minorias étnicas e as pessoas com deficiência beneficiadas pelo sistema de cotas, admitida a adoção do sistema de auto-declaração para negros e pessoas integrantes de minorias étnicas, cabendo à Universidade criar mecanismos de combate à fraude.

Instituiu-se, assim, um novo princípio de corte – o de renda, que irá deflagrar uma série de outras controvérsias, posto que tem como base a média de renda familiar *per capita*, gerando, de novo, uma série de distorções. Vale observar que a faixa de renda foi estabelecida sem qualquer estudo dos dados econômicos dos estudantes oriundos do ensino médio negros e não-negros. O termo “cotas para estudantes carentes” logo passou a ser utilizado, ampliando a polêmica.

Houve, ainda, na nova legislação, a tentativa de criar mecanismo de coibição de fraudes na chamada auto-declaração, na medida em que foi observado, nos anos anteriores, uma série de contradições, tanto na definição de critérios para negros e pardos quanto na auto-declaração. *Qual é a sua cor?*¹⁴⁹ passou a ser o mote dos debates internos e midiáticos que acompanharam as novas medidas.

Além disso, a tentativa de resolver as distorções percentuais oriundas das antigas legislações foi implementada a partir dos seguintes novos critérios:

Art. 5º - Atendidos os princípios e regras instituídos nos incisos I a IV do artigo 2º e seu parágrafo único, nos primeiros 5 (cinco) anos de vigência desta Lei deverão as universidades públicas estaduais estabelecer vagas reservadas aos estudantes carentes no percentual mínimo total de 45% (quarenta e cinco por cento), distribuído da seguinte forma:

- I - 20% (vinte por cento) para estudantes oriundos da rede pública de ensino;
- II - 20% (vinte por cento) para negros; e
- III - 5% (cinco por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor e integrantes de minorias étnicas.

Vale observar, nesse ponto, a obrigatoriedade de se estabelecer uma avaliação após cinco anos de implantação da política.

¹⁴⁹ Ficou famosa a polêmica inaugurada na UnB quando instituiu em seu critério de autodeclaração de cor a fotografia dos candidatos. As mesmas passaram pelo crivo e seleção de uma banca composta, sobretudo, por antropólogos e visava definir critérios de raça/cor.

Para Cesar:

Na mudança dos sistemas observou-se, em particular, a tentativa de construção de uma racionalidade mais convincente sobre as inovações públicas, convencimento este que não se limitava apenas a um modelo de persuasão política, mas de acerto em busca de possibilidades mais legítimas de políticas igualitárias. Isso serviria de lição tanto para os interessados no sistema de reserva de vagas das universidades fluminenses, como também para todas as demais universidades que adotariam a mesma política de distribuição de bens e direitos, mesmo que a implementassem em antecipação à vontade do legislador, quer fosse na esfera estadual ou federal.¹⁵⁰

Essa colocação da autora remete ao fato de que as Universidades, por meio de seus diferentes *fóruns*, se anteciparam às deliberações da esfera do poder Executivo Federal, posto que, conforme citado anteriormente, ainda está em discussão no Parlamento a proposta de reserva de 50% das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, numa composição com o percentual para minorias étnico-raciais e outras minorias, acompanhada pelo projeto de Reforma Universitária, que prevê diferentes estratégias de adoção de princípios afirmativos nas Universidades públicas e privadas do território nacional.

Durante os anos em que as cotas têm sido implantadas na UERJ, de 2002 até o presente momento, 2006, dois fatores merecem atenção. O primeiro se relaciona com a falta de informações concretas sobre os cotistas por parte da comunidade acadêmica. Sabe-se quem é cotista ou não, por meio de dois artifícios. Pela listagem, também não tornada pública, dos estudantes que ingressam no Programa Jovens Talentos II¹⁵¹, péssimo nome do projeto que concede bolsas aos que ingressam na universidade por meio das cotas. A justificativa da não divulgação do nome dos cotistas centra-se no fato

¹⁵⁰ Cf. César, R. C. L. *Políticas de Inclusão no Ensino Superior Brasileiro: um acerto de contas e de legitimidade*. Op.cit.,p.57.

¹⁵¹ Os estudantes que ingressaram na UERJ por meio do sistema de cotas em 2003 e 2004 sofrem para permanecer na universidade. A bolsa de R\$190 do programa "Jovens Talentos II, pensada a partir da bolsa concedida pela Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) a estudantes do Ensino Médio, também denominada Jovens Talentos, possui duração de apenas um ano e não pode ser renovada. Após este período, os cotistas perdem o benefício e ficam sem dinheiro para arcar com os estudos.

de que não pode haver “ discriminação.” Divulga-se a idéia de que se a relação de cotistas e não cotistas fosse divulgada, os estudantes cotistas ficariam “marcados”. Difícil de entender. Não seriam as cotas definidas como discriminação positiva? E a comparação entre cotistas e não cotistas não tem sido fortemente estimulada por pesquisas, muitas vezes oriundas da própria sub-reitoria de graduação, que compara os coeficientes de rendimento (CRs) às notas dos mesmos?

A divulgação desses resultados seria necessária, a cada vestibular, de modo que os diretores de unidades e de cursos tivessem a clara noção dos ingressantes para avaliar a correlação de forças entre os cursos mais procurados, orientações aos estudantes, etc. Tais informações, que podem ser precisas, seriam muito úteis na análise das vagas ociosas, por exemplo, de modo que um esforço fosse feito no sentido de preenchê-las. No entanto, a forma mais eficaz de conseguir esses dados é acompanhar a divulgação do Jornal Folha Dirigida e checar, um a um, os que entraram, ou não, pelo mecanismo das cotas. Ainda sobre essa questão vale ressaltar que, como demonstrou este estudo, colhendo dados do debate sobre as cotas na mídia jornalística, a comunicação externa existe e é bastante intensa, sobretudo em momentos polêmicos. Já o fluxo de divulgação interna é bastante reduzido e privilégio de pequenos grupos, que, muitas vezes, coincidem com os grupos que desenvolvem pesquisas no campo. Mas a comunidade acadêmica, como um todo, tem pouco acesso aos dados do programa.

O segundo fator com relação à implantação das cotas na UERJ, se relaciona com o primeiro posto que também diz respeito às vagas ociosas. A nota de corte e, sobretudo, o corte de renda, implantados desde 2004, têm dificultado o acesso dos cotistas. Sobram vagas destinadas às cotas, não apenas na UERJ, mas em todas as Universidades do país. Lógico que sobram vagas nos cursos menos procurados, menos concorridos. Há quem avalie que este seria um lado negativo das cotas, posto que as mesmas só existiriam, de

fato, em cursos em que houvesse competição. Caso contrário, os cotistas, de qualquer forma, com ou sem a reserva, teriam que ingressar na universidade. Há poucos estudos sobre esse fato também, mas a questão é que a nota de corte passou a ser exigida para tentar amenizar as discussões acerca do despreparo dos cotistas e também para preencher minimamente os critérios do mérito tão discutidos na comunidade acadêmica. Outra contradição. Já o valor do corte de renda, foi definido não estatisticamente, mas por meio de um acordo entre os representantes da comunidade negra os formuladores da proposta e a sub-reitoria da graduação da Universidade. Esse mecanismo se repetiu em todas as outras universidades que adotaram a mesma proposta. Com um teto de renda *per capita*, várias distorções podem ser criadas e têm-se divulgado na mídia várias dessas contradições, seja por meio das cartas de leitores ou de análises de articulistas. O fato é que o trabalho informal é uma realidade nacional, sobretudo entre as camadas de baixa renda. Inúmeros trabalhadores não registram oficialmente seus rendimentos e, com isso, estudantes oriundos de famílias não tão necessitadas assim podem ter um rendimento *per capita* oficial extremamente baixo passando a ter “direito” a se beneficiar com as cotas. Mas há um outro lado dessa mesma questão. A renda *per capita* exigida atualmente está aliada a outros requisitos, outros pontos de corte, como ter sido aluno da rede pública. Ocorre que as estatísticas oficiais têm indicado uma queda na matrícula e permanência dos jovens da classe popular oriundos do Ensino Médio das escolas públicas. Os números estão muito distantes do que seria indicado para a economia de um país em desenvolvimento, com uma população eminentemente jovem. Ou seja, parece não existir, pelo menos na proporção definida pelas cotas, esse perfil de estudante com esse perfil de renda e escolaridade e mesmo, de origem étnica definida. Os motivos para a diminuição da matrícula dos estudantes no ensino médio parecem ser os mesmos de sempre: grande parte dos jovens evade da escola para trabalhar.

A reportagem abaixo é emblemática desse contexto:

Nos Estados Unidos, onde houve a chamada ação afirmativa a favor das minorias étnicas, as instituições deviam atingir certo equilíbrio entre brancos e negros. Mas, como o processo de recrutamento sempre foi assunto interno das instituições, elas saíam garimpando os negros de melhor desempenho. Isso é diferente do estabelecimento mecânico de cotas, que desconsidera o desnível dos beneficiados por elas. No caso brasileiro, se as cotas propostas forem para a universidade pública como um todo, não vão fazer diferença, pois metade dos alunos já vem de escolas públicas. É muita vela para pouco defunto.¹⁵²

No curso das tensões e contradições geradas pela adoção das cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, outras experiências foram sendo desenvolvidas em outros Estados e o próprio poder público federal passa a encaminhar propostas com o mesmo objetivo.

É sobre essas experiências que se desenvolverá o curso do próximo segmento.

¹⁵² Cláudio de Moura e Castro. Economista. *A maquiagem do monstro*. Revista Veja. Editoria: Ponto de Vista. 15-05-2004.

1.2.2 – Políticas inclusivas e as cotas no território nacional

Em recente artigo,¹⁵³ Renato Emerson dos Santos, professor negro da UERJ/FFP, registra aspectos importantes acerca da experiência brasileira na implantação de políticas de ação afirmativas que devem ser consideradas. Para o autor, a cena do debate sobre as desigualdades sócio-educacionais no Brasil do início do século XXI é marcada pela emergência da polêmica acerca da reserva de vagas no ensino superior.¹⁵⁴ Todavia, essa marca se distingue a partir de diferentes recortes sociais cuja categorização é importante para viabilizar uma análise mais detalhada do processo. Segundo o autor, podem-se distinguir os diferentes critérios, algumas vezes utilizados de forma combinada, que estão sendo utilizados por algumas instituições do país, visando à implantação de políticas afirmativas:

(i) o corte racial, (ii) o corte pela renda, (iii) o corte pela natureza do sistema de ensino – público ou privado -, e (iv) cortes apontando outras situações de desfavorecimento em nosso tecido social – deficiência, etnia indígena e até mesmo de origem regional são matizes que vêm dando lugar à implementação de reserva de vagas já existentes ou à criação de vagas adicionais em diversas universidades públicas de nosso país.¹⁵⁵

Assim, tomando a reserva de vagas ou cotas para negros como a mais polêmica, o autor indica, ainda, a existência de outras modalidades de políticas “inclusivas” visando à democratização do acesso à universidade.

(i) universidades que praticam a reserva de vagas oriundos do sistema público de ensino – caso da Universidade de Pernambuco (UPE), cuja política não faz referências raciais; (ii) universidades que têm política de ingresso específicas para indígenas, caso da Universidade Federal de Tocantins, (UFT), e do Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná, que reúne seis universidades estaduais e também a Universidade Federal do Paraná (UFPR); (iii) políticas de acesso de caráter regional, caso da

¹⁵³ Esse artigo integra uma edição temática da Revista Advir, de setembro de 2005, publicação da Associação de Docentes da UERJ, em que a discussão das cotas teve destaque. Esse e outros artigos que compõem a edição foram utilizados nesse estudo pela amplitude de suas abordagens e atualidade das análises de repercussão acerca da implantação da política de cotas.

¹⁵⁴ Cf Santos, Renato Emerson. *Reserva de Vagas para negros em universidades públicas: um olhar sobre a experiência brasileira*. Revista Advir, ASDUERJ, Rio de Janeiro, nº 19, setembro de 2005, pp. 12.

¹⁵⁵ Ibidem, p.12.

Universidade do Estado do Amazonas (UEA) que reserva 80% de suas vagas para pessoas que tenham cursado as três séries do ensino médio em instituições públicas ou privadas no estado do Amazonas, e cujos estudos para implementação começam a ser efetuados pela recentemente criada Fundação Universidade Federal do Vale de São Francisco (UNIVASF).¹⁵⁶

Vale observar, ainda, o modelo utilizado pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)¹⁵⁷, denominado de PAAIS (Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social) de concessão de pontos extras no vestibular para candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas – além daqueles oriundos do sistema público do ensino. Pelo programa, os estudantes que comprovarem ter estudado todo o ensino médio na rede pública ganham trinta pontos a mais na nota final da segunda fase. Candidatos autodeclarados negros, pardos ou indígenas, que cursaram o ensino médio na rede pública, também podem ter, além dos trinta pontos, mais dez pontos acrescidos a nota final.

Segundo Mauricio Kleinke, coordenador de pesquisa da Comissão Permanente para Vestibulares da Unicamp, o programa leva em consideração o mérito do aluno. Uma vez que em uma prova com o valor de 500 pontos, ganhar 30 ou 40 pontos não é um exagero. O objetivo seria o de incentivar aqueles que têm menor poder aquisitivo e, por conseguinte, menos chances de competir.

¹⁵⁶ Cf Santos, R.E. *Reserva de Vagas para negros em universidades públicas: um olhar sobre a experiência brasileira*. Op.cit., p.12.

¹⁵⁷ Divulgado recentemente um estudo que indica os bons resultados do modelo adotado pela UNICAMP. Em entrevista concedida ao Jornal Folha Dirigida, o coordenador executivo da Comissão Permanente para Vestibulares da Unicamp (Comvest), Leandro Tessler revela que apesar do fato desse ano o total de alunos, oriundos da rede pública, tenha sido menor do que do ano passado, 31,96% contra 34,10%, ao se comparar o percentual de resultados com a demanda, ver-se-á que, proporcionalmente, o número de aprovados da escola pública cresceu. Todavia, ele ressalta que houve uma queda na procura pela Unicamp por parte dos egressos de escolas públicas. O motivo desta queda não foi explicitado na entrevista. Folha Dirigida. Editoria: Ensino Superior, 01/05/2006. Com o mesmo sentido, a reportagem de Ediane Merola intitulado *Inclusão sem cotas* faz referência a bem sucedida experiência da Unicamp. Segundo a jornalista, o ponto forte do programa (Paais) é a inclusão sem a reserva de vagas. De acordo com a reportagem, baseada num levantamento feito pela universidade, o programa, além de aumentar o número de ex-alunos da rede pública na Unicamp, cursos muito procurados, como a medicina, têm sido desmistificados. Em midialogia, por exemplo, um curso bastante procurado na área de comunicação, o percentual de egressos da rede pública matriculados em 2004 foi de 6%; em 2005, 10% e em 2006, 33%. Em medicina, o percentual de egressos da rede pública matriculados foi de 9%, em 2004. Em 2005 chegou a 31% e, em 2006, caiu para 17%. Jornal O Globo, Caderno Megazine, 25 de abril de 2006, p.9.

Todo esse panorama aponta para a pluralidade de estratégias e indica, também, diferentes estágios, acúmulos e desdobramentos no processo de implantação das referidas políticas. De outro lado, as universidades têm se comprometido a desenvolver sistemas de acompanhamento e avaliação dos cotistas e das próprias ações afirmativas implantadas que sejam transparentes.

No que diz respeito à reserva de vagas para negros, o autor aponta para uma multiplicidade de situações. Ele separa três grupos distintos, definidos em função, sobretudo, das diferenças dos momentos de implantação em que se encontram:

- Universidades com reserva implementada e com alunos estudando desde 2003 – aqui temos a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB),
- Universidades com reserva implementada e com alunos estudando desde 2004 – aqui temos a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) e a Universidade de Brasília (UnB)
- Universidades com reserva implementada a partir de 2005, que no primeiro semestre deste ano tiveram o primeiro ingresso de estudantes através da reserva de vagas – e, neste grupo temos a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).¹⁵⁸

Existem, ainda, universidades que ainda não adotaram o sistema de cotas para negros, mas que já decidiram, por meio de suas instâncias, pela implantação, a partir do segundo semestre de 2005, como a Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Complementando as análises tecidas pelo autor, as duas tabelas que se seguem, elaboradas por Cesar traçam um bom panorama da situação atual das referidas políticas e seus desdobramentos.¹⁵⁹

¹⁵⁸ Cf Santos, R. E. *Reserva de Vagas para negros em universidades públicas: um olhar sobre a experiência brasileira*. Op.cit., p.13.

¹⁵⁹ Cf. César, R. C. L. *Políticas de Inclusão no Ensino Superior Brasileiro: um acerto de contas e de legitimidade*. Op.cit.,pp. 62 - 63.

A primeira tabela detalha os mecanismos institucionais de implantação das diferentes estratégias afirmativas de reserva de vagas ou de facilitação do acesso ao ensino superior pelas universidades, seja por meio de legislação estadual ou deliberações internas das universidades.

• TABELA 1

A política de cotas na UERJ/UENF, UNB, UNEB, UEA, UFAL, UFPR, UNIFESP, UEMS, UEMG, UFBA, UNIMONTES, UFTO, UEDI, UNEMAT, UFJF, UFRN, UFPA: quadro comparativo					
UERJ/UENF	UNEB	UnB	UEA	UFAL	UFPR
Inicialmente implementado pelas Leis Estaduais nº 3.542/2000 e 3.078/2001, revogadas pela lei nº 4.151/2003.	Segundo programa de cotas legitimado pelo Conselho Universitário	Programa de cotas implementado pelo Conselho Universitário, através de Resolução nº 196/2002.	Programa de cotas implementado pelo Conselho Universitário através de Resolução nº 38/2003.	Lei Estadual	nº 2.894/2004
UNIFESP	UEL	UEMS	UEMG	UFBA	UNIMONTES
Programa de Cotas implementado pelo Conselho Universitário, através da resolução nº 23/2004	Programa de Cotas implementado pelo Conselho Universitário, através da resolução nº 78/2004.	Lei Estadual nº 2.589/2002 e nº 2.605/2003 implementaram	Programa de cotas para Indígenas e negros respectivamente.	Lei Estadual	Nº 15.259/2004
UFTO	UNICAMP	UNEMAT	UFJF	UFRN	UFPA
Edital coordenado e executado pela COPESE	Programa de pesos implementado pelo Conselho Universitário, em 24.05.2004	Programa de pesos implementado pelo Conselho Universitário, através de resolução nº 200/2004	Programa de pesos implementado pelo Conselho Universitário, através de resolução nº 56/2004.	Programa de pesos implementado pelo Conselho Universitário, em 05.07.2005	Programa de pesos implementado pelo Conselho Universitário, através de resolução nº 31/2005

A segunda tabela faz referência ao modelo adotado por cada universidade, seja pelo sistema de reserva de percentual para negros e pardos ou outras minorias, seja pelo sistema de pontuação ou pesos, adotado por algumas universidades.

• TABELA 2

Reserva de vagas: UERJ/UENF, UNB, UNEB, UEA, UFAL, UFPR, UNIFESP, UEMS, UEMG, UFBA, UNIMONTES, UFTO, UEDI, UNEMAT, UFJF, UFRN, UFPA: quadro comparativo					
UERJ/UENF	UNEB	UnB	UEA	UFAL	UFPR
Reserva de vagas: UERJ/UENF, UNB, UNEB, UEA, UFAL, UFPR, UNIFESP, UEMS, UEMG, UFBA, UNIMONTES, UFTO, UEDI, UNEMAT, UFJF, UFRN, UFPA: quadro comparativo	Segundo Programa de Cotas legitimado pelo Conselho Universitário.	Programa de cotas implementado pelo Conselho Universitário, através de Resolução n° 196/2002.	Programa de cotas implementado pelo Conselho Universitário através de Resolução n° 38/2003.	Lei Estadual	n ° 2.894/2004
UNIFESP	UEL	UEMS	UEMG	UFBA	UNIMONTES
Acrescenta 10 % das vagas para afrodescendentes e indígenas. Os alunos afrodescendentes ou indígenas têm que ser oriundos exclusivamente da escola pública	Reserva de 40% das vagas para estudantes oriundos das escolas públicas, e 20% desse percentual a candidatos autodeclarados negros. Reserva de vagas para alunos de escolas públicas no ensino fundamental.	Reserva de 20% das vagas para negros e 10% para indígenas. Os candidatos que optarem pelo regime de cotas para negros sejam provenientes do ensino médio.	Reserva 20% das vagas para afrodescendentes, 20% para egressos da escola pública e 5 % para portador de deficiências e indígenas.	Reserva 45% das vagas, sendo 43% para estudantes oriundos das escolas públicas, onde 85% desse percentual é reservado para pretos e pardos, e 2% para índios descendentes.	Reserva 45% das vagas, sendo 43% para estudantes oriundos das escolas públicas, onde 85 % desse percentual é reservado para pretos e pardos, e 2% para índios descendentes.
UFTO	UNICAMP	UNEMAT	UFJF	UFRN	UFPA
Reserva de 5% das vagas de cada curso a etnia indígena. Não reserva vagas para alunos de escolas públicas e para negros.	Estabelece um sistema de 30 pontos para candidatos oriundos de escolas públicas ou supletivo presencial (EJA), e mais 10 pontos, para candidatos auto-declarados pretos, pardos ou indígenas.	Estabelece um sistema de 30 pontos para candidatos oriundos de escolas públicas ou supletivos presencial (EJA), e mais 10 pontos para candidatos auto-declarados pretos, pardos ou indígenas.	Reserva 50% das vagas de cada curso para alunos oriundos das escolas públicas e dentro desse percentual, 20% para estudantes negros.	Estabelece meta composição de vagas em todos os cursos da universidade com alunos oriundos de escola pública em até 50%. Os alunos desta reserva devem ter cursado a escola pública desde a 8ª série do ensino fundamental e todo o ensino médio	Reserva 50% das vagas para alunos oriundos da escola pública, e 40% desse percentual para alunos negros e pardos, segundo a classificação do IBGE. Os alunos da primeira cota Terão de ter cursado todo o ensino médio em escola pública.

A partir dessas considerações, podem-se verificar as diferentes estratégias que as universidades adotam para a implantação das medidas.

Vale observar que os dados explicitados nestas tabelas são fruto de um diagnóstico desenvolvido em 2004 e 2005 e divulgado em meados do último ano. No curso deste estudo, sobretudo no 1º semestre do ano letivo de 2006, os processos de implantação ou de consolidação da política de cotas foram se ampliando. A entrada em

cena de deliberações federais pode vir a representar o rompimento com a saudável heterogeneidade do processo, ameaçando, inclusive, a autonomia universitária.

Em fevereiro de 2005, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de Lei 3.627/2004 que cria o sistema de cotas nas universidades públicas federais brasileiras e estabelece que 50% das vagas devem ser destinadas a alunos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas. Dentro desse percentual devem ser destinadas vagas para negros e índios de acordo com o percentual medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em cada estado. O projeto, de autoria da Deputada Nice Lobão (PFL-MA) foi aprovado na forma de substitutivo apresentado pelo deputado Carlos Abicalil (PT-MT) e prevê que o sistema deve ser implantado gradualmente (25% ao ano) e poderá ser revisto, pelo Ministério da Educação (MEC), após dez anos de funcionamento.

Ao ser indagada se o Projeto em questão poderia ferir a conquistada autonomia universitária, se a Universidade optaria ou não pelo sistema de cotas e caso optasse, qual seria a modalidade, a então Reitora da UERJ, Nilceia Freire responde:

Nós entendemos que a forma como o projeto foi encaminhado ao Legislativo não foi a melhor, porque era importante que a Universidade pudesse ter discutido antes que a proposta fosse encaminhada. Então, neste sentido, pensamos que a forma de encaminhamento fere o princípio da autonomia. Isso não quer dizer que tanto o Executivo quanto o Legislativo não possam ter propostas a encaminhar à Universidade porque sua autonomia não pode torná-la impermeável a propostas que venham da sociedade.

¹⁶⁰

Pela terceira e última versão do projeto, as universidades federais já existentes teriam até 2015 para que 50% dos alunos de seus cursos tenham vindo da rede pública, com espaço ainda para uma subcota de negros e índios também egressos da escola pública. Já as novas instituições federais teriam que adotar a reserva de vagas no

¹⁶⁰ Entrevista concedida à AGENC (Agência de Notícias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ UERJ), Jun.2004.Op.cit.

primeiro vestibular após a aprovação da lei. O Ministro da Educação, Fernando Haddad, diz que as novas universidades terão mais facilidade para adotar as cotas, já que não têm tradição a quebrar. A terceira versão do anteprojeto traz outras novidades. Aumenta de 5% para 9% o percentual do orçamento de custeio das universidades federais que deverá ser investido em assistência estudantil, como bolsas para alunos carentes, moradia e restaurantes universitários.¹⁶¹

Já o diretor-executivo da ONG Educafro, Frei David Santos, criticou o fato de as novas regras só valerem para novas Universidades, apesar de o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter sancionado, no mesmo período, a criação de cinco universidades federais.¹⁶²

Inicialmente, o Projeto, que havia sido aprovado em caráter terminativo, não precisaria passar pelo plenário, indo direto para o Senado. Todavia, a oposição conseguiu, logo em seguida a sua aprovação, reunir as assinaturas necessárias para mudar o curso do projeto e fazer mudanças em plenário.

Questiona-se, por exemplo, como fica o ingresso por cotas dos alunos oriundos das Escolas Federais de Ensino Médio, das Escolas Técnicas e dos Colégios de Aplicação, que apesar de serem instituições públicas, seu alunado é constituído de estudantes, fundamentalmente, de classe média. O sistema de corte de renda também está sendo estudado como alternativa, conferindo nova gama de ambigüidades, em parte, já apresentadas aqui. Mais grave, entretanto, parece ser a adoção do percentual de 50% tendo como referência apenas os egressos das escolas públicas, como afirma o presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares, José Antônio Teixeira, que se posiciona a favor das cotas apesar de representar a rede privada:

¹⁶¹ Jornal O Globo. *Universidades novas deverão ter cotas de 50%*. Editoria: O País. 30-07-2005.

¹⁶² Idem.

Se o projeto que institui cotas para estudantes de escolas públicas em universidades federais acompanhasse o mesmo percentual destes alunos no ensino médio, o resultado seria uma reserva de 83% das vagas, em vez dos 50% previstos na proposta que será votada no plenário da Câmara. "A taxa de 83% poderia escandalizar principalmente os que são contra o sistema", afirma o deputado Carlos Abicalil (PT-MT), que foi relator do projeto na Comissão de Educação e Cultura. O Censo Escolar 2005 registra que apenas 17% dos estudantes do ensino médio estão em colégios privados, mas o percentual sobe bastante nas universidades federais. Dados coletados pelo GLOBO ONLINE mostram que o grupo representa, em média, 65% dos aprovados nos últimos vestibulares do Rio e de São Paulo. O maior percentual aparece na Fuvest (73% no concurso deste ano), que inclui a Universidade de São Paulo (USP). Na USP Leste, os valores são mais próximos: 51% vindos de particulares e 47% da rede pública. Na federal de São Carlos (UFSCar), a relação é de 70% para 30%. No Rio, os números são bastante parecidos entre as instituições. No vestibular 2005, foram aprovados na UFRJ 66% de candidatos de escolas privadas, na UFF, 61%, e na UNI-Rio, 64%. - Com este panorama, reservar metade das vagas não parece ser uma decisão exagerada. É um fator igualitário - afirma¹⁶³

Mas dos discursos acerca de como se chegou ao percentual de 50% divergem, até mesmo, entre os seus defensores. O secretário-executivo do Ministério da Educação (MEC), Jairo Jorge, explica que os 50% já estavam previstos na Reforma Universitária do governo federal, que acaba de ser encaminhada pelo governo sem a fazer referência às cotas sob a alegação de que tramita paralelamente um Projeto de Lei específico sobre a reserva de vagas nas federais.¹⁶⁴

Chegamos a este número baseados no princípio da igualdade, é o mais justo, diz o deputado Carlos Abicalil. O mérito da porcentagem não foi motivo de discordância durante as discussões na Comissão de Educação e Cultura. De acordo com ele, nos últimos sete anos, foram feitos mais de 30 projetos sobre o assunto, a maioria estipulando a reserva de metade das vagas. - A ponderação de 50% foi menos objeto de cálculo e muito mais demanda social. Se o prazo para implementação das cotas for mesmo de seis anos, a previsão é que, em 2016, as universidades já consigam igualar o número total de matriculados nas graduações entre alunos da rede pública e privada - calcula o parlamentar

¹⁶³ Daniela Leiras. Globo *On line*. *Cotas de 83% das vagas nas universidades seriam escandalosas*. 23-09-2005.

¹⁶⁴ O debate em tornos das cotas se arrefeceu devido à aprovação do Projeto de Lei PL-73/1999, apresentado pela Deputada federal Nice Lobão do PFL, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) em 08/02/2006. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/proposicoes>. Último acesso: 08-05-2006.

Já o ex-ministro da Educação Paulo Renato de Souza, posiciona-se contra o percentual adotado no projeto. Segundo ele, em entrevista concedida ao Jornal O Globo, a reserva 50% das vagas de universidades federais para as cotas seria demais. Isso poderia levar a uma queda na qualidade da educação. Considera que se o percentual fosse menor, não haveria esse risco. ¹⁶⁵

Outro ponto polêmico no projeto do MEC é a definição da cor do estudante. O Ministério preferiu adotar o critério da Uerj e da Uenf, que é de auto-declaração mas, como o projeto considera também beneficiados os pardos, difícil será, diante da miscigenação da sociedade brasileira, definir quem é branco.

Como já foi dito acima, o sistema de cotas está previsto no texto da Reforma Universitária elaborada pelo MEC em parceria com representantes de entidades não-governamentais, mas até o momento da finalização deste estudo ainda não tinha sido votado de forma definitiva. Há rumores de que o governo renunciaria à obrigatoriedade do oferecimento de 50% das vagas para as cotas, mas nada ainda foi decidido. Afinal, este é um ano eleitoral e... emergem pleitos de mudanças. Todavia, poucas parecem mudar, de fato, o curso desta história.

Por outro lado, comenta-se que a intenção do governo é estipular o percentual da cota com base em estatísticas do IBGE sobre o perfil racial da população de cada estado. Com isso, na Bahia, por exemplo, 73% das vagas de cada concurso teriam de ser destinados a pessoas que se declarassem negras ou pardas.

Em recente reportagem, a reitora da USP, Suely Vilela, conhecida pelas críticas às propostas de cotas raciais e sociais hoje implantadas, de uma forma ou de outra, em grande parte das Universidades brasileiras e defendidas pelo movimento negro e pelo

¹⁶⁵ Daniela Leiras. Globo *On line*. *Cotas de 83% das vagas nas universidades seriam escandalosas*. Op.cit.

governo federal, afirma que “é possível fazer inclusão social com mérito”. De forma similar ao que acontece na Unicamp, a USP está propondo a implantação de um conjunto de ações que envolverão os alunos, os professores e os órgãos de fomento. No programa intitulado INCLUSP, haveria o adicional de 3% sobre as notas dos alunos que tenham cursado os três anos do ensino médio em escola pública. Vale para as duas fases do vestibular. Propõe também um processo de avaliação seriada, feita pela FUVEST, dos alunos das escolas públicas que aderirem ao programa no qual os melhores teriam bolsas de iniciação científica do CNPq. De um outro lado, o projeto prevê cursos de educação continuada para professores da rede pública e aperfeiçoamento do conteúdo acadêmico das escolas públicas que aderirem ao programa. Todas essas ações estão previstas para serem iniciadas em 2007.

A defesa da reitora pelo projeto dá destaque à ênfase do mesmo na tentativa de melhorar o ensino médio. Ela esclarece, ainda, que o bônus de 3% para os alunos oriundos da rede pública foi obtido por meio de várias simulações com as notas do resultado do vestibular de 2006 e não tem, portanto, caráter político ou corporativo e sim técnico. Assim, segundo a reitora, a USP estará preservando o mérito acadêmico com inclusão social e não simplesmente abrindo a universidade para cotas. Quanto à polêmica questão das cotas para afrodescendentes não terem sido contempladas diretamente no projeto, a reitora esclarece que pelo censo escolar de 2005, que já contempla os quesitos raça e cor, o cenário mostra que 56% dos alunos são de raça negra. Com isso o projeto estaria fazendo a inclusão socioeconômica e étnica, em suas diferentes realidades. Admite, porém, que será no processo de avaliação seriada que a inclusão étnica torna-se-á mais significativa. Disposta a dialogar, houve a tentativa de acordo com o movimento negro, sobretudo com o Educafro, chamado inclusive para indicarem representantes no grupo de trabalho do projeto, Todavia, a invasão da

reitoria, por parte de integrantes do movimento negro, no dia da votação do projeto no Conselho Universitário, demonstrou a falta de maturidade do movimento para lidar com a questão e a prática de rejeitar propostas que não sejam as pretendidas por eles. A reitora esclarece por último que as universidades estaduais, como a USP, a Unesp e a Unicamp, não pretendem aderir ao projeto proposto pelo governo federal, caso o mesmo seja aprovado nos moldes conhecidos até agora, e para isso se fazem valer da autonomia universitária.¹⁶⁶

O projeto da USP, no entanto, gerou uma nova polêmica relacionando o projeto o Governo Federal e à questão da autonomia universitária. Esta polêmica já estava posta desde o início do debate quando a USP deixou claro, por meio de suas instancias deliberativas, que era desfavorável a proposta de cotas para negros. E a pergunta que não quer calar se fez soar na fala do professor:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional refere-se ao conjunto da educação superior no Brasil, inclusive aos sistemas estaduais. Logo, estes são abordáveis pela legislação federal. Então, por que o PL 3.627 não inclui as universidades estaduais públicas? Por que motivo a USP tem a possibilidade de exercer sua autonomia, e a UFRJ, por exemplo, não? Isto indica que não há na proposta do governo um caráter tão abrangente quanto se alardeia?¹⁶⁷

Também a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ divulgou recentemente que está discutindo uma proposta alternativa às cotas propostas pelo Governo Federal, já aprovada em sua primeira versão e com expectativa de implantação já no primeiro semestre de 2007.

Sem esclarecer detalhes importantes do projeto, o reitor Aloísio Teixeira, informa que o projeto pretende oferecer 5% das vagas, com a dispensa do vestibular, a alunos oriundos das escolas estaduais do Rio de Janeiro. A avaliação seria feita internamente na

¹⁶⁶ Tatiana Farah, *Jornal O Globo*. Editoria: O País. *É possível fazer inclusão social com mérito. Entrevista com Suely Carneiro*. 04/06/2006.

¹⁶⁷ Amâncio Paulino de Carvalho é professor da Faculdade de Medicina da UFRJ e diretor do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. *Jornal Folha Dirigida*. Editoria: Educação. 21-04-2004.

relação com a oferta de vagas de cada curso, sem a obrigatoriedade do preenchimento de todas as vagas. A defesa desse tipo de projeto, segundo o reitor, está na noção de que “o vestibular não proporciona a melhor avaliação para o ingresso na universidade.” Ressalta, ainda, que “a experiência das cotas não resolve o problema, embora tenham o mérito de levantar uma questão importante. Porém o projeto deixa dúvidas, sobretudo acerca de como pretende dialogar com a obrigatoriedade de adesão da Lei encaminhada pelo Governo Federal, prestes a ser votada.”¹⁶⁸

Diante da gama de considerações feitas até aqui, vale aqui duas observações importantes. Primeiro destacar o fato de iniciativas corajosas como a da USP ou da UFRJ de proporem modelos alternativos de inclusão universitária. Essas experiências abrem caminho para que o debate acerca da adoção da política de cotas possa compor com diferentes olhares sobre a questão sem que isso se caracterize em preconceito ou racismo. Segundo, que o fato de se problematizar a adoção de políticas reparadoras não indica, a despeito daqueles que simplesmente não estão dispostos a problematizar em nome de uma causa, que se esteja defendendo a manutenção da desigualdade social, de desigualdade de acesso aos bens culturais acumulados, dentre eles, mas não único como parece se apresentar no caso das cotas, o ensino universitário. Não se preconiza e tampouco se aceita a situação de penúria material e cultural a que muitos vêm sendo submetidos. Diverge-se, sim, das estratégias e, sobretudo, das concepções.

Em recente entrevista a Globo News, o filósofo e ensaísta Pascal Bruckner enfatizou de maneira muito clara que a atual política econômica não dá espaço e nem tem como meta a erradicação da pobreza e da desigualdade, ao contrário, se alimenta destas e delas são dependentes para sua própria sobrevivência.¹⁶⁹

¹⁶⁸ Cláudia Lamego, Jornal O Globo. Editoria: O País. *UFRJ estuda uma alternativa às cotas*. 04/06/2006.

¹⁶⁹ Rede Globo de Televisão. Globo News Painel. 22-11-2005.

Pode parecer piegas ou discurso feito, mas o fato é que se parece esquecer que as instâncias, como o FMI e o Banco Mundial, que permeiam as ações e políticas mundiais têm como base as mesmas macroestruturas socio-políticas excludentes, representadas por meio de suas Instituições. Ou seja, implementam-se medidas sócio-econômicas excludentes e criam-se mecanismos reparadores dos lastros e efeitos colaterais deixados. Utiliza-se de suas “brechas”, supostamente como nos velhos moldes da concepção reformista de estado. Utilizam-se, pois, esses “remédios” para realmente remediar.

E há quem afirme: “(...) Talvez estejamos utilizando o princípio da homeopatia e combatendo o veneno com pequenas doses do próprio veneno que provoca a doença.”¹⁷⁰

1.3 – PAUTANDO O FATO : uma cartografia da cobertura jornalística impressa sobre as cotas

Alguns estudos que analisam o papel da mídia na construção de significados acerca da política das cotas serviram de parâmetro para a realização deste estudo.

O primeiro - *O dito e o não dito: o papel da imprensa no debate sobre as cotas*¹⁷¹, num livro organizado e escrito por ativistas negras, faz uma crítica da relação da mídia com as questões raciais no que tange a dois focos principais: aquela que aponta as representações negativas do negro neste espaço (...) e uma outra que avalia as sub-representações ou mesmo a falta dela.¹⁷² Esses olhares, segundo a organizadora, apontam para o *ethos* da mídia brasileira que acaba por se coadunar com a sociedade e vêm colaborando para o desvelamento do manto de democracia racial que encobriria os mecanismos de exclusão e discriminação. A forma como o negro é visto e tematizado –

¹⁷⁰ Isabel Cruz. JC- E Mail. *Leitores comentam a política de cotas*. 15-04-2004.

¹⁷¹ Cf. Borges, R. da S. *O já-dito e o não dito: o papel da imprensa no debate sobre as cotas*. IN: *Ações Afirmativas em Educação – Experiências Brasileiras* – Silva da, Cidinha (Org). Edições Selo Negro: São Paulo, 2003.pps 233-255.

¹⁷² *Ibidem*, p. 234.

verbal e iconicamente – é o retrato mais bem acabado de a quantas andam (sic) as nossas relações raciais.¹⁷³

Para a ela, o tema das cotas, surgido a partir de fevereiro de 2003, põe em cena outros mecanismos da linguagem midiática, qual seja, as desigualdades raciais no Brasil, ofertando sentidos pré-determinados ao universo de leitores, demonstrando um certo “pendor” da mídia para divulgar certos aspectos e não outros, em vez de pluralizar fontes e vozes como seria o esperado de um veículo de comunicação.

É assim que, segundo ela, proliferam artigos e reportagens cujos posicionamentos são contrários à implantação das cotas. Os motivos mais elencados seriam: a quebra do princípio de isonomia constitucional, o comprometimento com o requisito do mérito, o não enfrentamento com a questão estrutural do ensino e, sobretudo, não levar em conta os padrões de miscigenação das fronteiras raciais no Brasil.

A fonte da pesquisa da autora foram os jornais Folha de São Paulo e Correio Brasiliense, este último com destaque para os artigos de Sueli Carneiro, fundadora e coordenadora executiva de Geledés – Instituto de Mulher Negra. A autora indica, também, “outras reportagens”¹⁷⁴ divulgadas na mídia impressa a partir da implantação da política de reserva de vagas na Uerj.

Enquanto mediadores, modos de dizer denunciam intencionalidades.¹⁷⁵ É nesse sentido que a autora opta por selecionar os textos jornalísticos selecionados a partir do (A) dizer declarativo, (B) dizer indicativo, (C) dizer opinativo.¹⁷⁶

No âmbito do dizer declarativo, identifica uma tomada de posição contra as cotas:

¹⁷³ Cf. Borges, R. da S. *O já-dito e o não dito: o papel da imprensa no debate sobre as cotas*. Op.cit. p. 235.

¹⁷⁴ A autora não faz alusão ao número de reportagens selecionadas e não delimita com clareza o período de coleta do material selecionado.

¹⁷⁵ Ibidem, p.237.

¹⁷⁶ O dizer declarativo se sustenta a partir de um discurso referencial, resultados estatísticos, legislações, etc; o dizer indicativo tem como base o testemunho de terceiros, indicando os problemas oriundos das referidas políticas e o dizer opinativo se constitui de opiniões do próprio jornal.

As cotas, no seu estágio incipiente, são apontadas como uma política problemática, ineficiente, incitam ao preconceito e não são tão necessárias assim, posto que alunos negros e pobres conseguem aprovação no vestibular sem elas. Algumas dessas conclusões não são feitas parcial e indiscriminadamente pelo jornal, são os (as) protagonistas (professores (as), alunos (as), funcionários (as) das universidades dessas políticas que o dizem. Nada mais legítimo. A imprensa é apenas a fala intermediária.¹⁷⁷

Da mesma maneira, no dizer opinativo, a autora identifica editoriais marcadamente críticos à adoção das cotas indicando como saída a defesa da escola pública e de qualidade.

as crenças e expectativas sustentadas pelas matérias e editoriais aqui examinados, parecem solidárias ao ideário das relações raciais que se cristalizou no nosso imaginário. Elas apaziguam as possíveis tensões e confortam a todos nós ao afirmar que o mito da democracia racial continua operando, solenemente, em bases sólidas.¹⁷⁸

No bojo do dizer opinativo, a autora aponta a emergência de um discurso fundador que emerge como possibilidade de uma nova tradição de sentidos sobretudo a partir dos artigos de Sueli Carneiro¹⁷⁹.

Sueli Carneiro, oportunamente, põe em relevo os argumentos de que a mídia se apropria e consegue extrair no dispositivo de negação/reprovação desses argumentos uma revelação que sub-repticiamente se impõe: o melhor das cotas. Algo escapa e a falta mostra a sua face. Ao negarem a visibilidade dessas políticas, tais argumentos deixam escapar ideologias (a manutenção de privilégios, o racismo, hegemonia de grupos raciais). Orquestrados irmanamente ou em separado, eles nos dão o tom de nossas relações raciais.¹⁸⁰

Ou seja, ainda que a autora indique em sua análise que não entende a mídia como “grande manipuladora”, parece que tende a identificar tendências negativas de formação

¹⁷⁷ Cf. Borges, R. da S. *O já-dito e o não dito: o papel da imprensa no debate sobre as cotas*. Op.cit., p.242.

¹⁷⁸ Ibidem, p.247.

¹⁷⁹ Ibidem, p.248.

¹⁸⁰ Ibidem, p.250.

de opinião e vê nos artigos de uma ativista negra a emergência de uma nova possibilidade de entendimento da questão.

Sem entrar no mérito do artigo ou da pesquisa, a constatação parece ser reducionista demais, além do que, identifica como “negação de visibilidade” um tema que vem sendo paulatinamente discutido, com prós e contra, nas diferentes mídias, como pôde ser constatado neste estudo.

E não faltam discursos que tomam a mídia como uma vilã e declaradamente contrária às cotas. "A grande mídia, muitas vezes, é tendenciosa, mostrando apenas argumentos contrários às políticas – é importante levar o debate diretamente para onde está a população que pode usufruir das cotas", diz a pesquisadora.¹⁸¹

Outro artigo que estabelece a relação mídia/cotas como foco, é fruto de uma pesquisa mais estruturada – *Como a imprensa escrita brasileiras cobriu a III Conferencia Mundial e a Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância* (CMCR), de Nilza Irani e Marisa Sanematsu.¹⁸²

Adotando uma radicalidade em relação ao entendimento do papel da mídia na construção de significados sociais, as autoras a definem como um lugar privilegiado na criação dos estados de opinião, “ (...) onde os discursos circulam e definem sujeitos.”¹⁸³

Bem articulada, a pesquisa teve financiamento da Fundação Ford e teve o objetivo de fazer o monitoramento da cobertura que a imprensa escrita realizou sobre a CMCR¹⁸⁴ entre 25 de agosto a 21 de setembro de 2001.

¹⁸¹ Cf. Borges, R. da S. *O já-dito e o não dito: o papel da imprensa no debate sobre as cotas*. Op.Cit.,251.

¹⁸² Cf. Iraci, N., Sanematsu, M. *Mídia e Racismo*. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2003

¹⁸³ Ibidem, p.23.

¹⁸⁴ III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância – Durban, África do Sul, 31 de agosto a 7 de setembro de 2001.

Dos oito veículos¹⁸⁵ monitorados pela pesquisa constatou-se a publicação de 458 matérias que apresentavam a CMCR como assunto principal ou temas correlatos, entre os quais políticas afirmativas ou de reparação para negros.

A pesquisa tabulou a participação dos veículos na cobertura, os tipos de matérias, enquanto gêneros jornalísticos e classificou as reportagens como informativas ou opinativas. Destacou os pontos polêmicos, onde mais uma vez surge a noção de reparação, bem como indicou os temas mais tratados. Dias antes da Conferência (26 de agosto), o Jornal Folha de São Paulo já antecipava quais seriam os pontos mais polêmicos na cúpula: reparação, Oriente Médio e vítimas de discriminação (negros, mulheres e homossexuais).¹⁸⁶

Procurou, também, fazer a correlação autor/matéria e autor/matéria/veículo de modo a tentar identificar perfis de opinião, chegando a mapear, de forma sintética, as características pessoais dos autores/autoras, sejam jornalistas, intelectuais, ativistas, estudantes ou leitores em geral.

Uma última pesquisa utilizada como referência foi elaborada pelo já citado antropólogo Peter Fry, na qual o autor selecionou as cartas dos leitores do Jornal O Globo durante o ano de 2004.

A síntese da pesquisa expressa no artigo *O Debate que não houve: a reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras*¹⁸⁷, tem em comum com este estudo, entre outras coisas, o fato de consubstanciar suas análises nas cartas dos leitores publicadas durante os anos 2001 e 2002, na suposição de que representem opiniões que extrapolam os muros das universidades¹⁸⁸, ou seja, são exteriores às práticas, tais como

¹⁸⁵ Os jornais - Correio Brasiliense, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil e as revistas semanais Época, Isto é e Veja.

¹⁸⁶ Cf. Iraci, N., Sanematsu, M. *Mídia e Racismo*. Op.cit.p.32.

¹⁸⁷ Cf. Fry, P. *O debate que não houve: a reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras* (com Yonne Maggie).Op.cit. p.306.

¹⁸⁸ Ibidem, p.306.

na análise do discurso pretendido em Heráclito. “ São “ nativos” que, na tradição de nossa antropologia, devem ser levados a sério – diz o antropólogo.¹⁸⁹

Ainda que julgue legítimo o movimento organizado dos autodenominados afros descendentes e suas conquistas e não negue o fato de que o preconceito racial existe nas práticas e nas representações acerca do negro brasileiro, o antropólogo usa o que denomina de “ vozes nativas” dos leitores de modo a debater as questões privilegiadas em suas análises: a substituição de um Brasil miscigenado por um país de raças distintas. É o que ele classifica como “*Fim do Mito do Macunaíma*” ou processo de racialização do Brasil.

Sem queremos entrar numa discussão sobre a distribuição de cinismo no Brasil, parece claro que o cidadão brasileiro, pelo menos perante as universidades e a função pública, não poderá mais se identificar com o Macunaíma do Modernismo Brasileiro; agora ele terá que pertencer a uma “ raça” ou a outra.¹⁹⁰

E o antropólogo radicaliza ainda mais :

As cotas são nauseabundas para muitos não apenas porque parecem contradizer o ideal da “democracia racial” e da “ democracia liberal *tout court*” mas também porque parecem ameaçar a idéia modernista da antropofagia. É como se o Brasil comesse a ação afirmativa formalizada, outras comidas de que tanto gosta tornar-se-iam cada vez mais desagradáveis, não menos a mistura em si.¹⁹¹

Sobre esse mesmo prisma, Yonne Maggie, colaboradora da pesquisa de Fry e também antropóloga do Museu Nacional resume sua opinião acerca da política de cotas - “no Brasil, preferimos as pontes do que as margens.”¹⁹²

No estudo, o autor denuncia, ainda, que não houve um debate público substancial nem entre parlamentares, nem para com a opinião pública sobre a questão, considerando, com isso, que o debate começou frágil.

¹⁸⁹ Cf. Fry, P. *O debate que não houve: a reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras* (com Yonne Maggie).Op.cit., p.307.

¹⁹⁰ Ibidem, p.306.

¹⁹¹ Ibidem, p.305.

¹⁹² Ibidem, p.306.

Com os resultados da pesquisa elaborada a partir das cartas dos leitores, Fry chega a algumas considerações interessantes. Primeiro o pesquisador destaca que o que chama mais atenção nas cartas é a coerência dos argumentos expressos.

Uma gama de leitores sugere que a implantação das cotas pode não alcançar a tão pretendida inclusão social e ainda promover uma bipolarização racial e um aumento das tensões inter-raciais. Por outro lado, favoráveis e desfavoráveis à política de cotas concordam que a cotas para negros representam uma ruptura com tradição da democracia racial brasileira. Já o tema da inconstitucionalidade, segundo o pesquisador, é abordado regularmente pelos missivistas, a partir do mote de que a constituição brasileira diz que todos são iguais perante a lei. Outro argumento que aparece com frequência nas cartas é o de que discriminar, ainda que positivamente, é uma forma de racismo. Sobre este aspecto, o antropólogo destaca o termo *apartheid* brasileiro, utilizado por um leitor para se referir à adoção das cotas no serviço público brasileiro, o protesto de uma negra que considera as cotas um retrocesso no processo de integração do negro à sociedade e a discussão que remete ao fato do conceito de “raça” não ter base científica.

Segundo o autor este é um aspecto importante de ser ressaltado quando se opta pela adoção de uma política de cotas baseada em preceitos “raciais”, pois a mesma instaura a criação de duas categorias raciais. “ O sistema de cotas, então, representa, a vitória de uma taxionomia bipolar sobre a velha e tradicional taxionomia de muitas categorias” – afirma.¹⁹³

Embora não trate diretamente sobre a relação com a mídia, é importante citar, também, o já citado estudo de Thomas Sowell¹⁹⁴ acerca do efeito das ações afirmativas e da adoção de cotas na Índia, Malásia, Estados Unidos, entre outros países. A

¹⁹³ Cf. Fry, P. *O debate que não houve: a reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras* (com Yonne Maggie).Op.cit., p.308.

¹⁹⁴ Ibidem, p.308.

divulgação do livro no Brasil, no mesmo período em que a UERJ adotava a política de cotas de forma pioneira no Brasil, teve efeitos bastante significativos na mídia, sobretudo a partir das análises do jornalista do Jornal O Globo, Ali Kamel.

A pesquisa aponta para conclusões demolidoras do mito da igualdade e justiça que acompanha essas políticas. O acirramento de questões raciais, o aparecimento de hierarquias no interior dos grupos supostamente marginalizados, o fracasso escolar de grande parte dos estudantes beneficiados e mesmo, o preconceito em relação à idéia de mérito, demonstra, acima de tudo, um sistema político contaminado por noções impregnadas de moralismos e submissões aos padrões hierárquicos sociais e econômicos.

De maneira distinta, essas pesquisas foram balizadoras de alguns caminhos metodológicos adotados por este estudo, articulando, todavia, as perspectivas analíticas já descritas aqui.

1.3.1 – A cobertura da mídia impressa brasileira sobre a política de cotas *ou sobre o método*

Nesta pesquisa, foram selecionadas reportagens, artigos, entrevistas e cartas de leitores, durante todo o ano de 2004 e 2005, veiculadas nos principais jornais e revistas que circulam no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro.

Conforme já foi citado anteriormente, essa busca se deu fundamentalmente a partir do sistema de *clipping* desenvolvido pelo setor de Comunicação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ UERJ, que visa reunir as principais notícias do dia e disponibilizá-las on-line. Segundo os organizadores, a partir de junho de 2004, diante da

intensificação do debate sobre as cotas, um espaço diferenciado - o *clipping* cotas foi criado para divulgar de forma mais precisa e ordenada essa discussão.¹⁹⁵

Cabe aqui uma consideração recolhida dentre as próprias matérias selecionadas.

Os debates sobre as cotas na universidade costumam basear-se em estatísticas, as quais, geralmente, parecem confirmar o que se pretende demonstrar. Mas devemos ficar alertas para o fato de que apenas esses dados não conseguem dar conta da complexidade da realidade social. Estatísticas só “falam” quando adequadamente inseridas em contextos que lhes outorgam significado.¹⁹⁶

Dentro deste enfoque, os dados obtidos apontam para um total de trezentos e quarenta e nove aparições na mídia impressa, durante esses dois anos, distribuídas, neste estudo, nas categorias matérias assinadas, (cinquenta e nove); matérias (quarenta e quatro), notas, (quarenta e oito); cartas de leitores, (cento e vinte), artigos (quarenta e sete), entrevistas (seis), editorial (quatorze) e debates (dezoito).

Os quadros abaixo indicam algumas evidências, mas inicialmente vale apontar para algumas opções conceituais de seleção e de análise dos dados obtidos.

As matérias selecionadas foram separadas em informativas e opinativas, a exemplo do estudo aqui citado de Nilza Irani e Marisa Sanematsu¹⁹⁷. Como matérias consideradas de caráter informativo têm-se: matérias assinadas como aquelas que apesar de terem um cunho eminentemente informativo, buscando certa “neutralidade” na apresentação dos fatos, são assinadas por articulistas e/ou jornalistas dos veículos, de outro lado, matérias com o mesmo caráter informativo e de certa imparcialidade, que não possuem, no entanto, signatários. As notas em colunas não assinadas compõem este

¹⁹⁵ Vale observar que com a utilização do *clipping* assumiu-se o reconhecimento da incompletude dessa seleção posto que, por muitas ocasiões, entrevistas, artigos, sobretudo em jornais de fora do Estado do Rio de Janeiro, não eram apresentados no *clipping*. Outro fator importante foi a mudança de gestão na reitoria da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que abriga o setor, fato que acabou por provocar uma queda na qualidade desta seleção. Todavia, como o objetivo da análise era o de fazer um recorte possível da cobertura jornalística sobre as cotas, considerou-se que o espaço criado na UERJ, poderia ser emblemático e possibilitar um recorte deste cenário.

¹⁹⁶ José Luiz Petruccelli & Moema Teixeira. Jornal O Globo. *Temas em Debates: Cotas. O que não se diz*. 06-12-2004.

¹⁹⁷ Cf. Iraci, N. , Sanematsu, M, *Mídia e Racismo*. Op.cit.p.32.

segmento. Cabe ressaltar, que não se pretendeu fazer uma análise detalhada dos signatários tanto das matérias informativas assinadas, quanto das opinativas. Buscou-se, no entanto, garantir a visibilidade desses autores indicando suas identidades, seja de jornalistas, economistas, juristas, militantes do movimento negro, professores e leitores a partir das referências bibliográficas expressas nas notas de rodapé.

Já as matérias de cunho opinativo foram separadas em cartas de leitores, artigos, editoriais e debate. Nos três primeiros casos, as mesmas foram subdivididas entre favoráveis à adoção da política, desfavoráveis e neutras, tomando estas últimas como aquelas que, em suas análises, optaram por levantar apenas os prós e os contra às referidas ações, sem explicitar posições definitivas. Ainda compondo a categoria opinativa, foi incluída a sessão debate que, com pequenas variações de apresentação e chamadas, caracterizaram-se por promover uma discussão entre duas posições distintas.

Nesse caso, pareceu ser desnecessário marcar posições contra ou a favor.

• **TABELA 3: ano de 2004.**

VEÍCULO	INFOR.			OPINATIVA													TO	
	MA	MS	NT	Entrv.			Cartas			Artigos			Edit.			De.		
				F	D	N	F	D	N	F	D	N	F	D	N			
	1	1	7	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	2	14
	24	11	11	-	1	1	11	35	3	7	10	3	-	2	-	10	129	
	4	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	7	
	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	
	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	
	10	9	7	-	1	-	-	-	3	2	3	-	-	-	-	-	35	
	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	
	2	1	2	1	-	-	4	5	-	1	5	-	1	-	-	-	22	
JC E-Mail	-	-	1	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	4	
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	2	
	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	
TRIBUNA DA IMPRENSA	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	
ESTADÃO	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	
	-	-	-	1	2	1	17	43	7	10	17	3	1	4	1	-	-	
	43	28	33	4			67			30			6			12		
TOTAL																	226	

Deste primeiro mapeamento geral, pode-se observar que o Jornal O Globo é o que mais se destaca em termos de quantidade de matérias gerais selecionadas, com destaque para praticamente todos os tipos de matéria. Apesar de ter um Editorial claramente definido como desfavorável ou pelo menos questionador acerca da política de cotas, o espaço conferido a posições favoráveis ou desfavoráveis foi bastante equilibrado, com destaque para a sessão de cartas. A sessão *Debate*, bastante freqüente, trouxe à cena posições antagônicas, favorecendo a visibilidade de posições divergentes. Em seguida, tem-se o Jornal Folha Dirigida que por ser um veículo voltado primordialmente para a Educação e divulgação de Concursos, conferiu um espaço significativo ao debate sobre as cotas posto que as políticas afetam diretamente as expectativas de seu público alvo. Também apresenta números bastante equilibrados. Os veículos restantes apresentaram matérias sobre o assunto sem, no entanto, fazer um acompanhamento mais constante, muitas vezes apresentando apenas notas ou artigos isolados. Já as revistas semanais tenderam a apresentar matérias mais amplas, buscando informar o leitor acerca do processo de implantação da política para depois especificar a situação do momento de forma mais detalhada.

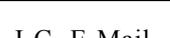
O ano de 2005 apresentou uma redução do número geral de matérias, mas manteve as mesmas especificidades em termos de espaço conferido ao debate sobre as cotas em cada veículo.

Outro aspecto que fica claro na leitura dos dados é a tendência de maioria de discursos desfavoráveis acerca da adoção da política de cotas. Mas uma posição muito importante surge da mídia, sobretudo por meio da seção de cartas, em que a desaprovação da adoção da política de cotas vem com a ressalva de que a crítica está na adoção de cotas para negros e não para os pobres em geral.

Exemplos como o discurso abaixo podem ser encontrados entre aqueles que são contra ou a favor das cotas, contanto que estas não sejam destinadas, especificamente, a negros ou índios.

Quando se estipulam cotas para negros, brancos, índios está se dizendo que sem a medida as pessoas nunca terão sucesso na vida. Isso é menosprezo. O caminho seria fazer com que todos tivessem acesso à educação para evitar essa discriminação oficializada. É uma política equivocada, é motivo de chacota, de gozação. O caminho correto é o concurso público e quem tem competência que se estabeleça. O que o país tem de dar é condições para a pessoa estudar, preparar-se para fazer o concurso e competir em condições de igualdade. A questão é o pobre. Quando a pessoa não consegue se preparar é por dificuldade financeira.¹⁹⁸

• TABELA 4 - ano de 2005

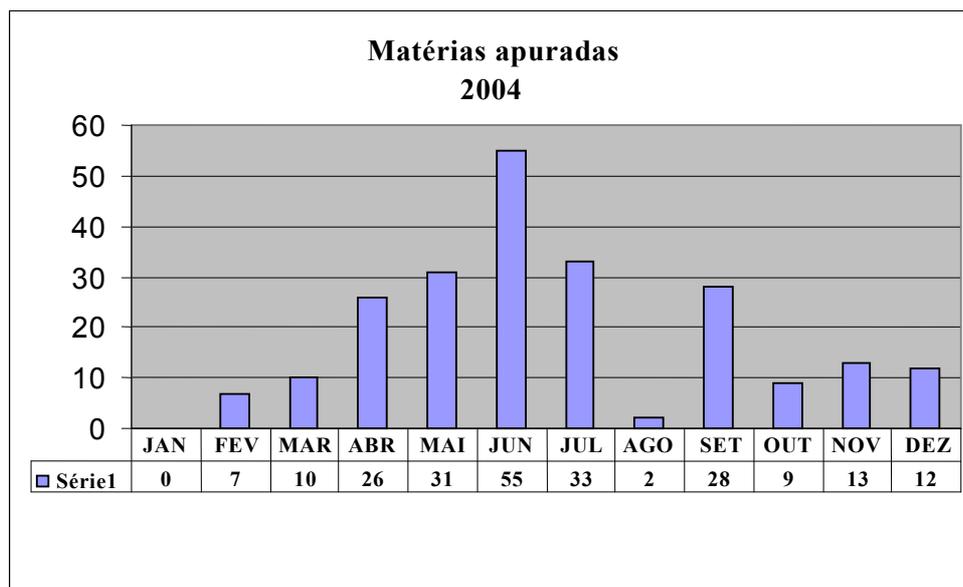
VEÍCULO	INFOR.			OPINATIVA													TO
	MA	MS	NT	Entrv.			Cartas			Artigos			Edit.			De.	
				F	D	N	F	D	N	F	D	N	F	D	N		
	1	1	3	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	7
	5	6	4	-	-	-	13	14	-	2	-	1	1	3	-	6	55
	3	3	1	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	1	-	-	12
	1	-	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	4
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	3	3	4	2	-	-	5	4	-	-	-	-	-	-	-	-	21
	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	-	-	1	-	-	-	1	3	-	1	2	-	1	-	-	-	9
-J-C- E-Mail	1	1	-	-	-	-	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-	5
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
TRIBUNA DA IMPRENSA	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
ESTADÃO	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	5
ISTO É	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	-	-	-	2	-	-	21	32	-	6	6	5	3	4	1	-	
	16	16	15	2			53			17			8			6	
	TOTAL															123	

¹⁹⁸ Alberto Fraga. Deputado Federal. PTB/DF. Jorge Eduardo Machado. *Cota de vagas para negros: uma discriminação oficializada*. Folha Dirigida. Editoria: Capa. 12-05-2004.

Diferentemente dos dados obtidos pelo estudo da pesquisadora Sueli Carneiro, em que a mídia, sobretudo a mídia impressa aparece quase como uma vilã, negando visibilidade ao debate sobre as cotas, demonstrando, nos dizeres da autora, “um certo pendor em divulgar certos aspectos e não outros”¹⁹⁹, os dados obtidos por este estudo revelam, não só uma extensa cobertura sobre o tema, como também um visível equilíbrio de divulgação dos diferentes posicionamentos.

Ao acompanhar a tabela abaixo, com duzentas e vinte e seis matérias (226) apuradas no ano de 2004, pode-se observar que embora a política de cotas tenha tido o vestibular de 2002/2003 como marco inicial, um ano depois, no mês de janeiro, não há registro de sua adoção na mídia impressa. Fica visível, também, a intensificação do debate no ano de 2004, sobretudo nos meses de abril, maio e junho em que ocorrem anualmente a prova e a divulgação dos resultados do vestibular da UERJ.

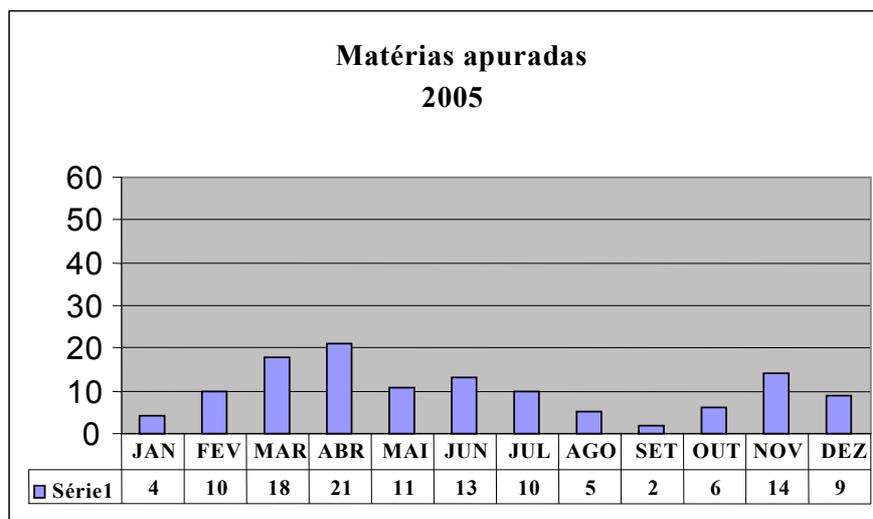
- TABELA 5



¹⁹⁹ Cf. Borges, R. da S. *O já-dito e o não dito: o papel da imprensa no debate sobre as cotas*. Op.cit.,

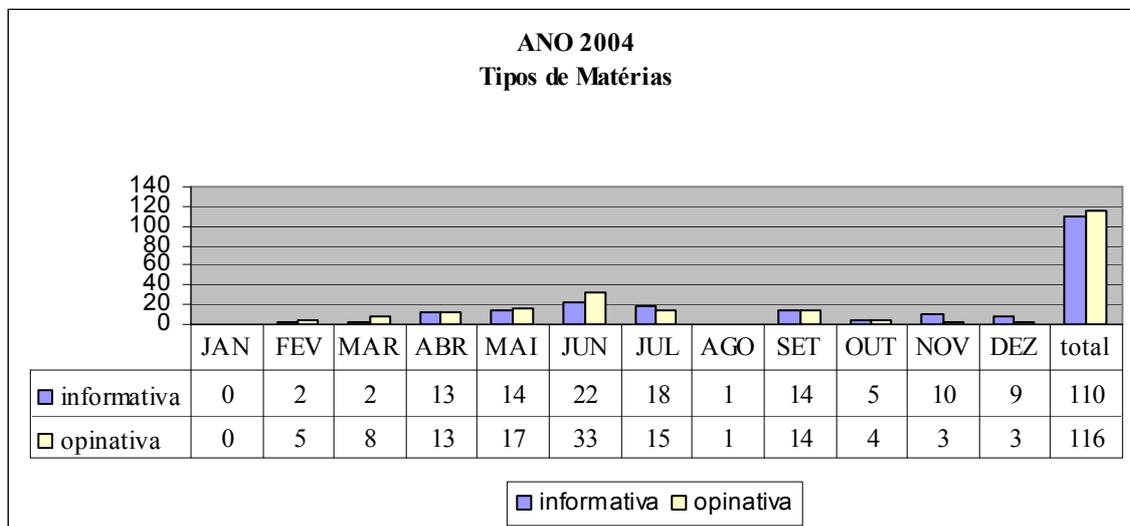
Já o ano de 2005, em que um total de cento e vinte e três (123) matérias foram apuradas, apontou para uma diminuição do debate talvez pelo fato de que algumas polêmicas já teriam sido amainadas, como a questão da inconstitucionalidade, ou mesmo pelo desgaste do intenso debate do ano anterior.

- TABELA 6

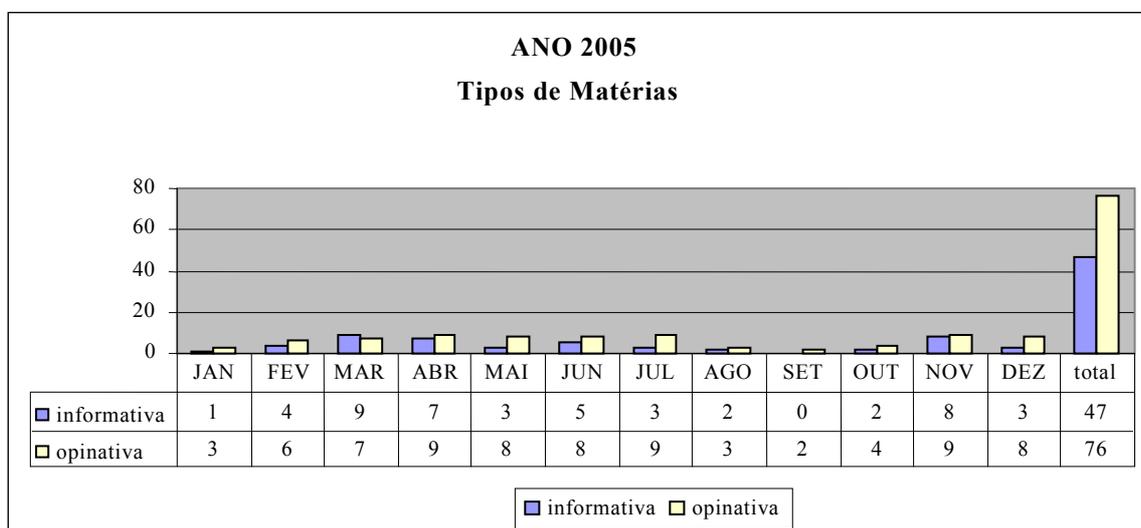


Por outro lado, quando comparados os tipos de matérias oferecidas ao leitor também se evidenciou certo equilíbrio entre as matérias informativas e opinativas, com uma tendência discreta para as matérias de cunho opinativo em 2004 e leve crescimento em 2005 indicando, talvez, que em se tendo definido alguns critérios, o debate opinativo se intensificou.

- TABELA 7



- TABELA 8



Vale reiterar que o recorte de matérias gerais analisadas restringiu-se ao *clipping* já mencionado, não havendo a proposta de fazer um mapeamento numericamente preciso de todas as matérias, em todos os veículos. Os jornais paulistas, por exemplo, como Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, aparecem com um número reduzido de

matérias muito provavelmente por falta de acesso da organização do *clipping* dos mesmos.

Da mesma forma, importantes revistas que têm trazido à tona as discussões sobre as cotas, como a *Carta Capital* e a *Caros Amigos*, não aparecem sequer no *clipping*.

Um outro universo não trabalhado diretamente na pesquisa empírica, apesar de ter sido feito uso de muitos artigos no diálogo com tese apresentada, foram os *sites* na *web* que veiculam a discussão sobre as cotas, publicam artigos e/ou apresentam as novidades em termos de legislações, acordos, etc. A grande parte desses *sites* são vinculados a entidades, ONGs e ou grupos representativos do movimento negro.

Como um recorte possível, a seleção e análise das matérias tiveram seus limites assim definidos.

1.4 - Espectros da mídia

Seguindo a estrutura proposta, este segmento pretende dar visibilidade ao debate na mídia impressa em torno da adoção da política de cotas e/ou cotas para negros, a partir de temas polêmicos que suscitou, por meio da transcrição de trechos de cartas, reportagens, artigos, etc.

Todavia, um primeiro recorte ganhou relevância quando selecionadas apenas as manchetes das matérias apuradas, revelando de maneira bastante expressiva as ambigüidades, diferentes posturas e impasses que a referida política instaura.

Fica claro nas manchetes a gama de oscilações presentes nos diferentes discursos, bem como seus principais temas.

Estado paga bolsa de alunos cotistas... A Herança da desigualdade na educação do país.... A injustiça do sistema de cotas... Abrindo portas na universidade: O reconhecimento da pluralidade social, num país marcado pela obsessão da unidade... Transito entre dois mundos... Falsas premissas... O governo não vai impor... Não ficaremos calados... Só falta tirar do papel... UnB: pardos só se forem negros... Universidades vão mapear ações afirmativas de inclusão... Racismo cordial... O direito à igualdade... Uma grande fraude... Vagas para negros nas universidades... Tarso quer estender sistema de cotas... Tarso quer cotas para negros em universidades... Congresso prioriza carentes em cotas... Cotas, Direito e Democracia... Cotas na UnB dividem até possíveis favorecidos ... Cotas raciais dividem candidatos ao vestibular... Candidata teme pela qualidade dos cursos... Para jurista, entidade pode derrubar projeto no STF... Reserva de vagas pode dificultar fraudes... Cotas e racismo no Brasil... Igualdade de oportunidade na Unb... Racismo sem números... Um mal social... Cotas para negros... Por que as cotas raciais... As cotas da vida real... Retrato em preto-e-branco... Ministro do STF critica a UnB... Leitores comentam polêmica das cotas... Porcentagem para cotas obrigatórias deverá ser variável... Cotas: até agora não houve mudanças... Ação contra cotas... Ação contra Lei de Cotas na universidade... Política de cotas questionada ... Novo presidente do Conselho de Educação critica cotas para negros... Polêmica... São os pobres que fracassam... Cota de vagas para negros: uma discriminação oficializada?... Governo federal terá posição sobre cotas... Aluno da rede pública terá 50% das vagas nas universidades... Medida, que tem de ser aprovada pelo Congresso, também beneficia negros... Lula quer cota de 50% em universidades federais... Critério racial para cotas... 'Só o acesso não resolve'... Instrumento de inclusão social... Tema em discussão: Cotas na educação... Um equívoco... Mérito e cor... Debate: Cotas em concursos públicos... Sem preconceito... Mais demagogia... Passeata de alunos contra cotas... Barreira em queda... A plebe vai estudar na privatária!... Cotas nas federais em xeque: Supremo pode considerar medida inconstitucional... Especialistas apontam erros de metas e métodos do governo para melhorar o ensino... A maquiagem do monstro: Obter justiça social na entrada da universidade é como tentar maquiagem o Frankenstein: *baton*, ruge e pó de arroz não conseguiram reduzir a feiúra... Em vez de cotas, um ensino melhor... Prova de fogo para quem não entra nas cotas... Uerj estuda mudar limite de renda para estudantes aprovados por cotas... A cota não resolve as causas do problema"... Cotas ou mais e melhor educação?... Tarso diz que crítica de Paulo Renato é elitista... Cotas sim ou não?... Renda para cotas pode passar para R\$780... Cotas nas universidades públicas... Cotas nas Universidades... Federais cobram ação coordenada... Uerj: relatório mostra pior desempenho de cotistas... A polêmica das cotas... Novo estudo mostra que na Uerj há mais cotistas entre reprovados... Futuro com cotas menores... Cota varia de acordo com estado... Contra cotas... Círculo vicioso... Cotas: Uerj discute elevar valor da renda... Tema em discussão: cotas para negros... Sistema reprovado... O risco da incompetência... Educação e cotas... No lugar das cotas, o mérito... Cotas em xeque... Cotas abertas para o estresse... Cotas, a polêmica prossegue... Cotas: Uerj discute elevar valor da renda... Estudantes protestam pedindo aprovação de cotas raciais... Cotas, racismo e desemprego... Cotas sem recursos... Projeto de cotas recebe dez emendas... Nota 0...²⁰⁰

²⁰⁰ Foram relacionadas aqui apenas as primeiras manchetes do ano de 2004 por se considerar que as evidências trazidas pelas chamadas subsequentes, apesar de não serem as mesmas, expressam as mesmas tensões postas ao objeto.

Assim, visto como espectro, a análise dos discursos selecionados buscou revelar as ondulações, captar as estruturas de significados presentes no discurso social,²⁰¹ sem ter a pretensão de reunir estes fragmentos na busca da afirmação de uma ou outra posição. Ao contrário, acredita-se que no curso das tensões é que se têm uma possível compreensão do conjunto de mudanças na historicidade contemporânea que deixa escapar por meio de objetos factíveis de serem investigados, como a política de cotas, expressões de novos cursos se delineando, ou seja, inscrevendo “(...) o fluxo deste discurso social interpretando-o e fixando-o em formas pesquisáveis.”²⁰²

Nesse sentido, o debate suscitado pela adoção ou não da política de cotas na mídia impressa, apresentou, nesta dimensão proposta no estudo, uma primeira centralidade bastante visível – a questão da justiça.

Mas o que significa ser justo? Quais os conceitos de justiça que estão em jogo nos discursos sobre as cotas?

Conforme já foi dito anteriormente, a organização dos discursos selecionados acerca da adoção da política de cotas, na mídia impressa, se estruturou por meio de axiomas.

Assim, inicialmente, identifica-se no axioma *o justo é seguir a lei justa*, o debate em torno da questão *qual é a lei justa?*

Nesse momento, o que se apresenta é a discussão em torno da constitucionalidade ou não da adoção da medida. Mudar a Constituição, desrespeitá-la, lançar mão de acordos e/ou deliberações internacionais que se colocam acima da carta magna nacional, são temas ou questionamentos que se expressam neste axioma. Composto esse cenário, emergiram, também, a questão da regressividade - ou seja, o

²⁰¹ Cf. Rocha, E.P. G. *Magia e Capitalismo: Um estudo antropológico da publicidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1990, p. 31.

²⁰² Ibidem, p. 31.

tempo de duração da aplicação da política - e as experiências em outros países como possíveis alternativas de se obter mais justiça e promover maiores oportunidades a segmentos desfavorecidos. Essa discussão foi mais expressiva, nas diferentes mídias, sobretudo nos primeiros meses da adoção da política.

Entre tantas posições, diferentes discursos, verifica-se, neste segmento, que está em pauta a noção de que se deve seguir a lei e que dela emergirá a garantia de um futuro justo. Tempo e justiça, portanto, caminham juntos. Todavia, no bojo dessa constatação, evidencia-se de que não há clareza acerca do que de fato é ser justo, onde reside a justiça e quais os parâmetros sociais necessários para aferi-la e alcançá-la. Injustiças seriam sempre cometidas? O que garantiria, por exemplo, que é menos injusto um estudante de classe média, cuja família alega ter se sacrificado para pagar o ensino privado por falta de opção no ensino público, entrar para uma universidade pública do que o estudante de baixa renda, submetido a um ensino quase sempre precário? A pobreza e o descalabro público passam a ser convertidos em direitos e os valores sociais que definem o que é justo adquirem significados circunstanciais, dependendo da ocasião? Mas o justo não seria oferecer ensino de qualidade para todos? Diversas cartas de leitores dialogaram com essas questões.

Fiquei ao mesmo tempo surpreendida, decepcionada, ofendida e revoltada ao ler a entrevista do ministro Tarso Genro no JB, onde fui chamada de "elitista" por ser contra a absurda política de cotas na universidade que o governo tenta impor. Em vez de "elitista", sinto-me "excluída". Negar aos meus filhos o acesso à universidade só porque estudam em colégio particular é revoltante. O ensino básico foi condenado ao desmonte. Colocar os filhos na rede particular é a única alternativa. Se essa medida cruel e discriminatória for aprovada, serei penalizada por isso?²⁰³

Anteriormente, vencia o melhor, agora, vence o mais fraco. É uma mudança radical se de fato o que estivesse em jogo fosse uma maior oferta de oportunidades para

²⁰³ Adelaide Gondin da Fonseca, Rio de Janeiro (RJ). Jornal do Brasil. Cotas. Editoria: Cartas ao Editor. 24.05.2004

todos. Esta é uma mudança que parece indicar uma nova historicidade para o conceito de justiça.

Vale observar que no Novo Dicionário Aurélio, justiça (do *latin – justitia*) é descrita como uma qualidade daquele que é justo. Já o justo – (do *latin – justu*) é um adjetivo que emana um significado de ação conforme a equidade e a razão. Direito (do *latin directu*) é descrito desde definições mais naturalistas como “o complexo de normas não formuladas que regem o comportamento humano”, até uma forma mais positivada como “ o conjunto das normas jurídicas presentes em um país”.²⁰⁴

O fato é que o ideário que imprimiu as bases sócio-históricas do que é considerado justo, oriundo tanto do Iluminismo quanto das Revoluções Liberais, é ainda utilizado nos discursos atuais, mas não apresenta a mesma potência de outrora. São categorias ou conceitos “ defasados”, como aponta o filósofo Michel Maffesoli, quando analisa a distância entre o conjunto de discursos politicamente corretos e o que é de fato vivido.²⁰⁵ Mesmo que atualizações apareçam representadas nas novas classificações de “gerações de direito” redigidas pelos acadêmicos e legisladores, apontando para o caráter social e transitório de toda legislação, as concepções de direito e de justiça veiculadas tanto no debate oficial como no senso comum, não só se confundem no imaginário popular como parecem ganhar um caráter transcendente e imutável.

Por princípio o Direito baseia-se na intermediação de conflitos e é, assim, um ato eminentemente coletivo e social, externo aos indivíduos, com um caráter necessariamente histórico e transitório. Todavia, percebe-se atualmente que a questão da justiça ou do que é justo assume uma feição quase que exclusivamente de potência de grupos cujo apoderamento se afirma na gerência das ações reguladoras expressas por

²⁰⁴ *O Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira*, 1ª ed. 9ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

²⁰⁵ Conferência proferida na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. *O reencantamento do mundo*. 22 de maio de 2006.

meio de conquistas nas legislações. Se o justo é seguir a lei justa, a tarefa passa a ser não só interpretar a legislação a favor de determinados grupos, como criar dispositivos que regulem a aplicabilidade satisfatória da mesma. O caso das cotas pode ser emblemático desse mecanismo acima descrito.

Mas seria esse o caminho de fato a se per-correr de modo a desenvolver um cenário de maior justiça social? Não estariam, entretanto, as próprias concepções de justiça ou mesmo de Direito, marcadas por uma concepção racionalista e contratualista que inaugurou e parece perpetuar não só a produção da desigualdade, bem como o adiamento de possíveis soluções, estas sem dúvida em outro domínio do pensamento?

Em Nietzsche, apenas no aforismo 48 das “ Divagações Extemporâneas” de *O Crepúsculo dos Ídolos*, encontramos uma referência explícita à justiça. O estudo de Eduardo Rezende de Mello traz elementos importantes dos riscos de uma compreensão contratualista de Direito e transcendental de justiça. Diz o autor:

São três as grandes idéias expostas no referido alforismo: a afirmação da justiça ligada à diferença, contrapondo-se à defesa rousseuniana da igualdade; a defesa de um naturismo moral; e o jogo com grandes tarefas. Com elas, temos simultaneamente uma crítica à concepção de sujeito criada pela tradição fundada pela crença absoluta em um sujeito racional, em cuja unidade lógica ou contratual, na versão rousseuniana, vê a garantia contra a contradição, a diferença, ínsita à pluralidade de sentido em si, em seu corpo, na história e na natureza; temos também a ruptura da contraposição entre homem e natureza, portanto entre liberdade e necessidade, e a idéia de um sujeito autárquico desvinculado do todo, deixando emergir uma nova concepção do homem no mundo. Por fim, temos o desafio da criação singular de um estilo e de um sentido que se justifique pela capacidade de refundar o jogo de interpretações pela luta e pela distância, rompendo-se a uniformidade de sentidos colocada pela história: justiça e liberdade vêm-se então reunidas no seio da natureza.²⁰⁶

Longe de entrar nesse mérito de questões, a adoção da política e o questionamento em torno da constitucionalidade ou não de sua implantação gerou controvérsias sérias entre juristas, advogados e a sociedade civil organizada.

²⁰⁶ Cf. Melo, E.R. *Nietzsche e a Justiça*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003, pp.151.

Divergências legais, falta de parâmetros e experiências anteriores da adoção de medidas como estas no país suscitaram uma avalanche de recursos, julgamentos de inconstitucionalidade, novos recursos, revelando, assim, que grande parte das discordâncias expressas pela população em geral ou pelos jornalistas, ativistas e intelectuais que abordam o tema, também se expressa quando a questão é a interpretação da Carta Magna Brasileira.

O justo é seguir a lei justa. Mas qual é a lei justa?

A lei justa parece, inicialmente, necessitar das “garantias” refutadas por Nietzsche para marcarem seu contraditório curso.

O Supremo Tribunal Federal vai finalmente se pronunciar sobre o sistema de cotas para negros e outras minorias nas universidades. A Confederação Nacional de Estabelecimentos de Ensino (Confenen) está questionando a constitucionalidade e pede liminar contra a lei que estabeleceu reservas de vagas na Uerj e Uenf. Apesar do pedido analisar apenas o caso fluminense, a decisão do STF terá repercussão nacional.²⁰⁷

Um candidato ao curso de medicina da UFPR (Universidade Federal do Paraná) reprovado no vestibular ganhou na Justiça o direito de se matricular no lugar de um candidato aprovado para o curso no sistema de cotas. O juiz federal Mauro Spalding, substituto na 7ª Vara de Curitiba, considerou a política que reserva 40% das 4.160 vagas da instituição a afrodescendentes e estudantes da escola pública como afronta ao princípio da isonomia e, na semana passada, concedeu liminar a um mandado de segurança interposto pelo estudante eliminado. A decisão de Spalding se choca com a do colega Fabiano Bley Franco, da 4ª Vara Federal. No final de janeiro, Franco negou liminar a uma candidata também ao curso de medicina que moveu ação pelo mesmo motivo. Um terceiro juiz negou liminar a um pretendente ao curso de história, e outros três pediram à UFPR explicações sobre a lista de classificados nos cursos de direito, psicologia e zootecnia No primeiro vestibular em que adotou o sistema de cotas, em 2002, a Uerj (Universidade do Estado do Rio) sofreu uma série de processos de alunos que não haviam sido aceitos, apesar de terem recebido nota suficiente para a aprovação em seus cursos. Foram concedidas cerca de 200 liminares que garantiam a entrada de estudantes na universidade. Após recursos da Uerj, no entanto, todas acabaram derrubadas.²⁰⁸

²⁰⁷ Folha Dirigida. Editorial: Ensino Superior. *Polêmica*. 07-05-2004

²⁰⁸ Mari Tortato. *Juiz questiona política de cotas no Paraná*. Folha de São Paulo. Editoria: Educação. 15-02-2005.

Para além da discussão constitucional/inconstitucional, marcada por ações individuais, algumas matérias fazem referência a qual interpretação dos preceitos constitucionais seria mais justa, sobretudo no que diz respeito à igualdade formal prevista na constituição. O justo é seguir a lei justa – mas qual é a lei justa? A dialética da questão sobre qual é a lei justa parece se apresentar nas três matérias apresentadas a seguir. Será este o caminho, uma acomodação jurisprudencial sobre o tema ou se continuará a perseguir a lei justa?

De acordo com Magaldi, a cláusula pétrea do artigo 5º da Constituição sobre a igualdade de todos perante a lei "equivale à interdição de discriminações, quaisquer que sejam, num sentido ou em outro". E lembra que só podem ser aceitas discriminações (exceções) que a própria Constituição prevê, como é o caso do inciso 8 do artigo 37, pelo qual "a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência, e definirá os critérios de sua admissão".²⁰⁹

A Constituição elege como valores e objetivos fundamentais dignidade humana, pluralismo, erradicação de desigualdades e construção de uma sociedade justa e solidária. Avaliar de maneira igual pessoas em situações desiguais é inconstitucional.²¹⁰

A política de cotas não é uma unanimidade, mesmo no interior das posições mais democráticas que têm tradição de luta em favor dos direitos humanos e sociais: as políticas afirmativas ou de discriminação positiva, dizem alguns, podem causar distorções, reduzindo a efetividade dos direitos de outros cidadãos. Embora a posição seja respeitável, entendo que ela não é a melhor, porque o princípio da igualdade formal necessita de corretivos, também de natureza jurídica, para que os seus comandos possam se tornar reais. O exemplo mais flagrante desta "distorção" democrática do Direito é o que ocorre, por exemplo, no Direito do Trabalho. Neste sistema normativo o empregado pode, por exemplo, renunciar a salários, mas esta sua renúncia será nula. Mesmo manifestando a vontade formal de "não querer", ele não perde o direito ao salário. Mas, quem renuncia a uma dívida num contrato de natureza civil, perde o direito de percebê-la. Eis, portanto, um tratamento "desigual" na aplicação concreta da igualdade formal originária da Constituição: foi presumido que o empregado é o pólo mais débil, socialmente, da relação contratual de trabalho, por isso ele necessita de uma norma jurídica que tutele a sua igualdade perante a lei, que "desigual os desiguais". Políticas desta natureza sofrem contestações nos tribunais, o que é previsível. Certamente serão

²⁰⁹ Luiz Orlando Carneiro. *Jornal do Brasil. Cotas nas Federais em xeque. Supremo pode considerar medida inconstitucional*. Editoria: País. 23-05-2004.

²¹⁰ André Nicolli, *Jornal O Globo. Tema em Discussão: Cotas para negros*. Editoria: Opinião. 12-06-2005.

examinadas pelo Poder Judiciário as razões de cidadãos que argüirão o princípio constitucional de que todos são iguais perante a lei para invalidar o "direito das cotas". Teremos, a partir disso, um processo de acomodação jurisprudencial, até que os tribunais consolidem uma visão comum sobre o tema e o assunto passe a integrar, de forma pacificada, nossa tradição jurídica.²¹¹

A questão da regressividade, ou seja, a diminuição progressiva das cotas, também criou controvérsias no Brasil. Porém esse discurso não possui nenhuma credibilidade junto à população, pois medidas compulsórias dificilmente são extintas no país, ainda mais quando mexem com privilégios adquiridos. Cabe o questionamento: de forma provisória a lei seria justa? No mínimo, duas posições:

A redução progressiva das cotas, que Tarso chama de regressividade, será vinculada à melhoria da qualidade da educação básica. O raciocínio é aparentemente simples: à medida em que recebam melhor formação, alunos da rede pública, incluindo negros e índios, chegarão ao vestibular mais preparados e, portanto, em condições de dispensar a reserva de vagas.²¹²

A intenção do Ministério da Educação de reduzir progressivamente as cotas para estudantes de escolas públicas, negros e índios nas universidades federais pode ser vista como reconhecimento tácito de que o sistema foi mal concebido.²¹³

E a regressividade pode representar a urgência do tempo ao inverso.

O sistema de cotas pode bem funcionar como instrumento de justiça social, mas apenas de forma emergencial.²¹⁴

É importante dar tempo para que apareçam os resultados das experiências em andamento no país. E, principalmente, ter em mente que as cotas, como qualquer medida compensatória, são mecanismos destinados a uma vida breve. O que se deseja é que, no menor tempo possível, essa discussão deixe de fazer sentido.²¹⁵

Temos esperança de que essa lei um dia não será mais necessária para corrigir as desigualdades e o acesso às oportunidades. Mas, até lá,

²¹¹ Tasso Genro Ministro de Estado da Educação. Tasso Genro. *Cotas, Direito e Democracia*. Jornal do Brasil. Editoria: Outras Opiniões. 12-04-2004

²¹² Demétrio Weber e Chico de Oliveira. *Futuro com cotas menores*. Jornal O Globo. Editoria:País. 07-06-2004

²¹³ Jornal O Globo. Editoria: Opinião. *Tema em discussão: cotas para negros*. 12-06-2004.

²¹⁴ Henrique Cerqueira Passos. Folha Dirigida. *Desigualdade racial nas universidades e o lobby anti-cotas*. Editoria: Ensino Superior. 06-04-2005.

²¹⁵ Lucila Soares. *Retrato em preto-e-branco. Cota para negros na Unb põe fogo na discussão sobre o acesso ao ensino superior*. Revista Veja. Editoria: Educação. 21-04-2004.

temos o dever de ser sensíveis aos reclamos de parcela da sociedade que, apesar de ser numericamente superior, ainda é considerada minoria no acesso e exercício de direitos.²¹⁶

Reduzir gradualmente a parcela de vagas destinadas aos cotistas, até que desapareçam, é sem dúvida melhor do que manter indefinidamente este sistema que não está dando certo é injusto e só faz criar distorções. Mas seguramente seria mais racional acabar de vez com as cotas e investir decididamente na melhoria do ensino público médio. Porque a questão central está no despreparo dos alunos pobres — que não podem freqüentar colégios particulares — e nos altos índices de evasão, que esvaziam o considerável sucesso da política adotada nos últimos anos para o ensino básico.²¹⁷

O ministro admitiu que as cotas isoladamente não resolvem o problema da desigualdade na área educacional. "Uma coisa só não resolve e ela deve ser tomada como experimento por alguns anos e depois ser revisto. Se não der resultado, abandona-se essa perspectiva. Mas aí me perguntam se tenho medo de errar e eu respondo que tenho, mas nós já erramos 500 anos contra os afrodescendentes, então acho justo errar 10 anos a favor", completou.²¹⁸

Continuamente busca-se o justo, busca-se responder o que de fato é justo. Nesse sentido, os exemplos de outros países poderiam oferecer algumas pistas. As contradições expressas nas experiências de fora são outras mas apresentam, mais uma vez, as mesmas bases. Sempre haverá discriminação. Qual a mais justa? Será mesmo essa a pergunta que se deve fazer para construir uma sociedade mais igualitária, se é que isso é possível, optando pela discriminação mais justa?

Uma lei no Texas permitiu a entrada na universidade de todos os alunos que estivessem entre os 10% mais aptos de suas escolas. Um estudante da escola "A", mais fraca, poderia estar entre os 10% mais aptos apenas com uma nota 5, e teria, assim, o ingresso garantido na universidade. E um aluno da escola "B", muito mais forte, com nota 8, poderia ficar de fora se os 10% mais aptos da escola tivessem notas maiores. O resultado é que passou a ser tentador para bons alunos se matricular em escolas de ensino ruim, para que o acesso à universidade estivesse garantido. Isso dá bem a medida do que pode acontecer aqui com as cotas para alunos da rede pública. Como alguns estudantes já disseram, vai ser maciça a transferência de alunos de boas escolas particulares para a rede pública ou, pelo menos, a dupla matrícula crescerá muito. E quem sairá perdendo serão os alunos pobres, que terão escolas

²¹⁶ Mario Del Rei. Vereador Rio de Janeiro/ PMDB. Jornal O Dia. *Debate: Cotas em concursos públicos sem preconceitos*. Editoria: Opinião. 22-04-2004.

²¹⁷ Jornal O Globo. *Tema em discussão: Cotas para negros*. Editoria: Opinião. 12-08-2004.

²¹⁸ Roberta Fernandes. Folha Dirigida. "Haddad: cotas devem cumprir papel social". 31-08-2005.

superlotadas e com qualidade decrescente. Há outros aspectos bizarros nos EUA. Estudo de 1988 mostrou que as notas no SAT (uma espécie de Enem) de estudantes cotistas em Berkeley, universidade de elite, eram de 952 pontos, acima da média nacional de 900, mas muito abaixo das notas dos demais alunos de Berkeley: brancos, com 1.232, e asiáticos, 2.254. Eram alunos negros maravilhosos, que teriam um futuro brilhante em muitas outras universidades. Mas, em Berkeley, 70% deles não se formaram. O fracasso não aconteceu somente nas escolas de elite. Na Universidade de San José, menos disputada, também 70% dos cotistas não se formaram. O trágico é que é altamente provável que os 70% de cotistas reprovados em Berkeley tivessem obtido êxito em San José, onde teriam entrado sem a necessidade de cotas.²¹⁹

E mais uma vez a análise de Kamel articulada com o livro de Sowell aponta que:

Uma vez adotadas políticas de preferência para um grupo, logo surgem políticos propondo a adoção de ações similares para outros grupos, sempre em busca de votos. Uma vez adotadas, os grupos que ficam de fora das cotas usam toda sorte de “desonestidade”. Quando, nos EUA, cotas foram adotadas para beneficiar descendentes de índios, houve um aumento exponencial de indivíduos, muitos deles louros de olhos azuis, dizendo-se membros daquela minoria (lembra a Uerj?). O censo de 1960 mostrava que havia 50 mil descendentes de índios com idade entre 15 e 19 anos. Vinte anos depois, o número de descendentes de índios com idade entre 35 e 39 anos era de mais de 80 mil, uma impossibilidade biológica. Na China, nos anos 90, dez milhões se redesignaram como membros de minorias, para se beneficiar dos acessos facilitados a universidades e para burlar a proibição de ter mais de um filho, imposta à etnia majoritária Han. O livro está repleto de exemplos, inclusive dos EUA. Em nenhum caso, trata-se de corrupção: cotas são apenas um dos fatores para se entrar na universidade. Igualmente essenciais são o preparo intelectual e o nível econômico. Quem sabe mais e é mais rico, mesmo pertencendo a uma minoria discriminada, terá mais chances do que aqueles que são menos preparados e mais pobres.²²⁰

O impacto dos posicionamentos de Kamel estremeceu o ambiente editorial.

Muitas cartas, com diferentes posicionamentos desencadearam semanas de debate e tiveram bastante destaque por parte dos jornais.

Parabéns a Ali Kamel pelo artigo sobre o regime de cotas que está para ser adotado por todas as instituições brasileiras de ensino universitário. Ele demonstra através de dados estatísticos registrados no livro de um renomado intelectual americano que o procedimento não deu certo em vários países que o adotaram e que muito pelo contrário, favoreceu também os mais preparados dentre as minorias que se intencionava

²¹⁹ Ali Kamel. *Jornal O Globo. Cotas, um erro já testado*. Editoria: Opinião. 29-06-2004

²²⁰ Ali Kamel. *Jornal O Globo. Cotas, um erro já testado*. Op.cit.

ajudar, aumentou o ódio racial e favoreceu o emprego de toda sorte de escaramuças para que se fizesse parte das minorias beneficiadas.²²¹

O jornalista Ali Kamel disse que Thomas Sowell é um intelectual respeitado. Faltou informar: por quem? Pela direita americana, da qual é porta-voz. Trata-se de um membro da minoria negra conservadora/reacionária, que inclui o juiz Clarence Thomas, a consultora Condoleezza Rice e o secretário Colin Powell, este último geralmente mais moderado. Entre as idéias sustentadas por Sowell estão o corte dos impostos pagos pelos ricos — com o conseqüente enterro definitivo da Previdência Social — o repúdio à implantação de um seguro-saúde ao estilo europeu (que os EUA jamais tiveram), a defesa da violência policial, do aumento da capacidade das prisões e do rigor das penas. Tudo isso não o torna, com certeza, muito bem visto entre os afro-americanos.²²²

Todavia, parece que o conservadorismo de Sowell não tira o mérito de sua pesquisa, extremamente cuidadosa e com base em extensos relatórios, depoimentos e observações de campo. Algumas questões que o autor levanta, como por exemplo, o fato das cotas acabarem adquirindo um caráter permanente e acirrando as animosidades são destacadas, inclusive em análises da ONU.

O Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, divulgado ontem pelas Nações Unidas, apóia as políticas de ação afirmativa, mas cita exemplos de sua aplicação nas quais houve distorções. O relatório afirma que houve um aumento da desigualdade de renda entre os indivíduos, apesar de as diferenças entre os grupos terem sido reduzidas. “Mas para reduzir as desigualdades individuais e construir sociedades verdadeiramente inclusivas e eqüitativas, são necessárias outras políticas”, diz o texto do relatório. No que diz respeito à adoção de cotas para minorias ou excluídos, o relatório analisa as experiências de EUA, Índia, África do Sul e Malásia. E aponta avanços e retrocessos. Na Índia, por exemplo, a intenção era manter as cotas apenas por um período curto. “Em vez disso, as preferências tornaram-se autoperpetuadas”, diz o relatório, acrescentando que “essa aposta generalizada do sistema aumentou o rancor, que roça a animosidade, das castas e classes ‘avançadas’ para com as ‘atrasadas’”. Economista afirma que é preciso ter seleção O texto acrescenta como pontos negativos o fato de governos terem usado as reservas como uma política populista para obter votos. Mas conclui que “apesar destas preocupações, as políticas de ação afirmativa têm obtido bastante êxito na realização de seus objetivos” e acrescenta que, “por isso, não há dúvida de que a ação afirmativa tem sido necessária nos países aqui examinados”.²²³

²²¹ Isabel Bezerra (por *e-mail*). Jornal O Globo. Editoria: Opinião 29-06-2004

²²² Carlos Alberto Medeiros (por *e-mail*). Jornal O Globo. Editoria: Opinião 29-06-2004.

²²³ Jornal O Globo. *ONU apóia as cotas, mas com ressalvas*. Editoria: Economia. 16-07-2004.

Discursos como o da conhecida jornalista abaixo, parecem ignorar o processo histórico que acompanha a política e enche corações de esperança. Fórmulas novas? Experiências de outros países?

É preciso ousar. Tentar outros caminhos. Experimentar fórmulas novas. Ver o que outros países fizeram. Querer mudar. Essa é a minha certeza. Tudo o que temos a perder é a situação atual: iníqua, desigual e, essa sim, cheia de distorções.²²⁴

No curso deste estudo, identifica-se no segundo axioma *o justo é o melhor*, o debate em torno da questão: para ser o melhor, *o que deve mudar?*

Este axioma oferece, no mínimo, dois cenários de justiça. O primeiro, o caminho da igualdade de oportunidades no qual o que está em jogo é a necessidade de melhoria da qualidade do ensino básico de modo que todos tenham condições de concorrer às mesmas vagas, aos mesmos sonhos. E ousadas análises que equiparam os cotistas aos tigres asiáticos dão um tom dramático à medida.

O acesso à universidade se dá por uma disputa. Tem que existir igualdade de condições para todos. Quando você introduz um componente como a cota a probabilidade não é de igualdade para todos. A partir do momento em que se adotam as cotas, o agente público vai dizer que está resolvendo parte do grande desafio, que é permitir maior inclusão social. Mas o problema na origem não está sendo resolvido. O problema é dar oportunidades iguais na educação básica.²²⁵

Não sou contra a democratização do processo de acesso às universidades públicas, mas (...) essa solução é cômoda para o setor público (...) e, o mais importante, não permite a recuperação da qualidade do aprendizado dos alunos das escolas estaduais.²²⁶

Neste novo milênio, os Tigres Asiáticos e os alunos cotistas da Uerj e Uenf estão quebrando tabus históricos, consolidando novos mercados de alta tecnologia em suas universidades e demonstrando que, através da oportunidade de ingresso, vão contribuir para aumentar as chances de inserção social nos altos escalões das empresas públicas e privadas e nas instituições governamentais, incluindo o Brasil na classe dos países prósperos e com igualdade social.²²⁷

²²⁴ Miriam Leitão. Jornal O Globo. Editoria: O País. 18-07-2004

²²⁵ Evandro Eboli. Jornal O Globo. *Novo Presidente do Conselho Nacional de Educação critica as cotas*. Jornal O Globo. Editoria: O País. 08-08-2004.

²²⁶ Fábio Machado de Freitas. RJ. Jornal O Globo. Cotas. Editorial: Megazine. Carta dos Leitores. 21-06-2004

²²⁷ Jornal O Dia. Editoria: Cotidiano. 22-06-2004.

E a questão de igualar as oportunidades aparece até mesmo no discurso de quem é negro, deixando claro que a proposta não tem unanimidade entre os afrodescendentes.

Sou negro e me orgulho muito de ser negro. Abordando o racismo na sociedade, creio que há ainda muito preconceito. (...) Sobre o sistemas de cotas, nós não queremos vantagens, queremos apenas oportunidades de mostrar nossa capacidade.²²⁸

A esse aspecto somam-se argumentos que apontaram para a queda da qualidade do ensino universitário em função do despreparo dos cotistas e a discriminação que os mesmos podem vir a sofrer, caso venham a ser identificados, sobretudo na vida profissional, como “cotistas”.

A discussão é apaixonada por estar contaminada por ideologias. Mas há um ponto central do debate que merece ser analisado com um mínimo de sensatez: a qualidade do ensino. Sem que essa questão se torne prioritária, a política de cotas não gerará apenas injustiças no ingresso ao ensino superior. Patrocinará, também, distorções graves na formação profissional de gerações de brasileiros, com efeitos ruinosos para o país.²²⁹

O assunto cotas é inesgotável. É uma fonte de opiniões diferentes que nos leva a discutir mais e mais. Mas algo que nunca vi ser levantado foi a discriminação, o ponto de partida, o que deu origem a essa lei. A intenção era boa, mas ao chegar à universidade o jovem que passou por causa das cotas deve ser muito discriminado! Deve ouvir frases do tipo: “Ele só está aqui por causa da cota para negros”. É ridículo, eu sei. Mas é realidade. Gera mais ódio, inveja, despeito e preconceito. Sou contra! E pode nem haver jovens merecedores no balaio das cotas. (...) Todos devem entrar do mesmo modo, fazendo uma prova.²³⁰

Não há como negar que o sistema atual de acesso às universidades públicas está equivocado. Aparenta ser democrático e público, mas a realidade mostra que somente os filhos da classe média conseguem passar pelos rigores do vestibular e se manter naquelas instituições. Mas as cotas, da maneira que o governo está propondo, criará uma plêiade de alunos discriminados que não têm formação para acompanhar os estudos nas universidades. Há que se fazer algo, mas não assim. O déficit intelectual existente dos egressos da escola básica pública refletirá negativamente na formação dos profissionais beneficiados por esta famigeradas cotas.²³¹

²²⁸ Zaire Winnie Silva Campos. Estudante. Jornal O Globo. Editoria. Opinião. 15-05-2005.

²²⁹ Jornal Globo. Temas em discussão: *Cotas na educação*. Editoria: Opinião. 14-05-2004.

²³⁰ Marina Valle, 15 anos. MG. Jornal O Globo. *Volta das cotas com força total*. Editoria: Opinião. 25-05-2004.

²³¹ Felisberto Cerqueira Filho. RJ. Jornal do Brasil. *Cotas*. Editoria: Cartas ao Editor. 24.05.2004

Quanto ao preconceito dos futuros profissionais, temos discursos como os que se seguem:

Esses profissionais podem ter problemas de credibilidade. As pessoas podem dizer que eles entraram na universidade não por mérito, mas apenas por causa das cotas. (...) A universidade tem que ser baseada por meritocracia e me preocupa muito essas decisões que vêm de cima para baixo. É preciso pensar não apenas com medidas de impacto.²³²

Essa luta dos negros para ter cotas não faz sentido! Se o que eles querem é igualdade, como ter cotas? Uma universidade seleciona seus alunos por intelecto e seus estudos e não pela cor de sua pele. Os negros têm que entrar na faculdade porque eles são tão inteligentes e capazes quanto os brancos e não porque são a minoria. Quem entrar em universidade através de cotas vai sentir uma discriminação no mercado de trabalho porque não entraram lá por puro mérito e sim porque já tinham uma vaga reservada. Se o Brasil é uma mistura de cores e raças, como definir a cor de alguém, como separar e priorizar uma parte dos estudantes pela cor da pele? (...) Inteligência não está guardada debaixo da pele de ninguém.²³³

Seria interessante fazer uma pesquisa de opinião dentro do MEC para saber quem votaria pelas cotas se isso implicasse o compromisso de ter de se tratar somente com os médicos selecionados dessa forma.²³⁴

Aqueles que conseguirem se formar serão estigmatizados como profissionais de segunda categoria e as universidades e faculdades públicas federais deixarão de ser consideradas escolas de ensino de excelência.²³⁵

A comparação de rendimento entre cotistas e não cotistas acirrou a discussão. Ainda que com inúmeros resultados divergentes acerca da avaliação entre cotistas e não cotistas, o movimento negro, representado pelo Frei Davi, diretor executivo da Rede de Pré-Vestibulares Educafro, que mantém duzentos e cinqüenta e cinco cursinhos para carentes no Rio de Janeiro e em São Paulo, emite opiniões que parecem apenas estabelecer distâncias cada vez maiores entre os estudantes e promover um clima de

²³² Cristina Jungblut. *Palavras de especialistas: só o acesso não resolve*. Jornal O Globo. Editoria O País. 14-05-04.

²³³ Cecília Madeira. Icarai, RJ. Jornal O Globo. Editoria: Opinião. 25-05-2004

²³⁴ Cláudio de Moura e Castro. Economista. *A maquiagem do monstro*. Economista. Revista Veja. Editoria: Ponto de Vista. 15-05-2005.

²³⁵ Wademar Weller. RJ. (por e-mail). Jornal O Globo. *Ensino Superior*. Editoria: Opinião. 14-05-2004.

discórdia. Diz ele: (...) Os alunos estavam na mesma sala, com o mesmo professor e os pobres foram melhores. Isso acontece porque eles têm mais determinação.²³⁶

A questão da permanência dos cotistas na Universidade e a falta de verbas para implantar, de fato, a política, também se agregou ao debate. O segundo cenário define a justiça como a construção induzida de uma igualdade social, em que ao dar condições aos segmentos sociais menos privilegiados de ascenderem socialmente estará se revertendo, paulatinamente, os parâmetros que alimentam as bases da exclusão, rompendo com o ciclo vicioso e reprodutivista de não mobilidade social destes segmentos. Da mesma forma, experiências afirmativas que não se sustentam na concessão de cotas passam a ser vistas como cenário de justiça. Ou seja, parece haver um acordo tácito no qual é necessário oportunizar e ampliar o acesso à educação superior. Mas o que deve mudar para que a justiça de fato impere? Para que o melhor se manifeste? O ensino, as leis, o próprio sistema de acesso?

Nas duas primeiras falas, será a mudança na qualidade da escola básica que garantirá a justiça.

O antecessor de Tarso não está satisfeito "com o que estão fazendo". Para Cristovam, há uma inversão de valores. O programa de alfabetização, lamenta, foi deixado de lado, quando deveria ser prioridade. - Criei uma secretaria para o Programa Brasil Alfabetizado; o secretário viajou o país. Agora tem um funcionário de nível inferior; degradou a importância. Deixou-se de falar na meta de abolir o analfabetismo. Fala-se mais em universidade do que nos outros setores. Está equivocado. Dois terços dos alunos não entram na universidade porque não terminaram o ensino médio. Quantos Einstein perdemos porque não aprenderam a ler? As cotas forçarão a melhoria da escola pública, porque a classe média buscará essa rede de ensino e usará sua força para melhorá-la²³⁷.

O novo presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Roberto Cláudio Frota Bezerra, disse que a política de cotas para negros na educação superior não resolve a origem do problema, ou seja, a

²³⁶ Frei David. Jornal do Comércio. *Cotistas conseguem ter notas mais altas na UERJ*. Editoria: Educação. 11-05-2005.

²³⁷ Daniela Dariano. Jornal do Brasil. *Críticos cobram outros rumos para a Educação*. Editoria: País. 07-05-2004.

qualidade do ensino básico público. Apesar de não se declarar contrário à medida, que está prevista em projeto de lei do Governo federal a ser enviado ao Congresso, Bezerra afirmou que o risco das cotas é o de o “agente público se ausentar do esforço, achando que o problema está resolvido.” - Tenho uma opinião diferenciada sobre as cotas. Acho um risco assumi-las automaticamente. Há um problema sério na área pública que é o ensino de nível básico — afirmou o presidente do CNE.²³⁸

Fica visível nestes dois discursos, ambos institucionais, a preocupação com a adoção da política, na relação com a qualidade do ensino. O primeiro, do antigo Ministro, atualmente Senador pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) , eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Cristovam Buarque que faz a opção de questionar as cotas fazendo propaganda de seus próprios feitos, a princípio, instrumentos mais eficazes de inclusão social posto que partem da educação de base. Apesar de não se declarar contrário à medida, o presidente do CNE aponta para a questão dos “ riscos” de acomodação do sistema. Ambos fazem considerações importantes, mas parecem não estar dispostos a avançar em suas críticas para além desses aspectos.

Já a matéria abaixo discute a melhoria do ensino fundamental e as melhores formas de alcançá-la. A volta compulsória da classe media é vista como solução:

É uma insensatez a adoção da política de cotas nas universidades. O que o governo conseguirá fazer, com a inclusão de alunos nas universidades sem o necessário embasamento, é formar uma geração de maus profissionais. A ditadura militar, que governou privilegiando os mais afortunados, em vez de investir maciçamente no ensino de primeiro e segundo grau e em cursos técnicos profissionalizantes de nível médio, o fez no ensino superior. Desde então, as melhores faculdades do país são as públicas. À exceção da FGV (que, embora também do governo, é paga) e da PUC, nenhuma outra chega perto em excelência. Então, se foi possível desenvolver tão boa estrutura para o terceiro grau, imensamente mais oneroso, por que não se tentar, apesar do absurdo atraso, investir no fundamental? Como se viu nas universidades, tudo é uma questão de determinação política. O filho do pobre tem que ter direito à mesma estrutura de ensino que os filhos das classes médias e altas.²³⁹

²³⁸ Jornal do Comércio. *Política de cotas questionada*. Editoria Educação. 05-05-2004.

²³⁹ Rui Martins Ferreira (por e-mail, 14/5), RJ. Jornal O Globo. Ensino Superior. Editoria: Cartas dos Leitores. 17-04-2004.

O ensino público só vai melhor quando a classe média voltar para escola pública.²⁴⁰

Num outro extremo têm-se as interessantes falas dos estudantes, alguns muito jovens, expressando suas opiniões e sentimentos quanto à adoção das medidas. Nesta seleção, o foco é a questão da qualidade do ensino básico ou universitário e a questão do suposto despreparo dos cotistas. Ora oscilam com discursos de justiça, ora de preocupação, ora são agressivos, ora conciliadores, mas o fato é que eles vêm a público se manifestar como se constatou em todas as dimensões investigadas neste estudo.

Estudantes de colégios particulares seguiram em passeata ontem à tarde do Colégio Santo Inácio, em Botafogo, até a Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Praia Vermelha. Eles protestaram contra projeto de lei enviado pelo presidente Lula ao Congresso que cria cotas a alunos da rede pública nas universidades federais. "Não adianta fazer o sistema de reservas se não melhorar o ensino na base", avalia o estudante.²⁴¹

Não consigo entender muito como o ministro tenta explicar que a qualidade é mantida, porque se a pessoa que fosse competir não tivesse menos qualificação ela não precisaria da cota — observou Schwartzman.²⁴²

Agora que estamos negociando as vagas para negros visando suplantar o ciclo vicioso da pobreza, vejo textos e mais textos sobre a ameaça que isso pode representar para a qualidade da Universidade. Ora, quem já está sem paciência sou eu. Qualidade? Que qualidade?²⁴³

As teses contrárias a esta política se pautam basicamente em dois elementos: o primeiro seria que, em vez do ingresso de negros por intermédio da política de cotas, o governo deveria promover a melhoria do ensino médio no Brasil, o que garantiria um melhor preparo para os alunos que pretendessem ingressar numa universidade por meio do vestibular; e o segundo seria formular um programa que mantivesse o aluno na escola por livre e espontânea vontade, que fizesse com que ele sentisse prazer em estudar. Reforçando minha tese inicial, diretamente, o “branco” e o estudante de escolas particulares estão sendo prejudicados com tal decisão. Na verdade, quando pensaram nesta lei, simplesmente excluíram a opinião daqueles que seriam os maiores interessados: os estudantes de escolas públicas ou particulares, brancos ou negros. Aqueles que criaram tal “benefício”, certamente, não conhecem de perto as necessidades do povo. Por que não se preocupar com aquele município onde alunos do ensino médio nunca tiveram aula

²⁴⁰ Jornal Folha Dirigida. Editoria: Educação. 21-04-2004.

²⁴¹ Maxuel Espínola Paladino, 17 anos, RJ. Jornal O Dia. *Passeata de alunos contra as cotas*. Editoria: Nosso Rio Dia a Dia. 22-05-2004.

²⁴² Jornal O Globo. Política de cotas causa polêmica. Editoria: O País. 12-03-2004.

²⁴³ Mensagem de Isabel Cruz. JC E-Mail. Editoria: JC E-Mail. *Leitores comentam polêmica das cotas*. 15-04-2004.

de física, química, biologia etc.? Por que não dar atenção àquela escola com professores descomprometidos? Por que não fazer algo mais pelos alunos com dificuldades de aprendizagem? Porque, simplesmente, existem modos mais “fáceis”, porém incertos, de resolver tais problemas. Enfim, facilitar para uma parte da sociedade, o acesso à universidade, não acaba com a exclusão, apenas cria novos critérios para uma mesma exceção. As cotas do vestibular apenas maquiagem a realidade, mas este foi o único artifício encontrado, por uma sociedade que tem preguiça de encarar a fundo os desafios, de resolver os problemas que ela mesma criou e mantém; preferindo varrer a sujeira para debaixo do tapete.²⁴⁴

Pode-se observar pelas cartas a extensa lista de preocupações que os estudantes expressam. Oscilam entre cotas para negros ou para estudantes de baixa renda, entre a preocupação com o ensino e a preocupação com os próprios cotistas e o possível abandono do sonho de ingressar na universidade caso, de fato, as condições de manutenção das medidas afirmativas não sejam asseguradas. Outros vão mais além e questionam. Têm-se de fato qualidade no ensino universitário? Embora a sagaz crítica tenha fundamento seria mesmo esse o argumento para se defender as cotas raciais? Vale observar que muitos editoriais de cartas divulgam a idade desses estudantes, leitores e escritores das sessões de cartas dos grandes jornais revelando uma precoce e bem vinda participação deste segmento da população. Evidencia-se, também, que muitos estudantes fazem uso do sistema *on line*, facilitando o debate, como num enorme *blog*.

Na fila de candidatos às bolsas estarão estudantes como Nájia Soresine de Oliveira, de 25 anos. Em nome de um sonho, ela abandonou Fonouadiologia na UFRJ, curso que frequentou por dois anos, para virar caloura nas salas de aula de Medicina da Uerj. Foi uma vitória conquistada depois de quatro anos de tentativas. Com pontuação suficiente para entrar sem o sistema de cotas, ela não esconde preocupação com os seis anos de estudos que terá pela frente. 'Não sei como vai ser sem poder trabalhar', diz. Nájia e o irmão mais novo, que faz pré-vestibular e sonha com faculdade de Arquitetura, são sustentados pela mãe, que tira no máximo R\$ 300 por mês vendendo produtos de porta em porta. Responsável pelo apoio aos universitários carentes, a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro admite que os cursos mais caros exigirão alguma outra ajuda. 'Sobre as bolsas, não há outra saída que selecionar 'os mais carentes entre os carentes'', diz o secretário Wanderley de Souza.²⁴⁵

²⁴⁴ Marcelli Pereira Leardini. 15 anos. Jornal O Globo. *Sistema de cotas na berlinda*. Editoria: Opinião. Caderno Especial. 02-1-2004.

²⁴⁵ Isabel Clemente. Revista Época. *As cotas na vida real*. Semana de 21-04-2005.

É alvissareira a notícia de que o governo vai enviar ao Congresso projeto de lei determinando a reserva de metade das vagas em faculdades e universidades federais a alunos que tenham cursado todo ensino médio em escolas públicas, garantindo 60 mil vagas todos os anos à população carente. Este sistema inclui as vagas reservadas a negros e índios. É verdade que, se este projeto for implementado, será um grande desafio: terá que ser feita uma profunda reestruturação no ensino superior com programas de apoio aos estudantes por meio de bolsas de estudo e de inserção na universidade. Afinal, os cotistas precisarão ter condições financeiras para transporte, alimentação, livros, computador, *internet* e, certamente, aulas de apoio a fim de suprir as deficiências do ensino fundamental e médio públicos. Se tudo virar demagogia, grande parte dos alunos de cotas será reprovada ou abandonará as universidades ao longo do curso.²⁴⁶

De outro lado, constataram-se, também, discursos que apontavam a mudança na correlação de forças entre as vagas universitárias, sobretudo em alguns cursos. Há quem considerou injustiça ter se sacrificado pagando um bom ensino privado para os filhos, e agora ver as chances dos mesmos serem reduzidas.

Você está quebrando a cabeça, fazendo contas, tentando adivinhar como ficará a relação candidato-vaga das universidades federais caso haja reserva de vagas para alunos da rede pública? Bem, prever o futuro não dá, mas para ajudar os vestibulandos a Megazine fez uma simulação de como ficaria a disputa na UFRJ e na UFF caso as cotas já estivessem valendo no concurso passado. Quando soube da intenção do presidente Lula de destinar 50% das vagas das universidades federais a estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escolas públicas, Nathalia Ferreira tomou um susto. Aluna do Colégio São José e vestibulanda de medicina, ela sabe que suas chances de passar serão menores se o projeto de lei, que já foi enviado ao Congresso Nacional e está à espera de votação, for aprovado e começar a valer este ano. — Fiquei desesperada. Tenho uma boa base, mas a competição vai aumentar com as cotas. Não sei se terei chance de estudar em faculdade pública — diz Nathalia. A preocupação da estudante tem fundamento. Ano passado, na UFF, havia 38 candidatos por vaga para medicina. Levando-se em conta a quantidade de alunos de escolas públicas que fizeram a prova para o curso e reduzindo o número de vagas à metade como nas cotas, a relação candidato vaga subiria para 64.²⁴⁷

Mas aqui cabe uma consideração. Durante muitos anos a classe média migrou para o ensino privado na medida em que obinha abatimentos no Imposto de Renda dos gastos com educação de seus filhos. Análises indicam que esse é um dos fatores de

²⁴⁶ Waldemar Weller (por e-mail, 14/5), RJ. *Jornal O Globo. Ensino Superior*. Editoria: Opinião. 17-04-2004

²⁴⁷ Ediane Merola. *Jornal O Globo. Prova de fogo para quem não entra nas cotas*. Editoria: Megazine. 25-05-2004

redução do investimento público na educação de base e da qualidade média dos estudantes oriundos da escola pública. Estaria assim se constituindo uma transferência de recursos públicos para a classe média. Um investimento indireto e camuflado. E isso não era visto como injustiça e sim como “direito”.

Também no ensino superior, como conseqüência indireta, poder-se-ia considerar existência de cotas camufladas no acesso naturalizado das classes privilegiadas ao ensino superior. No discurso abaixo o fato também é questionado: O que são as habituais concessões do Estado de isenções fiscais, subsídios e mesmo o perdão de dívidas para setores da economia, senão políticas afirmativas? A diferença aqui é o público-alvo: jovens negros, pardos e pobres. Mas instrumento dessa natureza sempre integrou o elenco de medidas disponíveis ao Estado para reforçar esse ou aquele segmento por entender que os resultados beneficiarão o país como um todo.²⁴⁸

Mas reconheçamos, a Universidade sempre teve política de reserva de vagas na graduação e pós-graduação. O problema é que agora uma parcela da sociedade civil, antes relegada à periferia da sociedade, avoa para si o direito de compartilhar a Universidade pública paga com os seus impostos. Nas pós-graduações, a reserva de vagas sempre existiu. Turmas foram feitas especialmente para qualificar docentes em situação precária. Eu mesmo na USP tentei três vezes a seleção do doutorado e nestas vezes já sabia que os da casa já tinham lugar marcado. Na UFRJ a mesma coisa. Gostei? Não. Compreendi as razões? Sim. Agora que estamos negociando as vagas para negros visando suplantar o ciclo vicioso da pobreza, vejo textos e mais textos sobre a ameaça que isso pode representar para a qualidade da Universidade.²⁴⁹

Outras participações, oriundas de artigos ou de outras sessões dos jornais expressam as mesmas preocupações, adotando, entretanto outro tom. *O que deve mudar para ser justo? O que deve mudar para emergir o melhor?* continua a ser o foco. Acabar com o paternalismo ou atacar a raiz do problema poderão, de fato, ser garantia de qualidade e, por fim, garantia de justiça? Enfim esses seriam os meios?

Após dois anos de gestão, o governo ainda não se deu conta de que a causa da desigualdade no acesso ao ensino superior é a oferta de uma educação pública de segunda categoria patrocinada por autoridades que se acostumaram a tratar os segmentos mais pobres da população apenas com favores e paternalismo.²⁵⁰

²⁴⁸ Folha Dirigida. *Ensino Superior*. Editoria: Cotidiano. 14-03-2005.

²⁴⁹ Mensagem de Isabel Cruz. JC E-Mail. *Leitores comentam polêmica das cotas*. 15-04-2004.

²⁵⁰ Folha Dirigida. *Ensino Superior*. Editoria: Educação. 19-11-04

Políticas afirmativas. Sistema de cotas nas universidades. Tentativas de inclusão social que geram debates acalorados e apresentam resultados polêmicos. Afinal, não faltam críticas a essas medidas — definidas por muitos como populistas e eleitoreiras. Pois, apesar de gerarem um impacto imediato na vida dos excluídos, não acabam com o déficit educacional do ensino. Revertem as conseqüências, e não as raízes dos problemas.²⁵¹

Em torno desses temas, articulam-se a comparação entre o “rendimento” de cotistas ou não cotistas, gerando polêmica. Isto porque dependendo do método de análise empregado, obtinham-se diferentes resultados, inclusive resultados opostos! A divulgação precipitada de alguns desses resultados deu munição aos favoráveis ou desfavoráveis à adoção da política. As páginas dos jornais se encheram de afirmações de cunho comprobatório de suas expectativas, sejam aquelas que pretendiam afirmar que os cotistas poderiam ter o mesmo rendimento ou aquelas que pretendiam demonstrar a suposta perda de qualidade do ensino superior em função de um baixo rendimento dos mesmos²⁵².

O justo é o melhor? Quem é o melhor?

Alunos aprovados por cotas em 30 cursos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) tiveram nota máxima inferior à pontuação mínima dos candidatos não-cotistas. Os dados, referentes ao último vestibular da instituição, fazem parte de um dossiê preparado pela reitoria da universidade, ao qual O GLOBO teve acesso. No relatório também há informações sobre o desempenho dos estudantes cotistas, aprovados em 2003. Ao contrário do que a Uerj acreditava, o rendimento dos alunos que entraram na universidade graças à reserva de vagas foi pior que o dos alunos não-cotistas. Em 2003, problema ocorreu em apenas seis carreiras (desenho industrial, geologia, medicina, oceanografia, odontologia e relações públicas). Ainda segundo o relatório, em 17 carreiras da Uerj foram aprovados candidatos com notas inferiores a 20 pontos. Apesar do desempenho ruim dos cotistas no vestibular, a reitoria da Uerj diz que não faz distinção entre seus alunos.²⁵³

Pioneira no país na realização de vestibular com cotas, a Uerj divulgou no fim do ano passado um estudo feito pelo Departamento de Estudos Pedagógicos da instituição. Nele, afirma que o desempenho dos alunos aprovados pelas cotas em 2003 era igual ou superior ao dos não-

²⁵¹ Folha Dirigida. *Incentivo ao mérito na caça ao talento*. Editoria: Educação. 27-07-2005

²⁵² Também o Governo Federal se meteu em apuros quando divulgou pesquisa acerca da composição étnica da sociedade brasileira cuja análise comporá a terceira dimensão deste estudo.

²⁵³ Ediane Merola. Jornal O Globo. *UERJ: relatório mostra pior desempenho dos cotistas*. Editoria: Rio. 04-06-2004

cotistas. A comparação era feita com base no coeficiente de rendimento (CR) dos estudantes e, segundo a reitoria da universidade, não mostrava a realidade. Segundo o reitor da Uerj, Nival de Almeida, o índice de reprovação de cotistas nos cursos do centro biomédico, por exemplo, é quatro vezes maior do que entre os não-cotistas. — O departamento fez uma leitura preliminar dos dados. Pegamos as mesmas informações e analisamos de outra forma. O CR não serve como referência, porque há mais desistência nos curso entre os alunos não-cotistas. Com isso, aumenta a quantidade de CR zero. A reprovação por nota é maior entre os cotistas em todos os centros da Uerj — disse Nival. E acrescentou: — Mesmo tirando notas mais baixas, o cotista não desiste facilmente da vaga. Seu resultado ruim no curso é um reflexo do ensino de baixa qualidade que ele teve durante toda a educação básica.²⁵⁴

O 1º Seminário de Cotas do Governo do Rio, mês passado, revelou que os índices de frequência às aulas, inscrição em disciplinas e aproveitamento escolar não foram discrepantes, com vantagem para os cotistas em alguns cursos. Confirma-se que esse instrumento não diminui a qualidade de ensino das universidades.²⁵⁵

E as contradições:

A pesquisa do ano passado mostrou que cotistas tiveram desempenho melhor do que os demais quando se comparou a taxa de aprovação em toda as disciplinas cursadas. O novo estudo, feito a partir do rendimento dos mesmos estudantes, chegou a conclusão inversa ao comparar a taxa de reprovação por nota dos alunos -cotistas tiveram maior taxa de reprovação do que os demais. A diferença acontece porque o atual estudo, feito na gestão da reitoria que assumiu neste ano a Uerj, preferiu trabalhar com a taxa de reprovação apenas por nota (alunos que não abandonaram a disciplina e que tiveram nota insuficiente para serem aprovados). Em todos os quatro centros da Uerj, essa comparação mostra que a taxa de reprovação foi maior entre os cotistas. A comparação, no entanto, não levou em conta os alunos que abandonaram a disciplina e, por isso, tiveram nota zero nas provas. Quando esse grupo é comparado, os dados são: 6,9% dos cotistas foram reprovados dessa maneira ante 13,7% de taxa entre os demais estudantes. Na comparação da média das notas, calculado pelo CR (Coeficiente de Rendimento), cotistas e demais alunos têm desempenhos parecidos, com variações pequenas na porcentagem de alunos com CR superior a 7 (sobre 10) e entre 5 e 7 entre os dois grupos. A sub-reitora de graduação da Uerj, Raquel Villardi, defende que a melhor maneira de comparar a nota é analisando a taxa de reprovação. Segundo ela, um aluno que abandonou uma disciplina por falta e ficou com CR zero pode ter desistido da aula, por exemplo, por incompatibilidade de horário, e não necessariamente por baixo rendimento. Por essa razão, segundo Villardi, a comparação do CR e da reprovação por abandono pode trazer distorções.²⁵⁶

²⁵⁴ Ediane Merola. *Jornal O Globo. UERJ: relatório mostra pior desempenho dos cotistas*. Editoria: Rio. 04-06-2004

²⁵⁵ *Jornal O Dia. Debate: cotas raciais na universidade*. Editoria: Opinião. 14-01-2005.

²⁵⁶ Antonio Góis. *Folha de São Paulo. Novo estudo mostra que na UERJ há mais cotistas entre os reprovados*. Editoria: Educação. 05-06-2004

Raquel Villardi contestou os dados divulgados na semana passada pela Rede de Pré-Vestibulares Educafro, que mantém 255 cursinhos para estudantes carentes, no Rio e em São Paulo. Conforme tais números, que fazem parte de uma pesquisa feita pela antiga gestão, os cotistas que ingressaram na Uerj em 2003 tiveram notas mais altas do que os não-cotistas. Ela informou que o levantamento se baseou apenas no coeficiente de rendimento (CR) dos universitários, quando o método mais exato é a análise do índice de aprovação e reprovação por nota em cada disciplina. "Se eu me basear apenas no CR haverá distorções, porque há alunos que ficam com CR baixo porque abandonam a matéria e, com isso, tiram zero no fim." Um outro estudo, feito a partir da taxa de aprovação, mostrou que os cotistas são mais reprovados do que os alunos que entraram na Uerj pela forma tradicional. Isso foi verificado nos centros de Educação de Humanidades, Biomédico, de Ciências Sociais e de Tecnologia e Ciências. A subreitora não quis responder às críticas do frei Davi Santos, diretor executivo da Educafro. O frade a acusou de esconder o sucesso dos cotistas.²⁵⁷

Eu cheguei à Uerj pela cota para escola pública, trabalho e estudo e o meu desempenho é excepcional, acima do da parcela ressentida que morou em salas de cursinhos show que não ensinam nada além de macetes. Vestibular não avalia competência, é um negócio que desumaniza e ilude.²⁵⁸

Como se previa, o desempenho dos beneficiados pela política de cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro é inferior ao dos alunos que entraram na Uerj pela porta do vestibular, sem privilégios. A Universidade fica, assim, num dilema: reduz o nível do ensino — o que seria desastroso para o país — mas acolhe os cotistas, ou mantém a qualidade pedagógica e, na prática, expulsa esses alunos.²⁵⁹

Tem-se claro, neste recorte de discursos com relação ao rendimento dos cotistas e não cotistas, que a mídia fez uma divulgação extensa do assunto que ganhou espaço nas páginas de vários jornais de grande circulação posto que proliferaram resultados antagônicos de diferentes enfoques de pesquisas! Além deste fato, percebe-se que os argumentos utilizados, por exemplo, pelo Frei Davi, liderança negra que atua na área educacional, são completamente contaminados com visões distorcidas e preconceituosas. Afirmar que “os negros e os pobres” são mais esforçados e/ou melhores tem qual grau de cientificidade? Biológica, moral? Não estaria de fato esse tipo de afirmação,

²⁵⁷ Tribuna da Imprensa. *UERJ reclama de faltas de recursos para investir em alunos cotistas*. Editoria: País. 24-05-2005.

²⁵⁸ Fred Oliveira. *Jornal O Globo. Cotas*. Editoria: Megazine. 01-02-2005.

²⁵⁹ *Jornal O Globo. Encruzilhada Universitária*. Editoria: Opinião. 05-06-2004

sobretudo partindo de um líder, incentivando conflitos e não os intermediando, como prevê a tradição jurídica do Direito?

Já a nota mínima ou nota de corte também gerou mais distorções do que benefícios e acabou por provocar o esvaziamento de alguns cursos procurados pelos cotistas.²⁶⁰

Aparentemente, a nota de corte, procurou sanar algumas discrepâncias como a defasagem de nota muito grande no ingresso de cotistas e não cotistas em alguns cursos, mas gerou polêmica, sobretudo entre os estudantes cotistas que alegavam que o corte expressava discriminação. Também nesse bloco, há análises que procuravam evidenciar quais os cursos ou faculdades que, em função de sua hierárquica representação no *ranking* das profissões, foram mais procurados pelos cotistas e como a mudança na correlação de forças entre cotistas e não cotistas se apresentava.

Empecilhos como descrevem as manchetes. Ou seja, sobraram vagas. Outro fato interessante foi a articulação do corte de nota com a noção de sacrifício, argumento novo se comparado às falas anteriores e à constatação de um crescente “discurso humanista”, com categorias como esforço, desafio e luta, sendo utilizadas como critério daqueles que defendem a implantação da política.

A criação de nota mínima para ser aprovado no vestibular da Uerj fez com que alguns candidatos cotistas se revoltassem. O curso universitário é um grau de ensino de excelência, é preciso estudo, interesse, sacrifício, vontade de vencer. Se os prejudicados não são capazes de se esforçar para obter um mínimo de 20 pontos para serem aprovados, é porque não estão em condições de fazer curso superior!²⁶¹

A nota mínima requisitada agora pela Uerj aos estudantes de escola pública e negros se tornou mais um empecilho para o ingresso das pessoas de baixa renda na faculdade. Amigos meus, que entraram comigo e que são cotistas, inclusive eu, que não teriam a mínima chance

²⁶⁰ O atual critério de renda na UERJ é de R\$ 520,00 reais *per capita*. Ocorre que, como já foi citado aqui, se constatou que não há, de fato, tantos alunos egressos do ensino médio público, com esse perfil de renda familiar, visando o ensino universitário. Com essa renda, a maioria abandona os estudos antes, reiterando, assim, pesquisas que apontam para a diminuição drástica da procura do ensino médio no Brasil.

²⁶¹ Wanderley Jorge Bueno. *Cotas*. Jornal O Globo. Editoria: Opinião. 27-04-05.

de estar aqui dentro, melhoram a cada dia que passa e eu aprendo muito com eles também. Não deixam de ser pessoas esforçadas, com vigor para lutar pelos seus sonhos e objetivos, já que para muitos essa foi a única chance que tiveram e que teriam de entrar numa universidade. De modo nenhum estamos degradando a imagem da universidade, mas sim colocando para ela um desafio, a nossa força de vontade de ter uma educação que a cada dia que passa nos é roubada. Temos a obrigação de transformar essa sociedade em uma mais plural, para que quando um policial vir um preto e favelado correndo não atire por pensar que ele é bandido.²⁶²

E outras opiniões:

Gostaria de parabenizar a Uerj pela mudança do ingresso na faculdade pelo sistema de cotas. Quem não tem gabarito para acertar 20 questões em cem não tem a mínima capacidade de ingressar num curso superior. Imaginem um cotista cursando medicina, um curso puxadíssimo, sem ter nenhuma base em química, física e biologia. Como será a formação desse aluno?²⁶³

Trazer o aluno negro, não é trazer o aluno fraco. Por isto muitos alunos não foram classificados: tiveram notas inferiores ao ponto de corte. Todos os que entraram, portanto, estão aptos a estudar na UnB. O vice-reitor conta que foram 27 mil os alunos que se inscreveram para a universidade. As vagas eram 1.994. — Na nota de corte, já eliminamos os candidatos, das cotas ou não, que teriam mais dificuldade de acompanhar os cursos. Dos alunos inscritos, 4.194 disputavam pelo sistema de cotas. Foram desclassificados 2.255 do sistema de cotas. Os números provam que os candidatos que venceram têm perspectivas alvissareiras. A relação aluno/vaga para os que não eram das cotas foi 15 por 1. Para os das cotas era 11 por 1. Todos estão qualificados.²⁶⁴

Em relação à “falta de mérito” desses segmentos, é preciso lembrar que os exames vestibulares não são instrumentos de avaliação da aprendizagem e, por isso, não têm como objetivo identificar quem sabe e quem não sabe, quem tem mérito e quem não tem. Seu propósito maior é eliminar o excesso de candidatos. Assim, não é por acaso que lançam mão de “pontos de corte” — expressão bastante adequada à natureza desses exames. A definição dos “pontos de corte”, ou seja, do mínimo de pontos necessários à aprovação ou à classificação, não segue nenhum critério pedagógico que determine qual o mínimo de conhecimentos que um egresso do ensino médio deve ter para que seja considerado apto a fazer um curso superior.²⁶⁵

Quem é o melhor?

O melhor pode ser não apenas quem consegue ter um bom rendimento mas aquele que consegue permanecer dentro do sistema. O melhor pode ser avaliado por meio de novas concessões asseguem sua permanência. Verbas, falta de verbas, debates polêmicos para definir o que é justo.

²⁶² Gislane Gomes Espíndola. RJ. Jornal O Globo. *Online*, 27-04-05.

²⁶³ José Carlos Ferreira. Jornal O Globo. Editoria: Opinião. 22-05-2005.

²⁶⁴ Tymotheny Mulholland. Jornal O Globo. *Ousar Mudar*. Editoria. O País. 18-07-2004

²⁶⁵ Azuete Fogaça. *A culpa é dos negros e dos pobres*. Jornal O Globo. Editoria. Opinião. 30-06-2004.

(...)Com 7 mil cotistas matriculados, em um universo de 24 mil alunos, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) sofre com a falta de recursos para investir na formação desses estudantes. Segundo a Subreitoria de Graduação, dos R\$ 8,7 milhões que deveriam ter sido repassados pelo Estado em 2004 especialmente para isso, a instituição recebeu pouco mais de R\$ 1 milhão. Para este ano, estava prevista verba de R\$ 12,5 milhões, mas a instituição recebeu apenas R\$ 1,048 milhão, afirmou a subreitora, Raquel Villardi. Ela reclama da falta de dinheiro para comprar livros para bibliotecas e equipamentos para laboratórios. Na área biomédica, por exemplo, há apenas cinco exemplares do atlas de anatomia humana. No curso de Medicina, informou Raquel, são 45 cotistas que precisam consultar o livro, sem contar os alunos de outros cursos e os não-cotistas.- Como o dinheiro não vem, tudo que planejamos fica inviabilizado. Estamos fazendo a nossa parte - disse a subreitora.²⁶⁶

Mas como permanecer? Verbas? Suportes?

As contradições expressas na adoção da política parecem se confirmar quando o assunto é viabilizar a permanência do estudante cotista na Universidade, inclusive com recursos externos.

Pioneira na implementação do sistema em 2002 junto com a Universidade Estadual da Bahia, a Uerj é um exemplo dessa situação. Os últimos dados de que a universidade dispõe datam de 2004, segundo ano de funcionamento das cotas. Já naquela época, o número de cotistas era de 2.386 alunos, sendo que o governo do Estado do Rio só disponibilizava 924 bolsas de apoio a estes alunos. Mesmo assim, o benefício de R\$190 mensais, proveniente da bolsa Jovens Talentos II, criada junto com as cotas, só tem duração de um ano, sem possibilidade de prorrogação. O aluno cotista do 4º período de Pedagogia da Uerj, Bruno Miranda, conta que a cada semestre percebe a diminuição do número de alunos em sala. "Meu curso já é tradicionalmente de alunos mais carentes. Além disso, a bolsa de R\$190 é de um valor irrisório, não dá para nada". Para ele, a reserva de vagas possui o mérito de incluir na universidade aqueles que não teriam condições se não fosse o sistema. No entanto, Bruno cobra mais empenho do governo do estado e da reitoria para garantir a permanência destes cotistas em sala. "Entendo que o governo implementou as cotas passando por cima da autonomia universitária. Mas os alunos da reserva de vagas têm demonstrado desempenho superior aos não-cotistas e, nem assim, possuem incentivo", contesta Bruno. O reitor da Uerj, Nival Nunes, concorda em parte com o aluno. Ele afirma que a implementação das cotas é necessária nas universidades para a democratização do acesso ao ensino superior e que tais políticas devem vir acompanhadas de medidas que garantam a permanência dos estudantes em sala de aula. Mas o problema, segundo ele, é a falta de investimentos do poder público no financiamento de tais ações. "Vejo que o Estado não dá sustentação

²⁶⁶ Tribuna da Imprensa. *UERJ reclama falta de recursos para investir em aluno cotista*. Editoria: O País. 24-04-2005.

para que a universidade tenha mais tranquilidade nas ações de apoio aos estudantes. A principal questão hoje é saber de onde virão os recursos. Temos sim, que ter as leis de inclusão, mas temos que ter o aporte financeiro para cumpri-las. Caso contrário, a conta fica muito pesada para a universidade", reforçou Nival. Ele lembra também que, nos exames de qualificação do vestibular da Uerj, desde que as cotas foram implementadas, o número de alunos isentos aumentou consideravelmente. Como consequência disso, os recursos que iriam para a conta da universidade advindo da taxa de inscrição diminuíram. "O vestibular também é uma preocupação. Muitos estudantes que enfrentam carências familiares em relação à renda se inscrevem gratuitamente. Eles não pagam taxa. Por isso não há subsídios. Se alocarmos valores do orçamento atual em assistência estudantil, acabamos por deixar outros setores descobertos", explica o reitor.²⁶⁷

Essa fala é interessante, pois articula o “ comércio” que passa a existir no interior das concepções de acesso ao ensino e o rendimento escolar. Articula o suposto rendimento superior dos cotistas como justificativa para a obtenção de mais verbas para o programa. E a verba parece surgir aqui e ali.

O governo do estado liberou uma verba de R\$30 mil para compra de material para alunos cotistas da Uerj. Serão beneficiados 11 alunos do curso de Odontologia que ingressaram na universidade no primeiro semestre de 2004. O montante custeará os estojos básicos para aulas práticas do curso, que se iniciam já nos terceiro e quarto períodos. A Uerj possui 7.553 universitários dependentes de políticas públicas de permanência na instituição. O material será usado em regime de comodato — posse temporária com devolução do bem. A Faculdade de Odontologia da Uerj já apresentou orçamento para a aquisição de mais 13 estojos para aulas práticas, que beneficiarão os cotistas que ingressaram no segundo período de 2004. Em breve, mais R\$ 35 mil devem ser investidos para compra de material para esses estudos.²⁶⁸

Uma pena que boa parte da população negra brasileira viva em um sistema precário, e não adianta nada o governo implementar cotas, se não implementar bolsas de estudos. (...) Não adianta ter as cotas, se muitos não têm condições financeiras de poder seguir na universidade. Não queremos de maneira alguma vantagem, mas queremos ajuda, ajuda para poder nos libertar cada dia mais, nos libertar de tudo que nos aconteceu, e espero que não continue acontecendo.²⁶⁹

²⁶⁷ Bruno Garcia. *Cotistas da UERJ lutam para terminar o curso*. Folha Dirigida. Editoria: Ensino Superior. 17-11-2005.

²⁶⁸ Jornal Extra. *Verba liberada para dentista cotista*. Editoria: Geral. 05-06-2005.

²⁶⁹ Zaire Winnie Silva Campos. Estudante. *Jornal O Globo. Bolsa e Cotas. Magazine*. Editoria: Opinião. 14-06-2005.

E aqui um exemplo vivo da dificuldade de permanência na universidade, o aluno de nome Avides, narrando e sendo narrado de forma drástica e contundente pela imprensa.

Um dos exemplos é o estudante de Direito da Uerj, Avides de Paula Brum. Ingresso na universidade através das cotas no primeiro semestre de 2003, o jovem chegou ao quarto período da graduação. No entanto, com o fim do auxílio financeiro do programa Jovens Talentos II, Avides teve que desistir do sonho de conquistar o diploma de Bacharel em Advocacia. Desempregado, ele está desolado por ter que abandonar a universidade. "Entre os 13 irmãos, fui o único que concluiu o ensino médio e ingressou na faculdade. Mas foi tudo ilusão. Não serei mais advogado, o sonho acabou", declarou recentemente. Avides conta que, entre seus conhecidos, pelo menos três colegas ingressos na Uerj pelas cotas já "sumiram" e outros três estão prestes a trancar matrícula. Um deles é Wladimir Barbosa, que entrou para o curso de Direito também no primeiro semestre de 2003. O estudante vai e volta para a Uerj a pé por não ter dinheiro para pagar a passagem²⁷⁰

Escrevo este e-mail para comunicar aos leitores que se dá mais uma baixa entre os cotistas da Uerj. Eu, Avides, estudante de direito cotista, desempregado, morador da Zona Oeste, filho de um pedreiro já falecido que fazia hemodiálise e de uma mãe mastectomizada, hoje com câncer metastático no pulmão, declaro que não serei mais advogado, o sonho acabou. Eu estou saindo da faculdade: não tenho dinheiro para pagar a passagem pois a bolsa auxílio foi cortada. Dentre 13 filhos fui o único que terminei o ensino médio e ingressei na faculdade, mas foi tudo ilusão.²⁷¹

Há quem alega que os cotistas abandonam menos os cursos seriam mais esforçados por terem clareza da “chance” que lhe estaria sendo dada.

Na Uerj, 49% dos alunos cotistas passaram de ano sem nenhuma dependência, contra 47% dos não cotistas. A evasão no primeiro ano foi de 5% para cotistas e 9% para os não cotistas. Hoje há mais de 6 mil cotistas no estado, e menos de 2 mil no restante do país. Mas não basta dar acesso, é preciso uma política de permanência. Por isso, os cotistas do estado recebem uma bolsa para ajudar a mantê-los no primeiro ano. Tais resultados provam que os que entraram na universidade pelo sistema de cotas têm mérito acadêmico, ao contrário do que previam os preconceituosos em estridentes matérias e artigos de jornais.²⁷²

²⁷⁰ Roberta Fernandes. Folha Dirigida. *Governo pagará 500 bolsas para cotistas*. 29-03-2005.

²⁷¹ Avides de Paula Brum. RJ. Jornal O Globo. *A ilusão das cotas*. Editoria: Opinião. *Megazine*. 02-07-2005.

²⁷² Jornal O Globo. *Tema em Discussão: cotas raciais*. Editoria: Opinião. 29-12-2005.

Enfim, não só a entrada na universidade mas sua permanência também passa a ser objeto de preocupação e de busca por ações afirmativas. Mas o que deve mudar? Há que se garantir uma bolsa durante todo o curso? Qual o valor justo para suprir suas necessidades de estudante e ainda lhe oferecer condições de adquirir, pelo menos em parte, o capital cultural que faria com que ele pudesse estar em iguais condições com os alunos não cotistas?

O estudante cotista Bruno utiliza-se de comparações entre cotistas e não cotistas para reclamar da falta de incentivo por parte do governo quanto à liberação de recursos. Mas que linha tênue é essa, de corte, de etnia, de renda, que faz com que uma parcela seja beneficiada e outra não. Quem é o melhor define como ser o mais justo? E como definir o melhor?

Neste contexto, duas questões merecem destaque. Muitas das categorias de bolsas estão atreladas à seleção entre os “melhores”. Ou seja, reitera-se a análise de que as cotas privilegiaria uma elite no interior de uma minoria. Mais ainda, há quem afirme que as cotas raciais viriam, apenas, reforçar uma elite negra.

Por outro lado, tomando a declaração do próprio reitor da UERJ, o fato é que a arrecadação universitária tem diminuindo muito, prejudicando os três pilares que sustentam a universidade. Ensino, pesquisa e extensão.

No caso do Rio de Janeiro, o mesmo Estado que se orgulha e alardeia seu pioneirismo na adoção das cotas, além de outros mecanismos populistas de gestão, não reajusta seus funcionários há cinco anos e tem deixado a UERJ em situação drástica em termos manutenção material. Existem na universidade salas, laboratórios, banheiros, em péssimo estado de conservação. No início de 2006, parte do telhado de uma das unidades caiu a despeito dos reiterados avisos por parte dos responsáveis da necessidade de conservação dos prédios.

Percebe-se que alguns dos argumentos favoráveis à implantação das cotas, sobretudo as que se utilizam do critério de renda, se alicerçam na hipótese de que finalmente a classe média voltaria para a escola pública. O problema maior desta análise é atrelar a essa expectativa a noção de que a classe média então elevaria o nível do ensino, pois traria mais capital social e cultural acumulado e, mesmo, teria maior poder de reivindicação na luta pela melhoria do ensino, desqualificando, assim, os outros segmentos envolvidos.

E quando tudo vira espetáculo? O caso do estudante japonês esteve de forma contundente durante pelo menos uma semana nas principais mídias.

Melhor aluno de Português-Japonês, ele foi escolhido em seleção internacional. O estudante Joelson Souza de Santana, de 23 anos, ganhou bolsa do governo japonês para estudar por um ano na Universidade de Estudos Estrangeiros de Osaka. Melhor aluno do curso de Português-Japonês da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), foi escolhido numa seleção entre candidatos do mundo todo. Negro, Santana foi admitido na Uerj pelo polêmico sistema de cotas. "Não acho que a minha aprovação vá diminuir o preconceito contra os cotistas. Mas é um exemplo de que vir daqui ou dali não é tão relevante. Potencial todos temos. O importante é se esforçar", disse o estudante.²⁷³

Numa outra fala, o estudante faz uma afirmação recorrente entre os cotistas – a de que entraria independentemente das cotas.

Filho de um motorista de ônibus e de uma donade-casa, Joelson estudou num Ciep de Duque de Caxias antes de decidir cursar Letras. - Mesmo que não tivesse me inscrito nas cotas, acho que teria sido aprovado no vestibular. Tive uma boa formação na escola pública - afirma Joelson.²⁷⁴

No axioma *o justo é distribuir entre pequenos e grandes mediante uma prova*, o debate gira em torno da questão *qual a eficácia da lei justa?*

Complementando as discussões postas quando se avalia a qualidade, esse axioma foca, de forma contundente, a questão da necessidade de aferir não apenas os

²⁷³ Clarissa Tomé. Jornal Estado de São Paulo. *Cotista da UERJ ganha bolsa no Japão*. 20-07-2005.

²⁷⁴ Jornal O Globo. *Um cotista de malas prontas*. Editoria: Rio.22-07-2005.

“melhores”, mas os que têm mérito – conceito veiculado e entendido quase como sinônimo de sacrifício. Se o conceito do mérito (do *latin meritu*) está articulado à noção de merecimento, de um fazer por merecer, agora passa a portar, também, um caráter compensatório.

Assim, a questão do mérito, direta e indiretamente, reflete posições antagônicas seja pelo significado do conceito, seja pela relação do mérito com a qualidade e com a constitucionalidade ou não da adoção da política.

Nesse axioma, o ideal de justiça boa é dado por uma avaliação, uma prova que define os mais capazes. Essa prova tem seu caráter estendido. Não mais uma questão de julgamento da análise de conteúdos concretos apreendidos no processo educacional, mas uma “prova” cujo conteúdo avaliado é a própria vida dos segmentos envolvidos, bem como de seus antepassados. Uma avalanche de representações surge desse novo entendimento, posto que a “prova da vida” adquire um caráter de quase substituição da prova convencionalmente identificada como essência da meritocracia.

Aceitar a cota para negros na universidade no molde que aí está é desprezar a chance de lançar mão da competência, o mais legítimo meio de enfrentar os entraves impostos pela degradante cultura da discriminação. No ambiente universitário, ao se avistar um negro ou pardo, chega-se à instantânea conclusão de que ali está alguém mal preparado. É um nivelamento por baixo. É a pá de cal que faltava no enterro das esperanças de quem sonha com a real emancipação do negro e seus descendentes. A oportunidade que nós, negros precisamos, não é a de entrar na universidade mas sim a de nos prepararmos adequadamente para tanto, de modo a competirmos em igualdade de condições com os demais que sempre desfrutaram deste privilégio. Se querem nos ajudar, dêem-nos gratuidade em cursos preparatórios de alto nível que nos permitam tirar proveito de um aprendizado sadio em que se evidenciem as nossa reais capacidades para um ingresso meritório num curso superior.²⁷⁵

A declaração deste estudante é interessante. Ele se declara negro e é contra as cotas. Possui em seu discurso, totalmente introjetado, a noção da estrutura meritocrática da sociedade. Quer, a princípio, ter as mesmas chances, ser igual e relaciona essas

²⁷⁵ Humberto Reis Gama . RJ. Jornal O Globo *online*, *Cotas*. Editoria: Opinião. 28-05-2005

chances à melhoria do ensino de modo a poder competir com os demais. Embora não tão recorrente, este discurso tem sido proferido inclusive por intelectuais negros desfavoráveis às cotas. Aparentemente, esses intelectuais, por valorizarem a instância acadêmica, questionam sua qualidade quando do ingresso indiscriminado de estudantes, negros ou não. Por outro lado, denunciam o sucateamento das universidades e o mascaramento das condições de ensino básico e universitário.

Mas o debate sobre o mérito continua levantando outras considerações. Ora de forma reducionista, como na primeira fala abaixo, ora de forma mais articulada promovendo a relação do mérito com a qualidade, com a igualdade e com a questão constitucional, este último abordado sob óticas completamente diferentes.

Quem chega à Universidade é por mérito e não por uma canetada.²⁷⁶

Quer dizer que agora o critério para entrar na universidade pública deixará de ser a inteligência e o mérito acadêmico para se transformar meramente no critério racial? Quanto mais escura for a pele do candidato mais direito este terá para passar à frente dos outros? O que é isso? Estão querendo implantar o racismo no Brasil à revelia da Constituição federal?²⁷⁷

A idéia de cotas para os alunos das escolas públicas parece atraente. Mas, na prática, traz problemas graves. O primeiro é de princípio. No ensino superior, sobretudo nas universidades públicas - extraordinariamente caras -, deve reinar o princípio da meritocracia intelectual, no qual pode mais quem sabe mais e sobe mais quem sabe mais. Uma violação à força bruta dessas regras não se faz sem graves prejuízos para uma instituição em que o mérito é fundamental. As soluções apropriadas para o Brasil deveriam ser muito mais complexas e matizadas, em cada caso, fixando-se as cotas em níveis em que a perda de qualidade seja aceitável (há estudos sobre o assunto).²⁷⁸

A articulação do princípio republicano do mérito com a questão constitucional, já levantada aqui, reaparece constantemente.

²⁷⁶ Mensagem de Marcelo de O. Santos. JC E-Mail. *Leitores comentam polêmica das cotas*. 15-04-2004.

²⁷⁷ Eduardo Couto Chueri. RJ. (por e-mail). *Jornal O Globo*. *Cotas na faculdade*. Editoria: Opinião. 13-12-2005.

²⁷⁸ Cláudio de Moura e Castro. *A maquiagem do monstro*. Economista. Revista Veja. Editoria: Ponto de Vista. 15.05.2004.

Se virar lei, a idéia anunciada pelo governo, de obrigar as universidades federais a reservarem, em cada vestibular, 50% das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, deverá ter sua inconstitucionalidade argüida no Supremo Tribunal Federal por ferir os princípios fundamentais da isonomia, da interdição de discriminações, da razoabilidade e o "princípio republicano do mérito". (...) De acordo com Magaldi, a cláusula pétrea do artigo 5º da Constituição sobre a igualdade de todos perante a lei "equivale à interdição de discriminações, quaisquer que sejam, num sentido ou em outro". E lembra que só podem ser aceitas discriminações (exceções) que a própria Constituição prevê, como é o caso do inciso 8 do artigo 37, pelo qual "a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência, e definirá os critérios de sua admissão". No caso específico das universidades, o advogado dá ênfase ao "princípio republicano do mérito", sobretudo tendo em vista ser este, através do vestibular obrigatório, o sistema de acesso às faculdades.- O mérito se legitima não porque favoreça os mais inteligentes, mas porque, citando Dworkin, é considerado "uma prática social útil" - explica.²⁷⁹

Discursos que questionaram a noção de mérito, como o do deputado estadual Gilberto Palmares e as outras formas de ingresso nas universidades públicas também apareceram e podem ser entendidos como emblemático do deslocamento conceitual que parece vigorar no positivado conceito do mérito, utilizado na defesa das ações afirmativas. Mérito, sacrifício e dívida é tríade inseparável.

As notas do ENEN, por exemplo, Exame Nacional do Ensino Médio, têm sido utilizadas como critério de seleção de estudantes, sobretudo nas primeiras fases do vestibular das universidades públicas e católicas, que reservam vagas para os primeiros colocados no exame em todos os cursos, e têm caráter extremamente hierárquico. A despeito do exame ser obrigatório a todos os concluintes do nível médio, público ou privado, privilegia aqueles oriundos das escolas de excelência do Governo Federal, como o Colégio Pedro II, os Colégios de Aplicação - CAPs (incluindo os estaduais) e as Escolas Técnicas, além daqueles oriundos das escolas de elite e renomados cursinhos de pré-vestibular.

²⁷⁹ Luiz Orlando Carneiro. *Jornal do Brasil*. *Cotas nas Federais em xeque. Supremo pode considerar medida inconstitucional*. Editoria: País. 23-05-2004.

Desde que a Uerj estabeleceu, de maneira pioneira, o sistema de cotas para estudantes negros, duas razões têm sido especialmente apontadas por aqueles que combatem o sistema. A primeira fala de suposta discriminação contra estudantes não-negros que, apesar de mais preparados, são eliminados para dar lugar a pessoas sem mérito para ingressar num curso superior. A segunda, conseqüência da falta de mérito seria a queda na qualidade dos cursos. O que é ter mérito para entrar na faculdade? Tirar nota 10, conceito A, depois de ter passado pelas melhores escolas desde o Ensino Fundamental até o cursinho preparatório? Ter amplo acesso a bibliotecas bem equipadas, *Internet*, cinema, teatro? Sim, isso constitui mérito, efetivamente. Mas o que dizer de um estudante que, obrigado a trabalhar o dia inteiro, ainda enfrenta à noite um cursinho para carentes, muitas vezes voltando para casa de ônibus ou a pé por ruas inseguras? Que só consegue ter acesso à *Internet* no trabalho ou no centro comunitário? Que não tem como comprar livros e, ainda assim, consegue concluir o Ensino Médio, prestar um vestibular e ainda alcançar conceito B? Isso não é mérito? É mérito, sim. ”²⁸⁰

Afinal, qual a eficácia da prova justa?

Mas, pergunto eu ao ilustre deputado, e quanto ao estudante que passou pelas mesmas dificuldades, teve a felicidade de classificar-se pelo critério geral e que, em face do sistema de cotas, tem seu mérito cassado pelo simples fato de não ser negro?²⁸¹

No trecho abaixo, o presidente da Associação dos Docentes de Nível Superior (ANDES), entidade historicamente atrelada à luta pela democracia e igualdade, repudia as críticas sofridas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ, no caso a Faculdade de Medicina, que havia votado e decidido, por meio das instâncias representativas da universidade, a não adoção do sistema de cotas.

A UFRJ e a Faculdade de Medicina, assim como a USP, ainda sob a gestão de uma reitoria desfavorável às cotas na Universidade, foram bombardeadas com acusações de preconceito e discriminação tendo como base o princípio do mérito.

Os movimentos pró-cotas crêem que elas são um avanço, quando só ratificam a política ineficaz nos demais níveis de ensino. A Faculdade de Medicina não foi "preconceituosa"; apenas corroborou o método de ingresso por mérito, usado em todo o mundo e, repito, nos Estados Unidos, que inspiraram as ações afirmativas, mas desaprovam cotas, considerando que a inclusão de uns não pode se basear na exclusão de outros. Hoje, o que deve concentrar nossa atenção, e contra o que a

²⁸⁰ Gilberto Palmares. Deputado Federal/PT. *As cotas e o mérito*. Jornal O Dia. Editoria. Opinião 30-08-2004

²⁸¹ Washington Lopes Viana, Maricá Jornal O Dia. Editoria. Opinião. 01-09-2004

sociedade deve lutar, é a prática governamental de priorizar a educação em discursos inflamados e não privilegiá-la quando faz os cálculos de gastos na área social. As cotas do governo têm servido para desviar nosso olhar de uma política educacional excludente que, nos primeiros anos do ensino fundamental, decide quem chegará ao ensino superior. A UFRJ está longe, muito longe, de ser vilã nessa história.²⁸²

Além do Presidente da Andes, têm-se as declarações do atual Diretor do Hospital da UFRJ Amâncio Paulino de Carvalho. Líder estudantil das décadas de 70 e 80, membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), então na clandestinidade e o primeiro presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE), no curso da redemocratização política brasileira, ainda no governo Figueiredo, Amâncio é identificado pelos seus corajosos enfrentamentos na luta pela defesa da igualdade de direitos, seja nos idos da década de 80, seja na sua ousada gestão no Hospital Universitário, ferindo interesses corporativos e de empresas ligadas à saúde que trazem conseqüências desastrosas para o atendimento médico e condições gerais de pesquisa universitária. Sua fala remete à necessidade de que se atrele à análise da adoção ou não das cotas a função social da Universidade, e levanta questões acerca da necessidade do respeito à autonomia universitária, a intensificação das disputas raciais e sociais que poderiam advir com a adoção das medidas e, mesmo, questionamentos referentes ao critério de seleção utilizados pelos Institutos Superiores de Ensino Militares, conhecidos Centros de Excelência, que não aderiram ao sistema de cotas.

O mérito tem sido historicamente um dos elementos de identidade das universidades. Não por acaso as duas instituições mais bem classificadas na recente avaliação nacional dos cursos de pós-graduação, USP e UFRJ, se manifestaram em desacordo com a proposta de cotas. (...) Ao se tentar reparar uma significativa desigualdade criando uma ambivalência no mecanismo de seleção (parte por mérito, parte por cota), corre-se o risco de cristalizarem-se conflitos de raça e posição social, já que deixarão de ter acesso aos cursos de sua escolha indivíduos que o conseguiriam no método usual. A função social da universidade depende de sua capacidade e do seu produto final (profissionais formados, pesquisas, extensão etc.).(...) Exemplo cabal é

²⁸² Magno Maranhão é presidente da Associação de Ensino Superior do Rio de Janeiro. *Jornal do Brasil. Outras Opiniões*. Editoria: Opinião. 02-09-2004.

o desempenho de duas escolas militares do mais alto nível, que também formam civis, motivo de orgulho para nossas Forças Armadas e para o país. O Instituto Militar de Engenharia, herdeiro da tradição de Guararapes, e o Instituto Técnico da Aeronáutica, pai da tecnologia líder de nossa pauta de exportações industriais, têm servido muito bem ao Brasil com uma tradição de rigorosas seleções baseadas no mérito.(...) Tais centros estão excluídos porque já recebem alunos de escolas públicas e dos grupos étnicos alvo da ação afirmativa? Definitivamente, não é o caso. Não será a política de ação afirmativa relevante nessas instituições, do ponto de vista governamental? ²⁸³

E ele conclui:

Cotas para estudantes de escolas públicas e grupos étnicos são uma solução fora do foco do problema. A pobreza e um ensino de qualidade inferior explicam as desigualdades na avaliação do mérito feita através de vestibulares, que por si não pré-discriminam ninguém. Considerando-se válido o conceito de que cabem ações emergenciais, o foco coerente é o envolvimento das universidades e do governo no apoio aos estudantes que já estão no ensino médio, de modo a aumentar suas chances de ingresso sem quebrar a lógica do mérito, concebido objetivamente como capacidades e conhecimentos acumulados. ²⁸⁴

O patrulhamento sofrido pela Faculdade de Medicina também foi comentado por outros articulistas.

Qualquer espécie de patrulhamento, parta do governo ou oposição, deve ser combatida. Ninguém pode ser forçado a aceitar como verdades os argumentos do outro, ainda que emoldurado pelas melhores intenções. Lamentavelmente, o governo federal adotou uma posição maniqueísta e intolerante no que diz respeito às políticas de inclusão educacional, particularmente a reserva de vagas para egressos de escolas públicas e alunos negros, nas universidades federais. Via de regra, os que se colocam contrários à proposta - aliás, não aceita no país que criou as chamadas ações afirmativas, os Estados Unidos - arriscam-se a ser rotulados de racistas, elitistas ou adjetivos menos honrosos. A argumentação destes nunca é válida e seus objetivos são os mais espúrios. O alvo mais recente é a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que decidiu não reservar vagas - deliberação votada por 32 membros da congregação da instituição, que reúne representantes dos corpos docente e discente e de funcionários técnico-administrativos. ²⁸⁵

Todavia, pode-se perceber a presença de patrulhamento quando se analisa as reportagens abaixo. Anunciam manifestações de estudantes favoráveis ou contrários às

²⁸³ Amâncio Paulino de Carvalho é professor da Faculdade de Medicina da UFRJ e diretor do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. *Jornal O Globo. Temas em debate: fora do foco*. Editoria: Opinião. 20-12-2004.

²⁸⁴ Idem.

²⁸⁵ Magno Maranhão. *Jornal do Brasil. Cotas e o patrulhamento*. Editoria: Cotidiano. 02-09-2004.

cotas, mas apenas os que se posicionaram contra as cotas receberam nota zero, por parte de uma coluna do jornal. Além disso, registraram-se muitas queixas de estudantes e seus familiares que foram chamados de elitistas pelo Ministro da Educação por questionarem a adoção da política.

Estudantes da rede particular fizeram protesto, ontem, contra o sistema de cotas adotado nas universidades públicas estaduais do Rio. Os alunos se concentraram ao meio-dia em frente à Candelária, no Centro. Após duas horas de caminhada, a manifestação terminou às 16h, no Tribunal de Justiça. A passeata ocupou meia pista da Avenida Rio Branco, causando retenções até a Praça Mauá. A polícia acompanhou o ato, que reuniu em torno de 200 alunos. A maioria se prepara para o vestibular. Com faixas, apitos e cara pintada, eles traduziram o sistema de cotas como “política de tapa-buraco”. Eles exigem investimento na educação de base na rede pública²⁸⁶.

Nota Zero para os estudantes que protestaram contra as cotas nas universidades públicas.²⁸⁷

Quase uma centena de jovens negros ocupou ontem, por alguns minutos, o corredor que liga os gabinetes de parlamentares ao plenário da Câmara dos Deputados. Em um protesto pacífico, enrolados em correntes para simular o período da escravidão no Brasil, os jovens gritavam palavras de ordem para os deputados, pedindo a aprovação das políticas de cotas raciais e sociais para as universidades no País. Pela manhã, os mesmos estudantes fizeram um abraço simbólico à Universidade de Brasília, primeira federal a adotar o sistema de cotas raciais. Durante uma audiência pública, pedida por deputados das comissões de Educação e Direitos Humanos da Câmara, o assunto foi debatido pela primeira vez dentro do Congresso desde que o Ministério da Educação apresentou projeto de lei que instituiu o sistema de cotas.²⁸⁸

A terceira dimensão deste estudo traz exemplos de como as questões de afirmação de tal ou qual raça, categoria antes ressarcida, têm sido resignificadas e gerado conflitos que antes não existiam, mesmo quando se considera a presença de um racismo supostamente cordial entre brancos e negros no Brasil.

Um exemplo disto pode ser identificado numa série de procedimentos corruptos por parte de alguns candidatos. Casos como a da estudante negra que havia cursado todo o segundo grau em um cursinho de pré-vestibular considerado de ponta no ensino

²⁸⁶ Jornal O Dia. *Protesto no Centro contra sistema de cotas*. Editoria. Geral. 23-06-2004.

²⁸⁷ Jornal O Dia. *Nota zero*. Editoria: Geral. 24-06-2004.

²⁸⁸ Jornal Tribuna da Imprensa. *Estudantes protestam pedindo aprovação de cotas raciais*. Editoria: Nacional. 16-06-2004

fluminense e que se beneficiou das cotas raciais apesar do seu alto poder aquisitivo, foram recorrentes, sobretudo durante os dois primeiros anos de implantação da medida.

Num outro extremo, uma série de outras experiências de inclusão universitária não ganhou tanto destaque no debate embora tenham sido merecedoras de prêmios em outras instâncias.

Um estudo da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) apontou o ensino do Rio Grande do Sul como o melhor do país. O estado implementou um projeto pioneiro para o ingresso de alunos no ensino superior. A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) mantém, desde 1995, o Programa Especial de Ingresso no Ensino Superior (PEIS), que garante, aos estudantes participantes, 20% das vagas da universidade em todos os cursos, sem a necessidade de vestibular. O PEIS cobre 80% do território gaúcho, englobando 518 escolas de ensino médio, 70% das quais são públicas. São cerca de 16 mil professores e 160 mil alunos. Ingresso no programa é garantido por notas O ingresso no PEIS é garantido através das médias alcançadas pelos alunos durante três anos do exame anual de ensino médio (Enem). Preenchem as vagas os estudantes que obtiverem as melhores médias. Com a implantação do sistema, o ingresso de alunos das escolas públicas na universidade aumentou de 52% para 65%, diz Paulo Jorge Sarkis, reitor da UFSM. (...) A evasão escolar, que era de 38%, baixou para 19%, contra uma média de 30% no resto das universidades federais brasileiras. - Além de equidade de acesso, conseguimos garantir a permanência dos estudantes carentes na universidade, sem prejuízo da qualidade. (...) Para o reitor, o sistema de cotas proposto pelo governo pode beneficiar famílias de maior renda: - Todo o processo de cota é um atalho, buscando resultados aparentes sem combater as causas do problema. Além disso, é facilmente contornável, com as famílias de maior renda colocando seus filhos nas escolas públicas para facilitar seu acesso à universidade e complementando o preparo fora da escola - diz.²⁸⁹

Atualmente, no Brasil, 42% das vagas nas universidades estaduais e federais são preenchidas por estudantes vindos do ensino público. Dito desse modo, não parece um número tão pequeno. Ocorre que ele reflete apenas parcialmente a realidade. Grande parte desses alunos só conseguiu furar o bloqueio do vestibular porque optou por cursos pouco disputados. No caso de carreiras mais concorridas, como medicina e odontologia, o índice de aprovação de alunos egressos da rede pública cai drasticamente: é de apenas 15%. Um programa criado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul, mostra que esse quadro pode ser mudado com a adoção de medidas relativamente simples. Para aumentar as chances dos estudantes vindos da rede pública de brigar por uma vaga na universidade em condições mais próximas das daqueles que tiveram acesso ao ensino privado, a

²⁸⁹ Chico Oliveira. Jornal O Globo. Editoria: O País. *A cota não resolve as causas do problema*. 07-07-2004

universidade foi à raiz do problema: montou um programa destinado a melhorar a qualidade do ensino médio no estado. Os resultados têm sido extraordinários. Hoje, 66% dos estudantes da UFSM vieram do ensino público e 34% dos seus alunos de medicina (mais do que o dobro da média nacional) idem. "Passar num curso de medicina era um sonho distante para mim", diz Évelin Flach, de 18 anos.²⁹⁰

Batizado de Peies (Programa de Ingresso ao Ensino Superior), funciona da seguinte maneira: anualmente, a equipe da UFSM aplica exames para estudantes das três séries do ensino médio em 1 094 escolas. Com base na avaliação, produz um detalhado relatório ressaltando as deficiências de cada escola e elabora programas pedagógicos que, ministrados pelos professores da universidade aos professores das escolas públicas, têm como objetivo suprir as lacunas identificadas. Quando chega a época do vestibular, os alunos têm duas opções: prestar normalmente o vestibular (já com o reforço do programa) ou apresentar as notas obtidas nos exames aplicados pela UFSM. A universidade reserva 20% de suas vagas aos alunos que tiverem tido melhor desempenho nas provas. Nas palavras do mestrando em geografia Juliano Andres: "Os jovens da minha cidade agora podem ver na universidade um objetivo de vida"²⁹¹ O exemplo de Santa Maria funciona como uma alternativa concreta ao projeto de implantação de cotas destinadas às minorias nas universidades federais, que o MEC sonha ver sair do papel ainda neste ano. Ambos querem levar à universidade os menos favorecidos. O projeto oficial, no entanto, ao desprezar a defasagem de preparo entre cotistas e alunos regulares, acaba por prejudicar os segundos. Um estudo feito pela Universidade de São Paulo mostra que, caso o projeto federal seja colocado em prática, estudantes com notas até 40% mais altas do que a dos cotistas correm o risco de ficar de fora no processo de seleção.

²⁹⁰ Camila Pereira. Revista Veja. *Cota, sim, mas com mérito*. Editoria: Educação. 18-10- 2005.

²⁹¹ Idem.

O projeto de Santa Maria também reserva cotas – mas elas não são destinadas a nenhuma minoria, e sim àqueles que tiverem obtido boas notas nos exames aplicados pela UFSM. Ou seja: são os melhores alunos que entram na universidade. "O programa de Santa Maria optou pelo sistema meritocrático, ao contrário da proposta do MEC", diz Claudio de Moura Castro, especialista em educação superior e articulista de VEJA. Há ainda um outro aspecto em que o projeto gaúcho ganha do projeto do governo. O segundo aumenta as chances das universidades de absorver um grande número de estudantes despreparados, o que contribuiria para a queda do nível do ensino. No caso de Santa Maria, ocorre o contrário: com 60% a mais de estudantes vindos do ensino público do que a média nacional, ela figura entre as sete universidades com melhores resultados no Enade 2004 (Exame Nacional de Estudantes, do MEC). O programa gaúcho, diferentemente do programa do governo federal, oferece também moradia, vale-transporte e alimentação para os alunos mais pobres. Com isso, o índice de evasão na UFSM já é três vezes mais baixo do que no resto do país. "Não conseguiria me manter na universidade sem esse auxílio", diz Andiana Mumbach, 18 anos, aluna de música.²⁹²

Mas afinal, quem são os beneficiados pela adoção da política? Negros, brancos pobres, deficientes, idosos, ciganos, trabalhadores, marinheiros, bombeiros, filhos de policiais mortos em combate, imigrantes, nordestinos, mulheres....?

Identifica-se que no axioma *o justo é ajudar a quem sofre* o debate gira em torno da questão *quem é mais vítima?*

Apresentam-se aqui apenas alguns exemplos dos extremos que a proliferação de reivindicações e concessões alcançou, em curto espaço de tempo. Em outras minorias, segmentos menos privilegiados ou grupos merecedores de compensações e reparações por parte do poder público, como os bombeiros e filhos de policiais mortos em combate, não importa como e nem quem são esses “policiais”, são o destaque.

O chefe de Polícia Civil, Álvaro Lins, defendeu a inclusão de filhos de agentes mortos em serviço no sistema de cotas do vestibular da Uerj. A proposta foi feita durante encontro com a sub-reitora Raquel Villardi, que considerou justa a reivindicação. Órfãos de bombeiros e policiais militares também podem entrar na proposta.²⁹³

²⁹² Camila Pereira. Revista Veja. *Cota, sim, mas com mérito*. Editoria: Educação. Op.cit.

²⁹³ Jornal do Brasil. *Cotas para órfãos de agentes da polícia*. Editoria Cidade. 26-11-2005.

Discursos zombando a política frente suas ambigüidades, ações concretas por parte do governo federal, estados, municípios e sindicatos refletidas em cotas em concursos públicos, em programas de pós-graduação, nas forças armadas têm colocado em cena fatos inusitados.²⁹⁴ Não há como não citar a aprovação da lei que reserva um vagão exclusivo do metrô e trens do Estado do Rio de Janeiro somente para mulheres que não querem, a princípio, ser molestadas por homens com atitudes indesejadas, sobretudo na hora do *rush*. A medida já criou tumultos e já está sendo contestada judicialmente.

Outro exemplo, a Marinha foi obrigada a conceder cotas para homens em seus concursos, pois as mulheres estariam dominando as provas de uma tal maneira que foi preciso instituir cotas para que houvessem homens para trabalhar em determinados serviços e setores.

Os ciganos têm cobrado o mesmo tratamento conferido aos negros, reivindicando, ainda, o direito de falar em sua própria língua.²⁹⁵

O Brasil sabe quem é negro e quem não é. A sociedade brasileira tem dificuldade de fazer algo em benefício do negro. Quando não querem fazer, alegam não saber quem é afro-descendente. Ou alegam que sabem

²⁹⁴ Vale mencionar o artigo de Renato Lemos intitulado *O casamento e o sistema de cotas (de sacrifício)*. Segundo o jornalista, “os advogados que militam nas varas de família, bem mais práticos em seus diagnósticos que os psicanalistas, costumam dizer que a fórmula ideal para um casamento estável é o sistema de cotas. Cotas de sacrifício. Mais ou menos a mesma coisa que os pastores de algumas igrejas pentecostais dizem aos seus fiéis ao prometer o céu depois do inferno na Terra. Cotas. Como dizimos. Que seriam acumulados durante toda a vida para que o homem – ou a mulher, tanto fizesse quando e no que bem entendesse. Dizem também os advogados, mas à boca pequena, porque o truque lhes causa um prejuízo tremendo, que entre todas as cotas a mais valiosa é a cota da faxina. Uma faxina mensal é capaz de garantir bodas de ouro. (...) Um casamento que sobrevive às faxinas estará apto para tudo mais. A faxina é implacável. Mais até que o olhar crítico para a barriga do parceiro/a, a garrafa de água vazia deixada na geladeira ou a toalha molhada largada em cima da cama. (...) A faxina expõe nossas fraquezas e nossos segredos íntimos. E serve, antes de tudo, para sua finalidade básica: limpeza. Ou purificação. (...) Dizem que D. Mariza, na esperança de deixar o governo com cheirinho de limpo, outro dia se plantou diante de Luiz Inácio com um paninho na cabeça e dois litros de Veja Multiuso na mão. Mas o presidente coçou a barba e até hoje não decidiu o que fazer com tudo aquilo.” *Jornal O Globo*. Editoria, Caderno B. 08/09/2005.

²⁹⁵ Publicado na Coluna de Ancelmo Góis a informação de que há, no Brasil, cerca de 800 mil ciganos que, segundo Miriam Stanescun, líder cigana e integrante do Conselho Nacional de Direitos Humanos, “não são beneficiados por nada, enquanto minoria, como os negros.” *Jornal O Globo*. Editoria: Rio. 12 de março de 2006.

sim mas se questionam pó que só para o negro. Aí aparece uma fileira infinita de necessitados. Até cigano aparece nessa hora.²⁹⁶

Recentemente, o Ministro da Cultura Gilberto Gil, defendeu medidas descritas por ele como de ações afirmativas, por meio da criação de cotas para artistas que ele denominou “menos competitivos”, marginalizados pelo *jabá*, taxa cobrada pelas rádios para a divulgação das músicas. E declara: “(...) É necessária uma configuração justa para quem não tem condição de arcar com a prática do *jabá*”. Definitivamente cotas e justiça passaram a ser sinônimos no Brasil mesmo tendo o ministro ciência de que, em outros países, como nos EUA, de onde o *jabá* surgiu bem antes de aportar aqui ainda nos anos 70, a prática é punida por Lei.²⁹⁷

Se o músico desprestigiado sofre e o justo é ajudar a quem sofre, pode-se pensar, também, em socorrer caipiras, imigrantes, etc.

Em uma mesa intitulada “Exclusão social: fato e ficção”, mediada pelo Zuenir Ventura, o sociólogo José de Souza Martins, professor emérito da Universidade de São Paulo, foi taxativo: “As cotas são um álibi do governo para não fazer a verdadeira revolução educacional de que precisamos”. E ele, para exemplificar a distorção do método escolhido, perguntou: “Por que não se faz cotas para os caipiras brasileiros, tão explorados?”²⁹⁸

Não foram somente os negros que sofreram discriminação. Esta também se fez na pele dos imigrantes que no Brasil aportaram, principalmente no fim do século XIX, não importando a nacionalidade. Os italianos, que para aqui vieram nessa época, também foram moradores de senzala, no estado de São Paulo. E, na cidade do Rio de Janeiro, foram para os cortiços. Esses estrangeiros pegaram no pesado e ajudaram a construir este país, e, no entanto, seus descendentes não foram agraciados com cotas ou quaisquer prêmios. Lembrar só do negro e esquecer o branco que também não goza de tantos privilégios como se apregoa, é um descalabro.²⁹⁹

²⁹⁶ Jorge Eduardo Machado. Folha Dirigida. *Cotas de vagas para negros: uma discriminação oficializada*. Editoria: Educação. 28-07-2004.

²⁹⁷ Gilberto Gil. Ministro da Cultura e músico. Jornal O Globo. *As cotas e o jabá*. Editoria: Segundo Caderno. 16-04- 2006

²⁹⁸ Merval Pereira. *A inclusão perversa*. Jornal O Globo. Editoria: O País. 14-07-2004

²⁹⁹ Maria Lúcia Coutinho. RJ. Jornal O Globo. Editoria: Opinião. *Megazine*. 22-03-2005.

Sofrem também os índios, inclusive os que já se adaptaram totalmente ao modelo do branco, ou talvez por causa disto e a eles também se pleiteiam vagas nos cursos de pós-graduação.

Ricardo Boechat, em sua coluna de 27/06, informa que oito indígenas estão cursando mestrado em universidades brasileiras. Os defensores do sistema de quotas para negros, índios e outras raças não se sentem envergonhados por angariarem mordomias para grupos que simplesmente não se esforçam para alcançar o nível máximo daquilo a que se propuseram?³⁰⁰

A Universidade de São Paulo (USP) terá, em 2006, o primeiro mestrado do Brasil com cotas para negros ou indígenas, carentes e deficientes. A iniciativa foi da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, que já abriu inscrições para a pós-graduação em Direitos Humanos com foco na exclusão social. Dez das 30 vagas serão reservadas ao grupo. A USP tradicionalmente tem se posicionado contra políticas de cotas, existentes em várias universidades públicas do País. 'O curso foi aprovado no conselho de pós-graduação da São Francisco, sem objeção', disse um dos responsáveis pelo mestrado, o professor Fábio Konder Comparato.³⁰¹

Mestrado em Direitos Humanos terá também benefício a indígenas, deficientes e pessoas com baixa renda. A Faculdade de Direito da USP criou um curso de mestrado em que destina um terço das vagas a negros, indígenas, deficientes físicos ou candidatos com dificuldade socioeconômica. É a primeira vez que a universidade adota medida desse tipo, diz sua assessoria. Serão até 30 vagas para a pós-graduação em direitos humanos. O curso começa no ano que vem. As inscrições vão até sexta-feira. Deficientes físicos e candidatos com dificuldade socioeconômica deverão apresentar atestado médico ou declaração de renda. Negros e indígenas serão entrevistados por uma comissão de antropólogos. Desses inscritos, 30 serão pré-selecionados para disputar as vagas reservadas. Os preteridos disputarão pela lista sem a cota. A condição do candidato pesará na escolha desses 30: um concorrente negro, deficiente físico e de baixa renda terá prioridade na pré-seleção. Os critérios específicos ainda não foram definidos. A reserva de vaga é polêmica na USP, especialmente o termo "cota". Institucionalmente, a universidade diz que não oferece cotas por entender que o sistema desconsidera o mérito acadêmico ao privilegiar uma parcela da população com a concorrência menor. Por meio de assessoria, a pró-reitora de Pós-Graduação, Suely Vilela, afirmou que o sistema do mestrado não pode ser classificado como reserva de vagas, já que os candidatos passarão por todas as fases dos processos seletivos. "Não é cota nem reserva de vaga. É uma ação afirmativa", diz Ignácio Maria Poveda Velasco, presidente da pós-graduação da faculdade. Coordenador do mestrado, Comparato diverge. "É, sim, um sistema de

³⁰⁰ Wanderley Jorge Bueno. *Jornal do Brasil*. Cotas. Editoria Opinião. 28-06-2004.

³⁰¹ Renato Cafardo. *Jornal Estado de São Paulo*. *Direito da USP terá cotas em mestrado* Editoria: Vida & tal. 27- 07-2005.

cotas." Marchi, diretor da Faculdade de Direito, defende a reserva de vagas. "Mas sou voz minoritária na USP."³⁰²

Há, também, algumas universidades que já começaram a adotar uma política de cotas para professores negros nas Universidades:

A Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat), aprovou, por unanimidade, a proposta de destinar 5% das vagas a candidatos que se declarem negros ou pardos no concurso para docente. A medida pode ser estendida, pois o MEC estuda implementá-la nas universidades federais. Segundo o professor Paulo Alberto dos Santos Vieira, coordenador do NEGRA (Núcleo de Estudos sobre Educação, Gênero, Raça e Austeridade da Unemat – Se há tão poucos estudantes, imagina o número de professores – avalia.³⁰³

Ajudar a quem sofre passou a ser ganho político de campanha e, mesmo, objeto de inclusão, sobretudo, no mercado de trabalho, público e privado.

Foi com orgulho que, visando colaborar para o resgate das desigualdades sociais e raciais no Brasil, e em especial no Rio, que aprovei, com o apoio da maioria dos vereadores, projeto que reserva 15% das vagas em concursos públicos no âmbito da administração municipal aos afro-descendentes. A causa da igualdade e da isonomia de oportunidades foi colocada na nossa Carta Maior de 1988, que faz do racismo crime inafiançável e imprescritível, demonstrando que o preconceito racial ainda subsiste em nossa sociedade.³⁰⁴

Depois da cota para alunos negros nas universidades, grandes categorias de trabalhadores querem incluir esse sistema na contratação de funcionários da indústria e do comércio. A reserva de vagas para afrodescendentes ou não brancos entra na pauta de negociações de campanhas salariais dos comerciários e metalúrgicos, ao lado de reivindicações de aumento real, participação nos lucros e redução de jornada. O Sindicato dos Comerciários de São Paulo, representante de 400 mil trabalhadores no Estado, quer que 30% das novas vagas sejam preenchidas por funcionários não brancos. No fim do ano passado, a reivindicação foi aceita por grandes redes de supermercados, que empregam cerca de 100 mil pessoas. Este ano, a entidade quer estender o acordo para os demais segmentos do comércio, incluindo *shopping centers*. "Nos shoppings, no máximo 1% dos funcionários é de negros e essa participação precisa ser ampliada, pois cerca de 30% da população

³⁰² Fábio Takahashi. Folha de São Paulo. *USP cria curso de pós com reserva de vagas para negros*. Editoria: Folha Cotidiano. 27-07-2005.

³⁰³ Fernanda Bassette e Fábio Takahashi. Jornal Folha de São Paulo – *Universidade quer cota para professor negro*. Editoria: Caderno Mais. 22-09-2005.

³⁰⁴ Mario Del Rei, Vereador do Rio (PMDB) Jornal O Dia. Debate: *Cotas em concursos públicos*. Editoria. Opinião. 21-05-2004

da cidade de São Paulo são negros", afirma Ricardo Patah, presidente do sindicato, que é ligado à Força Sindical.³⁰⁵

Os centros de empregos da Prefeitura do Rio terão sistema de cotas. Oferecerão vagas só para negros, ex-alunos de escolas públicas e deficientes.³⁰⁶

E como todo o sofredor, o idoso também precisa de ajuda. É justo que possa também ser contemplado? Ma se o justo é ajudar a quem sofre, não seria um descabro o simples questionamento acerca dos direitos do idoso numa sociedade que o discrimina historicamente?

Depois da reserva de vagas para alunos vindos da rede pública, negros, índios e pessoas com deficiência, uma nova polêmica começa a rondar as universidades estaduais. A Assembléia Legislativa começou a discutir ontem um projeto de lei, de autoria do deputado Coronel Jairo (PSC), que assegura aos maiores de 60 anos o ingresso automático na Uerj e na Uenf, sem a necessidade de prestar vestibular. A proposta foi a plenário, mas recebeu duas emendas e será analisada novamente em quatro comissões da Casa.³⁰⁷

E chega-se a extremos. Um sem fim de concessões e outras medidas que fogem da realidade cotidiana de qualquer universidade pública, independentemente de cotas.

Foi derrubado na Assembléia Legislativa (Alerj), nesta terça-feira, o veto do Executivo ao Projeto de Lei 2495/2001, que determina a gratuidade de material didático para alunos cotistas. Durante a votação, 44 deputados aprovaram o projeto. Houve uma abstenção e ninguém votou a favor do veto. Com esse resultado, o projeto foi automaticamente sancionado e publicado. O estado ainda pode entrar na Justiça para questionar sua validade. De autoria do deputado estadual Paulo Ramos (PDT) e do ex-deputado estadual Sérgio Cabral (hoje senador), o projeto determina que o governo do estado forneça aos alunos aprovados em universidades públicas estaduais, oriundos de escolas públicas, todo o material didático, inclusive livros, exigidos no desenvolvimento do curso.³⁰⁸

³⁰⁵ Cleide Silva. Jornal Estado de São Paulo. *Sindicatos pedem cotas para negros*. Editoria: Economia. 29-07-2005

³⁰⁶ Jornal O Dia. Editoria: Informe do Dia. 10-08-2005.

³⁰⁷ Rubem Bento. Jornal O Globo. *Projeto prevê vaga para idoso em universidade*. Editoria: Rio. 10-11-2005.

³⁰⁸ Dimmi Amora. Jornal O Globo (on line). *Cotistas das universidades estaduais do Rio receberão livros gratuitamente*. 03-08- 2005.

Uma boa notícia para os estudantes cotistas da Uerj e da Uenf. Nesta sexta-feira, dia 5, foi publicado no Diário Oficial um projeto de lei que altera a legislação anterior sobre a isenção do pagamento de passagem nos ônibus, acrescentando na lista de beneficiados pela gratuidade os alunos da rede pública estadual de ensino superior.³⁰⁹

Pode-se, ainda, pensar em definir uma “virada de gênero” em que as mulheres passam a estar no topo da pirâmide de poder e privilégio na sociedade patriarcal. O fato é que o destaque cada vez mais recorrente das mulheres, historicamente discriminadas, passou a exigir do poder público medidas afirmativas de proteção aos homens, fragilizados, coitados, diante dessa nova realidade.

Cotas para homens, o novo debate nos EUA. Universidades americanas fazem ação afirmativa para evitar que as salas de aula sejam dominadas por mulheres. “A realidade é que os homens são mais raros e, por isso, eles são candidatos mais valiosos”, diz a diretora da faculdade no artigo, contando que os professores são mais benevolentes com o sexo masculino visando facilitar a entrada deles nas universidades” se os critérios fossem igualmente rigorosos para os dois sexos, a maioria dos campus teria 60% de mulheres porque as candidatas são mais numerosas, mais bem preparadas e com projetos de estudos mais interessantes. Segundo Jennifer, esta é a realidade em dois terços das faculdades americanas e as cotas para homens são um recurso usado para manter a paridade entre os sexos os campus. Os administradores desses conglomerados educacionais, dizem, as portas fechadas, que a superpopulação feminina tornaria desinteressante a vida no campus.(...) “Eu estarei mandando cartas esta semana para pôr na lista de espera ou rejeitar cerca de 3.000 estudantes. Infelizmente a maioria vai ser de mulheres.” A franqueza da diretora deixou furiosos pais, alunos organizações feministas e educadores. A polêmica explodiu exatamente no momento em que as universidades estarão respondendo às candidaturas dos alunos aos cursos de graduação e de pós-graduação, época de grande estresse nas famílias americanas. “Agora, quando receber a carta de admissão na faculdade, os alunos homens vão ter de se perguntar se são apenas um rosto bonito ou têm capacidades intelectuais”, debocha John Tierney, um colunista o New York Times.³¹⁰

Mas há também um contraponto em que a reserva de vagas é concedida a mulheres.

O sistema de cotas da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) é inédito: a instituição reserva 20% de suas 2.652 vagas para quem se

³⁰⁹ Roberta Fernandes. Folha Dirigida. *No Rio, projeto propõe passe livre para cotistas*. Editoria: educação. 05-08-2005.

³¹⁰ Jornal O Globo, Editoria: O Mundo. 02-04- 2005.

autodeclara negro e é carente. Só que existe uma subcota para mulheres: 60% das vagas reservadas devem ser preenchidas por mulheres negras e carentes. — Criamos a cota por gênero porque havia dificuldade de acesso para as mulheres — diz a reitora, Ana Dayse Rezende Dorea. Segundo Ana, o sistema de cotas foi instituído pelo Conselho Universitário da instituição em 2004, depois de amplo debate com a sociedade. A UFAL não reserva vagas para alunos de escolas públicas, deficientes e índios. No caso dos negros, eles têm que comprovar que são carentes, mas não há limitador de renda. De acordo com Ana, a previsão é de que o sistema fique em vigor por dez anos. Só então a universidade avaliará se deverá ser mantido ou não.³¹¹

Quando se analisa a questão das cotas por meio de novos operadores, percebe-se um processo de responsabilização constante e sem fim, desde a falta de futuro dos segmentos menos favorecidos até a falta de infra-estrutura, material, financeira e cultural que circunda tanto o ensino quanto os cotistas etc,

Pode-se, então, inferir que a contemporaneidade parece estar se movendo num domínio de uma “supra-moral” em que não há mais certo ou errado, justo ou injusto posto que se pode observar uma paulatina transferência das conseqüências das ações dos homens frente ao seu destino. Trata-se de uma feição da presentificação, uma das hipóteses de análise deste estudo. Ações desejadas ou indesejadas são atreladas às noções de autocontrole e a questão moral parece agora se concentrar exatamente naquele que perde o controle, naquele que perde a oportunidade ou naquele que nega ajuda, outra parte da responsabilização.

O sociólogo U. Beck³¹² traçando um diagnóstico sobre a contemporaneidade aponta algumas questões elucidativas para esse trabalho. Para o autor, o processo intenso de individualização em curso na contemporaneidade pode ser identificado em diferentes instâncias de crise, como a crise das relações de trabalho, a crise da família nuclear ou mesmo a própria crise da ciência e da razão, gerando, com isso, outros tipo

³¹¹ Jornal O Globo. *Tudo o que você queria saber sobre as cotas*. Editoria: Megazine. 21/02/05.

³¹² Cf. Beck, U. *Risk Society : towards a new modernity*. Londres: Sage,1992.

de “causa pública”. Mais uma vez, as políticas afirmativas seriam emblemáticas dessa tendência.

Ou seja, parece estar havendo uma mudança na justiça ou na lógica da distribuição, mais especificamente, na lógica como a questão igualdade vem sendo trabalhada nas causas sociais. E esse parece ser o ponto central dessa análise. Em síntese, a modernidade trabalharia com a idéia de distribuição de bens calçada nos conflitos sociais. Já a modernidade tardia ou reflexiva parece se movimentar a partir do conceito de distribuição de “mazelas”, ou seja, de distribuição de riscos. É sobre esse novo enfoque, que argumento, está fundamentada parte dos discursos e das ações das políticas afirmativas.

Paralelamente, o tema da reparação é constante e a vitimização de determinados segmentos é utilizada como estratégia de *marketing* de uma forma cada vez mais assustadora. Projetos de cunho afirmativo movimentam milhões e revelam como o sofrimento do outro passa a ser, cada vez mais, produzido e consumido como uma mercadoria qualquer.

Essa perspectiva, com pouco espaço na mídia e uma grande rejeição acadêmica, posto que não se pretende, *a priori*, politicamente correta, identifica por meio de diferentes linguagens que tanto o aparelhamento do Estado nessas questões quanto o financiamento abusivo das ONGs em causas ditas “sociais” podem indicar a criação de situações paliativas e populistas que parecem revelar, apenas, o adiamento constante de decisões ou mudanças conjunturais e mesmo representar distorções e desvios do dinheiro público, utilizando-se do sofrimento do outro como mercado e como estratégia de captação de recursos que de fato não irão beneficiar a população menos favorecida ou as chamadas minorias.

É sobre esse processo de vitimização que este estudo segue seu curso.

II - SEGUNDA DIMENSÃO – Políticas da Piedade ou... *a estultice dos compassivos*

Ai de nós! Onde se viram maiores estultices, no mundo, do que entre os compassivos? E o que mais causou sofrimentos, no mundo, do que a estultice dos compassivos? Ai todos os que amam e ainda não atingiram uma altura acima da sua compaixão! Certa vez, assim falou-me o Diabo: Também Deus tem o seu inferno: e é o seu amor pelos homens. E, recentemente, ouvi-o dizer estas palavras: Deus está morto; morreu de sua compaixão pelos homens.³¹³

2.1 – Política de cotas e a moral ressentida

Grande parte dos discursos acerca da adoção da política de cotas, no bojo das políticas de ação afirmativa, remete, direta ou indiretamente, ao reconhecimento de uma dívida histórica para com os “excluídos”, estes cristalizados nas representações de minorias étnicas, de gênero ou de classe.

Constata-se um profundo sentimento de culpa para com estes segmentos e a necessidade moral de reparar os “erros” do passado e suas conseqüências, por meio, sobretudo, de políticas de cunho compensatório.

Todavia, pouco se discute acerca das bases em que se fundamenta essa “culpa ancestral” e bem como do círculo vicioso que ela determina. Tampouco se reflete acerca de quais grupos ou instâncias sociais se beneficiam com a manutenção desse sentimento de culpa. Pouco se questiona até que ponto as políticas compensatórias não estariam na base de um sistema ideológico que tem como fundamento a produção constante de um outro a ser excluído, alívio sistêmico de seu próprio fluxo, para exatamente cumprir, em seguida, a tarefa de “incluir”, “aceitar”, “tolerar”.

Por outro lado, estas mesmas políticas compensatórias podem ser entendidas como uma das expressões do complexo processo de presentificação que vivencia a contemporaneidade, posto que remete tanto às dívidas do passado quanto porta a potência de agir sobre o futuro, criando novas possibilidades antes não colocadas. As

³¹³ Nietzsche. F. Assim Falou Zarathustra. Op.cit.,p.117.

duas dimensões andam juntas e se adensam. Passado e futuro, presentificam-se. O passado passa a ser visto como um visitante indesejado, um cobrador de dívidas que não podem ser pagas. O futuro emerge mais que nunca como promessa de liberdade e de felicidade. Todavia, nesse tempo futuro, não há mais espera, como na utopia. Há a urgência do agora. O sonho deixa de ser sonho e passa a ser possibilidade. Com as políticas compensatórias, o jovem negro e carente, as minorias em geral, agora podem se dar ao luxo de sonhar, diz o discurso do leitor: “a cota estimulou-os a disputar. Aumentou a esperança de sucesso dos estudantes negros.”³¹⁴

Diversos estudos, alguns elencados aqui, indicam que a mídia tem capturado de forma cada vez mais contundente, a gama de sentimentos que essa culpa produz, resignificando-os como objetos a serem consumidos com a urgência do tempo presente, identificando-os e atrelando-os a ações e soluções que supostamente reparariam toda a sorte de injustiças.

Pode-se comprar desde cartões da UNICEF³¹⁵, colaborar com a campanha do agasalho, abraçar uma árvore na Lagoa Rodrigo de Freitas, ou, mesmo, ser favorável à adoção de políticas compensatórias. O sentimento de realizar atos considerados “bons” traz alívio e pode ajudar a compor um quadro em que cada um é responsável por si mesmo, por tudo e por todos. Diante de tantos erros históricos, de tanta desigualdade e de tanta destruição, conseqüências de ações equivocadas no passado, o que pode ser feito agora, e com urgência, está no domínio da compensação ou da reparação. Depende tanto de ações enérgicas por parte do Estado quanto de ações solidárias por parte dos indivíduos. A idéia é acabar ou reduzir diferentes tipos de sofrimentos causados, a princípio, pela desigualdade, desde a baixa auto-estima até os baixos salários.

Parte desta “dívida” pode, no entanto, estar se transformando em ressentimento.

³¹⁴ Miriam Leitão. *Jornal O Globo. Ousar mudar*. Editoria: Economia. 18-07- 2004.

³¹⁵ Fundo das Nações Unidas para a Infância, criado em 1946 durante a primeira sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

A recente propaganda da Unesco, inicialmente, teria como finalidade apontar para a importância de oferecer uma educação de qualidade e “escrever uma história diferente”.³¹⁶ Mas a propaganda é, no mínimo, ambígua. Apresenta uma mão negra com um anel de “doutor” e um braço branco “algemado”. Indica-se, assim, a “história diferente” que se almeja escrever? Que idéia se sustenta por meio dessa imagem invertida – oposta ao que se costuma representar (um braço negro preso e uma mão branca com anel de doutor)? A idéia da igualdade, ou da punição, do ressentimento? Será que a propaganda não indicaria que os “brancos” têm que sofrer como os negros sofreram no passado?



Questiona-se se esse tipo de discurso não estaria na base de um violento processo em que os “oprimidos” de ontem não têm, de fato, a esperança de serem revertida uma

³¹⁶ Revista Veja. Editora Abril Cultural, 21 de junho 2006.

situação desigual a qual foram submetidos no passado e que estariam na base das desigualdades atuais. Mesmo com todas as ações afirmativas em curso, a desesperança faz com que a única revanche possível seja esperar que “eles” sofram como “eles” sofreram ou ainda sofrem hoje em dia. Essa é, na verdade, uma vingança sem perspectiva nenhuma, ou pior, com uma perspectiva de acirramento das tensões. O curioso é constatar que “eles”, sofrendores do passado ou do futuro, no presente, tornam-se um só.

E as revanches continuam. A mesma revista semanal traz, por exemplo, uma reportagem que relata a intenção de um promotor de justiça da Bahia de obrigar a novela da Rede Globo de Televisão *Sinhá Moça*³¹⁷ a mudar o seu enfoque da história da escravidão.³¹⁸

Em uma audiência pública, cercada de estudiosos e representantes do movimento negro, buscou-se reunir elementos de indicação de racismo na trama das 18 horas da emissora. Para o promotor, a novela transmitiria “uma idéia de inferiorização da raça ao apresentar cenas de extrema humilhação física e moral de homens, mulheres e crianças negras”³¹⁹ – como se, de fato, esta não tivesse sido, infelizmente, grande parte da realidade vivida pelos negros, escravos, de então. A abordagem da trama incomodou o promotor, que declarou, no entanto, ter assistido poucas vezes a novela. “Como cidadão negro, agrediu-me ver a escravidão reduzida a pano de fundo de um romance com uma heroína branca” – diz ele. Aí estaria, de fato, o problema? A heroína branca? E sua crítica ao enredo continua na acusação de que a trama representaria o escravo negro como passivo e devedor de sua liberdade aos “brancos” abolicionistas. A intenção do promotor é fazer com que a Rede Globo faça “correções” na história. Apesar de a obra

³¹⁷ Marcelo Marthe. Revista *Veja Novela no Pelourinho*. 21 de junho de 2006, p. 120-121.

³¹⁸ Refilmagem de 1986 do noveleiro Benedito Rui Barbosa, que trata da luta abolicionista no século XIX.

³¹⁹ Marcelo Marthe. Revista *Veja Novela no Pelourinho*. Op.cit,p.121

ser eminentemente de ficção, o promotor buscou a ajuda de historiadores para fazer uma perícia na novela, ainda que seja claro, para a comunidade acadêmica, que não há consenso acerca dos inúmeros aspectos que envolvem o processo da escravidão. O professor de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Manolo Florentino, pesquisador do tema, faz ressalvas importantes e que ajudam a consubstanciar este estudo. Diz ele:

O século XIX transformou o comércio negreiro em excrescência. Mas o racismo – um de seus pilares – teria de esperar o pós-45 para ver-se alçado à condição de crime contra a humanidade. O motivo é simples: o combate sem trégua ao tráfico de escravos não procedeu à integral separação entre raça e cultura, razão pela qual muitas vertentes abolicionistas amaldiçoavam a compra e venda de pessoas e, simultaneamente, insistiam na inferiorização do negro. (...) Algo dessa paradoxal tensão *oitocentista* ainda viceja no imaginário do homem contemporâneo, sobretudo quando reduz o tráfico negreiro à condição de problema exclusivamente americano. Semelhante movimento pode até apaziguá-lo ante a crescente demanda por correção política, mas infantiliza o negro e banaliza o drama humano. (...) A escravidão é tão extensiva no tempo que, se a moda pega, caberia à humanidade pedir perdão simplesmente por existir. (...) Tudo isso impede aceitar que perdões e demandas por reparação constituam meros equívocos circenses. Eles são, ao invés, lamentáveis signos de que os consensos culturais resultam mais da repetição do que da qualidade dos argumentos. Todo o projeto iluminista está fadado a acompanhar a infundável procissão de fantasmas ébrios à qual aludiu um dia Machado de Assis.³²⁰

³²⁰ Manolo Florentino. Jornal Folha de São Paulo. *A infantilização do negro* Editoria: Caderno Mais. 03 de julho de 2005. O historiador acrescenta que dentre outros exemplos, “o comércio negreiro amalgama uma longuíssima duração, escala planetária – interagiu com todos os continentes, à exceção da Oceania – e volume jamais alcançado por outra migração compulsória. Registros fiscais e cronistas mulçumanos compulsados por Roger Austen indicam que 9,4 milhões de desafortunados, originários sobretudo do Sahel e da savana, adentraram o Saara rumo aos mercados mediterrâneos entre os anos 650 e 1900. Um exército de escravos brancos venceu Luís 9º na Sétima Cruzada, prova da existência de tráfico de sentido inverso, inclusive da Europa para a África. Outro historiador norte-americano, Patrick Manning, estima em 3 milhões o número de africanos exportados através do Mar Vermelho entre 800 e 1890, destinados, principalmente, à península Arábica e ao Oriente Médio. (...) E mais: argumentar que o enraizamento do escravismo derivava da abundância de terras livres ou da exigüidade demográfica é algo que não resiste à detecção do uso maciço de cativos em fronteiras agrícolas fechadas bem como em áreas densamente povoadas da África pré-colonial. Razão parece ter o norte-americano John Thornton, para quem foi a hipertrofia de instituições corporativas – como a família, o clã e o próprio Estado – o que transformou a posse de escravos no meio mais eficiente e legítimo enriquecimento individual africano. É também essa a explicação mais plausível para a perseverança do cativo em países como Mauritânia, Mali, Sudão, Camarões e Nigéria, celeiros, hoje, de desgraçados de todas as idades – sabe-se que, no Níger, um único homem detém pelo menos 7.000 escravos; no Chade, pode-se alugar uma criança pelo equivalente a US\$8 mensais”.

O jornalista Marcelo Marthe, responsável pela matéria, alerta para o fato de que a tentativa de mudar a história “por meio de um processo legal, no entanto, é de uma infelicidade impar. Trata-se de uma daquelas asneiras de inspiração politicamente correta³²¹ que acabam se avizinhandando do autoritarismo” – diz ele.³²²

Marthe alerta para outro dado importante. “ A última vez em que a escravidão mobilizou a censura foi durante a ditadura militar. O alvo da ocasião foi a novela *Escrava Isaura*. O regime achava o assunto incômodo.”³²³

Na época, o governo militar obrigou o autor, Gilberto Braga, a evitar o termo “escravo”, nos *scripts* da novela. Tudo indica que se caminha para um rumo parecido, posto que além de *Sinhá Moça*, o promotor tem outras miras. A mais nova novela das 19 horas da mesma emissora, *Cobras & Lagartos*, tem um protagonista negro, o “Foguinho”, interpretado pelo ator negro Lázaro Ramos. O mesmo promotor já prepara uma ação na qual alega serem humilhantes as situações engraçadas vividas pelo personagem.³²⁴

O contexto parece, assim, caminhar para um acirramento das tensões e das divisões entre os diferentes grupos étnicos, marcados e identificados, anteriormente, pela miscigenação que compõem grande parte da população brasileira. Ainda que todos concordem que há inúmeras discrepâncias sociais, econômicas e culturais entre pobres e ricos no Brasil, o caminho encontrado para superá-las parece apontar para a vitimização

³²¹ Pode-se citar como exemplo a Cartilha “ Politicamente Correto” , criada pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos e que contém 96 expressões consideradas pejorativas e discriminatórias contra as mulheres, os negros, os homossexuais e os portadores de deficiência física, entre outros grupos sociais. A cartilha incluía uma lista de palavras que deveriam ser evitadas no dia-a-dia, como sapatão, veado, urco, barbeiro, beata, palhaça, baianada, baitola, gilete, louco e negro. Condena, também, expressões como “ mulher no volante perigo constante”, “preto de alma branca”, “ a coisa ficou preta” e farinha do mesmo saco”. Todavia, o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, determinou a suspensão da circulação da cartilha e propôs a realização de um seminário para debater o conteúdo da cartilha e discutir a relação entre linguagem e discriminação. Evandro Éboli. *Jornal o Globo. Comitê de Direitos Humanos tira de circulação a cartilha “ Politicamente Correto”*. Editoria: O País. 06-07-2005.

³²² Marcelo Marthe. *Revista Veja Novela no Pelourinho*. Op.cit,p.121

³²³ Ibidem, p.121.

³²⁴ Ibidem, p.121.

dos grupos minoritários, entendidos como sofredores em potencial, a culpabilização de um “passado branco”, a necessidade urgente de reparação por meio de políticas compensatórias e a crescente produção de ressentimentos.

Ao discutir os conceitos “Culpa”, “má consciência e coisas afins”, o filósofo alemão Friedrich Nietzsche traz uma reflexão importante para o questionamento daquilo que se considera justiça e conseqüente produção de ressentimento, no apanágio social moderno.³²⁵

Agora uma palavra negativa sobre as tentativas recentes de buscar a origem da justiça num terreno bem diverso – o do ressentimento. Antes direi no ouvido dos psicólogos, supondo que desejem algum dia estudar de perto o ressentimento: hoje esta planta floresce do modo mais esplêndido entre os anarquistas e anti-semitas, aliás onde sempre floresceu, na sombra, como a violeta, embora com outro cheiro. E como do que é igual sempre brotarão iguais, não surpreende ver surgir, precisamente desses círculos, tentativas como já houve bastantes de sacralizar a vingança sob o nome da *justiça* – como se no fundo a justiça fosse apenas uma evolução do sentimento de estar-ferido – e depois promover, com a *vingança*, todos os afetos *reativos*.³²⁶

2.2 – Da dívida como culpa e do sofrimento como substrato : Nietzsche e o eterno retorno dionisíaco

O pensamento de Nietzsche consubstancia e ajuda a refletir sobre o quadro de culpabilização, sofrimento e reparação exposto acima.

Mas aqui vale uma consideração. Utilizar-se do vigor do pensamento nietzschiano num contexto conturbado e errático como este, pode ocasionar, muitas vezes, uma redução da complexidade de sua obra. Passado mais de um século do qual o corpo de seu pensamento se constituiu, há de se atentar para o contexto em que sua filosofia se inseria, ainda que a atualidade de suas idéias, por vezes assuste e coloque o filósofo num lugar que ele mesmo conferiu ao seu pensamento e obra – num além-tempo. Nietzsche possuía a clara convicção de que escrevia para poucos, e, sobretudo,

³²⁵ Cf. Nietzsche, F. *Genealogia da Moral. Uma polêmica*. Tradução, Notas e Posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª reimpressão, 1999.

³²⁶ Cf. Nietzsche, F. *Genealogia da Moral. Uma polêmica*. Op.cit, p.62.

para além de seu tempo. O comentador da obra de Nietzsche, Giacóia Junior destaca em um artigo, trechos em que o filósofo fala sobre si : “(...) o que eu narro é a história dos próximos dois séculos, descrevo aquilo que vem, o que não pode vir de outra maneira.” Outras afirmações do filósofo também expressam esse mesmo sentimento: “ (...) alguns de nós nascem póstumos” ou “ (...) eu não sou um ser humano, sou um dinamite.” “(...) tenho um medo horrível que um dia me proclamem santo.”³²⁷

Longe de entendê-lo como santo, com Nietzsche pretende-se, pois, *aprender a pensar*, engatinhando, primeiro, para depois, passo a passo, *pensar-com* e correr os riscos de representar apenas uma vã possibilidade de compartilhamento da beleza e da astúcia de seu radical e eterno pensamento.

Desde a conhecida Comuna de Paris, em março de 1871, momento fundamental para o acirramento das suas posições políticas, Nietzsche ficou conhecido como, supostamente, um pensador “anti-democrata” ou “anti-socialista”. No entanto, sua obra foi uma profunda e radical manifestação intelectual contra as grandes cartas e documentos que se posicionaram pela igualdade e pela liberdade. Ele se tornaria a principal base da distinção de sua geração, influenciando, até os dias de hoje, estudos e pesquisas que desafiam um outro olhar sobre a questão da igualdade e discutem a possibilidade de uma filosofia da diferença. O que Nietzsche defendia sob o ponto de vista político e ideológico, poderia ser considerado como uma “contra-utopia”, pois a sociedade que ele imaginou estaria despida da moral comum.

É precisamente o ataque de Nietzsche contra a ética e a moral cristã, fundamentalmente exposta na conhecida obra *A Genealogia da Moral* (1887), que trouxe as bases das posições que irão lhe acompanhar por toda a sua obra.

³²⁷ Cf. Giacóia Junior, O. Jornal O Globo. O Além Homem. *A atualidade de quem denunciou o homem rebanho*. Editoria: Prosa & Verso. 12-08-2002.

“ – Alguém quer descer o olhar sobre o segredo de como se fabricam ideais na terra? Quem tem a coragem para isso?...” – desafiava o filósofo.³²⁸ A esse “segredo” chamaria de “problema silencioso” posto que se dirigia a bem poucos ouvidos.³²⁹

Neste livro, composto por três dissertações³³⁰, *Bom e Mau, bom e ruim; Culpa, má consciência e coisas afins* e *O que significam ideais acéticos?*³³¹, o autor sustenta, entre outras coisas, que a religião seria como um “platonismo para o povo” ou um “platonismo dos escravos” e que o cristianismo criara um doentio moralismo que “ensinara” o homem a envergonhar-se de todos os seus instintos. Ampliando sua crítica, sustentou a tese do cristianismo como uma doença maligna que havia atacado o Império Romano com a ajuda da “mentira da igualdade das almas”, e, como alternativa, os homens deveriam buscar valores que transcendessem a moral convencional divulgada por ele.

As três palavras de pompa do ideal ascético seriam – humildade, pobreza e castidade! – disse o filósofo,³³² que tece complicada trama de exemplos e representações para dar conta de responder à pergunta – “*O que significam então os*

³²⁸ Cf. Nietzsche, F. *Genealogia da Moral. Uma polêmica*. Op.cit,p.37.

³²⁹ Ibidem, p.21.

³³⁰ Em *Ecce homo*, de 1888, Nietzsche sintetizou a Genealogia como um de seus mais inquietantes estudos. “A verdade da primeira dissertação é a psicologia do cristianismo: o nascimento do cristianismo, do espírito do ressentimento, não, com se crê, do espírito – um anti-movimento em sua essência, a grande revolta contra a dominação dos valores nobres. A segunda dissertação oferece a psicologia da consciência: esta não é, como se crê, a voz de Deus no homem – é o instinto de crueldade que se volta para trás, quando já não se pode se descarregar para fora. A crueldade pela primeira vez revelada como um dos mais antigos e indelévels substratos da cultura. A terceira dissertação dá a resposta à questão de onde procede o tremendo ideal ascético, do ideal sacerdotal, embora ele seja o ideal nocivo por excelência, uma vontade de fim, um ideal de *décadence*. (...) Três decisivos trabalhos de um psicólogo, preliminares a uma transvaloração de todos os valores.”

³³¹ Com base em N. ABBAGNANO (1970) a palavra ascese significa propriamente exercício e, originalmente, indicou treinamento dos atletas e suas regras de vida. Com os Pitagóricos, Cínicos e Estóicos, (VI a.c) a palavra começou a aplicar-se à vida moral enquanto realização da virtude que implica limitação dos desejos e renúncia. O sentido de renúncia e mortificação tornou-se, a partir daí, predominante.

³³² Cf. Nietzsche, F. *Genealogia da Moral. Uma polêmica*. Op.cit, p.98.

ideais ascéticos?”³³³ Segundo ele, “o ideal ascético nasce do instinto de cura e de proteção de uma vida que degenera.”³³⁴

O asceta trata a vida como um caminho errado, que se deve enfim desandar até o ponto onde começa; ou como um erro que se refuta – que se *deve* refutar com a ação: pois ele exige que se vá com ele, e impõe, onde pode, a sua valoração da existência. Que significa isso? Um tal monstruoso modo de valor não se acha inscrito como exceção e curiosidade na história do homem: é um dos fatos mais difundidos e duradouros que existem. Lida de um astro distante, a escrita maiúscula de nossa existência terrestre levaria talvez à conclusão de que a terra é a estrela ascética por excelência, um canto de criaturas descontentes, arrogantes e repulsivas, que jamais se livram de um profundo desgosto de si, da terra, de toda a vida, e que a si mesmas infligem o máximo de dor possível, por prazer de infligir dor – provavelmente o seu único prazer.³³⁵

O filósofo entendia a moral e os costumes como tendo sido criados a partir da tradição judaico-cristã. A moral teria a tarefa de cercear a capacidade criativa do homem, como um dispositivo que impediria a sua liberdade.

A moral nietzschiana, também chamada de moral sadia, pois afirma o homem e a vida, é, segundo Machado, “uma ética do bom e do mau considerados como tipos históricos, como valores imanentes, como modos de ser das forças vitais que definem o homem por sua potência, pelo que pode ser”.³³⁶

Nietzsche distinguiu dois tipos de moral: a dos nobres e a dos escravos. A primeira seria criadora de valores realmente afirmadores da vida e enobrecedora do homem. A segunda é a moral que impera no mundo e que foi estabelecida a partir de fundamentos, de um lado, judaico-cristãos e de outro, da metafísica.³³⁷

³³³ Cf. Nietzsche, F. *Genealogia da Moral. Uma polêmica*. Op.cit, p.91.

³³⁴ Ibidem, p.109.

³³⁵ Ibidem, p. 106- 07.

³³⁶ Cf. Machado, Roberto. *Nietzsche e a Verdade*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco.1985, p69.

³³⁷ Apesar das inúmeras referências a *Genealogia da Moral* como obra de origem dessas categorias, o próprio filósofo indica, nessa mesma obra, que a origem de suas indagações sobre os “nossos preconceitos morais” encontram-se, ainda que provisoriamente, esboçados em *Humano, demasiado Humano. Um livro para os espíritos livres* (parágrafo 45 e vol. II,89 e §96,99,136), em *Aurora*(§112) e em *O andarilho* (§22,26,33).

Mas importa aqui destacar que, para o filósofo, interessava menos, em seu percurso de investigação, dissertar sobre a origem da moral³³⁸. “Isso me interessava apenas com vistas a um fim para o qual era um meio entre muitos”, dizia ele.³³⁹ Interessava-lhe, sobretudo e fundamentalmente, conhecer o valor da moral. Todavia, o que ele propunha era uma crítica dos valores morais, alertando para o fato de que “tomava-se o valor desses valores como dado, como efetivo, como além de qualquer questionamento”; até hoje, segundo ele “ não houve dúvida ou hesitação em atribuir ao “bom”, valor mais elevado do que “mau”, mais elevado no sentido da promoção, utilidade, influência fecunda para o *homem* (não esquecendo o futuro do homem)” e acrescentava:

o próprio valor desses valores deverá ser colocado em questão – para isso é necessário um conhecimento das condições e circunstâncias nas quais nasceram, sob as quais se desenvolveram e se modificaram (moral como consequência, como sintoma, como máscara, tartufice, doença, mal-entendido; mas também moral como causa, medicamento, estimulante, inibição, veneno), um conhecimento tal como até hoje nunca existiu nem foi desejado.³⁴⁰

Para o filósofo, o conceito que até então prevalecia acerca do “juízo” do bom, estava errado. Buscava-se o “bom” naquele que fazia o “bem”. Já para ele, teriam sido os nobres que, num *pathos de distância* com todo o pensamento baixo e vulgar, seriam capazes de ter pensamentos e ações superiores e, portanto, boas. Os nobres seriam então dotados de valores supremos, capazes de pensar para além da utilidade, habilitados para estabelecer e definir hierarquias. Dá-se, nesse momento, a origem da oposição “bom” e “ruim”, já que se estabelece a partir da relação de uma elevada estirpe senhorial e de uma baixa estirpe. Por estas características, os nobres teriam, ainda, o poder de dar

³³⁸ Interessava-se Nietzsche em traçar uma *História da Moral* diferente das hipóteses dos psicólogos ingleses que predominavam até então cuja tarefa seria a de conhecer o lado vergonhoso do nosso mundo interior. Quanto a isso o filósofo argumentava ser uma perspectiva tosca e a-histórica posto que e GM 18

³³⁹Cf. Nietzsche, F. *Genealogia da Moral. Uma polêmica*. Op.cit, p.21.

³⁴⁰ Ibidem, p.12.

nomes, de definir “isto é isto”.³⁴¹ A palavra “bom”, desta forma, “não estaria ligada necessariamente a ações “não egoístas”, como quer a superstição daqueles genealogistas da moral – diz Nietzsche referindo-se aos psicólogos ingleses³⁴², atribuindo ao declínio dos juízos e valores aristocráticos a predominância cada vez mais efetiva da oposição “egoísta” e “não-egoísta”, fazendo com que a valoração da moral permanecesse fixada nesta oposição. A isto Nietzsche denominou de “*instinto de rebanho*”.³⁴³

Outra crítica acerca do entendimento sobre essa origem do juízo de valor do “bom”, feita pelo filósofo, apontava para o contra-senso psicológico que tal hipótese tentava sustentar. Diz ele:

A utilidade da ação “não-egoísta” seria a causa da sua aprovação e, esta causa teria sido esquecida – como é possível tal esquecimento? A utilidade dessas ações teria deixado de existir? Ao contrário: essa utilidade foi experiência cotidiana em todas as épocas, portanto, algo continuamente enfatizado; logo, em vez de desaparecer da consciência, em vez de tornar-se olvidável, deveria firmar-se na consciência com nitidez sempre maior.³⁴⁴

Será defrontando-se com os escritos de Schopenhauer, sobretudo aqueles que discorriam sobre valor do não-egoísmo, dos instintos de compaixão, de abnegação e de sacrifício, que, segundo Nietzsche, o mestre havia divinizado e idealizado, que o filósofo vai manifestar sua desconfiança e seu ceticismo, identificando-se como “um adversário do amolecimento moderno dos sentimentos.”³⁴⁵ A compaixão, será, portanto, minuciosamente desconstruída na análise da religião elaborada por Nietzsche, tanto em *O Anticristo* (1888) quanto na *Genealogia da Moral* (1887). A compaixão seria

³⁴¹ Cf. Nietzsche, F. *Genealogia da Moral. Uma polêmica*. Op.cit, p.19.

³⁴² Ibidem, p.19.

³⁴³ Ibidem, p.19.

³⁴⁴ Ibidem, p.20. O filósofo faz referência, também a hipótese de Herbert Spencer que relacionava o conceito de “bom” a “útil”, “conveniente” de modo que nos conceitos “bom” e “ruim” a humanidade teria sumariado e sancionado justamente suas experiências *inesquecidas* e *inesquecíveis* acerca do útil-conveniente e do nocivo-inconveniente.

³⁴⁵ Ibidem, p.12.

entendida, pois, como um percalço à evolução do homem. “ Não poupes o teu próximo!” – diz ele. (...) “O homem é algo que precisa ser superado.”³⁴⁶

O filósofo entendia o sofrimento como “necessário” e indispensável ao aprimoramento do homem. O sofrimento, para ele, é, sobretudo, criativo. “ Na doutrina dos mistérios, o sofrimento é dito sagrado” – diz o filósofo. (...) “todo o vir-a-ser e todo o crescimento, tudo o que se responsabiliza pelo futuro condiciona sofrimento.”³⁴⁷

Precisamente nisso enxerguei o grande perigo para a humanidade, sua mais sublime sedução e tentação – a quê? ao nada? –; precisamente nisso enxerguei o começo do fim, o ponto morto, o cansaço que olha para trás, a vontade que se volta contra a vida, a última doença anunciando-se terna e melancólica: eu compreendi a moral da compaixão, cada vez mais se alastrando, capturando e tornando doentes até mesmo os filósofos, como o mais inquietante sintoma dessa nossa inquietante cultura européia.³⁴⁸

A influencia do pensamento schopenhaueriano foi explicitada de maneira mais clara em *O Nascimento da Tragédia* (1872). Nesta obra, Nietzsche defendia a idéia de um retorno da arte trágica como forma de superar a representação essencialmente apolínea de mundo que o pensamento grego, especialmente os atenienses, teriam imposto, ignorando o inevitável e eterno retorno das forças dionisíacas. Apolo e Dionísio. O primeiro sempre buscando redimir o homem e resgatá-lo de seu sofrimento. O segundo, trazendo à tona a dor da existência e a mais mórbida realidade. O drama trágico estaria, assim, na origem do enlace dessas duas forças, necessariamente complementares.

Outras obras do filósofo também destacaram a questão do sofrimento. Em *Humano, demasiado humano* (1879) ele aprimorou a relação entre conhecimento e sofrimento, já esboçada em *O Nascimento da Tragédia*, especialmente nos capítulos *Da alma dos artistas e escritores* e *Sinais de cultura superior e inferior*. Por meio do Mito

³⁴⁶ Cf. Nietzsche, F. *Assim falou Zaratustra*. Op.cit. pg. 237

³⁴⁷ Cf. Nietzsche, F. *Crepúsculo dos ídolos*. Tradução: Marco Antonio Casa Nova. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2000,p.237.

³⁴⁸ Cf. Nietzsche, F. *Genealogia da Moral. Uma polêmica*. Op.cit, p. 111.

de Prometeu, Nietzsche aponta para a condenação pelos deuses do Olimpo daquele que seria responsável por trazer aos homens a sabedoria.³⁴⁹

Vale ressaltar, porém, que nesta obra, Nietzsche se desloca dos “tempos gregos” e analisa o sofrimento a partir dos novos mecanismos criados para superá-lo ou encobri-lo – a moral e a religião, sobretudo a religião cristã. “A besta que existe em nós quer ser enganada; a moral é a mentira necessária para não sermos dilacerados” – diz ele.³⁵⁰

Neste percurso, no final do século XIX, com o ataque à moderna sociedade liberal que então se consolidava, atacavam-se, também, os valores religiosos que a constituía. Com isso, criava-se uma brecha para o indivíduo ateu – materialista. Com forte influência de Dostoiévski (1821-1881), Nietzsche previu a emergência de um ateu de novo tipo – o homem-idéia ou o homem-deus. Esse homem que Dostoiévski viu com apreensão, veio a se tornar o arquétipo do novo homem moderno – herói de Nietzsche e sinônimo de liberação. O conhecido “*além-homem*”. Somente ele poderia, doravante, assumir a realidade de um mundo onde “Deus está morto”. Será contra a fraqueza do homem frente ao sofrimento que também Zaratustra profere seus ditos. Essa mesma fraqueza será rechaçada por Nietzsche em *Crepúsculo dos Ídolos* (1888), obra em que o filósofo atribui à religião a máscara do sofrimento. O fato é que em toda a sua obra, o curso do pensamento nietzschiano procura traçar uma filosofia para os “espíritos livres”, para os homens fortes.

Para ele o homem é “um animal esquecido” para o qual a tarefa da cultura é trazer a memória.³⁵¹ Fazer do homem, memória, seria, em última instância, reorganizar nele as forças ativas que o definiam de modo a possibilitar a preponderância do animal autônomo e supra moral. Ter o espírito livre seria, então, condição de existência desse

³⁴⁹ No mito grego, Prometeu foi condenado a ter seu fígado devorado por uma águia todas as noites, depois de ter se recuperado das feridas todos os dias.

³⁵⁰ Cf. Nietzsche, F. *Humano, demasiado humano*. Companhia das Letras: São Paulo, 2000, p.49.

³⁵¹ Cf. Nietzsche, F. *Humano, demasiado humano*. Op.cit,p23.

“*além-homem*” que estaria aberto ao questionamento dos valores estabelecidos, das verdades absolutas, tornando-o, cada vez mais, próximo de sua própria vida.

Todavia, o percurso desenvolvido pelo pensamento ocidental, apontou para uma consolidação cada vez maior do ideal ascético e da moral do rebanho. Estar-se-ia vivendo, pois, sob a égide de uma psicologia do ressentimento, da culpa e, conseqüentemente, da busca constante de supostas “reparações”. Sucumbiu, no homem, o espírito livre.

E aqui vale uma consideração importante. No monitoramento do comportamento considerado *bom* ou *ruim*, ao longo da história ocidental, pode-se traçar uma passagem importante que distinguiu a entrada dos homens na modernidade. A da relação entre exterioridade e interioridade no processo de produção das subjetividades. No momento em que as relações de exterioridade preponderavam, havia, a princípio, respeito e equivalência na gestão da imagem do outro. Isso quer dizer que os laços sociais eram estabelecidos a partir de práticas de visibilidade, práticas de crenças. Os problemas eram trazidos a público bem como suas soluções. De forma correlata, a passagem de uma “moral exteriorizada” para uma moral “interiorizada”, trouxe mudanças significativas. Amplia-se a gestão de uma audiência da qual ninguém mais escapa. O controle se interioriza. A intensificação desse processo tem se revelado em larga escala, tanto nos processos ideológicos, na intimidade de cada um, como a cada reportagem de TV ou de outros veículos de comunicação que expõem e vendem *shampoos*, corpos, margarinas ou tragédias humanas, corriqueiramente.

Sob este aspecto, pode-se inferir que, no jogo da reputação da cultura ocidental contemporânea, a moral tem lugar preponderante mas que a mesma foi completamente assimilada.

Essas noções, juntamente com as de sacrifício e de vitimização, ancorando a idéia de sofrimento do outro, ocuparão o centro de um palco, talvez trágico, em que, desde a modernidade, opera-se na culpa e dívida em relação ao estranho “infeliz”, e na crença de que a política seria a única instância capaz de reverter esse quadro ao transformar a condição social do outro.

No interior das regras morais e sociais estabelecidas hegemonicamente ao longo desse marcado processo histórico, o sacrifício atual parece ser a “aceitação do outro” abrindo os velados territórios à sua suposta “inclusão”. Assim, proliferam-se discursos e políticas ditas inclusivas, oferecidas não mais ao outro, mas ao mesmo com o qual pode-se conviver. Inverte-se a máxima – “ eu sou você amanhã” – para “ você é o que eu já fui ontem”. Só assim nos tornamos um só.

Todavia, há que se questionar se, na defesa de circunstâncias e condições sócio-históricas a serem compensadas ou reparadas, pode-se, ao contrário, promover uma sutil e consentida forma de acesso aos espaços hegemônicos, e, ainda que de forma diferenciada, produzir homogeneização e controle. Ou seja, produzir o *mesmo* e provocar um constante adiamento da condição desse outro, posto que, com tais práticas, não só privatiza-se o destino, coloniza-se o risco ou o mal do aleatório, do diferente ou do “anormal”, como, também, naturaliza-se e supostamente neutraliza-se todas as disputas, ainda que quase sempre muito desiguais, travadas pelas diferentes sociedades, em diferentes momentos históricos.

De fato, muitos segmentos sociais estão sempre à margem do que é considerado “desejável”. Mas implantar políticas reparadoras, contraditoriamente, pode estar contribuindo muito pouco e, pelo contrário, estar promovendo o alargamento de um fosso que separa, hierarquiza e discrimina pessoas para depois lhes oferecer uma suposta inclusão. Pode transformar o outro em mesmo. Transformar a oportunidade em

consumo. Transformar a busca pelo “ bom” em “dívida social”, em culpa, pode revelar-se a melhor forma de não pagá-la, posto que a culpa, sabe-se, é impagável.³⁵² É sobre esses aspectos que esse conturbado percurso se arrisca a continuar.

2.3 – Dívida, sofrimento e sacrifício : da vítima em potencial à felicidade como objeto

O que se apresenta aqui como “*políticas da piedade*” está indicado no estudo de Boltanski, *Distant Suffering – morality, media and politics*³⁵³ e referendado no ensaio de Baudrillard, *A transparência do mal*,³⁵⁴ apesar da distância conceitual que fundamenta os dois sociólogos.

A tese dos autores remete à crítica já desenvolvida por Nietzsche com relação ao ideal ascético - “o bom é aquele que luta contra os seus desejos” e a noção de igualdade, tais como foram concebidas na civilização ocidental, sobretudo na forma propalada como bandeira na Revolução Francesa. Remete, também, à crítica à compaixão subjacente a toda obra de Nietzsche.

Boltanski³⁵⁵ destaca a situação teórica contemporânea de uma dívida ética com relação ao sofrimento de estranhos. Segundo o autor, esse é um acontecimento moderno, surgido paulatinamente ao nascimento do espaço público e indica a distinção de um modelo de entendimento acerca do sofrimento do outro e de parâmetros de justiça e moral para enfrentá-lo. Mas nem sempre foi assim. Em síntese, entre os gregos chamados pré-socráticos, a universalização das primeiras regras de moral e justiça se baseava em provas materiais que apontavam sofrendores ou não sofrendores. Ou seja, havia uma regra que qualificava felizes e infelizes e isso não era um “problema”. A

³⁵² Diz-se que a culpa é impagável posto que é uma ficção estruturante da própria doença da existência do homem.

³⁵³ Cf. Baudrillard, J. *A transparência do mal*. 7ª ed. São Paulo: Papyrus, 2003

³⁵⁴ Cf. Boltanski, L. *Distant Suffering – morality, media and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

³⁵⁵ Ibidem, p.24.

justiça não era uma condição de distribuição. A própria estrutura da religião politeísta, predominante no período, não julgava o desejo e sim o sacrifício. Nesse caso, a justiça não fundava uma definição definitiva de felizes ou infelizes. Será o monoteísmo e o cristianismo que irão provocar um outro tipo de universalização – a consolidação da noção de sacrifício a partir de uma política da piedade. São as noções do dízimo, do bom samaritano, da compaixão e da universalização através do corpo cristão que informam a necessidade de que todos devem ser ajudados. Nesse caso, a justiça tem o papel de fundar, de marcar uma condição: a de infeliz, de injustiçado, de culpado etc.

Todavia, e de forma anacrônica, esta condição pode apontar para a impossibilidade da própria justiça posto que a “marcação de condição” acaba por provocar um constante adiamento da condição do outro na mediação com a política.

Instaura-se, pois, um espetáculo do sofrimento em que não há ação política possível e sim seu constante adiamento. Quando se relaciona piedade e justiça, há um pressuposto universal – a condição determinante do outro como sofredor e infeliz, indicando, as causas desse sofrimento e as nossas responsabilidades frente a elas. Cria-se, assim, uma idéia de responsabilidade moral ativa (interesse) ou passiva (omissão) em que causar sofrimento é não evitar o sofrimento! Ou seja, uma não ação é condição de possibilidade de um não acontecimento, indicando, assim, uma tendência contemporânea de presentificação expressa na reificação das ações do passado e colonização do futuro e sua antecipação e, portanto, virtualização,³⁵⁶.

Outro fator importante a ser considerado na obra de Boltanski é o destaque do fato de que a estrutura básica da política da piedade pressupõe uma transferência que é, em si, virtual

³⁵⁶ Anotações do Ciber *Idea*. Exposição: Paulo Vaz. 19-10-2005

– um feliz olhando um infeliz, um “justiçado” olhando um “injustiçado” na condição de justiceiro!³⁵⁷

Nesta mesma linha, Amato afirma que o sofrimento e a vitimização, associados às questões do sacrifício e da culpa, tornaram-se preocupações centrais na política e na identidade moderna e que seus discursos oprimem e dominam a consciência contemporânea e a retórica política.³⁵⁸ Tendo a dor e o sofrimento como alicerces, clama-se pelas consciências, como no discurso abaixo:

É a Consciência que nos permite saber que, se quando me corto com uma faca sinto dor, então não devo cortar os outros com facas (ou facões!).³⁵⁹

O autor afirma que a questão do sofrimento cresceu numericamente e se tornou mais complexa nos dois últimos séculos. Elencam-se certas formas de sofrimento, criam-se escalas de vítimas válidas que tendem a se tornar potenciais modismos, e, eventualmente, vítimas oficiais. Como numa grande audiência, assistem-se as histórias das vítimas e das tragédias preferidas.³⁶⁰

Um exemplo disto está na fala da educadora negra Umbelina Mattos, já destacada na dimensão anterior, que se diz contrária à política de cotas e afirma a necessidade do mérito acadêmico. Mesmo criticando o sistema de cotas, ressalta de forma contundente a vitimização dos negros. “As cotas não resolvem o problema da marginalização dos negros, vítimas da maior violência contra uma etnia em todos os tempos.”³⁶¹

E parece que alguns tipos de sofrimento mobilizam simplesmente porque “somos humanos” ou, mais especificamente, porque não somos pessoas do “mau” e sim do

³⁵⁷ Anotações do Ciber *Idea*. Exposição: Paulo Vaz – 19-10-2005

³⁵⁸ Cf. Amato, J. *Victims and Values – A history and a theory of suffering*. New York: Greenwood Press, 1990.

³⁵⁹ Jornal O Globo. Editoria: Opinião. 30-04-2005.

³⁶⁰ Apenas como exemplo, a série SAGAS, exibido na TV por assinatura no Brasil, no canal *History Channel*, tem como foco principal o relato de tragédias envolvendo celebridades.

³⁶¹ Marcelo Bebianno. Folha Dirigida. *No lugar das cotas, o mérito*. Editoria: Educação. Entrevista com Umbelina Mattos. 15-06-2004.

“bem”. Ou seja, o discurso afirmativo pode servir, apenas, para o que apontou Nietzsche, sobretudo na primeira dissertação da *Genealogia da Moral*, e que agora aparece com uma roupagem contemporânea que vai desde variadas ações afirmativas, da receita vegetariana ou o boicote ao *Mc Donald*. Afinal, somos ou não pessoas do bem?

A “natureza humana”, sobretudo aquela cultivada pela religião e pela moderna filantropia, designou responsáveis por algumas formas de sofrimento. Rebelar-se contra certos sofrimentos sem sentido, aquilo que parece injusto e intolerável. Ao mesmo tempo, outras formas de sofrimento são negligenciadas ou mesmo negadas. Caminha-se pelas ruas de todo o mundo e mendigos são seres “intransparentes. Caminha-se acostumado às suas presenças com a desculpa implícita da impotência diante de certas coisas. Independente da crise pela qual a sociedade passa na contemporaneidade, seja determinada por rupturas mais drásticas com os pressupostos modernos ou simplesmente representarem a sombria etapa de um capitalismo tardio, o fato é que há um drama social, político e econômico que agoniza e traz o sofrimento, as “aberrações”, para o centro do debate. A fala abaixo representa bem esta realidade e faz parte de uma das justificativas institucionais para a implantação do sistema de cotas. É do Ministro da Educação, Fernando Hadadd:

a crise teórica por que passam os intelectuais se deve à falta de uma teoria na qual eles possam se basear, seja para apoiá-la ou para se opor. O sistema prescinde de um discurso ideológico hoje para se firmar. Ele próprio é legitimado pela falta de perspectiva histórica. E há um processo cada vez mais agudo de naturalização das condições sociais, desde aberrações, pessoas que necessitam de cuidados especiais, até de fenômenos dramáticos que envolvem sociedades inteiras”.³⁶²

Mas a responsabilização constante também chama a participar, sobretudo, em situações de ameaça, de medo. Há cada vez maior certeza de que o “excluído”, o “vitimado”, o “minoritário” pode se tornar uma ameaça. É cada vez mais divulgada sem

³⁶² Roberta Fernandes. *Cotas devem cumprir papel social*. Folha Dirigida. Editoria: Ensino Superior. 30-08-2005.

que se enfrente o fato de que a subsistência social e econômica da sociedade atual depende desta existência excluída, continuamente produzida e continuamente negada.

Numa era que proclama a felicidade como meta universal, o consumo e a sensação de bem-estar são expectativas oficiais da grande maioria. Com isso, é de se esperar que cresçam as ações que visem diminuir o sofrimento de vítimas potenciais. Elas moldam políticas e consciências. Todavia, tais ações podem não estar comprometidas de fato com o sentimento de justiça. Como membro de uma sociedade, o indivíduo almeja, em última instância, estar seguro em casa e em paz com sua consciência. Porém, constantemente, ele é chamado a confrontar-se com o sofrimento dos outros, o qual, continuamente e de forma diferenciada, bloqueia e impede sua segurança e, acima de tudo, sua felicidade³⁶³.

A Ministra-chefe da secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República parece ter isso bem claro:

Não podemos mais continuar em sobressaltos quando nos deparamos com novos indicadores de violência e criminalidade de evasão escolar e de desemprego. Estes últimos causando desalento e descrença no futuro que nunca chega.³⁶⁴

É com essa perspectiva que Amato argumenta que há uma responsabilização do indivíduo social, direta ou indireta, por todas as vítimas do mundo, independente de quão distantes elas estão ou estiveram de um leque de influências e ações. Cria-se, assim, a idéia de que pessoas felizes e poderosas, ou seus antepassados, por força de interesses ou prazeres, agiram mal diante de um mundo de vítimas.³⁶⁵

Há, portanto, em curso, um processo de aumento de visibilidade acerca das “injustiças” cometidas contra os negros, mulheres, homossexuais, deficientes, ou ainda,

³⁶³ Cf. Amato, J. *Victims and Values – A history and a theory of suffering*, Op.cit, p.45.

³⁶⁴ Matilde Ribeiro. Ministra-chefe da secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República. Jornal O Globo. Temas em Discussão: Cotas na Educação. Editoria: Opinião. 05-08-2004.

³⁶⁵ Cf. Amato, J. *Victims and Values – A history and a theory of suffering*, Op.cit, p.45

a visão comum do terceiro mundo como um vasto território de sofrimento e vítimas. Uma visão do terceiro mundo como um mundo de sofrimento e vitimização sustentando o desenvolvimento dos países ricos. E este é apenas um aspecto do crescente processo de visibilidade pelo qual passa estes segmentos. E há quem pergunte:

Será que ainda existe alguém achando que o governo ficou bonzinho e começou a ajudar os mais necessitados, sem nenhum interesse? Isso me faz lembrar porque somos um país de Terceiro Mundo.³⁶⁶

E aqui um ponto fundamental para nos ajudar a refletir e que será desenvolvido no curso deste estudo. O elemento moral da noção de certo ou errado não foi apenas universalizado, mas, sobretudo, internalizado, o outro em nós assumindo formas ilimitadas e perpétuas de auto-responsabilidade. A noção de dívida também apresenta as mesmas características. “ O Brasil tem 500 anos de dívidas com os negros. O sistema de cotas apenas ajuda a pagar um pouco dessa dívida”, diz o deputado trazendo a questão para a contemporaneidade do debate sobre as cotas.³⁶⁷

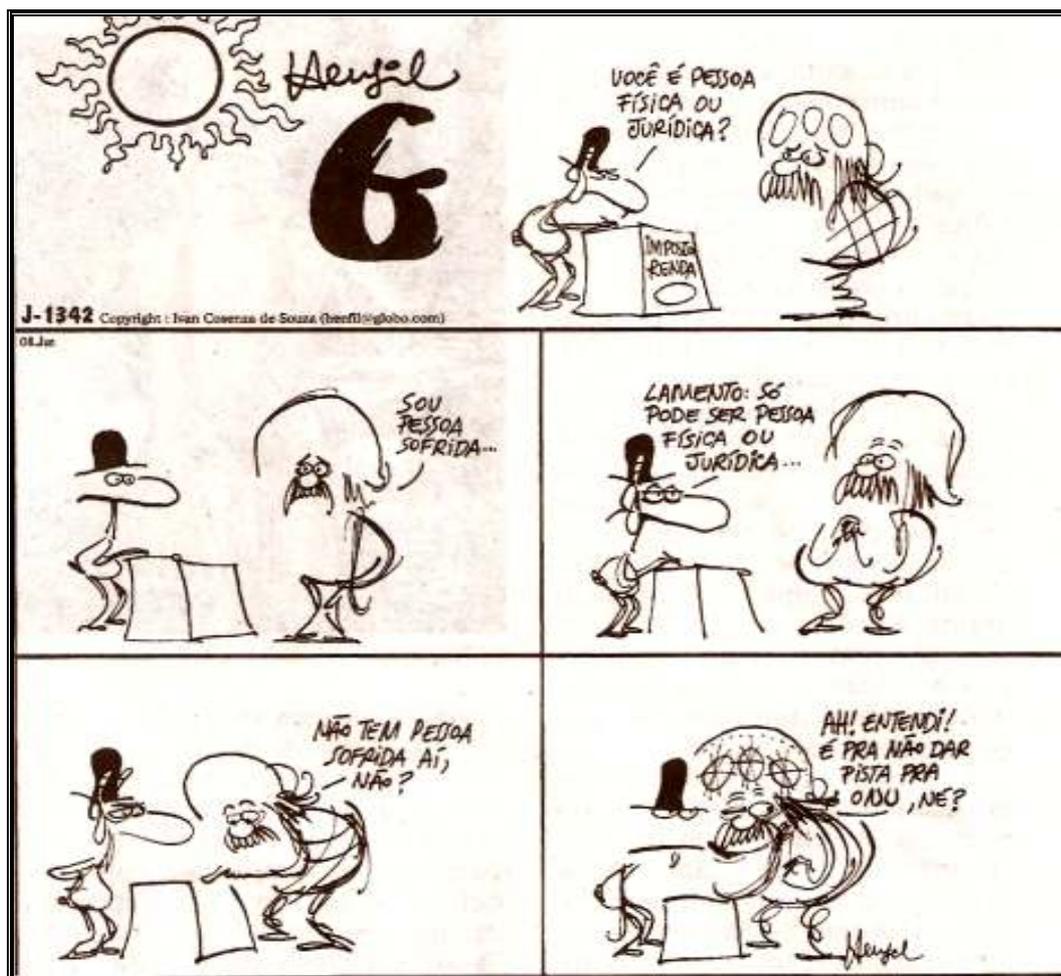
As políticas de ação afirmativa teriam, assim, em parte, este caráter. Caráter este que é muito pouco tornado público posto que supostamente contradiz expectativas morais quase impossíveis de serem questionadas.

O memorável cartunista Henfil, sagaz e genial em sua análise da sociedade brasileira e da própria condição humana faz de sua *charge* exemplo da imbricação do sofrimento com a política e a clareza da ineficiência deste discurso frente à realidade. A *charge* data do fim da década de setenta mas o Jornal O Globo tem reeditado séries do Zeferino e da Graúna que demonstram ser, ainda, extremamente atuais.³⁶⁸

³⁶⁶ Bruno da Costa. RJ. Jornal O Globo. *Cotas*. Editoria Megazine. 05-10-2004.

³⁶⁷ Gilberto Palmares. Deputado Estadual/ PT. Jornal O Dia. As cotas e o mérito. Editoria: Opinião. 30-08-2004.

³⁶⁸ Jornal O Globo. Editoria: Caderno B. 08-06-2006.



O filósofo e ensaísta Pascoal Brucker, que em vários estudos tematiza, ora de maneira mais próxima, ora mais distante, os autores trabalhados até aqui, faz o questionamento que todos que estão lendo esta reflexão a esta altura estarão fazendo:

Essa exaltação do reprovado que desde Nietzsche sabemos ser o apanágio do cristianismo, culpado na sua opinião de ter divinizado a vítima, essa consideração pelo fraco que ele chama a moral dos escravos e que nós chamamos de humanismo, pode por sua vez degenerar em perversão, quando se transforma em amor à indigência pela indigência na ideologia caritativa, em *vitimização universal* em que existem somente aflitos oferecidos ao nosso bom coração, e nunca culpados. Esta é a dificuldade: de que maneira continuar ajudando os dominados sem ceder ao confisco da palavra vitimada pelos impostores de toda espécie? ³⁶⁹

No curso desse estudo, a idéia é seguir o percurso das falas, espectros do grande espetáculo, de modo a seguir outras trilhas, que não a da fácil e ineficaz via da vitimização.

³⁶⁹ Bruckner, P. – *A Tentação da Inocência*. Editora Rocco: Rio de Janeiro, 1997, p.34.

2.3 – Espectros da mídia

A questão das cotas trazem para o centro do debate a noção da necessária reparação de uma dívida histórica para com o sofrimento de minorias excluídas entre as quais os negros, vítimas privilegiadas da discriminação.

Vale observar que, na dimensão anterior, o discurso da vitimização aparece camuflado e apegado a outros argumentos, favoráveis ou não à adoção da política. Ou seja, no bojo dos recortes utilizados na dimensão anterior, mesmo quando o foco dos argumentos não esteve especificamente vinculado à noção de vitimização, sofrimento ou à idéia de reparação, as mesmas aparecem de forma indireta na grande maioria das falas.

Nesta dimensão, menos discursos e mais contidos embora algumas vezes mais eloqüentes. Há uma culpa ancestral e uma dívida infinita, impagável, do mundo para com as minorias. No caso brasileiro a escravidão dita o tom dos discursos. “ O sentido das políticas afirmativas é o do resgate histórico”³⁷⁰ – diz a reportagem ou “o Brasil, último país das Américas a abolir a escravidão, deve muito ao povo negro por tudo o que ele construiu no país”.³⁷¹ Esse é o mote mais recorrente dos discursos embora haja espaço para falas questionadoras como a que se segue: “ Como brasileiro, recuso que me ponham o rótulo de "devedor histórico".³⁷²

Os quatro axiomas que definem esta dimensão são: *a piedade é a expressão do sofrimento do mundo; a piedade tem culpa; a piedade é um instrumento da redenção; a piedade tem cor.*

No processo de análise proposto nesta pesquisa, no primeiro axioma, *a piedade é a expressão do sofrimento do mundo* relacionou-se os discursos que remetem à noção

³⁷⁰ Iriny Lopes. Jornal O Globo. *Sem omissão*. Editoria: Opinião. 07-04- 2005.

³⁷¹ Idem.

³⁷² Antonio Correa da Silva. Juiz Federal. Jornal do Brasil. As cotas e o creme dental. Editoria: Educação. Outras Opiniões. 18-09-2004.

de piedade, como conceito central e necessário à criação de um novo pacto social e político, quase transcendental, no qual, o que está em cena é a noção de um sofrimento generalizado e de um débito eterno. Esse sofrimento é uma cicatriz que se abre em fenda e deixa à mostra as entranhas mais sofríveis da condição humana. A luta e o sacrifício são exaltados. A responsabilidade é de todos, mas é também de cada um. A questão colocada parece ser como acabar com o sofrimento. E a resposta é clara: por meio da conquista da igualdade que o sofrimento se extinguirá. O país é chamado a se redimir. O débito é de todos nós. Com a adoção da política, todos sofrem, todos perdem, diz a carta. A injustiça acaba sendo com todos!

Se o país pretende que as restrições sofridas por grande parte da população sejam atenuadas, o sistema de cotas é parte da solução.³⁷³

As cotas são um caminho apenas transitório na direção da igualdade racial.³⁷⁴

O débito que todos temos é o de amor e cuidado para com todos, indistintamente. É um débito que nasce do coração do homem temente e amante de Deus.³⁷⁵

Ao longo da História, as minorias têm conseguido o seu lugar na sociedade com lutas e sacrifício.³⁷⁶

É claro que quem sofre e perde com o sistema de cotas são discriminados, os negros que entram por causa de sua cor e os brancos que, mesmo com grandes pontuações, acabam perdendo o seu lugar para outro, que não é merecedor da posição. Ou seja, TODOS!³⁷⁷

As cotas ofendem quem realmente se esforçou para passar nas provas e são injustas com muitos alunos e pais que priorizaram a educação e fizeram sacrifícios.³⁷⁸

Mas há quem questione se todo o sacrifício não está sendo desvalorizado com a adoção de benesses.

³⁷³ Otto Teixeira da Silveira Filho. *Jornal O Globo. Cotas sim ou não*. Editoria: *Megazine*. Cartas. 09-07-2004

³⁷⁴ Iriny Lopes. *Jornal O Globo. Sem omissão*. Editoria. Opinião. 07-04-2005

³⁷⁵ Antonio Correa da Silva. Juiz Federal. *Jornal do Brasil. As cotas e o creme dental*. Editoria: Educação. Outras Opiniões. 18-09-2004.

³⁷⁶ Edmundo Guedes. Salvador. *Jornal do Brasil. Editoria Opinião*. 25-05-2004.

³⁷⁷ Igor Alves Pinto- 14 anos. RJ. *Jornal O Globo. Brancos, negros, todos perdem*. Editoria: Caderno Especial. 03-10-2004.

³⁷⁸ Bárbara Baez, 20 anos. RJ. *Jornal O Globo. Contra as cotas*. Editoria. *Megazine*. 08-06-2004.

Essa luta por benesses não contribui para desvalorizar o esforço feito pelos índios mestrados e o sacrifício que os negros e de outras raças fizeram para chegar ao topo?³⁷⁹

No segundo axioma – *a piedade tem culpa*, destacou-se os discursos em que sofrimento, culpa e dívida se fundem num só sentimento. A culpa recai sobre o “racismo dos brancos”. A questão central parece ser a colocada pela leitora: *agora tem que pagar, mas como?*

Pois eu, e para falar apenas desse caso, só não tenho dúvida de uma coisa: da dívida que o país contraiu ao longo da História com os negros, os índios, os caboclos e os deserdados em geral, deixando-os de fora da cidadania e do processo civilizatório. Agora tem que pagar. Mas como?³⁸⁰

Cotas, facilitando artificialmente o acesso à universidade, criam mais desigualdade e frustração. O cotista, por definição menos preparado, passará mais tempo na universidade ou ela sairá antes da formatura. E porá a culpa no “ racismo” dos brancos.³⁸¹

Há uma dívida social e histórica, a ser resgatada, com os nossos compatriotas negros.³⁸²

E mais uma vez, mesmo nas críticas, a representação do negro como vitimado aparece como central e as dívidas são reconhecidas.

O Estatuto da Igualdade Racial (...) garante às vítimas de discriminação racial o acesso gratuito às Ouvidorias nas três esferas de governo, à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário. O sistema de cotas cria oportunidades para os discriminados por raça e/ou cor em diversos setores, tais como universidades, trabalho, mídia e partidos políticos.³⁸³

O sistema de cotas raciais talvez seja um grande equívoco pedagógico, ainda que se destine a resgatar dívidas históricas. A garantia de vagas para estudantes da rede pública é outra tentativa perigosa. Como não se consegue recuperar o ensino médio oferecido pelo Estado, inserem-se, nas universidades, estudantes mal preparados. Ambos os critérios encerram visões de curto prazo.³⁸⁴

³⁷⁹ Wanderley Jorge Bueno. RJ. Jornal do Brasil. *Cotas*. Editoria. Opinião. 28-06-2004.

³⁸⁰ Jornal O Globo. Editoria. Opinião. *Cotas de Incertezas*. 14-07-2004

³⁸¹ Ali Kamel, Jornalista. *Racismo em números*. Jornal O Globo. Editoria: Opinião. 20-04-2004

³⁸² Iriny Lpoes Jornal O Globo. Editoria: Opinião. *Sem omissão*. 07-04-2005

³⁸³ Paulo Paim. Senador (PT-RS) e autor do projeto do Estatuto da Igualdade Racial. Jornal O Globo. *Sim ao Estatuto da Igualdade Racial*. Editoria: O País. 06-12-2005.

³⁸⁴ Francisco Bogossian. Professor. Jornal do Brasil. *Repensar a universidade pública*. Editoria: Opinião. 12-07-2004.

E a percepção do jovem estudante com o crescente processo de vitimização:

Os negros que tentam entrar pelas cotas muitas vezes não são considerados negros e acabam sendo vítimas de um preconceito desnecessário. Como diz o ditado popular: “De boas intenções o inferno está cheio.” O governo, tentando ajudar, fez uma besteira... e acabou piorando a situação.³⁸⁵

No terceiro axioma, *a piedade é um instrumento da redenção*, a ênfase dos discursos recaem sobre a necessidade de reparação. A reparação é vista como o instrumento de resoluções da culpa vista na dimensão anterior e instauraria o princípio da igualdade e o ideal da felicidade. As minorias exigem justiça. Os “outros” são todos e “todos” são os outros. Os “outros” podem ser o próprio sistema, os colonizadores europeus, brancos, e a culpa adquire uma dimensão ancestral. Convocam-se todos os antepassados, opressores ou oprimidos. Vitimados questionam quando serão compensados por toda a sorte de injustiças. A injustiça é tratada como um *a priori* universalizante.

A questão colocada é por que fazer o bem? A resposta é clara, porque somos pessoas de bem e, portanto, piedosas. A piedade assume, assim, uma condição ontológica fazendo ainda que o “outro”, o que não faz o “bem”, seja de forma automática representado como o “mau”. O ideal ascético aparece de forma subliminar nos discursos. Fazer o “bem” significa abrir espaço contrapondo históricos privilégios dos brancos. Essa seria a forma de discurso representativa da propaganda da Unesco apresentada anteriormente. Será que fazer o bem é contrapor privilégios e querê-los para si?

Não se trata de privilegiar os negros; ao contrário e exatamente em nome dos princípios democráticos e constitucionais, trata-se de oferecer alguma contraposição aos históricos privilégios dos brancos, abrindo espaço para uma maior participação dos negros.³⁸⁶

³⁸⁵ Igor Alves Pinto- 14 anos. RJ. Jornal O Globo. Editoria: Caderno Especial. *Branco, negro, todos perdem*. 03-10-2004.

³⁸⁶ Azuete Fogaça. Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora. *O direito à igualdade*. Jornal O Globo. Editoria: Opinião. Temas em debate: Cotas Raciais. 02-04-2004.

Não resta dúvida que as cotas não esgotam o esforço que o Estado brasileiro terá de realizar para a modificação da realidade do negro, mas é importante que se comece de maneira drástica e enérgica no sentido de reintegrar a população negra ao seu lugar de direito, que é a de ser igual a todos os demais brasileiros que construíram este país.³⁸⁷

Se o governo está pensando em punir os atos racistas, deve começar punindo a si mesmo, pois ao estabelecer cotas para negros, seja no serviço público, seja nas universidades, deixa claro que acredita em uma diferença na capacidade entre brancos e negros. Dessa forma contribui para estabelecer, ainda mais, a desigualdade. Não adianta tapar o sol com a peneira. Deve-se investir na educação pública para que brancos e negros de classes desfavorecidas possam, igualmente, lutar por vagas em universidades, no serviço público e também no setor privado.³⁸⁸

No quarto axioma, *a piedade tem cor*, selecionou-se os discursos que tratam tanto da condição do negro vitimado como da expressão da culpa do homem branco, responsável por todo o sofrimento do mundo, mas responsável especificamente pelo sofrimento do negro. Os discursos recorrem ao resgate histórico, à reparação das dívidas contraídas com a discriminação contra o povo negro, e ainda, considera – uma esmola – as cotas, quando comparadas a todo o sofrimento que passou e passa o povo negro.

A questão que se coloca como central é como reparar os erros cometidos com a escravidão negra e toda a gama de preconceitos, velados ou não, decorrentes do desastroso processo de abolição no Brasil do qual ainda sofrem os negros?

Uma série de ações, oriundas de pleitos organizados pelo movimento negro, nacional e internacional, tem conseguido repercutir positivamente e gerado leis, decretos e projetos, em diferentes instâncias, que beneficiam especificamente a população negra ou afrodescendente. O mote é conhecido e já foi explicitado aqui. Reparar, compensar, aliviar o sofrimento.

Por um lado, ressaltam-se “ as causas” que sustentam as referidas políticas, sempre ressaltando a condição da escravatura, por outro, revidam-se as críticas acerca de

³⁸⁷ Lúcio A. Machado Almeida. *Por que cotas raciais?* Jornal do Brasil. Editoria: Fórum dos Leitores. 25-04-2004.

³⁸⁸ Erick Conde. Jornal O Globo.(por e-mail). Editoria: Cartas dos Leitores. 25-03-2004.

possíveis privilégios para a população negra. A discriminação racial é relacionada à produção de vítimas. A África sofre e chora. E o negro sofre em qualquer circunstância, sofre para entrar na universidade, sofre para permanecer nela.

Foram muitos séculos durante os quais a Europa e a América fizeram a África chorar. Do negro foi retirado tudo; a terra, a família e a dignidade.³⁸⁹

As cotas raciais nas universidades brasileiras vêm sendo tema de muitas discussões em nossa sociedade. Discussões que nos fazem buscar as causas que sustentariam as políticas de cotas. Partindo da premissa de que, neste país, os negros, depois de um período de amarga vivência, submetidos às mais horrendas e cruéis penas, na condição de escravos por mais de 300 anos, sua história e condição de vida foram quase que destruídas.³⁹⁰

No entanto, os universitários ingressos através das reserva de vagas sofrem para permanecer em seus cursos.³⁹¹

Os discursos atribuem diretamente a culpa de todo o mal vivenciado pelos negros ou pelas camadas menos privilegiadas da população pela condição desigual que estas minorias apresentam na sociedade brasileira e, em outras nações, às pessoas “ brancas”. Por vezes os brancos são os colonizadores, afortunados e poderosos, por outras, simplesmente são “os brancos”. O negro ou o pobre mais uma vez aparecem sempre como vitimados, frutos de uma injustiça social. Questiona-se aqui a suposta superioridade dos “brancos” e instaura-se uma política de ressentimentos em que credor e devedor possuem uma dívida histórica a ser paga. Os negros e/ ou as minorias em geral são enobrecidas, criando-se a representação dos mais esforçados e, por conseguinte, melhores estudantes cotistas.

Desde muito cedo, nossos jovens aprendem, em seus manuais "críticos" de história que "o colonizador europeu dizimou os índios e excluiu os negros". Antolhos ideológicos colocados, já não mais se percebe que um simples caminhar por certas regiões brasileiras é o suficiente para desmentir esse *nonsense*. A morenidade miscigenada e multicolorida,

³⁸⁹ Marcelo Bebiano. Folha Dirigida. *No lugar das cotas, o mérito*. Editoria: Educação. Entrevista com Umbelina Mattos. 15-06-2004

³⁹⁰ Lúcio A. Machado de Almeida. Porto Alegre. *Jornal do Brasil*. *Por que cotas raciais?* Editoria: Fórum dos Leitores. 20-09-2004.

³⁹¹ Bruno Garcia. Folha Dirigida. *Cotistas da Uerj lutam para terminar o curso*. Editoria: Ensino Superior. 17-11-2005.

talvez a mais forte raiz da nossa identidade nacional, desafia os que denunciam "racismo" aos quatro ventos a rasgar ao meio um arco-íris genético indissolivelmente costurado durante cinco séculos.³⁹²

Não queremos de maneira alguma vantagem, mas queremos ajuda, ajuda para poder nos libertar cada dia mais, nos libertar de tudo que nos aconteceu, e espero que não continue acontecendo.³⁹³

Mas não há pluralismo com a ausência de afro-descendentes na universidade. No vestibular, só olhamos o ponto de chegada e nunca o ponto de partida. Mas as pessoas partem de posições desiguais: os negros, de uma posição inegavelmente desfavorável que a própria História brasileira lhes assegurou. Abriram-se as senzalas, mas nada foi feito, além disso. É o que se chama de dívida histórica. Desta forma, não há injustiça quando a vaga é preenchida por alguém que teve uma pontuação menor se as dificuldades que encontrou foram maiores. Isto é o princípio da igualdade.³⁹⁴

Mas discursos questionando até que ponto o privilégio decorrente da adoção da política de cotas podem acabar por gerar mais e mais preconceito e outros, questionando afinal quem é negro no Brasil ou merecedor de suportes afirmativos como as cotas e os desdobramentos dela decorrentes, passam a ocupar as páginas dos jornais e revistas e lotam as sessões de cartas.

Pensem comigo: da mesma forma que existem negros pobres existem brancos pobres. Por que então privilegiar o negro? Não será isto discriminar o branco? Não estaremos incentivando ainda mais a discriminação racial?³⁹⁵

Quem é o legítimo destinatário das políticas afirmativas hoje no Brasil? O negro, o branco pobre, o negro pobre, as mulheres? Como reconhecê-los? Como se reconhecem e como são representados?

Estas dúvidas estão expressas nos discursos, muitas vezes oriundas de vozes ainda muito jovens:

A definição sobre quem deveria merecer o sacrifício ficou complicada porque o Brasil tem 86% de sua população com mais de 10% de genes

³⁹² Antonio Correa da Silva. Juiz Federal. *Jornal do Brasil. As cotas e o creme dental*. Editoria: Educação. Outras Opiniões. 18-09-2004.

³⁹³ Zaire Winnie Silva Campos. *Jornal O Globo. Bolsa e cota*. Editoria: *Megazine*. 14-06-2005.

³⁹⁴ Danielle Azevedo. *JC e-mail. O sistema de cotas: a realidade da diferença ou a diferença da realidade*. 29-09-2004.

³⁹⁵ André Nicolli. *Jornal O Globo. Tema em discussão: cotas para negros*. Editoria: Opinião. 12-06-2005.

africanos. Todos quase negros ou quase brancos, quem deveria merecer o benefício?³⁹⁶

É evidente que há uma desigualdade de ensino acentuada entre as diferentes classes sociais. (...) Mas as cotas nada mais são do que pragmatismo de um governo entregue às parvoíces com intuito assistencialistas. (...) Outro aspecto importante é saber distinguir quem verdadeiramente necessita das reservas. A distinção de raças deveria ter sido esquecida desde a Lei Áurea, no entanto é relembrada cada vez mais com esse tipo de maniqueísmo social que confunde carência de recursos e etnia.³⁹⁷

É sobre esses aspectos que o curso deste debate vem se conduzindo.

³⁹⁶ Laura Ciprione. *Definição de raça causa polêmica*. Jornal Folha de São Paulo. Editoria: Folha Cotidiano. 15-02-2005

³⁹⁷ Thiago Viola Pereira da Silva, 18 anos. RJ. Jornal O Globo. *Cotas*. Editoria *Megazine*. 06-07-2004.

3 - TERCEIRA DIMENSÃO - Políticas de Reconhecimento ou “o encolhimento dos homens”.

O outro já não é feito para ser exterminado, odiado, rejeitado, seduzido; ele é feito para ser compreendido, liberado, mimado, reconhecido. Depois dos Direitos do Homem, deveriam ser instituídos os Direitos do Outro. Aliás, já existem: é o Direito Universal à diferença. Orgia de compreensão política e psicológica do outro, ressurreição do outro onde já não há outro. Lá onde havia o Outro, adveio o Mesmo.³⁹⁸

Uma fronteira não é o ponto onde algo termina, mas, como os gregos reconheceram, a fronteira é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente.³⁹⁹

3.1 – A cena identitária e multicultural

Neste *fin de siècle*, encontramos-os no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão. Isso porque há uma sensação de desorientação, um distúrbio de direção, no “além”: um movimento exploratório incessante, que o termo francês *au-delà* capta tão bem – aqui e lá, de todos os lados, *fort/da*, para lá e para cá, para frente e para trás.⁴⁰⁰

As ações afirmativas indicam, por outro lado, outro aspecto importante. O fato de representarem, ainda que com todas as contradições, um espaço para afirmação das múltiplas identidades individuais e sociais e a defesa das diferentes expressões culturais que advém do curso da cena histórica.

Sabe-se da polêmica que envolve hoje o conceito de identidade. Penna ressalta que existem nas ciências sociais inúmeras definições e empregos diferenciados dessa noção, sendo grande a diversidade e mesmo a ambigüidade do termo.⁴⁰¹ Para Hall:

a identidade tornou-se uma “celebração móvel”, formada pelas quais somos representados ou interpretados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não aparecem unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente.⁴⁰²

³⁹⁸ Cf. Baudrillard, J. *A transparência do mal*. 7ª ed. São Paulo: Papirus, 2003.

³⁹⁹ Cf. Heidegger, M. *Building, Dwelling, Thining*. Poetry, Language, Thought. New York: Harper & Row, p.151-153.

⁴⁰⁰ Cf. Bhabha, H. K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.p.19.

⁴⁰¹ Cf. Penna, M. *Relatos de Migrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento*. IN: Língua(gem) e Identidade, Signorini, I. (Org). São Paulo: Mercado das Letras, 1998, pp.89-114.

⁴⁰² Cf. Hall, S. *Identidades Culturais na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 1997, p.12.

Longe de esgotar tal polêmica, interessa aqui registrar que, assim como Orlandi, entende-se neste estudo que não existem identidades fixas ou categóricas.⁴⁰³ Ao contrário, que a identidade opera entre os movimentos de unidade e dispersão e é a unidade identitária que garante aos indivíduos a gestão de sua singularidade, fazendo com que cada identidade se desloque entre distintas posições. Este é o movimento que possibilita que cada um seja, ao mesmo tempo, pai, namorado, trabalhador, negro, etc. Para Orlandi, a idéia de unidade identitária “ é ponto de ancoragem de preconceitos e processos de exclusão”.⁴⁰⁴ Afirma, ainda, que a identidade é um movimento na história e que, ao significar, o sujeito se significa. Neste contexto, a identidade não se apreende e sim resulta de processos de aprendizagem e de posições que se constituem em processos de memória afetados pelo inconsciente e pela ideologia.⁴⁰⁵ Esse tipo de abordagem abre espaço para interpretações que colocam a identidade não apenas na condição de mulher, de negro ou de “ deficiente” mas, sobretudo, no modo como estas condições são apreendidas e organizadas política e historicamente.⁴⁰⁶

Todas essas abordagens são importantes para refletir acerca dos aspectos relacionados neste estudo.

Não há como, ao falar de reconhecimento, não destacar a influência e a importância do tema do multiculturalismo. Um conceito que vem sendo utilizado de diversas formas, abarcando diferentes perspectivas. Com o apoio das diferentes mídias e das diferentes redes institucionais a questão do reconhecimento das diferenças culturais se transformou num fenômeno globalizado. Vale, portanto, não só uma contextualização

⁴⁰³ Cf. Orlandi, P.E. *Identidade lingüística Escolar*. IN: Língua(gem) e Identidade, Signorini, I. (Org). São Paulo: Mercado das Letras, 1998.

⁴⁰⁴ Ibidem, p. 204.

⁴⁰⁵ Ibidem, 204-05.

⁴⁰⁶ Cf. Penna, M. *Relatos de Migrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento*. Op.cit, p.89.

sócio-histórica do termo quanto uma síntese das diferentes tipologias que o mesmo assume a partir de diferentes autores.

Pode-se dizer, de forma sintética, que a idéia do multiculturalismo tem origem, na forma de um movimento político organizado, na primeira metade do século XX, fruto dos diferentes confrontos sociais oriundos de preconceitos e discriminações de etnia e classe, e se amplia, paulatinamente, para outras instâncias da vida social, sobretudo em países nos quais a diversidade cultural era vista como um problema para a construção de uma unidade nacional. De início, expressava, quase que exclusivamente, as reivindicações de grupos étnicos, revelando, também, a difícil convivência entre nativos e imigrantes de diversos países, seja na relação entre americanos, latinos e/ou negros, seja dos aborígenes no Canadá ou dos ciganos na Espanha. Nesse sentido, o multiculturalismo passa a ser entendido como sinônimo de um paradigma da pluralidade, de convivência e de tolerância, contrário, portanto, a quaisquer posturas etnocêntricas.

Como expressão de uma política cultural, pode-se destacar, também, o uso do debate multicultural a partir dos novos cenários sociais, políticos e culturais que emergem após a guerra fria, bem como no desmembramento do mundo comunista que traz à cena a pluralidade dos diferentes grupos étnico-culturais.

A Conferencia Mundial sobre política cultural promovida pela UNESCO, no México, em 1982, foi um marco, já na segunda metade do século XX, na afirmação da necessidade de favorecer processos de afirmação da identidade cultural de todo o grupo humano, bem como promover o diálogo e a troca entre diferentes culturas.

Todavia, o multiculturalismo pode ser considerado como uma política ingênua e até leviana, porque parte de uma falsa consciência acerca dos reais problemas culturais. Pode, ainda, se pautar em algum tipo de cultura que se julga superior às outras, utilizado, apenas, como uma estratégia política de integração social.

Para Mac Larem, as classificações usualmente conferidas ao termo “multiculturalismo” “são idealizadas”, não passando de “recursos heurísticos”, pois, em geral, as posições tendem a se misturar umas com as outras. Para ele, pode-se classificar as formas de multiculturalismo em conservador ou gerencial, encontrado nas visões colonialistas. Tal posição tende a representar as minorias como mal sucedidas por possuírem bagagens culturais inferiores. Esta forma de multiculturalismo, segundo o autor, também expressa o projeto de constituir uma cultura comum, anulando saberes e diferenças, visando garantir a hegemonia do capital cultural da classe média. Mais ainda, o multiculturalismo conservador se utilizaria do termo “diversidade” para encobrir a ideologia de assimilação que sustenta a posição na qual os grupos étnicos seriam reduzidos a “acréscimos” à cultura dominante. O autor relaciona, ainda, o multiculturalismo humanista liberal, que teria como pressuposto uma igualdade natural entre os seres humanos, o multiculturalismo liberal de esquerda que parte da diferença cultural como argumento central em suas análises, tratando a “ diferença” como uma “ essência” que existe independente da história, da cultura ou do poder. Por último, destaca a radicalidade do multiculturalismo crítico e de resistência, abordagem de significado pós – estruturalista. Esse enfoque compreende as representações de raça, de classe e de gênero como resultado de lutas sociais sobre signos e significações e, nesse sentido, enfatiza não apenas o jogo textual e o deslocamento metafórico como forma de resistência, mas também enfatiza a tarefa central de transformar as relações culturais e institucionais nas quais os significados são produzidos. Alega que as tipologias acima estão presas à lógica de uma pretensa democracia, moldadas sob uma concepção consensual da diferença. Sob a ótica de um multiculturalismo crítico e de resistência, essa seria a tendência de uma política de assimilação em que se naturalizam relações de

poder e privilégio como se realmente vivêssemos em uma sociedade igualitária.⁴⁰⁷

“Grupos privilegiados ocultam vantagens ao defenderem o ideal de uma humanidade comum”.⁴⁰⁸

Crítico das concepções mais conservadoras da cultura e do próprio conceito de multiculturalismo, o indo-britânico Homi Bhabha, adensa a discussão quando relaciona a crise identitária da contemporaneidade “ ao afastamento das singularidades de “ classe” ou de “ gênero “, como categorias conceituais e organizacionais básicas.”⁴⁰⁹

Esses “entre-lugares” fornecem o termo para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular e coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade. (...) A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento. O “ direito” de se expressar a partir da periferia para o poder e do privilégio autorizados não depende da persistência da tradição. (...) O reconhecimento que a tradição outorga é uma forma parcial de identificação.⁴¹⁰

Para o autor, o que “é politicamente crucial no momento é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais e práticas de reconhecimento.”⁴¹¹

É com essa perspectiva, que este estudo se desenvolve.

3.2 - Políticas de re- conhecimento

Na minha escola tem dois negros. Eu e o Gervásio, o porteiro. No primário teve um outro aluno, mas ele saiu. Só ficou um ano. Na minha escola, todo mundo se trata mal. Brigando, chamando de idiota, essas coisas. Mas se alguém te chamar de idiota na frente da professora, ela te defende mais do que devia e briga com o cara. Ela vai achar que te chamaram de idiota só porque você é negro. Aí ninguém aqui me chama de idiota. Só os meus amigos mesmo.⁴¹²

⁴⁰⁷ Cf. Mc Laren, Peter. *Multiculturalismo Crítico*, São Paulo: Cortez, 1997.

⁴⁰⁸ Ibidem, p.77.

⁴⁰⁹ Cf. Bhabha, H. K. *O Local da Cultura*. Op.cit, p.19.

⁴¹⁰ Ibidem, p. 20-21.

⁴¹¹ Cf. Bhabha, H. K. *O Local da Cultura*. Op.cit, p.20.

⁴¹² Fala de Duca, sobrinho de Eder. *Meu tio matou um cara*. Jorge Furtado. Natasha filmes, 2004.

O livro publicado na década de 90 do século passado organizado pelo professor de filosofia e ciências políticas Charles Taylor - Multiculturalismo⁴¹³ traz uma contribuição importante para o debate acerca da temática identitária e multicultural e a questão política do reconhecimento.

O autor sustenta a tese de que as identidades se constituem por meio do processo do reconhecimento. “A tese consiste no fato de a nossa identidade ser formada, em parte, pela existência ou inexistência de reconhecimento ”- diz o autor.⁴¹⁴

O texto de Taylor procura traçar uma análise das transformações no estatuto da historicidade de cada sociedade, no qual, cada momento singular instaura, na mesma medida, uma transformação no próprio processo de constituição da subjetividade dos indivíduos sociais. Investiga, também, como que a subjetividade moderna é forjada a partir de uma relação com o olhar do outro.⁴¹⁵

O argumento central do autor consiste em avaliar a década de sessenta do século passado marcada por uma pressão igualitária que vai abranger diferentes aspectos da vida social. Para Taylor, o argumento das minorias ou do multiculturalismo, em geral, basicamente do movimento negro e do movimento feminista, indica que o indivíduo pode sofrer se lhe for negado o reconhecimento, produzindo, assim, um processo de baixa auto-estima que em parte explicaria o “fracasso” social desses segmentos. Ele se coloca como vítima na medida em que internaliza os valores dominantes.⁴¹⁶

⁴¹³ Cf. Taylor, C. *A Política de Reconhecimento*. IN: Taylor, C. (Org). Multiculturalismo. Instituto Piaget, Coleção Epistemologia e Sociedade. Lisboa, 1994.

⁴¹⁴ Ibidem, p. 45.

⁴¹⁵ Ibidem, p. 45.

⁴¹⁶ Outros autores procuram estabelecer a relação entre a auto-estima e a produção de uma identidade subjugada. Souza, J. por exemplo, faz essa discussão em *A construção da subcidadania. Para uma construção política da modernidade periférica*. Editora da UFMG: Belo Horizonte, 2003. Da mesma forma, Guimarães, A. S. A., no livro intitulado, *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002, traça uma abordagem relacional para discutir os conceitos de classe e de raça, fundamentais para a consolidação do conceito de identidade.

Assim, algumas feministas afirmaram que, nas sociedades patriarcais, as mulheres eram induzidas a adotar uma opinião depreciativa delas próprias. Interiorizavam uma imagem da sua inferioridade, de tal maneira que, quando determinados obstáculos reais à sua prosperidade desapareciam, elas chegam a demonstrar uma incapacidade de aproveitar as novas oportunidades. Além disso, estavam condenadas a sofrer pela sua debilitada auto-estima. Também surgiram argumentos semelhantes entre os negros: que a sociedade branca projetou durante gerações uma imagem de inferioridade da raça negra, imagem essa que alguns dos seus membros acabaram por adotar. Nesta perspectiva, a auto-depreciação tornar-se um dos instrumentos mais poderosos da sua própria opressão.⁴¹⁷

É desta forma que Taylor discute a temática do reconhecimento e das pré-condições para que o respeito e a auto-estima transformem-se no ponto central para a construção da solidariedade.⁴¹⁸

Para ele, há duas formas de reconhecimento social – que também são formas de atribuição de respeito, auto-estima e de formação de identidades – uma universalizante, que é o princípio da dignidade e outra particularizante, que é o princípio da autenticidade.

Mas em que momento a questão do reconhecimento tornou-se central?

Para Taylor, há duas importantes passagens – a primeira, a passagem da honra (calcada na exterioridade) à dignidade (calcada na interioridade) e a segunda, a passagem da sinceridade à autenticidade. Ambas são fundamentais no processo de constituição da afirmação do reconhecimento social.

Para o autor, a sociedade moderna é marcada por uma “virada individualista”, ainda que muitas vezes as “reivindicações” apareçam sob o julgo de grupos. Assim, nesta arena, duas forças se constituiriam – a pressão por igualdade e a virada para o individualismo.⁴¹⁹

⁴¹⁷ Cf. Taylor, C. *A Política de Reconhecimento*. Op.cit. pp.45-46.

⁴¹⁸ Ibidem, p.47.

⁴¹⁹ Ibidem, pp.48-49;

A passagem que marca a trajetória da sinceridade à autenticidade pode ser entendida quando identifica-se na sinceridade uma qualidade moral na qual é valorizado, no indivíduo, o comportamento estratégico e a coragem de dizer ao outro o que se pensa, ou o que é necessário, num dado momento, à uma dada pessoa. Neste contexto, cada indivíduo teria um lugar determinado na sociedade, como num jogo. Ao contrário, a lógica da autenticidade possui a tópica de “ser você mesmo”. Aqui o indivíduo é encorajado a agir a partir da sua “vontade”, independente das circunstâncias. Ser o que se é significa ser o que você quer ser, e não o que querem que você seja. A expressão desse movimento pode ser observada nos discursos e nas práticas de diferentes grupos minoritários que se rendem aos seus desejos e se expõem ao reconhecimento de si e do outro.

Todavia, é importante salientar que nesta virada há uma exigência básica – o indivíduo precisa ter a consciência de si. Ou seja, o que está em jogo é o processo de constituição da tomada de consciência e do processo de interioridade do indivíduo. O que passa a importar agora é o sentido interno que cada ação representa e não o juízo do outro.⁴²⁰

A origem dessa “autenticidade” também tem respaldo no senso moral. Todavia, vale observar que a base moral anterior estava calcada numa “moralidade das conseqüências”, numa “moralidade da culpa”, pautada no Direito Divino, nas leis de Deus. Na passagem da sinceridade para a autenticidade a experiência de pensar se desloca mais uma vez. A fonte de toda moral está em cada indivíduo e pensar passa pois a ocupar o lugar da tomada de consciência de si e da determinação do próprio pensamento.⁴²¹

⁴²⁰ Anotações do Ciber *Idea*. Exposição: Paulo Vaz. 19-10-2005

⁴²¹ *Ibidem*.

Essa “virada individualista” indica que, doravante, a fonte moral está em cada um mas que, por outro lado, há que se promover o “desocultamento” desse ser interior.

Diferentes perspectivas e análises delas derivadas tentarão propor meta-narrativas explicativas para esse dilema. De Freud com a saída dos indivíduos da culpa até Marx com a tomada de consciência de classe.

Em ambos os aspectos e seus diferentes espectros de reflexão e prática estão em jogo o entendimento da historicidade dos indivíduos e com ela a noção de que a consciência moral também é fruto dessa historicidade, é fruto de cada momento histórico.

No entanto, esse “desocultamento” não ocorre sem que, inversamente, possa se dar um processo de interiorização do olhar externo do outro.

Assim, sentimentos como vergonha ou culpa foram (e continuam sendo, ainda que sob novos “regimes de verdade”) sendo paulatinamente internalizados a partir de em olhar externo, de um olhar de um outro significativo para mim. O determinante aqui é portanto a percepção de que essa internalização foi construída com o tempo, definindo dimensões decisivas das subjetividades. O reconhecimento seria uma dessas dimensões. *Eu desejo o desejo do outro!* O processo de construção da subjetividade moderna passaria, pois, pelo processo alienado de tornar-se sujeito do desejo do outro como forma de reconhecimento.

3.3 – O Terremoto da Emancipação e a Moral da Audiência : da moral exteriorizada à moral interiorizada

Nos estudos de Ehrenberg, encontra-se a síntese dos argumentos levantados até aqui ampliando a análise para aspectos importantes da contemporaneidade que sustentam uma série de discursos e políticas da diferença e do reconhecimento.⁴²²

O autor vai argumentar que o modelo disciplinar de gestão, operante na modernidade, de conformidade das proibições, designava um destino aos indivíduos. Já a nova normatividade instaurada na contemporaneidade incita constantemente à tópica – *tornar-se o que se é*. Novas normas e o modo de vida que elas revelam, incitam a iniciativa individual e coletiva. A consequência dessa nova normatividade gera o fato de que a responsabilidade da vida se aloja não unicamente em cada um, mas, igualmente, num entre-nós coletivo.⁴²³

Para o autor, uma série de consequências vão advir desse fato. Inicialmente a depressão como resultado da percepção de insuficiência consigo. Daí a proliferação das “drogas da aparência” ou das *smart drugs* que propiciam, de um lado, uma volta do indivíduo a ele mesmo, como se o mau humor ou o nervosismo não fizessem parte dele; de outro, aumentam sua percepção e capacidade cognitiva. Com isso, cria-se um “bem estar artificial”, uma “igualdade artificial” tomando insidiosamente o lugar da cena ou da igualdade – a “cena social”.

O que significa tornar-se o que se é? - pergunta o autor.

Não se trata apenas de zelar pela aparência mas sim perceber as fronteiras entre o permitido e o proibido, entre o possível e o impossível, entre o normal e o patológico. Significa ainda a aposta no íntimo de cada um desencadeando uma série de reações de culpabilidade e, conseqüentemente, responsabilidade etc.

⁴²² Cf. Ehrenberg, A. *La fatigue d'être soi*. Paris: Odile Jacob, 1988.

⁴²³ Cf. Ehrenberg, A. *La fatigue d'être soi*. Op.cit., p.14-15.

E qual é o papel do sofrimento em todo esse contexto, questiona mais uma vez o autor.

Para Ehrenberg, o sofrimento está atrelado à forma pela qual a historicidade abriu espaço para um processo no qual se tornou possível aos homens falar de seus sofrimentos mais íntimos (caracterizando uma oferta de sofredores) e por outro lado, gerando um conjunto de especialistas e de ações que pudessem dar sentido a esse sofrimento (caracterizando uma demanda de sofredores).⁴²⁴

Como elementos representativos desta *oferta de sofredores*, destacam-se, a partir do século XIX, a valorização da vida privada e seu ideal de felicidade, que vem desde o romantismo e o iluminismo. O ideal de felicidade aparece nesse momento como possibilidade de “secularização da salvação religiosa”. O século do Iluminismo é também o século da felicidade. Se há ideal de felicidade, os sofrimentos tornam-se importantes. Nesse contexto, na esfera pública, usa-se a razão privada entre iguais e a esfera privada tem autonomia e valor.⁴²⁵ Composto este cenário tem-se, ainda, o desenvolvimento de práticas de atenção a si e a capacidade do espaço público em “ouvir” o sofrimento do outro. Sobretudo a partir do século XIX, inicialmente como uma prática de elite, observa-se que o indivíduo quer escolher sua identidade. Um exemplo disto pode ser encontrado nas práticas de “observar sua imagem no exterior (a democratização do retrato, difusão dos espelhos, nascimento da fotografia) e perscrutar o que se passa dentro de si (diários íntimos e conversas secretas com interlocutores “mudos”).⁴²⁶ Indica, ainda, a existência de ações que possam vir a mudar o estado de sofrimento no quais os indivíduos estão inseridos. Ou seja, instaura-se um processo de reconhecimento do sofrimento e conseqüente pedido de ajuda e/ou mudança desta condição.

⁴²⁴ Cf. Ehrenberg, A. *La fatigue d'être soi*. Op.cit.

⁴²⁵ Ibidem.

⁴²⁶ Ibidem.

Ehrenberg sinaliza, por outro lado, que este foi um percurso marcado por obstáculos posto que até a virada dos anos sessenta, não havia espaço público para a gestão do sofrimento. O sofrimento privado, exposto ao público era estigmatizado e identificado como perigoso para a ordem pública e os bons costumes.⁴²⁷ Um outro obstáculo que se apresentava à expansão da oferta de sofredores estava relacionado com o fato de que havia, neste momento, uma nítida separação entre a esfera pública e a esfera privada. A primeira identificada como um lugar de igualdade e liberdade e a segunda, um espaço de hierarquia e submissão. O percurso conduzido ao longo do século XIX vai mudar este cenário indicando a proliferação de um demanda de sofredores e, com isso, um imenso campo de sofredores torna-se possível.

Antes, haveria uma relação simbólico-religiosa com o sofrimento. De um lado acreditava-se num nexo entre mal natural e falha moral. Se o sofrimento é castigo, a forma de lidar com ele é por meio do sacrifício e do ritual, mesmo no caso específico do sofrimento cristão de um nexo entre sofrimento involuntário interpretado como castigo e sofrimento voluntário posto como sacrifício ao qual se espera alguma recompensa. (...) Modernidade é secularização, mas isso num sentido muito específico. De um lado, para o corpo, há uma solução médica, isto é, científico-tecnológica. (...) De outro, para outras formas de sofrimento, cria-se a causalidade social.⁴²⁸

Desta forma, emerge, na contemporaneidade, por um lado, uma responsabilização individual crescente pelo sofrimento⁴²⁹, por outro, a necessidade de projetar-se no futuro como possibilidade, como *tornar-se o que é*. Com isso, instaura-se inevitavelmente, mudanças nas relações entre indivíduo e sociedade, entre indivíduo e as exigências sociais. Ou seja, cria-se uma sociedade da responsabilidade, marcada por iniciativas individuais mas também pela crescente responsabilização do estado diante do

⁴²⁷ Vale observar que o estudo de Ehrenberg relaciona-se, sobretudo, à possibilidade do aparecimento sofrimento psíquico, embora o autor faça constantes analogias e referências ao sofrimento generalizado, também importantes para a reflexão em que se insere esta Tese.

⁴²⁸ Cf. Ehrenberg, A. *La fatigue d'être soi*. Op.cit, p.18.

⁴²⁹ Mesmo no caso do sofrimento orgânico, o indivíduo passa a ser responsabilizado por uma série de doenças que, a princípio poderiam ser evitadas. De outro lado, a esfera governamental também é responsabilizada, por exemplo, quando permite a veiculação de propagandas incitando o consumo do tabaco cujo nexo associa ao câncer.

sofrimento do outro, sobretudo com a crise do estado de bem estar social e a consolidação do neo-liberalismo. Percebe-se um duplo movimento. O espaço público passa a apoiar o privado, o íntimo. A vida privada não mais se caracteriza como um lugar de hierarquia, de submissão, de destino. Para tanto, é necessário democratizar o sofrimento, expor publicamente problemas comuns aos outros.

A nova moralidade aparece não aberta ao prazer e sim responsabilizando-se sobre o seu futuro. A análise dos riscos passa a ser nova forma de descobrir o sofrimento evitável!

Sabe-se que o sofrimento foi secularizado.

Nesse processo, de um lado, tinha-se o sofrimento operando numa esfera simbólica e religiosa. O sofrimento voluntário portava a idéia de sacrifício. O ideal ascético é uma forma enfraquecida de sofrimento que se volta sobre si para recobrar o vigor. Quando se propõe ao castigo, o mesmo é seguro pois nada mais é que ascese.

A mudança que se configura na modernidade e que se acentua na contemporaneidade se traduz no fato de que, de um lado, o indivíduo vai buscar uma causalidade social e política para o sofrimento, e, de outro, vai haver a individualização da responsabilidade pelo sofrimento.

Assim, tem-se, de um lado, o indivíduo como portador, como detentor de um risco no qual é de sua responsabilidade se expor ou não, trazendo para o centro do debate a noção de decisão. Por outro, emerge a noção de vítima virtual, daquele que modifica seus hábitos, suas escolhas, para não sofrer ou diminuir o sofrimento. Doravante o indivíduo passa a lidar com a causalidade do risco que o outro expõe a si. E neste contexto vale frisar duas considerações importantes, que remetem às indagações centrais deste estudo. De um lado, a pobreza não é mais causalidade, a etnia não é mais causalidade. Tudo passa a portar um caráter de escolha, de decisão que autoriza um

outro tipo de intervenção na vida privada por parte do Estado. De outro, poder-se-ia pensar na emergência do indivíduo soberano, anunciado por Nietzsche, que indicaria a vinda, doravante, de uma forma comum de vida e a consolidação do ideal político moderno do homem como proprietário de si mesmo e não como dócil súdito do príncipe?⁴³⁰

Para Ehrenberg, seria nesse momento que teriam ocorrido os grandes equívocos a propósito do indivíduo contemporâneo.

Há aqueles que se contentam em “lamentar” a famosa perda de referência do homem moderno, o enfraquecimento do laço social e a privatização da existência como causa e consequência da vida pública.⁴³¹

Nesta nova normatividade poderia estar a saída para os paradoxos hoje postos ao homem e à humanidade?

Para o autor, a trajetória de emergência e consolidação dos movimentos sociais iniciados na década de sessenta é consequência dessa nova normatividade. A contemporaneidade estaria marcada por uma série de confrontos de novas referências. Mais do que o declínio do público, estaríamos diante de transformações das referências políticas e dos modos de ação pública, que agora são buscados no contexto do individualismo de massas e da abertura das sociedades nacionais.⁴³²

Uma consequência desse contexto está no que ele denomina de “Terremoto da Emancipação” que tem transformado coletivamente, ainda que isso pareça ser uma incongruência, a intimidade de cada um. Os homens teriam se tornado *puro indivíduos*, *homens sem guia* no sentido de que nenhuma lei moral, nem tradições indicariam “de fora” – o que devemos ser ou fazer. O “direito” de escolher sua própria vida e a injunção *tornar-se o que é* colocam a individualidade num movimento permanente,

⁴³⁰ Cf. Ehrenberg, A. *La fatigue d'être soi*. Op.cit, p,14

⁴³¹ Ibidem, p.14.

⁴³² Ibidem, p.14.

diferentemente do problema dos limites reguladores da ordem interior. Observa-se, também, um declínio da separação entre o permitido e o proibido em proveito de uma fratura entre o possível e o impossível. O individualismo encontra-se transformado.⁴³³ Muda o lugar do interdito. Muda o lugar da disciplina e do limite dos modos de regulação. Ao invés de ordem exterior, recursos internos e competências mentais passam a reger a nova lógica.

Para o autor, todo esse processo pontua, ainda, que a exterioridade das tradições ou dos pressupostos morais, que anteriormente indicavam atitudes conformistas, não são mais o mote condutor das ações e sim a introjeção e a procura constante de uma individualidade que pode e deve escolher o seu destino. Todavia, nem sempre este indivíduo se reconhece satisfeito. Ele está sempre num processo que Deleuze denominou como de uma “moratória ilimitada”⁴³⁴, no qual há sempre um porvir que escapa e que cria uma nova exigência de reconhecimento, em detrimento do regime anterior, no qual o que estava posto era a quitação aparente da dívida. Em síntese, anteriormente, diante dos limites e das regras sociais, pensamentos conformistas ou automatismo de conduta eram os traços principais. Agora o indivíduo se confronta com uma patologia da insuficiência. Este novo indivíduo, apoiado em recursos e motivações internas busca *performances* que o identifique com o seu ideal.

Com isso, Ehrenberg estaria sugerindo que estas mutações na individualidade fazem mudar, também, a própria noção de interdito e, deste modo, o processo de normatividade não mais se fundaria na culpa e na disciplina mas sobre a responsabilidade e a disciplina.

Assim, para o autor, “o individualismo, na democracia, teria a singularidade de repousar sobre um duplo ideal: ser uma pessoa por si mesmo - um indivíduo - num

⁴³³ Cf. Ehrenberg, A. *La fatigue d'être soi*. Op.cit, p.16.

⁴³⁴ Ibidem, p.17.

grupamento humano que tira dele próprio a significação de sua existência - uma sociedade.”⁴³⁵ Valores religiosos aprioristas ou a noção de obediência soberana dão lugar a valores como interioridade e conflito. ⁴³⁶ Junto com o individualismo e a “a interiorização do conflito permitiu-se o confronto entre interesses contraditórios e a obtenção de compromissos aceitáveis. O conflito passa a ser, pois, condição da própria democracia na medida em que permite representar, sobre uma cena política, a dimensão social.”⁴³⁷

Nesta perspectiva, a instância normativa hoje sofreu, portanto, um deslocamento entre as categorias *super-ego* e *ideal de ego*.

Em seu texto, Ehrenberg ressalta que, na modernidade, as categorias *super-ego* e *ego*, tinham como atuação principal o estabelecimento de barreiras para o inconsciente e, em nome da lei ou da tradição das regras morais. O *super-ego* constituía-se, assim, como freio à ação. O que interditava estaria na ordem do outro. Na atualidade, entretanto, haveria uma flexibilização das regras morais e uma conseqüente mudança no foco das instâncias normativas. Segundo Ehrenberg, na atualidade operar-se-ia numa esfera de um *ideal-de-ego*, em que o indivíduo é levado constantemente a identificar-se, reconhecer-se e tornar-se o que é, num espetáculo afirmativo e performático constante.

O determinante nesse processo é o entendimento de que na subjetividade moderna a história aparece como potência, ou seja, a sociedade e/ou os indivíduos, têm um caráter inacabado, como se representasse não o que é e sim o que pode vir a ser. Isso implica uma marca importante em que essa “potência” precisa ser constantemente atualizada de modo que cada um possa “tornar-se o que é.” E esses processos de atualização têm a marca do consumo e da *performance*. Implica, ainda, reconhecer uma sociedade que se pensa como capaz de construir o seu futuro. Todavia, com a passagem

⁴³⁵ Cf. Ehrenberg, A. *La fatigue d'être soi*. Op.cit, p.17

⁴³⁶ Ibidem,p.18.

⁴³⁷ Ibidem,p.18-19.

da modernidade para a contemporaneidade ou para modernidade tardia, sobretudo com o impacto cada vez mais decisivo das tecnologias na constituição das subjetividades, opera-se uma inversão importante na qual o “*super-ego*” é substituído por um “*ideal de ego*”, gerando uma nova feição ao imperativo “tornar-se o que é”. Esses aspectos serão decisivos para os argumentos subseqüentes deste estudo.

A distinção e passagem entre uma moral da exterioridade para uma moral da interioridade pode ajudar a compreender este complexo processo.

Num primeiro momento, a moral opera num esquema meta-histórico em que há a interiorização da regra moral. É uma moral que pode ser chamada, também, de moral hipócrita ou cínica. Se há hipocrisia, há, também, uma distância com relação a um outro externo. Neste contexto, o indivíduo, entendido como possuindo um eu contínuo, segue a regras morais não pelo seu desejo, mas pela honra e reputação. É uma moral calcada no segredo em que é nítida a separação visível/invisível. Daí ser considerada uma moral da exterioridade. Já na moral da interioridade, o outro se interioriza como ideal por não haver mais o entendimento deste outro como distante. Em síntese, neste contexto, levando-se em consideração que o que está em jogo é o ideal de ego e não o super-ego, não se opera mais no nível da culpa posto que não há, em si, um outro que toma-se como distante.⁴³⁸

E aqui vale uma consideração que é fundamental para o entendimento deste estudo e das bases teóricas que sustentam esta dimensão de análise. Se não se concebe o outro como exterior, muda-se o estatuto do olhar desse outro. O mesmo foi internalizado de forma progressiva, criando-se a possibilidade, também, do surgimento, do indivíduo-vítima, constantemente transformado em herói. E por quê?

⁴³⁸ Anotações do Ciber *Idea*. Exposição: Paulo Vaz . 30/10/02

Quando se reduz a distância entre o indivíduo e a sociedade, num claro adensamento, o tempo, o reconhecimento e a captura do sofrimento de todos e de cada um, como sendo o seu próprio sofrimento, se dá numa extensão quase pré-determinada.

O indivíduo passa a ser, nesse sentido, “portador” de uma consciência do que se deve ou não fazer, a consciência do mal que frente à leitura da vítima reivindica o reconhecimento de si. Apesar de haver um processo histórico datado, no qual alguns eleitos, de tempos em tempos, são escolhidos como vítimas em potencial, há também a noção de que dependendo do ângulo ou da ênfase, todos podem em algum momento se transformar em vítima.

E isso significa colocar a vítima na TV, nos jornais.

As vítimas somos todos nós, anuncia a capa da revista semanal.⁴³⁹ A imagem fere os olhos. Muito mais do que relatar o atentado terrorista em Madrid, o sofrimento é notícia e compra corações e mentes.



⁴³⁹ Revista Veja. Editora Abril. Edição 1845. Ano 37- nº 11. 17 de março de 2004.

Esta é a moral da audiência anunciada no início deste estudo.⁴⁴⁰

Mas outra consideração importante deve ser feita. Toda moral é uma moral da aparência e implica numa audiência. A questão é problematizar o estatuto desta audiência que neste momento parece se apresentar como uma audiência extensa da qual não se pode escapar. Nesta audiência não se tem mais a noção de cidadão e sim de platéia, de observador e, sobretudo, de consumidor.

A mudança que este processo produziu pode ser identificado como sendo a síntese do deslocamento da vigilância para o monitoramento, ou mesmo, da passagem apontada no início deste trabalho, da culpa à responsabilidade ou à responsabilização.⁴⁴¹

Todo esse contexto vem acompanhado, também, de outras mudanças, passagens fundamentais na constituição das identidades e subjetividades na contemporaneidade. Os elementos a seguir, são mais uma peça desta articulada engrenagem.

3.4 – Exterioridade e Interioridade – novas práticas de ver e ser visto na contemporaneidade

De acordo com Bruno, a relação entre subjetividade e visibilidade adquire novos contornos com as tecnologias comunicacionais contemporâneas. Segundo a autora “ tais tecnologias participam de uma transformação no modo como os indivíduos constituem a si mesmos e modulam sua identidade – a partir da relação com o outro, mais especificamente, com o olhar do outro e a constituição de um novo estatuto deste olhar.”⁴⁴²

⁴⁴⁰ Anotações e reflexões. *Ciber Idea*. Exposição de Paulo Vaz. 14-04-2005.

⁴⁴¹ Anotações e reflexões. *Ciber Idea*. Exposição de Paulo Vaz. 14-04-2005.

⁴⁴² Bruno, F. *Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação*. IN: Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia> Porto Alegre, nº 24, julho de 2004, pps 110;124

Deste modo, observam-se novos formatos de exposição da vida íntima e privada por meio de diferentes circuitos de visibilidade, bancos de dados e programas computacionais de coleta e processamento de informações. Todo esse domínio de ver e ser visto incrementa, nos indivíduos, uma vigilância quase contínua. A autora ressalta, porém, que estes novos dispositivos dão continuidade a uma tendência inaugurada na modernidade cuja incidência do foco da visibilidade vai ocorrer em cima do indivíduo comum.

Numa síntese retrospectiva, pode-se dizer que no mundo pré-moderno, restrito aos ambientes da nobreza feudal, a burguesia nascente passa tanto a imitar padrões quanto a gerar as suas próprias exigências.

No entanto, não é de imediato que o indivíduo “comum” vai entrar como foco da visibilidade. Essa mudança de foco apontaria, segundo a autora, para dois deslocamentos principais. O primeiro, “a constituição de uma subjetividade exteriorizada e marcada pela projeção e antecipação”⁴⁴³ que se sobrepõe à subjetividade moderna, “interiorizada e marcada pela introspecção e pela hermenêutica.”⁴⁴⁴ O segundo deslocamento apontaria para mudanças no estatuto do olhar do outro e do próprio observador.⁴⁴⁵

Numa outra dimensão, muito importante para este estudo, há, também, o deslocamento da própria noção de identidade que sai dos recônditos do interior e se revela ao outro com as marcas de seu próprio reconhecimento – auto-declarado!

⁴⁴³ Bruno, F. *Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação*. Op.cit. pp. 110-124.

⁴⁴⁴ Ibidem, pp.110-124.

⁴⁴⁵ Como exemplo desta mudança a autora ressalta duas novas formas – a primeira relacionada aos *weblogs* e *webcans* conferindo um privatização do olhar outrora público e coletivo, impondo mudanças no sentido da experiência da intimidade que deixa de corresponder à tópica do sujeito moderno que opunha aparência e realidade, superfície à profundidade, exterioridade à interioridade etc, e, a segunda, à própria vigilância eletrônica.

A autora faz referência a Foucault, sobretudo em *Vigiar e Punir*,⁴⁴⁶ obra em que o filósofo destacou a intrínseca relação entre a produção de subjetividades e os dispositivos de vigilância.

Segundo Foucault, tanto os discursos quanto as táticas modernas de visibilidade constituem-se como “efeitos de poder”. Numa síntese desse processo, observa-se que, na modernidade, produzem-se duas importantes inversões no foco da visibilidade do poder. Na primeira, “o olhar não mais incide naqueles que exercem o poder mas naqueles sobre quem o poder é exercido”⁴⁴⁷, e, na segunda, incide-se o foco do olhar sobre o indivíduo comum, ordinário, mediano. Trata-se agora de um olhar individualizante, tornando visível, observável e calculável o indivíduo comum.⁴⁴⁸

Todo esse processo tornaria o indivíduo mais objetivado e individualizado e este é o aspecto que revela algo para o estudo desta tese. Isto porque uma forma possível de traçar a gênese da subjetividade é acompanhar a interiorização do olhar do outro, mais especificamente, a passagem de um “cuidado de superfície” para um “cuidado de si”, ou a passagem do social ao íntimo.⁴⁴⁹

Em síntese, pode-se dizer que a partir do século XIX, instaura-se um processo de complexificação do visível. A aparência, o visível, deixa de ser totalmente exteriorizado e passa a remeter a alguma interioridade. Nesta nova tipologia, a superfície, a aparência indica uma profundidade e ganha um caráter indicial, algo além dela e que só pode se revelar nela mesma, a constituição de um interior atrelado ao recôndito, aos espaços íntimos. Por outro lado, no jogo entre o visível e o invisível, vai-se associar o secreto

⁴⁴⁶ Cf. Foucault, M. *Vigiar e Punir*. História da violência nas prisões. 7ª edição. Petrópolis: Vozes. 1989, p. 31. Apud, Bruno, F. *Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação*. IN: Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, nº 24, julho de 2004, pps 110;124

⁴⁴⁷ Cf. Foucault, M. *Vigiar e Punir*. História da violência nas prisões. 7ª edição. Petrópolis: Vozes. 1989, p.29.

⁴⁴⁸ Cf. Foucault, M. *Vigiar e Punir*. História da violência nas prisões. Op.cit.p.29.

⁴⁴⁹ Fernanda Bruno. Anotações do curso. Dispositivos Tecnológicos e perspectivas teóricas sobre as relações entre visibilidade e subjetividade na cultura comunicacional. 2005/01

como autêntico e a aparência pode não revelar verdades e sim falsidades, remetendo ao eterno debate entre Platão e os sofistas. O decisivo aqui é que o real não se revela, é algo de se furta, que indica uma autenticidade, uma hermenêutica. Essas mesmas características já foram trabalhadas aqui, sob outros ângulos, a partir das reflexões de Taylor.

Vale observar que em Foucault a questão do reconhecimento está estritamente ligada à noção de poder e de vigilância. A modernidade teria se constituído a partir da internalização de um olhar superior, em que cada um se vigia. É a clássica noção do panoptismo que não só dissocia o par – ver e ser visto – como também promove a secularização do olhar de Deus, instaura o artifício laico do olhar de Deus. O objeto técnico passa a substituir uma crença.

Foucault traça, ainda, a noção de que, na chamada pré-modernidade, toda e qualquer punição possuía um papel excludente. Dito de outra forma, o poder tinha como objetivo excluir do real aquilo que se opunha. Já na modernidade o poder passa a ser produtivo. Ou seja, institui-se a noção de “tratamento” de “remediação”. Mais importante do que isso é a percepção de que na modernidade o poder produz no real aquele a quem ele se contrapõe, ou seja, produz no real o objeto de seu exercício.⁴⁵⁰

Assim, se na pré-modernidade o diferente ou o anormal podia ser condenado à morte mas essa condenação precisava ser “pública”, a luz de todos os olhares, na modernidade o mesmo vira um personagem, algo que é continuamente produzido pela sociedade e objeto de normatização.

⁴⁵⁰ Fernanda Bruno. Anotações do curso. *Dispositivos Tecnológicos e perspectivas teóricas sobre as relações entre visibilidade e subjetividade na cultura comunicacional*. 2005/01

Na norma, tem-se a estrutura em que o diferente ou o heterogêneo se constitui a partir do par homogêneo mais o desvio. É o que Foucault chamou de alteridade negativa.⁴⁵¹

Sobre isso o Hackman⁴⁵² diz que a norma instituída na modernidade tem um mecanismo de *feedback*. Cria-se uma alteridade negativa para fazer com que todos se pareçam provocando, assim, a homogeneidade necessária para o exercício do poder.

Para Foucault, usualmente pensava-se o poder como algo externo. A imagem de um poder internalizado marca de modo decisivo o entendimento do processo de produção da subjetividade moderna, introduzindo de maneira central a questão do reconhecimento.

Assim, para o autor, exatamente como na norma, a produção da subjetividade moderna é marcada pelo binômio alteridade mais internalização, alterando de forma decisiva as práticas de reconhecimento. O que é anormal ou desviante ou minoritário em termos sociais, agora passa a ser tolerado, respeitado, reconhecido em sua especificidade.

Volta-se como objetivado, ao início deste estudo, à inclusão. Só que agora pretende-se ter esclarecido como que toda essa demanda “inclusivista” faz sentido de forma tão avassaladora num sem número de pessoas, intelectuais, pessoas “do bem”, muitas vezes, porém capturadas por uma audiência de si mesmas.

Esta longa explanação pretende apontar para a decisiva mudança no estatuto do olhar do outro na contemporaneidade. Este parece estabelecer um primado da imagem e uma expansão da visibilidade, esta não mais atrelada ao interior e sim investida no imediato, no consumo e práticas de resistências que clamam por reconhecimento. Ou seja, na contemporaneidade, com todos os mecanismos já descritos aqui, a visibilidade

⁴⁵¹ Anotações e reflexões. *Ciber Idea*. Exposição de Paulo Vaz. 14-04-2005.

⁴⁵² Cf. Hackman, Ian. *Foucault's immature science*. *Noûs Journal*. Bloomington. Blackwell Publishing. Vol.13,nº 1. pp.39-51, Mar,1979.

não se confunde com o visto ou o sujeito que vê ou não vê, e nem se reduz aos instrumentos de visão e sim aponta para as condições de possibilidade do que se vê ou não se vê, do visível e do invisível, possibilidades estas entendidas como condições históricas e não ontológicas ou universais. O que está em jogo é o que se torna digno de ser visto numa determinada época ou não. É desta forma que certos indivíduos são colocados num campo de visibilidade e ganham força, expressão e audiência. Todo esse contexto parece revelar, a partir de novos operadores conceituais, as atuais práticas afirmativas sobretudo quando as mesmas baseiam-se na afirmação da auto-declaração, da auto-estima e do reconhecimento.

Somando-se às análises conceituais recortadas aqui, o filósofo e ensaísta francês Pascal Bruckner⁴⁵³, indica operadores importantes para finalizar esta etapa do entendimento e análise do objeto aqui disposto.

3.5- Infantilismo e vitimização

Em uma de suas obras, a *Tentação da Inocência*,⁴⁵⁴ Bruckner traduz o que ele denomina de “juridicismo” que seria a tendência geral das minorias, sobretudo das nações marginalizadas, de vestir a carapuça do oprimido quer para perpetuar contra outrem os crimes de que foram vítimas, quer para reconfortar-se na comiseração.⁴⁵⁵

Neste estudo, o autor traça uma genealogia do surgimento e da ascensão do indivíduo e do individualismo da Antigüidade Clássica à modernidade de modo a possibilitar uma análise apurada das condições que hoje se apresentam no âmbito do direito das minorias, da questão do reconhecimento e do reconhecimento do outro, tendo como base dois conceitos principais: o infantilismo e a vitimização.

⁴⁵³ Cf. Bruckner, Pascal – *A Tentação da Inocência*. Op.cit.

⁴⁵⁴ Cf. Bruckner, Pascal – *A Tentação da Inocência*. O.cit, p.11.

⁴⁵⁵ Ibidem, p.12.

Usando a metáfora do “encolhimento dos homens”⁴⁵⁶ o autor relaciona o sentimento do homem contemporâneo diante da imensidão do mundo, da multidão dos seres, da proliferação contínua de informações e de descobertas tecnológicas, como pigmeus esmagados pelo gigantismo das coisas⁴⁵⁷.

Desta forma, diante desta imensa aldeia globalizada seríamos todos “homens que encolhem”.

Toda a Terra poderíamos dizer hoje, pois a unificação do planeta pela tecnologia, pelos meios de comunicação, pelas armas da destruição total torna a humanidade inteira co-presente a si própria. Essa imensa conquista tem um terrível reverso: estamos potencialmente carregados e informados de tudo o que acontece a cada momento. A “aldeia global” é apenas a soma das obrigações que escravizam o homem a uma mesma exterioridade da qual tentam se preservar, já que não podem dominá-la. Esta interdependência dos povos e o fato de que as ações longínquas tenham para nós repercussões incalculáveis são sufocantes. Quanto mais a mídia, o comércio, os intercâmbios aproximam os continentes e as culturas, mais a pressão de todos sobre cada um se torna esmagadora; sentimo-nos despossuídos de nós mesmos por uma sucessão de forças sobre as quais não temos nenhuma influência. O planeta encolheu tanto que tornou insignificante as distâncias que nos separavam de nossos semelhantes. A rede vai se fechando, criando um sentimento de claustrofobia e quase prisão. Explosões demográficas, migrações em massa, catástrofes ecológicas, temos a impressão de que os seres humanos escorregam continuamente uns sobre os outros. E o que é o fim do comunismo senão a irrupção, na cena internacional, do inúmero? As tribos humanas são legião, e todas livres do julgo totalitário, aspiram ao reconhecimento, mas ninguém consegue lembrar seus nomes!⁴⁵⁸

Como resposta a todo esse contexto, ele identifica uma “doença social” que denomina de “Tentação da Inocência”, uma doença do individualismo moderno que teria se desenvolvido em duas direções: o infantilismo e a vitimização – duas maneiras distintas de fugir das dificuldades de ser. Caminhos de fuga que surgem para um homem que faliu em suas próprias idéias.

⁴⁵⁶ A partir do romance de ficção científica de Richard Matheson, (*L’homme qui rétrécit*. Denoël, 1971) relata a história de um homem que por alguma anomalia ou desaventurança, começa paulatinamente a diminuir de modo inexorável e constatar-se insignificante, surpreendido por sua pequenez.

⁴⁵⁷ Cf. Bruckner, Pascal – *A Tentação da Inocência*. Op.cit. p.18.

⁴⁵⁸ Cf. Bruckner, Pascal – *A Tentação da Inocência*. Op.cit. p.16.

No primeiro caso, temos a imagem do eterno imaturo, paródia da despreocupação e ignorância da infância; na segunda, que interessa mais particularmente a esse estudo, a incorporação paulatina por parte dos indivíduos da figura do mártir autoproclamado.

O autor concebe o infantilismo como a combinação da busca de segurança com uma avidez ilimitada, manifestando o desejo de ser sustentado sem ter de se sujeitar à menor obrigação e, sobretudo, sem ter de renunciar a nada, nesse imenso caldo de consumismo, divertimento e concessões do mundo moderno. Seria, também, o regresso do homem aos recônditos infantis de sua alma, especialmente a busca incessante pelo prazer imediato.

Seguindo Bruckner, Geber⁴⁵⁹ afirma que vivemos um uma época que não aceita a dor como elemento normal do ser humano. Com isso a “dor” passa a ser algum tipo de indecência a ser suprida, imediatamente, com doses maciças de lazer. Sexo, drogas, presenteísmo, falta de preocupação com o futuro, seja lá como for, a frustração passa.

Como vitimização, Bruckner define a tendência do cidadão mimado do “paraíso” capitalista a se colocar nos moldes dos povos perseguidos, principalmente numa época em que a crise sabota nossa confiança nos benefícios do sistema.⁴⁶⁰

E o que é válido para a pessoa em particular é válido para as minorias, para todos os países do mundo. Durante séculos os homens lutaram pela ampliação da idéia de humanidade, para incluir na grande família das raças, as etnias, as categorias perseguidas ou reduzidas à escravidão: índios ,negros, judeus, mulheres, crianças, etc. Este acesso à dignidade pelas populações desprezadas ou subjulgadas está longe de se concluir; talvez não o seja jamais. Mas, paralelamente a esse intenso trabalho de civilização, se a civilização é realmente a constituição progressiva da espécie humana em um todo, toma forma um processo baseado na divisão e na fragmentação: grupos inteiros e até nações reivindicam agora, em nome dos seus infortúnios, um tratamento especial. Não há comparação, seja nas causas ou nos efeitos, entre as lamentações do grande adulto pueril dos países ricos e a histeria miserabilista de certas associações (feministas ou machistas), e a estratégia assassina dos estados ou dos grupos terroristas (como a Sérvia ou os islamitas) que agitam a auriflama do mártir para matar com toda a impunidade e saciar

⁴⁵⁹ Cf. Geber, Daniel. *Direito Penal do Inimigo: Jackobs, nazismo e a velha estória de sempre*. <http://www.jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp>. Último acesso 19/10/2005.

⁴⁶⁰ Cf. Bruckner, Pascal – *A Tentação da Inocência*. Op.cit. p.21.

seu desejo de poder. No entanto, todos, cada qual em seu nível, consideram-se vítimas que merecem indenização, exceções marcadas pelo miraculoso estigma do sofrimento.⁴⁶¹

É sobre esse processo de reconhecimento e vitimização, envolvendo ainda, os conceitos de sofrimento, auto-estima, visibilidade, *performance*, que se desenvolve a análise dos espectros midiáticos acerca da adoção da política de cotas e de cotas para negros nas universidades brasileiras. Com essa última dimensão, pretende-se fechar o ciclo proposto na perspectiva metodológica deste estudo, para, em seguida, pensar estratégias ou mecanismos que possam trazer de novo a imagem de Narciso ao espelho. Ou já não há mais espelhos?

3.6 – Espectros na mídia

A terceira dimensão deste estudo trata da questão da exigência contemporânea da implantação, para além das políticas de reparação, de *políticas de reconhecimento*.

Os quatro axiomas representativos dessa dimensão são: *o reconhecimento é oportunizar; o reconhecimento é identificar; o reconhecimento é diferenciar; o reconhecimento é responsabilizar.*

No primeiro axioma, *o reconhecimento é oportunizar*, os discursos selecionados remetem tanto à necessidade de que se criem oportunidades “iguais” ou “diferenciadas” de acesso ao ensino superior ou aos espaços anteriormente supostamente interditados às minorias, quanto à permissão para que as mesmas possam *se ver e ser vistas* como produtivas, com auto-estima e auto-imagem revelada. Tanto em opiniões favoráveis ou desfavoráveis à adoção das cotas, fala-se tanto em talento, potencial, quanto em *performance*. Estes são elementos marcantes que foram discutidos nesta dimensão de análise. Apontam tanto para uma nova gestão das bases morais quanto para novas

⁴⁶¹ Cf. Bruckner, Pascal – *A Tentação da Inocência*. Op.cit., p.18.

formas de intervenção pública. Expressam, sobretudo, o incremento de práticas de visibilidade. A questão central do debate parece ser: como oportunizar a visibilidade?

As duas falas abaixo, a primeira, aparentemente “contra” a adoção da política de cotas, e, a segunda, favorável, utilizam-se dos mesmos argumentos, relacionando oportunidade, culpa, auto-estima e *performance*.

Vivemos numa sociedade em que a oportunidade é um dos alicerces para alcançarmos os nossos objetivos. Oportunidade esta que, quase sempre, não é batalhada, e sim ganha. O Brasil se acostumou a ser um país onde as pessoas, muitas vezes, crescem em cima das outras, ou seja, sobem por meio do fracasso do próximo. Isso, porém, nem sempre é culpa deles próprios e sim daqueles a quem nos submetemos: os que promovem e legalizam propostas alegando ser o melhor para a população. Em certas ocasiões, talvez seja realmente, mas, em outras, é justamente o contrário do que a população necessita. (...) reservar 50% das vagas para alunos de escolas públicas não melhora a condição de ensino nessas instituições. Isso apenas prova que o próprio governo não acredita no potencial dessas pessoas, então cria algo para “sustentar a auto-estima” dos mesmos.⁴⁶²

Decerto, as iniciativas de ações afirmativas destinadas a impulsionar o ingresso de estudantes negros/as no ensino superior, que nada têm de novo, visam a corrigir uma distorção histórica e a permitir que os talentos e potencialidades possam, em igualdade de condições, ser revelados com base na *performance* que negros e brancos apresentem em sala de aula. Que o diga, a propósito, a ginasta Daiane dos Santos.⁴⁶³

Percebe-se, nestas falas, que o que está em jogo, neste momento é oportunizar, sem dúvida, mas essas oportunidades também têm o caráter de promoção de auto-estima e reconhecimento de talentos.

O desempenho ou não de cotistas ou não cotistas já foi objeto de análise na primeira dimensão deste estudo, mas agora volta com a potência reveladora do reconhecimento e com a clara marca do ressentimento. Percebe-se, na fala abaixo, um ressentimento generalizado e a necessidade extrema de se revelar como “excepcional”. O ensino é comparado a um “show” cujo espetáculo é aberto para poucos.

⁴⁶² Luciano Trigo. Jornal O Globo. *A democracia racial infelizmente virou vilã*. Editoria: Prosa e Verso. Entrevista Peter Fry. 20-06-2005.

⁴⁶³ Hélio Silva. Professor. Jornal O Globo. *O racismo cordial*. Temas em debate: Cotas raciais. 02-11-2004.

Eu cheguei a Uerj pela cota para escola pública, trabalho e estudo e o meu desempenho é excepcional, acima do da parcela ressentida que morou em salas de cursinhos *show* que não ensinam nada além de macetes.⁴⁶⁴

No último 14 de dezembro, um grande jornal de São Paulo noticiava que os negros aprovados na Universidade Estadual do Rio de Janeiro apresentaram desempenho similar ou superior aos colegas brancos. Temos pois que a experiência de ingresso diferenciado de estudantes africanos (indiscutivelmente negros, ao que tudo indica) e o desempenho dos negros brasileiros comprovam que o verdadeiro mérito é aquele mensurável no desempenho dos alunos, no decorrer do curso, e não na ante-sala das universidades. Fora deste contexto, qualquer outro argumento nada mais faz do que ilustrar o grau de omissão atávica, de racismo cordial ou de improvisação intelectual de setores das elites.⁴⁶⁵

A visibilidade é colocada em questão e clama pelo reconhecimento. Orgulha-se de ser o que se é.

Impressiona-me o número de cartas contrárias às cotas nas universidades. Como o tema incomoda! Experimentem observar a propaganda veiculada na TV, nos outdoors, em revistas e constatarão que negro não bebe cerveja ou refrigerante, não participa de campanhas beneficentes, não usa sabonete. Será que vamos ter que criar cotas para ver nossa diversidade estampada na mídia?⁴⁶⁶

Desavisada, a leitora. A obrigatoriedade de uma percentagem de negros na mídia já existe. A própria mídia e as agências de consumo e propaganda já identificaram uma parcela significativa de “clientes” entre as minorias. Existem hoje inúmeras propagandas e espaços que vendem produtos específicos para minorias específicas. Virou mercado, como tudo.

Já a fala do vereador abaixo denuncia, com ressentimento, sua invisibilidade e a inferiorização e baixa auto-estima dos negros no Brasil. Ver e se visto, parece ser mesmo a questão.

Eu cheguei em Chapadinha, era um festejo, tinha um leilão e eu estava em pé, atrás de um deputado, no meio de muita gente. O cara que estava gritando no leilão me conhecia e disse: ‘Agora, para gritar o leilão tem um deputado e tem um vereador.’ O deputado olhou para trás, passou a

⁴⁶⁴ Fred Oliveira, RJ. Jornal O Globo. *Cotas*. Editoria *Megazine*. 01-02-2005.

⁴⁶⁵ Hélio Silva. Professor. Jornal O Globo. *O racismo cordial*. Temas em debate: Cotas raciais. 02-11-2004.

⁴⁶⁶ Elizabeth Corrêas Nahas, RJ. Jornal O Globo. *Ainda as cotas*. Editoria. Opinião. 11-11-2004

vista por cima de mim assim, e nunca me enxergou. Porque era um negro. Ele nem imaginava que eu era vereador, porque não parecia mesmo vereador.” A “invisibilidade” do negro, que necessita do branco, talvez seja a forma mais recorrente com que se declara, em nosso país, sua “inferioridade”.⁴⁶⁷

A fala abaixo é interessante e importantíssima como síntese do que já foi apresentado aqui. Remete tanto à questão da vitimização e da visibilidade quanto à proporção do alcance do binômio ver e ser visto e a constituição de um entre-nós-coletivo.

Aqui cabe um parêntese. A discriminação, seja ela qual for, onde for, é um mal social cujo elemento principal não é a autopercepção do discriminado, mas sim a percepção que o coletivo, ou grupos dominantes, tem dessa pessoa. Portanto, de um modo ideal, o que deveria ser averiguado na auto-declaração não é a auto-imagem *prima facie* do candidato, mas se ele concebe a si próprio como vítima de discriminação, isto é, a percepção que ele tem da imagem que o coletivo social tem dele.⁴⁶⁸

O segundo axioma, *o reconhecimento é identificar*, se articula e dá continuidade ao anterior tendo como central a questão da negritude e da auto-declaração. Reconhecer porta a potência de tornar-se de fato o que se é - como anunciado nas bases teóricas deste estudo. A auto-declaração é vista como uma conquista. Conquista para ser livre e escolher quem se quer ser.

No âmbito da identificação, mais uma vez, tanto favoráveis quanto desfavoráveis questionam : afinal, quem é negro? O pardo é negro? Afinal quem sofre ou sofreu com a discriminação? Entra em cena a questão do racismo ou do racismo cordial.

Inicialmente, uma série de discursos que apontam para a dificuldade de definir quem é negro ou não no Brasil face à extensa miscigenação que caracteriza grande parte da população.

⁴⁶⁷ Verena Alberti. Jornal O Globo. *O preconceito existe e pode matar*. Editoria: Opinião. 20-06-2005.

⁴⁶⁸ João Féres Junior. Professor do Iuperj. *Um mal Social*. Jornal O Globo. Editoria: Opinião. 20-04-2004

Está cada vez mais difícil saber quem é negro no Brasil. Pelo sistema de cotas adotado nos vestibulares de várias universidades, negro pode ser quem se declare assim, e ponto.⁴⁶⁹

A definição de cotas para negros ainda carrega uma dificuldade prática típica do Brasil. Salvo exceções, os brasileiros não se sentem especialmente distinguidos pela identificação étnica. Como a pesquisa genética comprova, não há raças branca, negra ou asiática. Existem apenas padrões comuns de hereditariedade humana. Como uma nação orgulhosamente formada por trinetas e trinotos de uma longa série de casamentos mistos, pode determinar quem é de eventual minoria ou de suposta maioria? Só se copiarmos o exemplo terrível dos Estados Unidos onde, pelo insistente descumprimento do preceito básico da igualdade, foram criadas regulações complicadas sobre o acesso ao trabalho, à escola, à habitação, ao financiamento bancário, à frequência ao comércio – e a tudo o mais que se imaginar. Os negros e os hispânicos conseguiram acesso aos cargos públicos e às universidades, mas a prosperidade de cada família discriminada depende mais do crescimento econômico do que de uma política confusa.⁴⁷⁰

É um outro Brasil que este estatuto quer fundar. O que os brasileiros precisam decidir é se desejam este novo Brasil. Meu palpite é que se o tema fosse posto em referendo, com campanhas esclarecedoras de ambas as partes, o resultado mostraria que ainda sonhamos com o ideal de uma nação orgulhosa de sua miscigenação, em que raça e cor não importam.⁴⁷¹

A auto-declaração é questionada mas também as dúvidas pessoais com sua cor são trazidas à tona. A marcação identitária compulsória por meio das cotas se evidencia e faz lembrar que a auto-declaração compulsória é a expressão clara de políticas de regimes fascistas!

Do ponto de vista moral é difícil criticar a auto-declaração, pois parece correto e democrático conferir às pessoas a autonomia sobre sua identidade racial e/ou cultural. O problema com a auto-declaração, contudo, é de ordem prática: o candidato pode mentir deliberadamente acerca de sua identidade racial para obter vantagens que lhe seriam negadas caso assim não o fizesse. O critério visual é suspeito do ponto de vista moral porque, ao contrário da auto-declaração, ele rouba do candidato o direito à autodefinição. Por outro lado, no plano prático,

⁴⁶⁹ Laura Capriglione. *Jornal Folha de São Paulo. Definição de raça causa polêmica*. Editoria: Cotidiano. 15-02-2005.

⁴⁷⁰ Sylvia Romana. Advogada de Direito Trabalhista. *A injustiça do sistema de cotas*. *Jornal do Comércio*. Editoria: Direito & Justiça. 05-02-2004

⁴⁷¹ Ali Kamel. *Jornal O Globo. Não ao estatuto racial*. Editoria: Opinião. 29-11-2005.

esse método coíbe a falsa identificação ao submeter o candidato a uma espécie de prova de senso comum sobre sua identidade racial.⁴⁷²

Entre os estudantes que vão disputar os 20% das vagas destinadas a negros está Renata Soares, de 18 anos. No começo do ano, no entanto, o sistema de cotas não estava em seus planos. Como acontece com muita gente, Renata tinha dúvidas em relação à sua cor.

— Meu pai é negro, mas minha mãe é parda, então eu não sabia se era certo concorrer às vagas das cotas — diz ela, que ficou com conceito C na primeira fase da Uerj e quer fazer publicidade.

Renata só decidiu disputar uma vaga das cotas há três meses, quando conversou com a sua professora de sociologia.

— Ela disse que eu devia tentar, sim, pois no Brasil essa história de cor é difícil de definir — lembra.

Ana Carolina Rocha, de 18 anos, passou por um dilema parecido com o de Renata antes de decidir disputar uma vaga das cotas do vestibular da Uerj. A estudante — que tirou D na primeira fase do concurso e quer estudar artes plásticas — conta que não sabia se era negra e tinha medo de não poder concorrer às vagas reservadas.

— Não sabia como as pessoas faziam para classificar que cor temos — diz ela, que também está no terceiro ano e hoje se considera negra. Nas cotas para negros das universidades estaduais, estão incluídos candidatos pretos e pardos. Danillo de Souza ainda está no segundo ano, mas o dilema tenho-o-direito-de-disputar-as-cotas-ou-não já esteve entre as suas preocupações. Durante um tempo, o estudante, de 16 anos, não sabia dizer se era negro ou não. Hoje Danillo se autodefine moreno e é contra o sistema de cotas, que considera racista.⁴⁷³

Em seguida, selecionou-se falas que discutem ou questionam se o Brasil é ou não um país racista ou disfarça seu racismo por meio do chamado racismo cordial ou mito da democracia racial. Este foi um debate muito extenso, que mobilizou um longo período de exposição na mídia. A decisão da UnB em fotografar o candidato para definir sua categorização racial acirrou a polêmica e deixou claro, ainda mais, as ambigüidades da proposta.

É interessante notar que maioria das cartas sobre as cotas trata de combatê-las quando voltadas para a população afro-descendente nas universidades. No entanto, no mesmo momento em que se discutem cotas para os afro-descendentes fala-se também de cotas para indígenas. Já existem legislações que tratam de cotas para deficientes físicos no mercado de trabalho e para mulheres nas representações político-

⁴⁷² João Féres Junior. Professor do Iuperj. *Um mal Social*. Jornal O Globo. Editoria: Opinião. 20-04-2004

⁴⁷³ Bruno Porto. Jornal O Globo. *Qual é a minha cor?* Editoria. Opinião. Megazine. 21-09-2004.

partidárias. O que me faz perguntar: existem, de fato, problemas com as cotas ou com a cor das cotas? Quem tem medo da cor das cotas? Por que incomodam tanto as cotas para negros e as outras não geram o mesmo tipo de reação? Serão manifestações inconscientes do nosso tão propalado racismo cordial? ⁴⁷⁴

Quem está perdendo a paciência somos nós negros que estamos reivindicando nossos direitos seculares. Dizer que quem está nas mesas de negociação não tem legitimidade para falar pela 'raça negra' não é uma piada. Parece mais um desatino de quem teme compartilhar poder e riqueza e perder privilégios seculares. Dizer que não somos racistas. Pode ser. Mas afirmo que o Brasil é discriminador em relação à raça/cor e gênero das pessoas (e também idade). ⁴⁷⁵

Muitos insistem que no Brasil não há preconceito de raça ou cor, e sim preconceito social: é o fato de a maioria dos negros ser pobre que explica o racismo. Proponho que avancemos um passo nessa reflexão: não importa a causa (admitamos que seja social), o fato é que ela produz o preconceito contra o afro-descendente. Preconceito que não só existe, como pode matar. De que morreu, em fevereiro do ano passado, o dentista negro Flávio Sant'Anna, em São Paulo? Suspeito de assalto, naquele momento ele não era "invisível", mas uma ameaça (Flávio foi assassinado com dois tiros no peito por policiais que o confundiram com um ladrão). ⁴⁷⁶

A comissão de homologação da UnB leva a uma ruptura com um "acordo tácito" que vem vigorando no Brasil, qual seja, do respeito à auto-atribuição de raça no plano maior das relações sociais. A valorização desse critério, próprio das sociedades modernas e imprescindível em face da fluidez racial existente no Brasil, cai por terra a partir da atuação de comissões como aquela da UnB. O respeito à auto-atribuição racial tem sido um ponto defendido pelos movimentos sociais desde longa data, inclusive por parte de lideranças do movimento negro. ⁴⁷⁷

Se você tem cinco minutos e faz parte dos que ainda acreditam que somos uma nação orgulhosa da mestiçagem entre brancos, negros, pardos, cafuzos, mamelucos, índios e amarelos, por favor, leia este artigo. Uma parte da sociedade se esforça para substituir esse ideal de nação pelo que chamam de "a verdade": seríamos uma nação bicolor, apenas negros e brancos, onde os negros vivem mal porque os brancos são racistas. ⁴⁷⁸

⁴⁷⁴ Marcio Alexandre M. Gualberto. *Jornal O Globo. Cotas*. Editoria: Opinião. 25-03-2004.

⁴⁷⁵ Isabel Cruz. JC- E Mail. *Leitores comentam a política de cotas*. 15-04-2004

⁴⁷⁶ Verena Alberti. *Jornal O Globo. O preconceito existe e pode matar*. Editoria: Opinião. 20-06-2005.

⁴⁷⁷ Ricardo Ventura e Marcos Chor. *Jornal o Globo. Tema em debate: cota racial*. Editoria: Opinião. 06-12-2004.

⁴⁷⁸ Ali Kamel. *Jornalista. Racismo sem números*. *Jornal O Globo*. Editoria: Opinião. 20-04-2004.

E a afirmação da miscenação brasileira não como racismo cordial mas como uma arma anti-racismo lembra a posição defendida pelo antropólogo Hermano Viana.

Sei que muitos pensam exatamente o contrário, tornando o consenso quase impossível. A discussão vai continuar. Mas enquanto isso e a exemplo do antropólogo Hermano Vianna, que também tem suas saudáveis dúvidas sobre o tema, espero pelo menos que, haja o que houver, não se perca o que me parece ser uma conquista nossa: a mestiçagem — não como mito de democracia racial, mas como arma anti-racismo. Nos EUA, branco é branco e preto é preto. Aqui, como se sabe, a mulata é a tal.⁴⁷⁹

A categoria “daltônico social” identifica tanto aquele que inverte a lógica da cores – declarando-se negro para se beneficiar das cotas quanto à fala do jogador da seleção brasileira de futebol, “ex-fenômeno Ronaldo” que se identificou publicamente como branco, ou do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que declarou a possibilidade científica de determinar a “raça”.

Na campanha, Lula foi indignado quanto à política de cotas. Para a surpresa de muitos, declarou que haveria formas científicas para determinar quem é negro, quem é branco, quem é pardo, quem é amarelo. Para ele, a classificação não constituiria a dificuldade maior.⁴⁸⁰

Há os que poderão tergiversar essa delicada questão política insinuando que estaríamos reeditando o argumento, próprio de “daltônicos sociais”, da impossibilidade de definir quem é negro no Brasil. O que está em jogo é algo maior, ou seja, o grau de autoridade que queremos delegar a terceiros para definir atributos que devem emanar dos próprios sujeitos.

A decisão da Universidade de Brasília (UnB) de estabelecer cotas raciais para o vestibular divide os candidatos, até mesmo os possíveis beneficiados pelo sistema. O sargento da Aeronáutica Adilson Faria, por exemplo, declarou-se pardo ao se inscrever ontem, primeiro dia de matrículas, para disputar uma vaga no curso de direito. — Estou me aproveitando do sistema, mas não sou um defensor. Não acho que tenha um critério para decidir quem é ou não negro, então não acho que seja um sistema justo — afirmou. — Acho que posso me beneficiar. Pode ser mais fácil ser aprovado — disse.⁴⁸¹

⁴⁷⁹ Jornal O Globo. Editoria. Opinião. *Cotas de Incertezas*. 14-07-2004

⁴⁸⁰ Ricardo Ventura dos Santos E Marcos Chor Maio. *Jornal do Brasil*. Cotas e Racismo no Brasil. Editoria: Educação. Temas em Debate: Cotas Raciais. 19-04-2004.

⁴⁸¹ Lisandra Paraguassú. *Cotas na UnB dividem até possíveis favorecidos*. *Jornal O Globo*. Editoria: País. 13-04-2004.

A polêmica foi tão grande que várias revistas semanais e jornais deram destaque a questão.⁴⁸²



Ricardo Zanchet, 19 anos e nenhum traço que lembre a raça negra, alegou que existem "mais de 200 tipos de negros" e inscreveu-se na cota. Zanchet fez isso como um protesto debochado. Mas na inscrição para o vestibular de 2003, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a primeira do país a adotar cotas, vários estudantes brancos prevaleceram-se do princípio da auto-declaração para se beneficiar do sistema. Na tentativa de evitar o mesmo problema, a UnB criou uma

⁴⁸² Lucila Soares. *Retrato em preto-e-branco. Cota para negros na Unb põe fogo na discussão sobre o acesso ao ensino superior*. Revista Veja. Editora: Educação. 21-04-2004.

comissão que, com base em fotografias, dará a palavra final em casos como o de Zanchet. Acabou criando uma espécie de tribunal de pureza racial – algo, no mínimo, contraditório tanto do ponto de vista moral quanto científico. É justamente a exigência da foto, no entanto, que deverá barrar a inscrição de Ricardo Zanchet, de 19 anos, que tenta pela terceira vez uma vaga em Química. Branco e sem traços de afrodescendente, ele se inscreveu pelo sistema de cotas. E virou motivo de piada em casa.”Estou morrendo de rir. Agora só chamo ele de negão’, diz a mãe, Vênus, de 38 anos, ainda surpresa com a atitude do filho. Contrário às cotas raciais, Ricardo diz que seu objetivo é protestar contra a reserva para negros de 20% das vagas, no vestibular de junho. Ele critica a falta de critérios socioeconômicos. ‘Quem vai ocupar essas vagas é a elite negra que estudou em escola particular, assim como eu’, afirma o jovem, que na inscrição declarou ter pele parda e se considerar negro.⁴⁸³

O número de cartas, artigos, entrevistas que abordam a questão da auto-declaração foi extenso. As diferentes formas de evitar fraudes, como o retrato do candidato a ser julgado por uma banca de especialistas, adotado pela Universidade Nacional de Brasília (UnB), receberam inúmeras críticas dentre as quais o perigo do retorno de pressupostos eugênicos. Contradições éticas relacionados à auto-declaração, protestos de negros criticando quem critica, de brancos se sentindo prejudicados. As discussões sobre a cor das cotas recheou as páginas dos jornais.

A Universidade de Brasília (UnB) divulgou as regras de seu sistema de cotas raciais. A tal comissão para chancelar que um dado vestibulando é preto ou pardo (de modo a evitar fraudes) a partir de fotografias é um preocupante namoro com práticas pretéritas e próprias ao que se fazia na época áurea do determinismo racial e da eugenia. Alguns dariam a alcunha de “comitê de certificação de pureza racial”. Centro de ponta em inúmeras áreas, a UnB lança um edital que se apóia em idéias caducas, mofadas e anacrônicas. Causa calafrios a proximidade geográfica com a Esplanada dos Ministérios, o que pode servir de exemplo para outras instituições federais e não-federais. Muitas décadas atrás, uma certa vertente de antropólogos físicos e médicos almejava identificar, em definitivo, os critérios para classificar os chamados “tipos raciais”. Depois de muito esforço, de muita película fotográfica (sim, eram importantíssimas as fotos das pessoas nuas ou semidespidas, de frente, de costas e de lado, em posição padrão) e de muita tinta, não se chegou lá.⁴⁸⁴

⁴⁸³ Lucila Soares. *Retrato em preto-e-branco. Cota para negros na Unb põe fogo na discussão sobre o acesso ao ensino superior*. Revista Veja. Editoria: Educação. 21-04-2004.

⁴⁸⁴ Ricardo Ventura dos Santos (Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Fundação Oswaldo Cruz) *Uma grande fraude*. Jornal O Globo. Editoria: Opinião. Temas em Debate: Cotas Raciais.02-04-2004.

Os candidatos às cotas, além de se declararem negros (o que inclui pardos e pretos), deverão se dirigir a um dos postos de inscrição da UnB para serem fotografados contra um fundo bege ("para que a imagem não seja alterada"). As fotos digitais serão encaminhadas para uma comissão incumbida de homologar ou não a auto-classificação, que incluirá representantes de movimentos sociais, especialistas no tema (??) e membros da equipe de implantação das cotas. As imagens serão ampliadas e analisadas com base no "fenótipo, cor da pele e características gerais da raça negra". Antecipando dificuldades, declarou a relatora da Comissão, Dione Moura: "Sabemos que haverá casos de irmãos em que um terá a inscrição homologada e outro não".⁴⁸⁵

Os procedimentos são mesmo de estarrecer, por várias razões. Destacamos duas. Primeiro, é altamente questionável se a comissão dispõe de fato de critérios claros e objetivos para identificar, em toda e qualquer situação, como demanda um concurso público, quem é pardo ou preto. Quem conhece um mínimo de história da ciência, sobretudo dos capítulos acerca das perversas interfaces entre medicina e antropologia física na virada do século XIX, sabe que critérios julgados científicos para a classificação de indivíduos e grupos sociais na época eram eivados de preconceitos e fraudes. Segundo, o processo é de uma arbitrariedade e de uma arrogância difíceis de conceber. No caso de indeferimento, o veredicto é que o indivíduo não é o que o candidato pensa e diz que é. O grau de violência é atroz. Lembremos que a auto-classificação, em si e por si, é o critério empregado pelo IBGE e por outras agências nacionais e internacionais.⁴⁸⁶

A longa fala abaixo busca apontar as ambigüidades que o procedimento de definição do critério da raça pode vir a criar.

No edital que explicita as regras do próximo vestibular, a Universidade Nacional de Brasília adotou o sistema de cotas para negros, mas com uma novidade: o estudante pardo também poderá se beneficiar das cotas. Parecia que, finalmente, uma injustiça começava a ser reparada. Maioria entre os pobres brasileiros, com um índice de 57%, os pardos estavam sendo postos à margem do processo pelas universidades estaduais que adotaram o sistema. Todo esse contingente se somava aos 19 milhões de brancos pobres, relegados à própria sorte por um modelo que visa apenas a beneficiar os negros, ou pretos, como preferiam (7% dos pobres do país). Mas a novidade era apenas aparente e se destinava apenas a fugir do problema exposto acima. O que propõe a UnB é um absurdo, do ponto de vista da lógica, da ética e das leis de igualdade racial que, até aqui, regiam a nossa República. Porque o edital diz o seguinte, no seu item 3.1: "Para concorrer às vagas reservadas por meio do sistema de cotas para negros, o candidato deverá: ser de cor preta ou parda; declarar-se negro(a) e optar pelo sistema de cotas para negros." Ou seja, o aluno pardo terá de se olhar no

⁴⁸⁵ Ricardo Ventura Santos e Marcos Chor Maio. *Jornal do Brail*. Cotas e racismo no Brasil. Editoria: Opinião. 05-04-2004.

⁴⁸⁶ Idem.

espelho, constatar, mais uma vez desde que nasceu, que a cor da sua pele não é negra (ou preta) nem branca, é parda. Feito isso, ao preencher a ficha de inscrição, ele terá de assinalar a opção que mais bem caracteriza a cor de sua pele: pardo. E, em seguida, será instado a mentir, declarando-se negro. Esse procedimento não resiste à lógica, porque, se o aluno é pardo, ele não pode ser negro. Não resiste à ética, porque obriga o aluno a mentir, declarando-se negro, quando na verdade ele é pardo. E não resiste às leis de igualdade racial de nosso país, porque ninguém pode ser discriminado pela cor da pele. Isso é racismo. Mas o edital vai além. Ele também fere as leis que impedem toda possibilidade de submeter cidadãos a constrangimentos morais. E não é outra coisa que acontecerá a milhares de alunos pardos que venham a ser barrados no sistema de cotas. Porque ele será chamado de mentiroso. O edital estabelece o seguinte, no item 3.2: “No momento da inscrição, o candidato será fotografado e deverá assinar declaração específica relativa aos requisitos exigidos para concorrer pelo sistema de cotas para negros.” E o item 3.3 conclui: “O pedido de inscrição e a foto que será tirada no momento da inscrição serão analisados por uma Comissão que decidirá pela homologação ou não da inscrição do candidato pelo sistema de cotas para negros.” Portanto, o candidato pardo terá de se dizer obrigatoriamente negro e, depois, sua foto será analisada por uma comissão que verificará que ele, não sendo negro, mentiu, e, logo, não tem direito a participar das cotas. A inclusão de pardos é apenas uma ilusão, uma maneira encontrada para fugir das críticas. Porque está clara a intenção da UnB: só se beneficiarão das cotas os negros pretos (um pleonasma) ou os pardos negros (uma impossibilidade ótica). E quem terá o poder para decidir quem é uma coisa ou outra, num país de miscigenados como o nosso, é uma comissão de umas poucas pessoas, únicas capazes de fazer tal distinção.⁴⁸⁷

O Estatuto da Igualdade Racial em trâmite no Congresso aborda as ações afirmativas não somente para negros, como também para os índios. O Estatuto do Índio, de 1973, ainda que conservador, estabelece que a condição de ser índio repousa no auto-reconhecimento pelo indivíduo e por sua comunidade. Veremos em breve o estabelecimento de comissões de especialistas também para índios? Há algo de mais autoritário que uma comissão como esta? É o que desejamos, submeter fotos (e porque não dizer, os destinos) de candidatos das mais variadas matizes para uma comissão de "notáveis"? Os fins justificam os meios? Os vestibulandos têm todos os motivos para reivindicarem que a UnB tornem públicos os critérios classificatórios. Assim, terão os elementos para impugnam (ou não) o que nos parece ser uma proposta para lá de equivocada.⁴⁸⁸

Mas a UnB se defende:

A Unb está fazendo a parte que lhe cabe, mantendo-se fiel a sua história de compromisso com a transformação do Brasil em um país mais justo

⁴⁸⁷ Jornal O Globo. Editoria: Opinião. *Unb: pardos só se forem negros*. 20-03-2004

⁴⁸⁸ Ricardo Ventura Santos e Marcos Chor Maio. *Cotas e Racismo no Brasil*. Jornal do Brasil. Editoria: Opinião. 19-04-2004

para todos, sem abrir mão do mérito acadêmico e da qualidade no ensino.⁴⁸⁹

O perigo da definição da raça é exemplificado por meio de histórias de nações que já enfrentaram essa mesma situação.

O angolano José Eduardo Agualusa, também se mostrou cético com os resultados das cotas como solução para uma dívida social com os descendentes de escravos, que ele julga que temos. Para exemplificar seu ceticismo quanto à possibilidade de definir a raça de uma pessoa, especialmente em sociedades miscigenadas, valeu-se de um exemplo da África do Sul, onde as famílias eram separadas de acordo com a raça de seus componentes e não raro irmãos viviam distanciados, um caracterizado como preto, e o outro como branco. Agualusa contou também a história de um bôer — sul-africano de origem holandesa — que, apanhado na cama com uma mulata, foi levado a julgamento pelo que era considerado crime no regime do “apartheid”. Ele conseguiu não ser julgado ao se declarar mulato no tribunal, colocando em risco a tese de que havia apenas brancos e pretos na África do Sul. E Caetano Veloso colocou uma pá de cal na discussão ao revelar que, na Nigéria, Gilberto Gil é considerado *yellow* (amarelo), até mesmo com certo desprezo.⁴⁹⁰

No terceiro axioma, *o reconhecimento é diferenciar*, o ponto central é a distinção. Iguais ou diferentes é a questão colocada. A categoria escala de brancura é utilizada de maneira cínica. Num país miscigenado como o Brasil a possibilidade de que se cometam erros quando o critério de justiça é o da cor é enorme, vem à tona e esquenta a discussão. A “maquiagem social”, o desvio das verdadeiras causas que levam a desigualdade são denunciadas. Pesquisas antagônicas, divulgadas num curto espaço de tempo tentam diferenciar quem é mais pobre ou mais rico, quem é mais branco ou mais preto.

Mas parece-nos que ainda não é desta vez que acertaremos. Mal comparando, obter justiça social na entrada da universidade é como tentar maquiar o Frankenstein. Batom, ruge e pó-de-arroz não conseguirão reduzir sua feiúra.⁴⁹¹

⁴⁸⁹ Timothy Mulholland. Vice-Reitor da Universidade de Brasília. *Igualdade de Oportunidade na UnB*. Jornal O Globo. Editoria: Opinião. 19-04-2004.

⁴⁹⁰ Merval Pereira. *A inclusão perversa*. 14-07-2004

⁴⁹¹ Revista Veja. Cláudio de Moura e Castro. *A maquiagem do monstro*. Editoria: Ponto de Vista. 24-05-2004.

As primeiras experiências com cotas raciais têm encontrado nessa realidade um obstáculo intransponível: o de definir quem pode ser seu beneficiário. Faço uma sugestão: por que não se adota a "escala de brancura" proposta por uma marca de creme dental para a comprovação da qualidade do produto? Só assim se poderá expor o que se esconde atrás das supostas "boas intenções" a maior medida segregacionista jamais adotada no Brasil.⁴⁹²

Nada tenho a declarar sobre as cotas para negros, pardos e afins, pois neste país tão miscigenado poderemos distinguir a que raça pertencemos? (...) E posso citar o fato de que os negros, pardos e afins não desfrutam de menos capacidade intelectual do que os brancos; já foi provado cientificamente que somos IGUAIS. Se não tinha nada a declarar em relação às cotas de negros, pardos e afins, muito menos sobre os deficientes físicos, pois a deficiência não os impede de aprender. Posso até mesmo ilustrar com o exemplo de um professor de matemática que tive na 8ª série: ele usava cadeira de rodas e conseguiu o feito de me fazer entender a temida matéria. Desta forma vemos que esta lei absurda só faz com que cresça cada vez mais a discriminação entre negros e brancos e a injustiça neste país.(...)⁴⁹³

Em uma sala de aula, repleta de alunos, estão presentes brancos, negros, índios, nordestinos, sulistas de olhos azuis, ricos, pobres, de olhos puxados, bem vestidos, mal vestidos ...extremamente diferentes... extremamente iguais. Diferentes porque cada um deles tem uma forma diferente de encarar o curso, a vida ...porque foi submetido a experiências diversas em ambientes também diversos. Iguais porque cada um deles é considerado pelo professor e pela administração da universidade como apenas mais um aluno e, quando estiver graduado, a sociedade vai considerá-lo apenas como mais um profissional - um médico, um dentista, um veterinário, um professor, sem saber ou considerar as dificuldades que enfrentou até se formar (e depois, para conseguir um trabalho!)⁴⁹⁴

O estabelecimento de cotas para negros nas universidades públicas tem um aspecto extremamente positivo, que é a ampliação do debate sobre a questão racial na nossa sociedade. Nessa discussão vêm surgindo elementos que demonstram o quanto é difícil derrubar o mito de que somos uma democracia racial. Vários dos argumentos contrários às ações afirmativas as classificam como "inconstitucionais" ou "antidemocráticas" porque estariam contrariando o princípio básico da igualdade. Sob essa ótica, caberia exigir que o Imposto de Renda fosse igual para todos. Da mesma forma, poderíamos dizer que certas políticas sociais são antidemocráticas porque atendem a determinados grupos sociais; então, programas como o Bolsa-Escola e o seguro-desemprego também deveriam ser universais. Ocorre que políticas como essas decorrem do fato de que um Estado verdadeiramente

⁴⁹² Antonio Correa da Silva. Juiz Federal. Jornal do Brasil. As cotas e o creme dental. Editoria: Educação. Outras Opiniões. 18-09-2004.

⁴⁹³ Karenina M. do Nascimento, 17 anos, RJ. Jornal O Globo. Editoria: Opinião. 20-04-2004

⁴⁹⁴ Danielle Azevedo. JC e-mail. *O sistema de cotas: a realidade da diferença ou a diferença da realidade.* 29-09-2004.

democrático não pode se eximir da obrigação de defender, com ações específicas, os grupos sociais aos quais o próprio funcionamento da sociedade imponha limites ao exercício pleno da cidadania.⁴⁹⁵

O MEC cancelou o ato de divulgação da pesquisa que fornece argumentos a quem é contra a política de cotas no ensino superior, uma das principais bandeiras do governo Lula na área de educação. Na pesquisa, a maioria dos universitários se declarou branca (59,4%). Outros 28,3% disseram ser pardos e 5,9%, negros. Os dados disponíveis na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2003 mostram que tanto para negros como para brancos os percentuais são semelhantes aos declarados pela população em geral. Segundo a PNAD, 51,1% dos brasileiros se declaram brancos e 5,9%, negros. Há discrepância, porém, em relação aos pardos registrados pela PNAD, 41,4%, o que poderia, na avaliação do MEC, justificar a política de cotas. A pesquisa que o MEC cancelou a divulgação mostrou ainda que 65% dos estudantes são de famílias com renda média mensal entre R\$ 207 e R\$ 1.600, sendo que 42,8% têm renda familiar de até R\$ 927. Pelo menos 46,2% dos estudantes entrevistados chegaram à Universidade depois de estudar o ensino médio na rede pública.— Ao contrário do que muitos acreditam, a maior parte dos estudantes das Universidades públicas federais é da classe C, D e E — concluiu a professora Têrese Hofmann, uma das coordenadoras do estudo.⁴⁹⁶

Já a pesquisa organizada por entidades ligadas ao ensino superior com apoio do MEC e que teve sua divulgação cancelada anteontem apontava a presença de 52% de brancos nas universidades, o mesmo percentual registrado pelo IBGE na população em geral. A mesma pesquisa indicava que há 5,9% de negros e 28% pardos. A pesquisa de Iorio mostra que a semelhança entre os dois grupos é constante e que as diferenças numéricas são estatisticamente desprezíveis. 72% dos brancos, 73% dos pretos e 69% dos pardos sabem ler e escrever. A média de anos de estudo, para os brancos, pretos e pardos é de 5 anos. 28% dos brancos, 28% dos pretos e 29% dos pardos têm entre quatro e sete anos de estudo. 9% dos brancos, 9% dos negros e 7% dos pardos estudaram entre 11 e 14 anos. Praticamente nenhum branco, preto ou pardo estudou mais de 15 anos. O ensino fundamental foi o curso mais elevado que 55% dos brancos, 56% dos pretos e 62% dos pardos freqüentaram. Já para 22% dos brancos, 22% dos pretos e 19% dos pardos, o curso mais elevado que já freqüentaram foi o ensino médio. O número de brancos, pretos e pardos que concluíram o ensino superior é desprezível.⁴⁹⁷

Esta pesquisa não deixa dúvidas de que não é a cor da pele que impede as pessoas de chegar à universidade, mas a péssima qualidade das escolas que os pobres brasileiros, sejam brancos, pretos ou pardos, podem freqüentar. Se o impedimento não é a cor da pele, cotas raciais não fazem sentido. Mas tampouco fazem sentido cotas sociais, porque não é a condição de pobre que impede os cidadãos de entrar na

⁴⁹⁵ Azuete Fogaça. Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora. *O direito à igualdade*. Jornal O Globo. Editoria: Opinião. Temas em debate: *Cotas Raciais*. 02-04-2004.

⁴⁹⁶ JC e-mail (on line). *MEC cancela documentos sobre cotas*. 15-03-2005.

⁴⁹⁷ Jornal O Globo. *Pesquisas aumentam polêmica sobre cotas*. Editoria: O País. 16-03-2005.

universidade, mas o péssimo ensino público brasileiro. A única solução é o investimento maciço em educação, e jamais soluções mágicas como cotas. Onde quer que sejam adotadas, as cotas não beneficiam os mais necessitados, mas apenas os mais afortunados entre os necessitados. Elas agravam os conflitos onde eles existem, em vez de atenuá-los, e fazem surgir disputas mortais entre os potencialmente favorecidos e os não-favorecidos, grupos que antes conviviam harmoniosamente.⁴⁹⁸

O quarto axioma, *o reconhecimento é responsabilizar*, remete a um contexto em que o Estado, a sociedade, cada um é chamado a responsabilizar-se. De um lado a constatação da falta de responsabilidade, de outro a responsabilidade de implementar políticas afirmativas. De uma forma ou de outra, a culpa é transferida para a responsabilização. A responsabilização, exacerbada ou não, de atos ou discursos considerados racistas também emerge com força no debate.

Creio que duas constatações são importantes para a verificação da existência de um passivo do Estado em relação aos afrodescendentes em nosso país: primeiro, que só temos 2% da comunidade afrodescendente na universidade, quando ela é 45% da sociedade brasileira; segundo, a "cor da pele", face aos preconceitos, somou-se às condições de pobreza como fator real de exclusão. As condições atuais de pobreza dos afrodescendentes foram fortemente informadas pela barbárie socioeconômica do escravismo, criando assim "mais um" impedimento para que estes formassem "capital familiar", condição indispensável para a melhoria das condições de desenvolvimento e "competição", no interior da modernização capitalista. A política de cotas, portanto, opõe-se à "naturalização" destas condições, mas obviamente não as termina, logo, não é uma solução, mas só um avanço. Este avanço, porém, deve estar centrado no interior de um outro processo, este, sim, decisivo: inclusão pelo trabalho, pela distribuição de renda, pela redução das desigualdades em relação a todo grupo social excluído, brancos e afrodescendentes.⁴⁹⁹

A polêmica levantada por supostos atos racistas tomou as páginas dos jornais.

O professor de física Adriano Manoel dos Santos, 31, virou réu na Justiça de Mato Grosso do Sul acusado de ser racista com o estudante de biologia Carlos Lopes dos Santos, 35, que entrou neste ano na Uems (Universidade do Estado de Mato Grosso) na cota para negros. Lopes afirma que o professor contava piadas sobre negros na sala de aula. De acordo com o relato dele, no dia 23 de junho passado, Santos teria dito: "Tratava-se de um homem que, cansado após um dia de trabalho,

⁴⁹⁸ Ali Kamel. Jornal O Globo. Aos Congressistas, uma carta sobre as cotas. Editoria: Opinião. 16-11-2004.

⁴⁹⁹ Jornal do Brasil. Tarso Genro. Ministro da Educação. Cotas, Direito e Democracia. Editoria: Outras Opiniões. 22-03-2004.

entrava no ônibus e torcia para que quem sentasse ao seu lado fosse uma loira, mas para seu azar era um negão que se sentaria".Lopes registrou queixa contra Santos na Polícia Civil. O inquérito foi enviado ao Ministério Público, que denunciou o professor com base na lei 7.716/89, a qual define crimes de "preconceito de raça ou de cor". O artigo 20 da lei em que Santos pode ser enquadrado prevê pena de um a três anos de prisão mais multa. No dia 12 de novembro passado, o juiz César Castilho Marques, de Ivinhema (321 km de Campo Grande), aceitou a denúncia.O estudante disse que o professor também usava expressões como "um sujeito com muita melanina [proteína de cor preta encontrada na pele]" e "pretinho básico", além de afirmar que uma universidade deve "nivelar por cima, e não por baixo" -no que seria uma referência à entrada de negros na universidade. No fim de novembro, houve novo desentendimento entre os dois. Santos disse que chamou a PM porque Lopes estava atrapalhando a aula e ofendendo sua mulher. O caso virou processo no Juizado Especial. Lopes prefere não comentar o assunto.O advogado Hédio Silva Jr., especialista em legislação de combate ao racismo no país e que atua como assistente de acusação na ação contra o professor, disse que esse é o primeiro caso explícito no Brasil envolvendo estudantes beneficiados pelo sistema de cotas. Segundo Silva Jr., as cotas tendem a tornar "explícito" o racismo porque obrigam o contato entre negros e brancos. "A cota não gera racismo, somente aflora o que tem dentro da pessoa. Enquanto o negro estiver correndo da polícia, no boteco bebendo pinga ou fazendo batuque, ele está no lugar onde as pessoas querem que ele fique", diz Lopes. Na sexta-feira, Santos negou à Folha que seja racista ou tenha contado piadas do gênero. "O que me deixa angustiado é que, nas minhas raízes, o meu avô era negro e minha avó, por parte de pai, era índia", afirmou Santos. "Eu nunca tive nada contra as cotas. Sou a favor de tudo o que diminua as diferenças sociais", disse."Brincava [na sala de aula], mas nunca mencionei nada de conteúdo racista", acrescentou. Segundo ele, uma sindicância aberta pela Uems para apurar o caso foi arquivada e julgada improcedente.De acordo com Santos, cinco alunos, sorteados para prestar depoimento na polícia, negaram que ele seja racista. "Nós já esperávamos que surgissem processos na questão de racismo. A entrada de negros e índios na universidade fez com que essa coisa aflorasse", afirmou a pró-reitora de ensino da Uems, Maria José Jesus Alves Cordeiro, sobre a acusação feita pelo estudante. A pró-reitora disse que o assunto está na Justiça e, portanto, diz ela, fora da universidade.⁵⁰⁰

Toda manifestação genuinamente racista que exista hoje em nosso país, certos carecas e certas madames inclusos, pode ser reduzida, sem exceção, ao contrabando de idéias que já inspiraram a estupidez de incontáveis grupos estrangeiros e estranhos. Nada que se reporte ao genuíno espírito nacional. Para essa espécie de distúrbio moral, existe a lei penal e sua responsabilização individual. Além, por óbvio, dos incontáveis exemplos de sucesso meritório, independente da raça, que todos os dias jogam na vala do ridículo as pseudoteorias da discriminação.

⁵⁰⁰ Hudson Correa. Jornal Folha de São Paulo. *Universitário acusa professor de racismo*.Editoria: Cotidiano. 13-12-2004.

A responsabilização do Estado aparece junto com a idéia de sanar injustiças e a idéia do reconhecimento via definição de raça é visto como um pesadelo! As contradições ficam expressas quando se fala em igualdade perante a lei, e revela que o tempo de agora é um tempo da ação. Os “injustiçados” tomam para si a responsabilidade de lutar e gerir seu próprio futuro. O futuro se faz presente com as cotas, com as possibilidades que delas advém.

O Brasil não é um país sem políticas sociais. Pelo contrário, nós as temos em abundância. O problema é que elas tendem a ajudar os que menos precisam. Sendo assim, devemos festejar um novo intento de aliviar as injustiças da nossa sociedade. O MEC pretende reservar 50% das vagas de suas universidades para os alunos de escolas públicas, sabidamente mais pobres que os das particulares. Quando nada, evitamos os pesadelos de implementar cotas raciais.⁵⁰¹

Todas as Constituições republicanas brasileiras afirmarem a igualdade perante a lei e a igualdade de direitos, os negros nunca foram reconhecidos como iguais, e recusa-se o entendimento das ações afirmativas exatamente como uma forma de fazer valer aquilo que tem sido apenas objeto de retórica. A sociedade brasileira se acostumou a conviver com uma democracia capenga, na qual os negros sempre foram discriminados mas, de certa forma, “mantiveram-se no seu lugar”, aceitando com alguma passividade a discriminação. O problema agora está no fato de que as mucamas e os moleques de recados abandonaram a cabana do Pai Tomás e, articulados politicamente, resolveram exigir seus direitos de cidadão. E aí, parte da sociedade se opõe às ações afirmativas e se auto-rotula defensora de princípios democráticos quando, na verdade, nunca exigiu que eles fossem de fato estendidos aos negros.⁵⁰²

Em meio a tantos discursos, favoráveis ou desfavoráveis às cotas, um chamou a atenção como possibilidade de desfecho deste conjunto de dimensões que foram aqui apresentadas. “O céu é o limite para as cotas!” - diz o destaque do Jornal o Dia, informando acerca do Encontro Nacional para a Igualdade Racial.⁵⁰³

Se o céu é o limite, qual a temporalidade que revela esses discursos?

⁵⁰¹ Revista Veja. Cláudio de Moura Castro. *A maquiagem do monstro*. 24-05-2004.

⁵⁰² Azuete Fogaça. *A culpa é dos negros e dos pobres*. Jornal O Globo. Editoria. Opinião. 30-06-2004.

⁵⁰³ Jornal O dia. *Mais cotas para negros*. Editoria: Geral. 13-04-2005.

Tempo e justiça se fundem num só discurso e anunciam o que está por vir na última dimensão deste estudo.

IV- QUARTA DIMENSÃO – Políticas do ser ou...como o “mundo verdadeiro” acabou por se tornar fábula.⁵⁰⁴

Neste estudo, ao longo das dimensões até aqui trabalhadas, à medida que se adensaram os discursos, debates e sentimentos, vários elementos constitutivos de um cenário paradoxal se tornaram cada vez mais claros, indicando, talvez, não haver saída para a crise na qual se encontra o homem contemporâneo.

As três dimensões apresentadas, *política da justiça, política da piedade e política do reconhecimento*, embora sempre parciais, seriam suficientes para apontar o leque de contradições, impasses e incertezas que constituem o enredo que o homem construiu para si.

No curso pelo qual caminhou este estudo, no recorte feito para a análise do objeto eleito – a política de cotas no bojo das ações afirmativas –, traços e retratos do “mal-estar da civilização” foram se evidenciando. Prós ou contras, o desconforto é geral. Qualquer tomada de decisão leva à ambigüidades, incertezas e as “soluções”, estas, são aparentes, provisórias. A reforma esperada precisa vir da base, dizem alguns. Estar-se-ia tampando o sol com a peneira.

Os discursos selecionados para compor a análise de cada dimensão, poderiam estar em todas as situações, em dimensões diferentes, primeiro pelo próprio caráter hermenêutico que a análise discursiva traz, mas fundamentalmente pelo fato de que o eixo que os reúne é um só. Os discursos sobre as cotas e toda a polêmica que as rodeia são, de fato, como espectros – variantes de um mesmo tema. Justiça e tempo. O homem percebe a impossibilidade de continuar a produzir e reproduzir uma sociedade tão excludente e urge por mudanças. Mas os caminhos parecem ser apenas atalhos posto que esbarram em becos e ruas sem saída. A percepção de que culpa e sofrimento estão na

⁵⁰⁴ Cf. Nietzsche, F. *Crepúsculo dos Ídolos (ou como filosofar com o martelo)*. Op.cit.

base de uma estrutura ascética e passam a ser objetos de consumo, alívio aparente e provisório, não é enfrentada como questão, na grande maioria das análises e propostas que tentam, sem solução, minimizar os efeitos das ações dos homens sobre si mesmos e sobre o mundo que os rodeia.

Favoráveis ou desfavoráveis, os discursos aqui selecionados parecem indicar um limite ao próprio sistema. Limite este marcado pela temporalidade que emoldura toda essa nova engrenagem e faz com que a mesma se apresente como que num filme de ação. Mudam as cenas, os cenários. Qualquer que seja o palco, lá está a audiência. Mudam as falas, as posições, lá está a audiência.

Esta última dimensão de estudo, *políticas do ser*, apresenta conceitos que orientaram de forma subjacente as questões aqui colocadas. Constituíram-se em outras formas de presença.

Sobretudo as noções de *presentificação* e de “*Último-homem*” atravessaram esta reflexão e se apresentaram nas análises e sínteses aqui descritas.

Cabe, no entanto um detalhamento desses conceitos de modo a fazer valer a articulação proposta como possibilidade de pensar as questões e paradoxos hoje postos ao homem contemporâneo a partir destes conceitos.

Por último, a noção do “*esquecimento do ser*” tem por objetivo apresentar, de um lado, uma possível origem para os paradoxos apresentados neste estudo, posto que é na luta política que se expressam os limites da atuação humana e seus mais sórdidos artifícios, e por outro, tecer linhas que conduzam a novos percursos do ser como uma instância possível de ser resgatada.

Vale observar, ainda, que o recurso de se utilizar desta dimensão de estudo responde a uma perspectiva metodológica colocada desde o início deste estudo.

A busca de elementos “externos”, de Dis-cursos emancipadores, parece ser importante para que se possa deslumbrar outros horizontes, distintos daqueles constituídos pelos discursos expressos no calor da discussão sobre a adoção, ou não, da política de cotas, sua eficácia, ou não, como instrumento de transformação social.

O Dis- curso sobre o Ser, em sua instância temporal que alude urgência, indícios de um limite nunca antes vivenciado, a possibilidade do fim de um modelo de homem, de humanidade e a busca de supostas “ falhas” na condução da trilha seguida por esta civilização são trazidas, sinteticamente, ao debate.

É desta forma e com este objetivo que presentificação, “*Último-homem*” “*esquecimento do ser*” são trazidos a cena que não quer negar o trágico, mas que ainda aposta na unicidade como experiência possível de transformação ou resgate.

4.1- Presentificação ou o *futuro dura muito tempo*⁵⁰⁵

Sua piscina está cheia de ratos, suas idéias não correspondem aos fatos. O tempo não para.
Cazuza⁵⁰⁶

O mundo gira à volta dos inventores de novos valores: - ele gira invisivelmente.
F. Nietzsche⁵⁰⁷

Nesta última dimensão cabe destacar, como pano de fundo desse conflituoso contexto de investigação, o conceito de *presentificação*, em que as novas experiências do tempo na contemporaneidade apontam para a quebra do estatuto do futuro como destinação, ou seja, como algo ainda a ser consumido pela natureza e produzido pela cultura.⁵⁰⁸

⁵⁰⁵ Cf. Althusser, L. *O Futuro dura muito tempo*. 1ª reimpressão. São Paulo. Companhia das Letras.

⁵⁰⁶ Cf. Cazuza. *O tempo não para*. RGA Records, 1981.

⁵⁰⁷ Cf. Nietzsche, F. *Assim falou Zaratustra*. Op.cit. p.71.

⁵⁰⁸ Sobre este modo de pensar o presente e o futuro gerado pelas novas tecnologias, cf.Vaz, 1997, 2002,2003.

A título de uma pequena síntese, entra em cena a imagem do tempo que transcorre no senso comum.⁵⁰⁹ Um fluxo para o futuro, sempre num mesmo ritmo, sem interrupções e, sobretudo, sem volta. O movimento de um presente que leva o real do passado para o futuro.

Hoje sabe-se que essa noção é uma criação da civilização e não possui relação direta com as experiências de tempo retiradas da natureza. Ou seja, a imagem do tempo é uma imagem projetada. O que se possui, de fato, além do espaço, são os ritmos que fundamentam e cumprem a tarefa de mediar temporalidades. Todos os organismos vivos acabam funcionando como marcadores temporais que, agindo de forma aparentemente conjunta, fazem surgir, como uma síntese, objetos estáveis. Daí a possibilidade da biologia apreender o mundo como possuindo estabilidade e continuidade.⁵¹⁰

Sabe-se desde as primeiras intuições de Demócrito e Epicuro, passando pela física de Newton e chegando à Einstein com a teoria da relatividade, que a idéia de um tempo fixo desaparece. Todavia, inscrito ainda num paradigma representacionista, o século XX, quase em sua totalidade, marginalizou abordagens que questionavam a noção de determinação temporal. Hoje, esse pensamento em crise, reabre a possibilidade de repensar essas noções.

⁵⁰⁹ Pode-se dizer que existem hierarquias nos tipos de tempos. O tempo cronal, exposto acima, está no seu topo e é o que vigora em nosso cotidiano. O tempo de vida (contido no tempo cronal) é o tempo do funcionamento do ser vivo e é encarado como um sistema termodinâmico, como um sistema energético, de trocas com o meio. É constituído de três dimensões – passado, presente, futuro sendo que aqui, o presente é imóvel, não se desloca. Já o tempo da termodinâmica é um tempo de pura orientação. Distingue passado e futuro, mas elimina o presente na medida em que o que importa é o antes e o depois produzido ou afetado por um processo. No tempo da mecânica, não há distinção entre o antes e o depois – o passado e futuro se confundem pois o que interessa é a variação. A orientação é irrelevante. No tempo da relatividade ocorre a abolição da distinção entre o espaço e o tempo do tempo cronal. O que existe é um “território” de quatro dimensões em que três definem o espaço (o aqui) um o tempo (o agora). É importante observar que essa repartição do tempo é particular, ou seja, depende da posição do observador. Por último, temos o tempo da física quântica que não requer a figura do tempo e não envolve a distinção de um antes e um depois. É baseado no elemento mais básico da natureza – uma partícula em movimento. O tempo quântico é algo que só fará sentido depois – o que há é um não-tempo pois toda a observação quântica envolve instabilidade e incerteza. Oliveira, L. A. *Imagens do Tempo* IN: Doctors, M. (Org) Tempo dos Tempos. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

⁵¹⁰ Ibidem.

Vaz afirma que a crise o pensamento moderno, que teve seu início com o questionamento da utopia, abriu duas estratégias opostas:

ou bem se construir um conceito de verdade desvinculado de uma filosofia da consciência, ou repensar a relação que o sujeito pode estabelecer com o tempo. Nesta perspectiva, o processo de globalização intensificado nas últimas décadas não seria identificado, apenas, em análises acerca do ritmo acelerado do capital financeiro ou sobre o jogo entre identidades locais e globais. É preciso também, ater-se à nova experiência de tempo onde o “possível” é gerado pela tecnologia e possui uma força intrínseca de realização, num dinamismo acelerado.⁵¹¹

Para o autor pensar o indivíduo no tempo pode ser percebido como uma forma de pensar o poder da ação humana. Tradicionalmente, a ação era pensada por meio da distinção entre alvo e obstáculo e era decisivo mostrar que a ultrapassagem do obstáculo está nas mãos de cada um.⁵¹²

Que está ocorrendo, a partir da percepção de uma nova experiência de tempo, é uma mudança profunda no modo como a ação é concebida. Não há mais um limite no presente e um alvo no futuro. O limite hoje de uma dada ação é a sua consequência. É essa expectativa que pode funcionar como limite do presente. (...) O futuro depende daquilo que o presente espera que o futuro seja, na medida em que é essa expectativa que pode funcionar como limite no presente.⁵¹³

Ou seja, a modernidade caracterizava o presente como emergência de um possível e sua singularidade era apreendida na distancia com um passado recente⁵¹⁴. O passado tinha função explicativa. Agora, nossas ações passam a depender de nossas expectativas que são conformadas pelas informações que dispomos.

Hoje, ao contrário do passado, quando o futuro parecia um horizonte aberto, tem-se a impressão de um futuro bloqueado, ocupado por ameaças. Por outro lado, por meio de simulações têm-se a possibilidade cada vez maior de ocupar o presente com coisas passadas e de fazer projeções muito próximas do futuro Isso faz mudar radicalmente o presente. Ele deixa de ser um mero momento transitório. Passa ser um presente com muitas simultaneidades. A experiência do tempo se presentifica e se desdobra de forma indiferenciada.⁵¹⁵

⁵¹¹ Cf. Vaz, Paulo. *Tempo e Tecnologia* In: Doctors, M. (Org). Tempo dos Tempos. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. pp. 34.

⁵¹² Ibidem, p.34.

⁵¹³ Ibidem.

⁵¹⁴ Ibidem.

⁵¹⁵ Ibidem.

Koselleck ao questionar as condições de possibilidade dos homens se pensarem historicamente vai defender a noção de que esse entendimento vai depender do modo como passado e futuro são incorporados ao presente e que uma mudança nas bases desse entendimento poderia alterar o estatuto da historicidade, do conhecimento e o estatuto do “sujeito cognoscente”. Defende que o que presenciamos na contemporaneidade é uma história em torno do presente no qual o tempo não pode ser mais incluído.⁵¹⁶

Como alternativa à crise do modelo de tempo histórico, o autor propõe considerar a assimetria entre o passado como experiência e o futuro como horizonte de expectativa, tomando por pressuposto que a experiência, usualmente identificada como memória da ação ou simplesmente a própria ação, possa ser compreendida como completa. Já o futuro enquanto expectativa não pode mais ser projetado como utopia, como parte de um futuro que almejamos e sim experimentado em sua totalidade, aquilo que Foucault denominou como “pura espera”,⁵¹⁷ um futuro aberto à navegação. O presente deixaria de ser instantâneo, uma mera passagem de um tempo passado para um tempo futuro, pois se presentificaria em simultaneidades, espalhado em séries temporais.

Algumas estruturas começam a dar sinal de falência e abrem espaço para novas configurações. Desta forma parece estarmos vivendo um momento em que:

a crise do sentido se completa, além da perda da utopia, o futuro abre-se também como catástrofe e os seres humanos são cada vez mais obrigados a se pensarem na continuidade com os outros seres vivos.(...) Este acirramento, por sua vez, torna cada vez menos sustentável a articulação da ética e da diferença.⁵¹⁸

Ou seja, perdemos aí o risco do aleatório, a possibilidade concreta do exercício da alteridade e promovemos uma homogeneização do outro e sua transformação em mesmo – igual – só que agora padronizado em sua suposta afirmação de identidade

⁵¹⁶ Cf. Koselleck, J. *Le futur passé*. Paris: Galliard, 1990

⁵¹⁷ Cf. Foucault, M. *As palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

⁵¹⁸ Cf. Vaz, P. *Globalização e experiência do tempo*. IN: Menezes, P. (Org), Signos Plurais. São Paulo: Experimento, 1997.

diferenciada, de reconhecimento. Estes elementos podem ser identificados nas dimensões de estudo anteriormente apresentadas aqui.

Baudrillard, no seu ensaio *O Melodrama da Diferença*, em sua crítica ácida acerca das estruturas mentais e sociais do homem contemporâneo, indaga: “(...) mas onde está a alteridade?”⁵¹⁹

Nos últimos séculos, todas as formas de alteridade violenta foram inscritas, por bem ou por mal, no discurso da diferença, que implica simultaneamente a inclusão e a exclusão, o reconhecimento e a discriminação. A infância, a loucura, a morte, as sociedades selvagens, tudo isso foi integrado, assumido, absorvido no concerto universal.⁵²⁰

Uma outra análise interessante, parte das reflexões do historiador Mozart Linhares. Tomando por base as reflexões de Paul Virilio o autor busca uma articulação da aceleração do tempo, denominada por ele como *presenteísmo*, velocidade e memória.

Segundo o autor, o presenteísmo implica numa nova construção da idéia de memória social trazendo questões importantes à questão da alteridade, em que “ se a crise da modernidade evoca a discussão da idéia de devir, é preciso considerar que desta crise do tempo, enquanto projeto, subjaz uma nova apreensão das relações identitárias.”⁵²¹ Diz o autor:

Questões como identidade, tolerância, hibridismo, multiculturalismo, alteridade, complexidade, heterogeneidade, entre outras, figuram como temas constantes nos debates atuais acerca da crise da modernidade e do fenômeno da globalização. Na verdade, estes termos colocam em xeque alguns aspectos profundamente arraigados a desestruturação da modernidade como uma forma de civilização calcada no saber laico, numa concepção de tempo progressivo e linear, racionalista e antropocêntrica e, sobretudo, homogeneizadora.⁵²²

⁵¹⁹Cf. Baudrillard, J. *A transparência do mal*. 7ª ed. São Paulo: Papirus, 2003.

⁵²⁰ Ibidem, p. 131.

⁵²¹ Cf. Silva, Mozart. L. *Educação Intercultural e pós-modernidade*. Revista Mal-Estar e Subjetividade. Fortaleza/v.III/n.1/p.151-163/mar.2003

⁵²² Cf. Silva, Mozart. L. *Educação Intercultural e pós-modernidade*. Op.cit, p.153.

É nesse sentido que o autor chama a atenção para o fato de que “se os valores funcionam como dispositivos que orientam o indivíduo em sociedade, eles dependem de uma dinâmica do homem em relação ao tempo.”⁵²³

Assim, no bojo do processo de presentificação vivenciado na contemporaneidade, instituiu-se um culto hedonista- utilitarista em que o que está em jogo é o benefício imediato.

Nesta mesma perspectiva Lipovetsky⁵²⁴ revela traços de uma ética de benefícios imediatos, de resultados de curto prazo, própria da temporalidade expressa na política de cotas, posto que se proclamam provisórias e urgentes, ao mesmo tempo. Não há mais tempo de esperar soluções a longo prazo dizem seu defensores. Esta seria uma caracterização descrita por Lipovetsky em que “ o investimento de médio e longo prazo é substituído pela especulação.”⁵²⁵

É esta mesma lógica que expressa o filósofo Pascal Bruckner, cujo pensamento já consubstanciou outras passagens deste estudo, em que o curto-circuito no tempo provocado pela sociedade da antecipação, como a sociedade do crédito, “ permitiu fazer desaparecer o intervalo entre o desejo e sua satisfação.”⁵²⁶ O filósofo indica, ainda, que o processo de infantilização que caracterizaria a sociedade atual revela uma dimensão do tempo que nega o projeto, ou seja, o devir.⁵²⁷

Assim, reafirma-se o que já foi descrito ao longo deste estudo. Parte-se, pois, para uma colonização do futuro, uma antecipação dos riscos e uma distribuição da mazelas que continuam sendo criadas constantemente.

⁵²³ Cf. Silva, Mozart. L. *Educação Intercultural e pós-modernidade*. Op.cit,p154.

⁵²⁴ Cf. Lipovetsky, G. *A era de após-dever*. IN: Morin & Prigogine. (Orgs) a sociedade em busca de valores. Lisboa: Instituto Piaget, 1998, pp. 29-38.

⁵²⁵ Ibidem, p. 32.

⁵²⁶ Cf. Bruckner, P. *Filhos e Vítimas*. IN: Morin & Prigogine. (Orgs) A sociedade em busca de valores. Lisboa: Instituto Piaget, 1998, pp. 51-64.

⁵²⁷ Ibidem p. 56.

Esta seria a ação mais evidente desta nova experiência do tempo nas soluções hoje apresentadas como políticas de ação afirmativa ou políticas compensatórias. A negação da espera, o constante adiamento de possíveis soluções e a criação de um proselitismo da satisfação.⁵²⁸

Numa análise que articula justiça e transitoriedade na obra de Nietzsche, o filósofo, Eduardo Resende de Melo faz ma síntese que aponta exatamente para a potência do caratê temporal neste estudo.

O papel da justiça liga-se, neste contexto, a como a vida é avaliada quando considerada a partir da transitoriedade. Como veremos, se o último-homem, o homem comum, vinga-se da sua existência – e sua justiça está ligada à vingança –, renegando a vida terrena em nome de um transmundo ou do Estado em resposta ao sofrimento que a transitoriedade lhe causa, pensar uma nova justiça implica a possibilidade de afirmação dessa mesma condição terrena do homem como ponte e transição.⁵²⁹

Conhecer o Último-homem é a tarefa posta agora a esse per-curso.

4.2 -Último Homem e a Pequena Política ou o prelúdio do regresso

“Ai! Chega o tempo do homem mais desprezível, que não pode mais desprezar a si mesmo. Olhai! Eu vos mostro o último homem. Que é amor? Que é criação? Que é anelo? Que é estrela - assim pergunta o último homem, e pestaneja. A terra se tornou pequena então, e sobre ela saltita o último homem, que torna tudo pequeno. Sua estirpe é indestrutível, como a pulga; o último homem é o que mais tempo vive. ‘Nós inventamos a felicidade’ - dizem os últimos homens, e pestanejam. Abandonaram as regiões onde é duro viver: pois a gente precisa de calor. A gente ama inclusive o vizinho e se esfrega nele, pois a gente precisa de calor. Adoecer e desconfiar, eles consideram perigoso: a gente caminha com cuidado. Louco é quem continua tropeçando com pedras e com homens! Um pouco de veneno de vez em quando: isso produz sonhos agradáveis. E muito veneno no final, para ter uma morte agradável. A gente continua trabalhando, pois o trabalho é um entretenimento. Mas evitamos que o entretenimento canse. Já não nos tornamos nem pobres nem ricos: as duas coisas são demasiado molestas. Quem ainda quer governar? Quem ainda obedecer? Ambas as coisas são demasiado molestas.”⁵³⁰

Tem-se a impressão de que aquilo que importa é seguir administrando e governando as fronteiras e a transposição de fronteiras entre o sim e o não, o ser e o não ser, o possuir e o não possuir, o saber e o não saber, entre o mesmo e o outro.⁵³¹

⁵²⁸ Cf. Chesneaux, J. *Tiranias do efêmero e cidadania*. IN: Morin & Prigogine. (Orgs) *A sociedade em busca de valores*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998, pp. 117-132.

⁵²⁹ Cf. Melo, E. R. *Nietzsche e a justiça*. Op.cit, p.102.

⁵³⁰ Cf. Nietzsche, Friedrich. *Assim Falou Zaratustra. Um livro para todos e para ninguém*. Op.cit,34.

⁵³¹ Cf. Larrosa, J. & Skliar, C. *Habitantes de Babel*. Belo Horizonte: Mediação,2002.

O conceito nietzschiano do “*Último homem*”, ainda que cunhado no final do século XIX visando fazer uma crítica da realidade da época, pode ser oportuno para ajudar a pensar os paradoxos postos ao homem da contemporaneidade posto que apesar das circunstâncias serem diferentes, a crise que se abatia sobre a sociedade de então parece ser ainda atual. Uma crise da moral e da justiça. Uma crise limítrofe do próprio conceito de humanidade e dos fundamentos ascéticos que consubstanciam o homem desde os primórdios do cristianismo ocidental. Mais que isso, essa figura metafórica delineada por Nietzsche expressa, ainda, traços dominantes no sistema de valores da cultura ocidental, ou seja, a questão do “*Último Homem*” continua aberta.⁵³²

O filósofo esloveno Zizek⁵³³, em recente publicação, na qual utiliza como pano de fundo de suas críticas a atuação da “esquerda” depois do episódio terrorista que culminou com a destruição das famosas Torres Gêmeas do *World Trade Center*, apresenta um quadro de circunstâncias dos impasses do nosso tempo e identifica, nesse processo, a permanência do “*Último Homem*”.

É verdade, o objetivo último dos ataques não foi nenhuma agenda ideológica oculta nem evidente, mas exatamente no sentido hegeliano do termo – (re)introduzir a dimensão de absoluta negatividade em nossa vida diária: destruir o curso diário isolado das vidas de nós todos, os verdadeiros Últimos Homens de Nietzsche.⁵³⁴

Vale, no entanto, traçar uma genealogia do conceito de modo que se possa identificar com mais precisão a amplitude das analogias que podem ser inferidas na correlação com os aspectos atuais debatidos aqui.

Tomando como base dois estudos, o primeiro já citado - *Ética e Política. Genealogia e alcance do “Último Homem” na filosofia de Nietzsche*⁵³⁵, de Marta Visbal da Universidade Católica da Venezuela e do filósofo da Unicamp, Oswaldo Giacóia

⁵³² Cf. Visbal, M. *Ética e política. Genealogia e alcance do “Último Homem” na filosofia de Nietzsche*. IN: Cadernos Nietzsche, nº 17, São Paulo: Editora UNIJUÍ, 2004, p.58.

⁵³³ Cf. Zizek, S. *Bem vindo ao deserto do real*. São Paulo: Bomtempo Editorial, 2003.

⁵³⁴ Cf. Visbal, M. *Ética e política. Genealogia e alcance do “Último Homem” na filosofia de Nietzsche*. Op.cit, p.58.

⁵³⁵ Ibidem, p.58.

Junior, especialista e comentador de Nietzsche, no artigo *Crítica da Moral como Política em Nietzsche*,⁵³⁶ além dos textos de base do próprio Nietzsche que desenvolvem e/ou utilizam o conceito, como em *Aurora*⁵³⁷ e, sobretudo, em *Assim Falou Zaratustra* busca-se percorrer os caminhos por meio dos quais o filósofo foi levado a identificar esse tipo de homem – “Último-homem” – imagem de uma patologia social que sofre sua época, o que ele denomina de “*décadence*”.⁵³⁸

É exatamente a correlação entre o contexto social da época e a definição do “Último- Homem” que precisa ser destacada aqui, caso tenha-se o objetivo de apreender verdadeiramente o conceito. Para Visbal, a origem e necessidade dessa idéia revelam uma resposta e uma exigência crítica frente ao tempo que Nietzsche viveu e não pode ser separada de sua gênese concreta, ou seja, do contexto histórico no qual se desenvolveu.⁵³⁹

O “Último-homem” é, em primeiro lugar, comprovação e expressão de um projeto, a partir de uma situação vivida e pensada; logo, produto de “feitos humanos” inseparavelmente ligados a uma “visão de mundo”. Essa, por sua vez, aparece ao mesmo tempo incerta num tecido de estruturas significativas que respondem a um modo determinado de interpretação da realidade e de relação com o mundo, segundo uma perspectiva axiológica particular. Nesse sentido, o “último homem” é sintoma e também sinal, quer dizer, significante e significado.⁵⁴⁰

Dito isso pode-se interpretar que o conceito do “Último- Homem” não pretende ter um caráter de princípio absoluto e sim ser entendido como um fenômeno condicionado de uma determinada época ou de um conjunto de circunstâncias. Com ele, Nietzsche pretendia abastecer sua crítica em relação ao tempo em que vivia e fundamentar, sobretudo, seu projeto essencial – o da transvaloração radical dos

⁵³⁶ Cf. Giacóia, Jr. *O. Crítica da Moral como Política em Nietzsche*.

⁵³⁷ Cf. Nietzsche, F. *Aurora*. Trad. Eduardo Rezende de Melo Knorr. Madrid: Edaf, 1996.

⁵³⁸ Cf. Visbal, M. *Ética e política. Genealogia e alcance do “Último Homem” na filosofia de Nietzsche*. Op.cit, p.48. Diz-se que esta acepção tomou de leitura o 1º volume dos Ensaios de Psicologia Contemporânea de Paul Bourget.

⁵³⁹ Cf. Visbal, M. *Ética e política. Genealogia e alcance do “Último Homem” na filosofia de Nietzsche*. Op.cit, p.58.

⁵⁴⁰ Ibidem, p.58.

fundamentos ascéticos da sociedade ocidental. Na perspectiva desta transvaloração pode-se, ainda, apreender os limites postos a compreensão niilista de Nietzsche da sociedade em que vive e as possibilidades de novos horizontes. Para isso seria necessário pensar o “*Último- Homem*” não apenas como consequência, mas, também, como possibilidade de superação, como condição necessária de superação da *décadence* em que se encontra o homem.

Essa decadência pode ser identificada, segundo o filósofo, na realidade cultural que provém do liberalismo burguês e do apogeu do capitalismo.

Revela um desfalecimento global do sistema social e um esgotamento generalizado dos indivíduos que têm que reduzir o eu a um modelo padrão. A decadência presente quer “melhorar” o homem, mas na realidade o domestica: o homem se torna fraco, inofensivo, medíocre.⁵⁴¹

E, por meio de Zaratustra, Nietzsche esclarece:

Vou, portanto, falar-lhes do que há mais desprezível: ou seja, do último homem.

E Zaratustra assim falou ao povo:

Já é o tempo de o homem estabelecer sua meta. Já é tempo de o homem plantar a semente da sua mais alta esperança.

Seu solo ainda é bastante rico para isso. Mas, algum dia, esse solo estará pobre e esgotado, e nenhuma árvore poderá mais crescer nele.

Ai de nós! Aproxima-se o tempo em que o homem não mais arremessará a flexa do seu anseio para além do homem e em que a corda do seu arco terá desapreendido a vibrar!

Eu vos digo: é preciso ter ainda caos dentro de si, para poder dar à luz uma estrela dançante. Eu vos digo: ainda há caos dentro de vós.

Ai de nós! Aproxima-se o tempo em que o homem não dará mais a luz nenhuma estrela. Ai de nós! Aproxima-se o tempo do mais desprezível dos homens, que nem sequer saberá mais desprezar-se a si mesmo.

Vede! Eu vos mostro o último homem.⁵⁴²

Será na obra de Nietzsche *Aurora* que a idéia do “*Último Homem*” aparece formalmente e exatamente nela que pode-se identificar, também, a possibilidade de uma transição, tarefa mesma deste tipo de homem que carece de libertação da tirania do pensamento racional que alija o homem de seu ser e o separa da vida.⁵⁴³

⁵⁴¹ Cf. Nietzsche, Friedrich. *Assim Falou Zaratustra. Um livro para todos e para ninguém*. Op.cit,34.

⁵⁴² Ibidem, p.56.

⁵⁴³ Cf. Visbal, M. *Ética e política. Genealogia e alcance do “Último Homem” na filosofia de Nietzsche*. Op.cit, p.58.

Indica-se assim que, tal como no pressuposto do *esquecimento do homem* em Heidegger, o “*Último Homem*” de Nietzsche abandonou todo o contato com sua natureza originária, mutilado pelo excesso de um tipo de saber especializado e desumanizante.

Porque para a *ratio* se impõe esse duplo caráter do ser humano, definindo tradicionalmente como dualidade da natureza e da liberdade. Ora posto assim, o homem perece ao não se reconhecer por inteiro em sua filiação terrestre. (...) Na realidade, o perigo absurdo de nossa civilização consiste em querer renegar a nossa condição indivisível, inteiramente consagrada à terra, essencialmente provisória e precária. Somos definitivamente efêmeros. Consequentemente, não se fará ilusões acerca da “eternidade” humana. Em compensação, reconhecer o vir-a-ser de todas as coisas e nosso apelo cósmico à Terra implica que o homem poderá dar, desse modo, toda a medida de seu ser. O vir-a-ser funda toda a realidade e por isso restitui ao homem seu ser cósmico. Todavia, o homem não pertence a uma realidade cósmica como simples figura, senão como parte do caminho, ou seja, sempre um relativo em seu poder, sem estabilidade, sem finalismo, submetido à eterna corrente do vir-a-ser num mundo onde tudo desliza, se desvanece, se dissipa e gira sem cessar. Por conseguinte, Nietzsche evoca uma marcha circular da humanidade em que a obscuridade e a luz se supõem, e na qual não há senão a reciprocidade do ser e do aparecer. Vê-se, daí, que o além-do-homem, sentido do vir-a-ser, exige necessariamente o último homem.

544

Todavia será em Zarathustra que, em meio às suas quatro partes, Nietzsche apresenta a meta da qual se sentia portador – a superação do “*Último Homem*”. O conceito também aparece nos fragmentos póstumos desse período bem como seu “contraponto”, o conceito de “além-homem”.

Será em Zarathustra que o filósofo deixará claro a ambição que compartilha com toda a “humanidade”, qual seja, a superação do “*Último Homem*” para que a mesma permaneça humana.

Trata-se da possibilidade mesma do “*além-homem*”, como meta, como esperança.

Essa perspectiva inverte pois a lógica do niilismo nietzschiano tão propalado e tão pouco compreendido. Niilismo não como negação pura mas como anúncio da

⁵⁴⁴ Cf. Visbal, M. *Ética e política. Genealogia e alcance do “Último Homem” na filosofia de Nietzsche*. Op.cit, p.60.

esperança – a do renascimento dos homens superiores, dos espíritos livres, do surgimento de um novo tempo, além do bem e do mal, para além da tradição humanista. Nihilismo como preparação do “*além-homem*”.

4.3 – O “esquecimento do ser” *ou...* iguais ou diferentes?

4.3.1 – O paradoxo indentitário

Trata-se de uma de-cisão que vive da perplexidade em pensar a identidade como identidade e não como igualdade, isto é, que vive a dificuldade de se encontrar com a identidade no próprio seio das diferenças. Esta de-cisão ao instituir as dicotomias de um comparativo ontológico, se pronuncia pelo ser contra o nada, pela essência contra a aparência, pelo bem contra o mal, pelo inteligível contra o sensível, pelo permanente contra o mutável, pelo verdadeiro contra o falso, pelo racional contra o animal, pelo necessário contra o contingente, pelo uno contra o múltiplo, pela sincronia contra a dicotomia. No poder de seu jogo é uma decisão que se de-cide pela filosofia contra o pensamento.⁵⁴⁵

A discussão em torno da questão do reconhecimento, apontada neste estudo, se pauta, sobretudo, a partir do binômio igualdade e diferença. Todavia, o que se assiste é uma superposição de conceitos, utilizados de forma simplificada e dotados de forte apelo midiático. Somos iguais ou somos diferentes? Somos iguais e somos diferentes? Quem é o outro e quem são os mesmos ?

Parece que o que está sendo perguntado, porém, mantém a sentença Platônica que indaga: quando se pode ser igual e quando se pode ser diferente?

Este questionamento, não rompe, como sugeriria, com os postulados da racionalidade inaugurada por Platão configurando-se num paradoxo em que uma escolha acaba por ser feita e a mesma acabou por gerar homogeneização e normatização das diferenças. É precisamente sobre esta escolha e seus desdobramentos que este estudo segue seu último curso.

⁵⁴⁵ Cf. Leão, E.C. *Aprendendo a pensar*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p. 79.

4.3.2 - O pensamento originário

No horizonte deste questionamento o pensamento dos primeiros pensadores gregos revela uma profundidade atual em que as questões arroladas e as preocupações moventes acenam para o mistério vigente de sua verdade, de outro modo imperceptível. Em conseqüência, se encolhe a distância cronológica de mais de dois mil e quinhentos anos que deles nos separa. A estranheza destes pensadores deixa de nos ser extremamente estranha para afirmar-se como nossa própria estranheza. É então que nos sentimos conosco quando estamos com eles.⁵⁴⁶

Carneiro Leão⁵⁴⁷ aponta para a importância de hoje fazermos o esforço de pensar o pensamento dos primeiros pensadores e a ruptura estabelecida em Platão como uma “de-cisão”⁵⁴⁸ metafísica que, para além de ser uma relíquia de museu, marca e demarca uma cisão no pensamento que estabeleceu as opções e os rumos tomados pela tradição que hoje nos sustenta e a própria ciência que hoje nos serve de parâmetro. Para entender o episódio platônico, socrático e aristotélico, vistos por muitos como um movimento que inaugura o pensamento racional na Grécia e no próprio ocidente, não podemos nos furtar de resgatar, como por muito tempo a História da Filosofia se furtou, o pensamento dos chamados pré-socráticos, feito inicialmente por Hegel no século XIX e depois no século XX, sobretudo por Nietzsche e Heidegger.

Os pensadores originários – Tales, Anaximandro, Anaxímenes, Xenófanes, Zenão, Parmênides e Heráclito, viveram aproximadamente entre os séculos VII e V a c. Durante muito tempo, a História da Filosofia os designou de pré-socráticos, pré-platônicos ou pré-aristotélicos anunciando, com isso, que Sócrates, Platão e Aristóteles, serviam de parâmetro para medir o nível filosófico de todos os gregos que os antecederam, escamoteando, assim, o vigor do pensamento originário. Para o autor,

⁵⁴⁶ Cf. Leão, E.C. *Aprendendo a pensar*. Op.cit.,p.79.

⁵⁴⁷ Ibidem, p. 64.

⁵⁴⁸ Utiliza-se a grafia heraclitiana, já explicitada aqui, sugerida por Carneiro Leão.

nestes títulos, o prefixo “pré” não possui apenas sentido cronológico mas, axiomático – o axioma da implantação da filosofia na decadência do pensamento.⁵⁴⁹

Busca-se, neste momento, de uma forma simples, recuperar a experiência grega de origem do ser e do não ser para pensar a questão contemporânea da identidade em seu duplo binômio fundante: igualdade x diferença que marca de maneira indelével o conflito que perpassa a adoção de políticas compensatórias, como a política de cotas.

Tal questionamento remete a focar o momento de uma “de-cisão” Platônica pelo pensamento de Parmênides imprimindo uma marca ontológica nas concepções modernas do ser como uno, indivisível e eterno, informando, assim, as transformações e as experiências que orientam as ações humanas há mais de vinte e cinco séculos.

4.3.3 –A questão do ser e do não ser em Parmênides e Heráclito

Como anunciado acima, o momento que serve de pano de fundo impulsionador para esta reflexão é, portanto, a conhecida passagem, entendida sob diferentes aspectos por diferentes pensadores, do mito à razão.

Para sustentar essa reflexão recorre-se às análises tecidas por Amaral⁵⁵⁰ as quais apontam para a compreensão de uma suposta “falha” na experiência mítica grega, no período de transição arcaico/clássico, a ponto de permitir aos gregos de então arriscar uma outra experiência em direção ao desconhecido – o pensamento metafísico. Ainda sob a mesma orientação, utiliza-se o pensamento dos dois filósofos, Parmênides e Heráclito que será entendido aqui não como os separa a História da Filosofia⁵⁵¹, mas como uma “unidade tensa”. Assim, faz-se o esforço de “aprender a pensar” o

⁵⁴⁹ Cf. Leão, E.C. *Aprendendo a pensar*. Op.cit.,p.67.

⁵⁵⁰ Anotações do curso *História da Filosofia e Comunicação do Sentido* no Programa Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ECO/UFRJ, 2002/2.

pensamento grego não como uma sucessão cronológica, mas como ele próprio, o pensamento grego – um acontecimento.

Traz-se para o foco dessa reflexão a questão ontológica do ser e do não ser. Interessa refletir, ainda que de maneira inicial, o processo expresso na passagem do mito à razão a partir da ruptura de uma unidade (ainda que tensa), nesse momento, entre o humano e o não humano, entre o transcendente e o imanente, o ser e o não ser, de forma a recuperar as contradições e tensões do processo de surgimento do conceito de identidade. Tem-se como suposição que o “*esquecimento do ser*”, engendrado pela metafísica, leva a travar uma discussão paradoxal em torno da questão da igualdade e da diferença.

Neste esforço conclusivo e de síntese de um cenário tão conflituoso, não há a intenção de historicizar filosoficamente o pensamento dos filósofos citados, nem, tampouco, a pretensão de esgotar essa discussão. Busca-se, apenas, pontuar e recolher elementos capazes de fazer pensar, ainda que provisoriamente, os paradoxos hoje postos ao homem contemporâneo dentre os quais a ação política compensatória apresentada neste estudo.

Vale lembrar que no período arcaico, Deuses, Semi-Deuses, Humanos e Animais faziam parte de um mesmo sentido. Aqui se harmonizavam as diferenças e não as classificavam por identidades. Foi exatamente a ruptura trazida pelo pensamento clássico que passa a estabelecer as diferenciações rígidas que hoje se apresentam para nós segundo o princípio de identidade e diferença. Há, portanto, um acontecimento – o “*esquecimento do ser*” no surgimento da metafísica que se expressa no acontecimento paradoxal da marca ontológica do conceito de identidade.

É exatamente na leitura dos fragmentos deixados por Parmênides e Heráclito, olhados em conjunto, que a tensão e a paradoxalidade se evidenciam.

Esse grande acontecimento se formula, então, nas questões: O que é o “ser”? O que é o “mesmo”? O que é o “mesmo” que é “ser” e, também, o que é “ser” diferentemente?

Sabe-se que os gregos originários pensaram a possível simultaneidade do absoluto e do relativo. Isto está em Tales, em Anaximandro e está, sobretudo, em Parmênides e Heráclito. Desta forma, pode-se dizer que os gregos estiveram tentados a formular a questão “do mesmo” na forma de uma tensão indissociável entre o absoluto e o relativo até o momento em que foi necessário dissociar essas duas instâncias. De acordo com Amaral,⁵⁵² esse momento parece se dar quando Parmênides passa a ser tomado dissociado de Heráclito por Platão.

O fragmento II de Parmênides nos diz que⁵⁵³:

Vamos lá – eu interrogarei, tu porém, auscultando a palavra, cuida que os caminhos únicos do procurar são dignos de serem pensados: um, que é e que não-ser não é.

Assim, partir do poema de Parmênides, se tomado em separado, nada mais pode ser dito além do já dito – o que é – é, e o que não - é não é. Do que não é, nada se há de dizer, e, do que é, também não, salvo que é imóvel, uno, imutável e eterno.⁵⁵⁴

Já em Heráclito, encontramos no fragmento 60 a seguinte proposição⁵⁵⁵ :

Caminho: para cima e para baixo, um e o mesmo.

Para ele, o um é o princípio absoluto – é igualmente todas as coisas, revelando, assim, que não se pode desprezar a multiplicidade do mundo. (Fr50)

Amaral⁵⁵⁶ sugere que os gregos procuram, nesse momento, sair da paradoxalidade sustentando a relação do absoluto e do relativo na maneira do ser – na relação ser e não ser; ser e poder ser (o que inclui poder não ser); ser e dever ser (o que exclui poder não

⁵⁵² Anotações do curso História da Filosofia e Comunicação do Sentido no Programa Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ECO/UFRJ, 2002/2.

⁵⁵³ Cf. Costa, A. *Heráclito: fragmentos comentados*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

⁵⁵⁴ Anotações do curso História da Filosofia. op.cit. 2002/2.

⁵⁵⁵ Cf. Costa, A. *Heráclito: fragmentos comentados*. Op.cit. p.45.

⁵⁵⁶ Anotações do curso História da Filosofia.op.cit, 2002/2.

ser e não ser), e, finalmente, simplesmente – ser. Ser é; não ser não é. Assim, a possibilidade do não ser aparece, ainda, acoplada ao ser. A ruptura desse modelo em que o ser passa a pertencer a um mundo (mundo da verdade) e o não ser pertencer a outro mundo (mundo da aparência), além de ter se constituído em um longo processo, necessitou de uma resolução na qual uma doutrina do “ser” precisou ser estabelecida. O que era antagonismo ou dobra de um único real, passa a ser entendido agora como cindido – coisas separadas e pertencentes à realidades distintas. Um grande abismo se irrompe entre essas duas realidades e vão se consubstanciar em modelos dualistas expressos ao longo da História da Filosofia. A explicitação dessa tarefa foi exercida por Platão que passa a considerar o ser somente a partir do fundamento da razão, inaugurando um pensamento marcado pela primazia do um, origem da idéia que separa o ser dos entes, antagônico ao pensamento originário, este marcado pela dualidade, diferença e correlação entre ser e entes. O autor destaca, também, o papel da polêmica entre Platão e os sofistas e ressalta que os sofistas experimentaram e traduziram a própria tensão do acontecimento paradoxal Heráclito/Parmênides, rigorosamente fiéis à expectativa do pensamento originário de manter em presença o absoluto e o relativo sem dissolver um no outro. Todavia, essa formulação, nesse momento, apontava também uma contradição em que uma “de-cisão” entre ser ou não ser acabava por deflagrar numa escolha entre Heráclito e Parmênides. Os sofistas tomaram de Heráclito seu princípio do devir, de que tudo flui.

Não se pode entrar duas vezes no mesmo rio.(Fr 91)⁵⁵⁷

Platão recolhe de Parmênides a noção de que o que é - é – tudo é um. Deste pensamento, que mantinha ainda a radicalidade do ser e do não ser, Platão introduz sua metafísica. A noção de que se o um é o princípio, o dois passa a ser a unidade.

⁵⁵⁷ Cf. Costa, A. *Heráclito: fragmentos comentados*. Rio de Janeiro: Difel, 2002, p.48.

Heidegger ⁵⁵⁸, em sua Introdução à Metafísica, revela o sentido originário atribuído pelos primeiros pensadores gregos a *physis*. Esta estava presente em tudo o que rodeava, plantas, animais, homens, bem como em suas criações e no próprio pensamento. Nada escapava ao domínio da *physis*. Era a unidade originária que congregava movimento (aquilo que brotava) e repouso (o que permanecia). *Physis* era portanto, para esses pensadores, o nome do ser.

Os gregos de então não apenas separavam o real em dois blocos – sensível e supra-sensível – como buscavam encontrar a unidade no interior desse dualismo. A aparência das coisas era um modo de ser constitutivo da realidade. ⁵⁵⁹ As formas da aparência seriam pois, modos de aparecer e, como tais, a própria emanção do ser. Da mesma forma, o conceito de *alétheia*, hoje “traduzido” por realidade, no mundo grego era compreendido em profunda intimidade com o ser concebido como *physis*. Isto permitia aos gregos pensarem a verdade como pertencente. Ser ente implica: apresentar-se, surgir aparecendo, propor-se, expor alguma coisa. Ao contrário, “não ser” significa : afastar-se da aparição, da presença. ⁵⁶⁰

Para aproximar-se do pensamento dos “pensadores originários”, é necessário, também, compreender duas conexões importantes. A relação entre ser e pensar e entre *physis* e *logos*.

A análise do comentador de Heidegger ressalta que para os primeiros pensadores, pensar não era uma faculdade ou atividade de si. ⁵⁶¹ Pensar e ser estariam, unidos no sentido do que tende a opor-se, isto é, são o mesmo como pertencentes um ao outro num único conjunto. Já em seu significado original – *logos* não seria discurso esclarecedor ou

⁵⁵⁸ Cf. Heidegger, M. *Introdução à Metafísica*. Lisboa: Instituto Piaget, 1987.

⁵⁵⁹ Para “nós”, “modernos”, a aparência das coisas pode ser tomada como falsa, inautêntica ou mesmo, subjetiva.

⁵⁶⁰ Cf. Costa, A. *Heráclito: fragmentos comentados*. Op.cit. p.48.

⁵⁶¹ Cf. Michelazzo, J.C. *Do um como princípio ao dois como unidade- Heidegger e a reconstrução ontológica do real*. São Paulo: Annablume, 1999, p.89.

lógico, não significaria sentido ou palavra. *Logos* possuiria o significado original de colher – juntar em conjunto – a unidade de reunião constante e, em si mesma, imperante⁵⁶². *Logos* seria, também, o lugar onde acontece a linguagem.

4.3.4 – A escolha Platônica e as conseqüências da herança moderna para o conceito de identidade.

Será em Aristóteles que aparece o primeiro princípio da lógica – o princípio da identidade. O que é – é ; o que não é – não é.

Todavia, não foi assim que essa questão foi colocada pelos pensadores originários, pelos sofistas e também não foi assim que foi resolvida pelos metafísicos.

Parmênides define a questão do ser como o mesmo em si mesmo.

Em Heráclito, o um é princípio absoluto e comum, é igualmente todas as coisas e o pensamento é o que é comum, o princípio que organiza e retém a dispersão. Além disso, Heráclito dá ao não ser o movimento do devir – aquilo que virá a ser ou deixará de ser – o outro.

“Ouvindo não a mim mas ao *logos*, é sábio concordar ser tudo-um”⁵⁶³

Em sua metafísica Platão estabelece uma doutrina em que os atributos do ser são designados pelo pensamento. Tudo que é pertence a que se define como sendo.

Tanto Sócrates quanto Platão passam a conceber o ser numa dimensão do conhecimento e não do pensamento, e, sobre o conhecimento, não há como ter uma medida comum.

Encontra-se em Quintão⁵⁶⁴ a análise de que, em Platão, o conhecimento não é mais uma força reunificadora emergente e própria da dinâmica de realização, mas o

⁵⁶² Cf. Michelazzo, J.C. *Do um como princípio ao dois como unidade. Op.cit.*, p.90.

⁵⁶³ Segundo Costa, A. *Op.cit.*, 2002, p.107 - a tradução de “tudo-um” com hífen a separá-los e uní-los (Fr.8) visa manter justamente essa idéia tipicamente heraclitiana, a reunião dos diversos, a harmonia dos contrários.

⁵⁶⁴ Cf. Quintão, D. *Endereços do Projeto Humano*. Revista Tempo Brasileiro, jul. – set. – nº 146 – Rio de Janeiro, 2001, p. 22.

impulso instaurador de uma ordenação controladora do visível onde a vida se movimenta e se concretiza. Para a autora, assim, o ser já não é mais um processo de essencialização, mas converte-se em fundamento, a diferença que funda todas as outras, que promove e conduz o percurso de cada ser.

Dessa forma, quebrando a unidade pré-socrática, Platão associa-se à Parmênides, separando-o de Heráclito e confere ao ser os atributos relativos ao uno, ao eterno, ao imutável, ao uniforme, ao indissociável- o que pode ser, já que não podemos saber o que é. A instauração metafísica de Platão abre pois uma cisão na experiência múltipla do ser.

Essas concepções serviram também de base para toda uma concepção moderna do ser essencializado, dotado de uma identidade fixa e imutável, que recentemente vem sendo questionada numa esfera paradoxal posto que inscrita no interior da própria racionalidade moderna.

Ou seja, indica-se neste estudo que apesar da gama de teorias e abordagens que apontam para uma multifacetada experiência identitária do homem, continua-se buscando formas de identificação, de reconhecimento essencializadas, marcadas por uma racionalidade que separa seres e entes, natureza e cultura.

A gama de contradições expressas neste estudo pode ser reflexo desta de-cisão histórica. Desse ser esquecido, num tempo que nega o devir e que acelera o porvir do “Último-homem”.

Voltando-se às palavras de Heráclito – “ Em nome da justiça não ligariam, se tais coisas não existissem.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS ou a possibilidade do *Übermensch*

Jogue-se na ação. Aceite e duplique a vida. A moral está unicamente na vida, na sua necessidade, na sua grandeza. Fora da vida, no trabalho contínuo da Humanidade, só existem loucuras metafísicas, logros e misérias.
Nietzsche, F.⁵⁶⁵

Este trabalho é uma “colcha de retalhos”, urdida a cada fio, a cada fala, diversa na espessura de cada trama. Cada parte, outra parte reúne, busca elos, intuições de pensar os dilemas hoje postos à existência contemporânea.

O atravessamento da política em nossas vidas, a forma como os grupos e as forças constituintes da realidade social se articulam, se alternam, delineiam a história, fio a fio, parecem deixar “nós” impossíveis de desatar.

Este estudo buscou evidenciar estes “nós” e tem esperanças. “Mentiras sinceras me interessam”, diria Cazuza⁵⁶⁶.

Pesquisar a adoção da política de cotas implementadas sob o julgo das políticas públicas de Estado, pressionado pela ação dos diferentes movimentos sociais, se fez tarefa arriscada, cansativa, tensa.

A dimensão política, neste terceiro milênio apresenta-se cada vez mais paradoxal. Apresenta-se sem credibilidade, sem legitimidade, posto que as bases que expõem a profunda e crescente desigualdade social e cultural, não foram, de fato, enfrentadas; ao contrário, têm sido atualizadas, constantemente.

A dimensão discursiva, entretanto, apresenta-se, ainda, como um espaço concreto de diálogo com o real, com aquilo que se materializa por meio das traduções e resignificações dos textos que a memória reinscreve constantemente na História, apontando os caminhos pelos quais o homem resiste e insiste. Teima em ser *Ser*.

⁵⁶⁵ Wilson Coutinho. Jornal O Globo. Editoria: Prosa & Verso. *Além do Homem. Friedrich Nietzsche Corpo a Corpo* (Entrevista extraída de cartas, livros e biografias), 12-08-2000, p.2.

⁵⁶⁶ Cazuza. *Mentiras Sinceras*. WM, Discos. 1986.

Mas é preciso sair dos discursos prontos, de um lado ou de outro. De soluções apressadas, que saem do forno soladas, duras de digerir, indigestas até.

Há tantos óbvios na caracterização do mundo, que se vive de obviedades!

Não é preciso falar em estatísticas, demonstrar quem é ou não pobre, quem é ou não negro, pardo, estrangeiro ou exilado das bases sociais aceitáveis como “normais” e, sobretudo, como dignas. Os miseráveis estão entre nós de maneira avassaladora. Os “esquecidos” se fazem lembrar a cada esquina ou a cada assalto, e parecem atuar como que em pequenas doses de anestesia. Os “esquecidos” se fazem lembrar na angústia do Ser vazio frente à multidão que se anuncia na TV. Naturaliza-se, incorpora-se o absurdo, consome-se o sofrimento do outro. Estas doses anestésicas retiram parte do medo, do choque, da depressão, mas têm como moeda de troca a culpa e a responsabilização impiedosa e constante. Sente-se tanta falta!

E foi assim que nos tornamos uma sociedade da piedade, da moral ressentida. Que interiorizamos o castigo, o sacrifício.

E foi assim que todo este cenário paradoxal fez “gancho” com nossas crenças, regimes de verdade e fundou os seres que ora habitamos, ainda que sem reconhecê-los, e que gerencia, sobremaneira, nosso vir-a-ser. Pelo menos este ser que se apresenta todos os dias a nós, pelo menos este ser que se antecipa temendo o risco de sua própria existência, tentando negar o trágico que habita em cada um, buscando soluções rápidas ao que não tem fim. O curso do per- Curso não acaba, não em mim.

São doses diárias de anestésias e não de vacinas! O progresso da ciência e da técnica ainda não livrou o homem dos horrores de sua existência, não conseguiu retirar dos seres a pulsão dionisíaca, posto que parece ter claro o perigo da morte do próprio homem.

Não há cura para o homem moderno. O Homem que jaz é um portador: de sua identidade, de suas doenças, de suas loucuras, de seus direitos e, sobretudo de seu prazer que a tudo consome. Sua contemporaneidade o leva de forma supostamente contraditória, face à aceleração da técnica, a adiamentos constantes – remédios paliativos – e à antecipações de sua própria existência – extirpação do devir. O homem moderno parece nascer velho do seu próprio destino.

E foi assim que o fraterno se constituiu como possibilidade não de um "mesmo", uno, mas de um duplo ser esquecido e que precisa esquecer continuamente de sua existência *no* outro. É o outro que o faz lembrar de si e de sua responsabilidade consigo. É no outro que se reconhece.

E foi assim que esse fraterno sofre a dor de si, do outro e do mundo.

É que desde sempre fomos um só e isso não teve fim. Cindidos pela metafísica e frente ao ideal ascético, o homem busca constantemente o retorno, mas as placas de direção não apontam o caminho. Apontam um-não-caminho, o que não se deve ser. A direção de hoje é necessariamente defensiva! Parece que o Homem perdeu seu lugar e existe somente o não-homem.

E foi assim que o fraterno se fez vitimado, se fez sofredor em eterna dívida para com a felicidade e com a harmonia e igualdade entre os seres.

Indecifrável felicidade – estrangeira em nós – pois não há quem de fato a conheça na plenitude. Indecifrável igualdade, pois não há, de fato, dois iguais no mundo. A água que desce o rio, nunca é a mesma, já dizia o filósofo. Difícil pensar numa só água mas que nunca é a mesma. Difícil pensar num só ser, que nunca é o mesmo.

É melhor esquecer?

Não há vacinas.

O "*Último-homem*" está aqui.

O todo parece inatingível. Parece não haver solução possível, apenas arremedos.

Caminha-se, assim, há milênios, nessa escala que se criou para habitar o tempo e ordenar o espaço. A recriação constante do real ameaça a materialidade e monótona perpetuação da vida cotidiana. E esta continua a tecer tramas e agir conforme o previsto, conforme as amarras criadas pela metafísica e a racionalidade. Buscam-se atalhos para algo que se constituiu enquanto impossibilidade – a justiça e a igualdade entre os homens. Busca-se, então, a proximidade, a maior possível com o igual. Busca-se, de forma contraditória, reconhecer, cada um, como diferente, mas também como próprio e singular. Os indivíduos de hoje querem se fazer ver, revelar e reconhecer. São estranhos a si mesmos. É necessário ser aceito, ter auto-estima, ser capaz. É necessário, então, se agrupar, arregimentar forças. Se constituir em um-mais-forte. Mais que um, num só. A justiça seria enfim o lugar que garantiria no mínimo o “um”, em cada um de nós, já que de nós mesmos fomos esquecidos.

E é assim, que se dividem os espaços, que se caracteriza o que se pode ou não se pode fazer. Moral de rebanho. Moral ressentida travestida em justiça e igualdade

O discurso culposos do direito positivado não é apenas de quem sente a dor mas de quem a reproduz, todos os dias. Tudo se consome onde o ser se consumiu. E tudo se faz visível, se revela. Quem escapa é traidor. Quem confere as verdades anuncia em reclames a força de sua proposição por meio de imagens que vendem a dor e também a solução. É preciso esquecer-se de si para poder comprar soluções.

No bojo do processo de presentificação, percebe-se, porém, que o “*esquecimento do ser*” significa muito mais um per-Curso tortuoso que levou o existir humano menos conectado aos instintos originários. Percebe-se, também, que há marcas, sintomas, que recolocam o Ser continuamente em contato com o resgate de uma possibilidade esquecida. Procura-se a saída para o “*Último-homem*” nos limites paradoxais hoje

postos à sua existência pois há indícios de um Ser que reescreve constantemente sua história. A arte não morreu com o “*Último-homem*”, a poesia teima em existir. Novas saídas, ou só o mesmo, percurso?

O “*Último-homem*” só existe porque há um último lugar para existir! O “*Último-homem*” só existe pois há um devir e este pode vir a ser o “*além-do-homem*” cunhado por Nietzsche.

Começa-se então a crer na existência do *Übermensch*, do “*além-do-homem*”?

Será este o retorno previsto por Nietzsche? Fazer do homem, memória?

Mas a História que contam os discursos aqui selecionados como espectros, variantes de um mesmo tema, retratam um homem que tem pressa e esqueceu-se de si. E assim se segue sofrendo e criando ressentimentos. Não há como não se surpreender com o fato de que os argumentos utilizados entre os que são favoráveis ou desfavoráveis à adoção da política de cotas revelam um mesmo núcleo. Forças opostas se debatendo sobre um núcleo comum, paralisada mesmo quando supostamente alcança algum objetivo.

No percurso deste estudo, busca-se responder mais do que questões formais.

As inquietações e as dúvidas foram os motores da procura de um debate que, na maior parte das vezes, tem sido negado pelas posições hegemônicas que dominam o tema.

No apagar das luzes desse estudo, porém, ocorreu a divulgação do Manifesto *Todos têm direitos iguais na República democrática*, do qual fui signatária, cujo amplo espectro de adesões me fez sentir menos solitária e, sobretudo, menos racista. O teor do documento entregue aos presidentes do Senado e da Câmara Federal da República Brasileira pede a rejeição de projetos que reservam vagas em universidades com diferentes bases de sustentação, dentre as quais a noção de que “ Universidade não é

prêmio para injustiça passada”. “Não se repara injustiça premiando descendentes” – diz Eunice Durhan, ex-secretária de Política Educacional do Governo Fernando Henrique Cardoso.⁵⁶⁷ O documento ressalta, ainda, o perigo da “invenção de raças oficiais” e pergunta a todos – “Qual o Brasil que queremos?”⁵⁶⁸

Decerto queremos um Brasil melhor. Temos feito, cada qual, o nosso papel, se levarmos em consideração que cada um dos signatários está envolvido diretamente, de maneira séria e comprometida, com a formação acadêmica e cultural dos jovens estudantes de nosso país. Outros tantos o têm feito, também.

A submissão frente à desigualdade, o preconceito e o racismo não fazem, necessariamente, parte das idéias daqueles que questionam as cotas. Essa “associação”, para não dizer acusação, normalmente feita aos que têm tentado problematizar a questão não pode ser naturalizada.

No entanto, logo após a publicação do Manifesto foi elaborado, por parte de intelectuais e ativistas de movimento negro, um documento identificado como “ pró-cotas”. Segundo o jornal, o “ documento entregue a Renan e Aldo foi reação a texto assinado por 114 intelectuais contra a reserva de vagas”.⁵⁶⁹ Intitulado “ *Desigualdade exige políticas públicas específicas*”, o texto afirma, entre outras coisas que, “ a desigualdade racial no Brasil tem fortes raízes históricas e esta realidade não será alterada sem a aplicação de políticas públicas específicas.”⁵⁷⁰ Baseado em dados, o texto afirma, ainda, que o “racismo estatal” aumentou no século XX. Acusa o primeiro Manifesto de defender políticas universalistas, que “servem apenas às elites”. Comentando o Manifesto “ contra” as cotas, o expressivo representante do movimento

⁵⁶⁷ Demétrio Weber. Jornal o Globo. Editoria: O País. *Intelectuais lançam manifesto contra as cotas*. 13-06-2006, p.13.

⁵⁶⁸ Ibidem.

⁵⁶⁹ Demétrio Weber. Jornal o Globo. Editoria: O País. *Congresso recebe agora manifesto pró-cotas*. 05-07-2006, p.13.

⁵⁷⁰ Ibidem.

negro e Diretor-executivo da Eduafro, Frei Davi, tem afirmações como estas: “ Eles (contrários à reserva de vagas) sabem que as cotas tiram as vagas de seus filhos”; “ São intelectuais que se formaram com o dinheiro público e querem continuar pisando no negro (...). A elite burguesa é podre quando não sabe compartilhar – disse Frei Davi”.⁵⁷¹

Esse tipo de discurso não só desqualifica o debate como afirma a pertinência dos argumentos apresentados neste estudo, nos quais tempo e justiça fundam, na contemporaneidade, uma sociedade do sofrimento, da culpa e da reparação sob fortes riscos de que a possibilidade de construção de uma realidade composta por “ homens fortes e espíritos livres”, continue apenas a configurar como uma contra-utopia no coração de bem poucos.

Talvez fosse melhor terminar com a declaração feita abaixo, mas desde que ela pudesse ser lida em duas vias:

Vamos combinar assim: eu sou a favor da reserva de vagas por razões históricas e você pode ser contra pelas mesmas razões.⁵⁷²

Com a afirmação de Carneiro Leão – “A pergunta que a resposta acaba não é essencial e sim acidental” -⁵⁷³ aponto para a estruturante incompletude deste estudo. É certo que cada uma das dimensões apresentadas mereceria ser mais estudada, detalhada, explorada, refinada. Ah ... o tempo! Que in-justiça termos de pensar com o relógio, quando, do que se trata, é da própria existência!

Na verdade não há respostas senão aquelas delineadas nas falas, discursos, contrários ou favoráveis à adoção da política de cotas.

⁵⁷¹ Demétrio Weber. Jornal o Globo. Editoria: O País. *Congresso recebe agora manifesto pró-cotas*, op.cit.

⁵⁷² Jornal O Globo. Editoria: Opinião. 14-07-2005.

⁵⁷³ Anotações de palestra proferida em Encontros com a Filosofia. Laranjeiras, out, 2005.

A aposta foi colocada na possibilidade de que as respostas se evidenciassem a cada dimensão apresentada, a partir da materialidade dos sujeitos, seus discursos construindo suas versões e suas paixões sobre o objeto investigado.

A quarta dimensão deste estudo teve a intenção de procurar respostas para além dos discursos oficiais, ainda que se revele tímida, pouco produtiva, como, decerto, dirão alguns. Mas a paradoxalidade e as contradições postas ao objeto foram de tal ordem que seguir tal ou qual caminho, defender tal ou qual posição seria permanecer na ambigüidade e não atravessar, ainda que apenas de forma poética, os limites postos a tão caro objeto.

Ao necessário e “sofrido” fim deste trabalho, tem-se claro que as bases teóricas que orientaram o sentimento e o compromisso para com este estudo, apenas se insinuaram como possibilidade de pensamento e pesquisa, mas decerto vieram para ficar.

A complexidade do tema, os múltiplos vieses de entendimentos, de recortes, de posições, fizeram-me perceber que este estudo, de fato, é apenas um texto e que o curso desta pesquisa - porvir ? - ainda está por vir.

Mas com Zaratustra, Nietzsche tem ainda (e sempre) a dizer nesse final:

Os homens não são iguais. E tampouco o devem tornar-se! Que seria o meu amor pelo além do homem se falasse de outro modo? Através de mil pontes e alpondras, terão de abrir caminho ao porvir e cada vez mais guerras e desigualdades deverão ser postas entre eles: assim mande que eu fale o meu grande amor.

(“Das Tarântulas”, Assim Falou Zaratustra.)⁵⁷⁴

⁵⁷⁴Cf. Nietzsche, Friedrich. *Assim Falou Zaratustra. Um livro para todos e para ninguém*. Op.cit,p.129.

REFERERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEN, D. G. *Breve História da Ação Afirmativa nos Estados Unidos*. IN: Revista Advir, nº 19. Revista da Associação dos docentes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. ASDUERJ. Set, 2005 p. 81.
- ALTHUSSER, L. *O Futuro dura muito tempo*. 1ª reimpressão. São Paulo. Companhia das Letras.
- AMATO, J. *Victims and Values – A history and a theory of suffering*. New York: Greenwood Press, 1990.
- ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e Julgamento*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.
- _____. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- AZEREDO, V. D. *Nietzsche e a dissolução da moral*. GEN. Grupo de Estudos Nietzsche. São Paulo, Editora UNIJUÍ, 2ª edição, 2003.
- BAUDRILLARD, J. *A transparência do mal*. 7ª ed. São Paulo: Papirus, 2003.
- BECK, U. *Risk Society : towards a new modernity*. Londres: Sage, 1992
- BHABHA, Homi K,- *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.
- BOBBIO, N. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992, pp 31-32.
- BOLTANSKI, L. *Distant Suffering – morality, media and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999
- BORGES, R. da S. *O já-dito e o não dito: o papel da imprensa no debate sobre as cotas*. IN: Ações Afirmativas em Educação – Experiências Brasileiras – Silva da, Cidinha (Org). Edições Selo Negro: São Paulo, 2003. pps 233-255.
- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992
- BRUCKNER, P. – *A Tentação da Inocência*. Editora Rocco: Rio de Janeiro, 1997.
- _____. *Filhos e Vítimas*. IN: Morin & Prigogine. (Orgs) A sociedade em busca de valores. Lisboa: Instituto Piaget, 1998, pp. 51-64.
- BRUNO, F. *Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação*. IN: Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, nº 24, julho de 2004, pps 110;124
- CANCLINI, Néstor Garcia - *Políticas Culturais Urbanas na América Latin*. In: Consumidores e Cidadãos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

CASHMORE, E. *et alli*. *Dicionário das relações étnicas e raciais*. São Paulo: Summus, 2000, p.31.

CÉSAR, R. C. L. *Políticas de Inclusão no Ensino Superior Brasileiro: um acerto de contas e de legitimidade*. IN: Revista Advir, nº 19, setembro de 2005, pp55-64.

_____ *Acesso à justiça para minorias raciais no Brasil: é a ação afirmativa o melhor caminho? Riscos e acertos no caso da UERJ*. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito. UERJ, 2004.

CHESNEAUX, J. *Tiranía do efêmero e cidadania*. IN: Morin & Prigogine. (Orgs) *A sociedade em busca de valores*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

COSTA, Alexandre. *Heráclito. Fragmentos Contextualizados*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

DELEUZE, G. *Nietzsche e a filosofia*. Rio de Janeiro: Semeion, 1976.

EHRENBERG, A. *La fatigue d'être soi*. Paris: Odile Jacob, 1988.

FANON, F. *Black Skin, White Masks*. The fact of blackness, London: Pluto, 1999.

FOUCAULT, Michel - *Os anormais*, Martins Fontes, São Paulo, 2001

_____ *As palavras e as Coisas*, Martins Fontes, São Paulo, 1992.

_____ *Vigiar e Punir – Nascimento da Prisão*, Vozes, Petrópolis, 1991.

_____ *História da Loucura, Perspectiva*, São Paulo, 1989.

GEBER, Daniel. *Direito Penal do Inimigo: Jackobs, nazismo e a velha estória de sempre*. <http://www.jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp>.

GIACÓIA, Jr. O. *Crítica da Moral como Política em Nietzsche*.

GUIMARÃES, A. S. A., no livro intitulado, *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

GOMES, J.B. *Instrumentos e métodos de mitigação da desigualdade em direito constitucional e internacional*. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em <http://www.mre.gov.br>.

FRANCO, M.. *A Tragédia surda*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ /2001.

FRY, P. *O debate que não houve: a reserva de vagas para negros nas Universidades brasileiras* (com Yvonne Maggie). IN: *A persistência da raça: Ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005

HACKMAN, Ian. *Foucault's immature science*. Noûs Journal. Bloomington. Blackwell Publishing. Vol.13,nº 1. pp.39-51, Mar,1979.

HALL, Stuart - *Identidades Culturais na Pós-Modernidade*, Rio de Janeiro: Editora DP&A,1997 .

HAVELOCK E. A. *Prefácio a Platão*.São Paulo: Papirus,1996.

HEIDEGGER, M. *Heráclito*. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 2002.

_____ *Ser e Tempo*. Parte I & II. Petrópolis: Vozes,2002b.

_____ *Introdução à Metafísica*. Lisboa: instituto Piaget,1987.

_____ *Poetry, Language, Thought*. New York: Harper & Row, 1971. Building,dwelling,thinking.

HERINGER, Rosana. *Ação afirmativa, estratégias pós-Durban*. Revista Eletrônica Observatório da Cidadania. 2002, pp. 55-61.

IRACI, N.; SANEMATSU,M. *Mídia e Racismo*.Rio de Janeiro: Pallas,2003.

KELLNER, Douglas – *A Cultura da Mídia*. São Paulo: Edusc, 2001.

KOSELLECK, J. *Le futur passé*. Paris: Gallinard, 1990.

LEACH, Edmund – *Cultura e Comunicação* - Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LEÃO, E. Carneiro. *Aprendendo a pensar* – Volume I . 1ª ed. Petrópolis, Vozes,2002.

_____ *A crise da Ética Hoje*. IN: Endereços do Projeto Humano. Revista Tempo Brasileiro. Nº 146. Rio de Janeiro. Julho-setembro de 2001. pp.5-16.

LIPOVETSKY, G. *A era de após-dever*. IN: Morin & Prigogine. (Orgs) *A sociedade em busca de valores*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998, pp. 29-38.

LARROSA, J. & SKLIAR, C. *Habitantes de Babel*. Belo Horizonte: Mediação,2002

MACHADO, Roberto. *Nietzsche e a Verdade*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco.1985.

_____. *Análise de textos de comunicação* – Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2001.

MELO, E.R. *Nietzsche e a Justiça*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

MICHELAZZO,J.C. *Do um como princípio ao dois como unidade*. São Paulo: Annablume,1999.

MOEHLECKE,S. – *Ação afirmativa: história e debates no Brasil*. IN: Cadernos de Pesquisa, nº117. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, novembro de 2002, p.197-217.

Mc LAREN, Peter. *Multiculturalismo Crítico*, São Paulo: Cortez ,1997.

NIETZSCHE, F. *Além do Bem e do Mal ou Prelúdio de uma filosofia do futuro*. Trad. Marcio Pugliesi. São Paulo: Hemus, 1981.

_____ *Aurora*. Trad. Eduardo Rezende de Melo Knorr. Madrid: Edaf,1996.

_____ *A origem da tragédia*. Trad. Álvaro Ribeiro. 5ª ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1988.

_____ *Genealogia da Moral* . São Paulo: Companhia das Letras,1999.

_____ *Crepúsculo dos Ídolos (ou como filosofar com o martelo)*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2ª edição, 2000.

_____ *A Gaia Ciência*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____ *Fragmentos Finais*. Trad. Flávio R. Kothe. Brasília. Editora UnB, 2002.

_____ *Assim Falou Zaratustra. Um livro para todos e para ninguém*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 12ª Edição. 2003.

_____ *Ecce Homo : Como alguém se torna o que é*. Trad. Paulo César de Souza.2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____ *Humano, Demasiado Humano. Um livro para os espíritos livres*. Trad. Paulo César de Souza. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

OLIVEIRA, Luiz A. *Imagens do Tempo* In: Doctors, M. (Org) *Tempo dos Tempos*. Rio de Janeiro: Zahar,2003.

ORLANDI, E. P. *Discurso e Leitura*. Unicamp: Cortez, 1998.

ORLANDI,P.E. *Identidade lingüística Escolar*. IN: *Língua(gem) e Identidade*, Signorini, I. (Org). São Paulo: Mercado das Letras, 1998.

PENNA,M. *Relatos de Migrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento*. IN: *Língua(gem) e Identidade*, Signorini, I. (Org). São Paulo: Mercado das Letras, 1998, pp.89-114.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Ed. Max Limonad, 1996.

PROSS, Harry – *La violència de los símbolos sociales* .Barcelona , Ed. Anthropoa,1989

QUINTÃO, D. *Endereços do Projeto Humano*. Revista Tempo Brasileiro, jul-set. nº 146. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro,2001.pp.112-121.

ROCHA, E.P. G. *Magia e Capitalismo: Um estudo antropológico da publicidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1990, p. 31.

SANTOS, Renato Emerson. *Reserva de Vagas para negros em universidades públicas: um olhar sobre a experiência brasileira*. Revista Advir, ASDUERJ, Rio de Janeiro, nº 19, setembro de 2005, pp. 12- 18.

SANTOS, V. F. *Direitos Fundamentais e Direitos Humanos*. Revista Âmbito Jurídico, fevereiro/2002. <http://www.ambito-juridico.com.br> .Último acesso 29 de janeiro de 2006.

SCHÜLER, D. *Heráclito e seu (dis)curso*. op. cit., p.25.

SKLIAR C. *A Materialidade da Morte e o Eufemismo da Tolerância: Duas faces, dentre milhões de faces, desse monstro (humano) chamado racismo*. IN: Souza, R. M. de & Gallo, S. Educação do Preconceito. Ensaios sobre poder e resistência. Campinas: Editora Alínea, 2004. pp.27-29.

SOWELL, T. *Affirmative Actions around the world: an empirical study*. New Haven and London: Yale University Press. 2004.

SILVA, L. M. *Estudo sociojurídico relativo à implementação de políticas de ação afirmativa e seus mecanismos para negros no Brasil: aspectos legislativo, doutrinário, jurisprudencial e comparado*. IN: <http://www.ines.gov.br> .Último acesso 10 de julho de 2004, p. 12.

SILVA, Mozart. L. *Educação Intercultural e pós-modernidade*. Revista Mal-Estar e Subjetividade. Fortaleza/v.III/n.1/mar.2003, p.151-163.

SODRÉ, M. *Por um conceito de minoria*. IN: Paiva, R.& Barbalho A. (Orgs.). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Editora Paulus, 2005.

SOUZA, REGINA MARIA DE. *Que palavra que te falta?* São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SOUZA SANTOS, B. *Pela mão de Alice.O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo:Cortez. 4ª ed. 1997, p.89.

TAYLOR, C. *A Política de Reconhecimento*. IN: Taylor, C. (Org). Multiculturalismo. Instituto Piaget, Coleção Epistemologia e Sociedade. Lisboa, 1994.

Souza, J. por exemplo, faz essa discussão em *A construção da subcidadania. Para uma construção política da modernidade periférica*. Editora da UFMG: Belo Horizonte, 2003.

VAZ, Paulo. *Tempo e Tecnologia* In: Doctors, M. (Org) Tempo dos Tempos. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. *História das Tecnologias Cognitivas* . XI COMPÓS: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

_____ *Globalização e experiência do tempo. In Menezes, P. (Org), Signos Plurais, São Paulo: Experimento, 1997.*

_____ *A história da experiência de determinação à abertura tecnológica. In Amaral, M.T.(Org), Contemporaneidade e novas tecnologias, Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.*

_____ *Um pensamento Infame. Editora Imago: Rio de Janeiro, 1992*

VASCONCELOS, L. P. *Dicionário de Teatro*. São Paulo: Editora LP& M, 1998.
Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, 1ª ed. 9ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

VATTINO, G. *Introdução a Nietzsche*. Tradução de Antonio Guerreiro, Lisboa: Editorial Presença, 1990.p.100.

VISBAL, M. *Ética e política. Genealogia e alcance do “Último Homem” na filosofia de Nietzsche*. IN: *Cadernos Nietzsche*, nº 17, São Paulo: Editora UNIJUÍ, 2004.

WAINER, Iafa. *O (freak)show deve continuar*. *Cadernos de Comunicação – 8. Percepção de Cultura & Sentidos Midiáticos*. Woitowicz, K, Russi, P. (Orgs). Unisinos, 2001, pp47-61.

WILLIAMS, R. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

ZIZEK, S. *Bem vindo ao deserto do real*. São Paulo: Bomtempo Editorial, 2003

ANEXO 1

MATÉRIAS RELACIONADAS A COTAS

- ANO 2005

UBES: Cotas e Fundeb serão prioridades - Folha Dirigida(16/12)

Cotas na faculdade - O Globo(13/12)

Cotas - Jornal do Brasil(13/12)

Uerj e Uenf divulgam resultado da análise socioeconômica dos candidatos às cotas – O Globo(12/12)

Sim ao Estatuto da Igualdade Racial - O Globo(06/12)

Ações afirmativas e acesso à Educação - Jornal do Brasil(02/12)

Extensão das cotas na Faetec e no Uezo, no Rio - Unimais(01/12)

Deputados estendem cotas a instituições de ensino superior do Rio - Folha de São Paulo(01/12)

Cotas raciais - O Globo(30/11)

Alerj aprova a ampliação do sistema de cotas - O Globo(30/11)

Cotas para os PMs - O Dia(30/11)

Não ao estatuto racial - O Globo(29/11)

Do lado errado - O Globo(29/11)

Projeto de cotas pode ser votado esta semana - O Globo(29/11)

Cotas para órfãos de agentes da polícia - Jornal do Brasil(26/11)

Cotas: lista em 8 de dezembro - Folha Dirigida(22/11)

Projeto pretende estender cotas à Faetec e ao Uezo, no Rio - Folha de São Paulo(22/11)

USP e as cotas - Folha Dirigida(22/11)

Cotistas da Uerj lutam para terminar o curso - Folha Dirigida(17/11)

Projeto prevê vaga para idoso em universidades - O Globo(10/11)

Cotas - Folha Dirigida(27/10)

Paquera - O Dia(24/10)

Cota idoso - Folha Dirigida(20/10)

Cota, sim, mas com mérito - Veja(18/10)

Banco branco - O Globo(10/10)

Novas cotas - O Globo(06/10)

O debate sobre cotas raciais na revista Horizontes Antropológicos - JC E-mail(05/10)

Cai número de candidatos interessados em cotas - Folha de São Paulo(23/09)

Cotistas e Educafro cobram critérios para bolsas - Folha Dirigida(13/09)

Haddad: "cotas devem cumprir papel social" - Folha Dirigida(31/08)

Reserva de vagas sera de 45% - Folha Dirigida(18/08)

Cotas - O Dia(10/08)

No Rio, projeto propõe passe livre para cotistas - Folha

Dirigida(05/08)

Deputados aprovam material gratuito nas instituições do estado -
Folha Dirigida(04/08)

Cotistas de universidades estaduais do Rio receberão livros
gratuitamente - O Globo(03/08)

Universidades novas deverão ter cotas de 50% - O Globo(30/07)

Sindicatos pedem cota para negros - Estado de São Paulo(29/07)

USP cria curso de pós com reserva de vagas para negros - Folha
de São Paulo(27/07)

Direito da USP terá cotas em mestrado - Estado de São
Paulo(27/07)

Projeto sobre cotas do Senado chega à Câmara - Folha
Dirigida(27/07)

Cotista ganha bolsa no Japão e valoriza sistema de reserva -
Portal MEC(25/07)

Cotista negro da Uerj ganha bolsa e vai para o Japão -
Extra(22/07)

Um cotista de malas prontas para o Japão - O Globo(22/07)

Cotista da Uerj ganha bolsa no Japão - Estado de São
Paulo(20/07)

Viva o povo brasileiro - O Globo(18/07)

Universidade Federal do Pará pode ser a próxima a adotar cotas
- O Globo(14/07)

Cota na Sorbonne - O Dia(27/06)

A Alerj foi a primeira Assembléia do País a - Isto É(22/06)

'A democracia racial infelizmente virou vilã' - O Globo(20/06)

Bolsa e cota - O Globo(14/06)

Futuro das cotas - O Globo(13/06)

Cotistas da Uerj receberão material - O Dia(09/06)

Déficit ameaça as cotas na Uerj - Estado de São Paulo(08/06)

Governo compra kit para cotistas de Odontologia - Folha
Dirigida(08/06)

Déficit ameaça as cotas na Uerj - JC E-mail(07/06)

Verba liberada para dentista cotista - Extra(05/06)

Tarso quer fixar cotas antes de aprovar reforma - Estado de São
Paulo(01/06)

Entidades rejeitam novo modelo de cotas para universidades -
JC E-mail(01/06)

Porque devemos ser a favor de um sistema de cotas - JC E-
mail(01/06)

Cotas - O Globo(01/06)

Pé no freio com as cotas nas universidades - O Globo(31/05)

Muito além das cotas - Estado de São Paulo(29/05)

Cotas - O Globo(28/05)

Uerj reclama verbas para cotistas - Jornal do Commercio(24/05)

Uerj reclama de falta de recursos para investir em alunos
cotistas - Tribuna da Imprensa(24/05)

Ciclo pró-cotas raciais do Ibase começa sábado, dia 21, no Santa
Marta - Ibase - Informações(19/05)

Cotas - O Globo(17/05)
Alternativas às cotas - Folha de São Paulo(17/05)
Cotistas têm as melhores notas na Uerj - Estado de São Paulo(11/05)
Cotistas conseguem ter notas mais altas na Uerj - Jornal do Comercio(11/05)
Cotas em debate: novos embasamentos científicos são precisos?, - JC E-mail(10/05)
Cota tem boa nota - O Globo(10/05)
Cotas - O Globo(29/04)
Cotistas protestam na Uerj - Folha Dirigida(26/04)
Cotas - O Globo(26/04)
Cotas - O Globo(19/04)
Mais cotas para negros - O Dia(13/04)
Cotas - O Globo(12/04)
Cotas na educação - O Globo(11/04)
Sem omissão - O Globo(07/04)
Cientistas criticam sistema de cotas - Folha Dirigida(06/04)
Projeto de cotas aguarda regime de urgência na Câmara - Folha Dirigida(05/04)
Desigualdade racial nas Universidades e o lobby anti-cotas', - JC E-mail(30/03)
Governo pagará 500 bolsas para cotistas - Folha Dirigida(29/03)
Queimada social - O Dia(28/03)
Política de cotas - Jornal do Brasil(28/03)
CEAP PREMIA EMPRESAS QUE APÓIAM NEGROS - O Globo(24/03)
Cotas - O Globo(22/03)
Cotas e pesquisas - O Globo(22/03)
Tema em Discursão: Cotas Racias - O Globo(21/03)
Nova pesquisa, dessa vez do Inep, mostra universidade com maioria branca - Folha Dirigida(16/03)
Pesquisas aumentam polêmica sobre cotas - O Globo(16/03)
MEC cancela apresentação de documento sobre cotas - JC E-mail(15/03)
Reforma ...universitária: Ela vai mudar a sua vida? - O Globo(15/03)
Pesquisa mostra que alunos conhecem o sistema de cotas adotado pela Uerj - Folha Dirigida(15/03)
Efeitos nefastos das cotas - JC E-mail(14/03)
Política de cotas causa polêmica - O Globo(12/03)
Cotas - O Globo(08/03)
Cotas - Folha Dirigida(03/03)
Cotas e preconceito - O Globo(22/02)
Cotas - Folha Dirigida(21/02)
Definição de raça causa polêmica - Folha de São Paulo(15/02)
Juiz questiona política de cotas no Paraná - Folha de São Paulo(15/02)

A ilusão das cotas - O Globo(15/02)

Projeto vai manter reserva de vagas - Folha de São Paulo(13/02)

- ANO 2004

Cotas - O Globo(01/02)

Tema em discussão: Cotas raciais - O Globo(17/01)

DEBATE: Cotas raciais nas Universidades - O Dia(14/01)

Universidades do Estado reservam 45% de suas vagas - Folha Dirigida(06/01)

Ensino para pobres - O Globo(01/01)

TEMA EM DEBATE: Cotas raciais - O Globo(20/12)

Ilé Omi Ojú Aro - O Globo(20/12)

FRASES - Folha de São Paulo(14/12)

Projeto de cotas em regime de urgência - Folha Dirigida(14/12)

Universitário acusa professor de racismo - Folha de São Paulo(13/12)

Turma da Uerj abre conta para ajudar cotistas - Folha de São Paulo(13/12)

Cotas - O Dia(13/12)

Juiz proíbe reserva para negros em universidade do PR - Tribuna da Imprensa(08/12)

Juiz suspende cotas no PR - O Globo(08/12)

Cotas - O Globo(07/12)

TEMA EM DEBATE: Cotas raciais - O Globo(06/12)

Cotas: resultado dia 17 - Folha Dirigida(03/12)

UFRJ PODE AMPLIAR VAGAS PARA TER COTA NA ÁREA BIOMÉDICA - O Globo(27/11)

Uerj: saiu o resultado da análise socioeconômica dos cotistas - Folha Dirigida(25/11)

Mesmo sistema será adotado em mais 5 institutos - O Globo(23/11)

Faetec reserva 50 por cento de vagas do vestibular para os alunos cotistas - O Globo(23/11)

Sistema de cotas em universidades em questão - O Globo(21/11)

Cotas - Folha Dirigida(19/11)

Sistema de cotas entra na berlinda - O Globo(18/11)

Aos congressistas, uma carta sobre cotas - O Globo(16/11)

Cotas e coitados - O Globo(12/11)

Ainda as cotas - O Globo(11/11)

Falsa solução - O Globo(03/11)

Cotas raciais - O Globo(03/11)

TEMA EM DEBATE: COTAS RACIAIS - O Globo(02/11)

Cota na universidade - O Globo(26/10)

Sistema de cotas - Jornal do Brasil(26/10)

Lula defende cotas e Tarso pede pressa - Folha Dirigida(26/10)

Avanços e retrocessos nas cotas - O Globo(24/10)

Cotas em universidades Com prioridade - O Dia(08/10)

Contra as cotas - O Globo(05/10)

BRANCOS E NEGROS, TODOS PERDEM - O Globo(03/10)
SISTEMA DE COTAS NA BERLINDA - O Globo(02/10)
Sem garantia de vaga - O Dia(01/10)
Sistema de cotas: a realidade da diferença ou a diferença da realidade - JC E-mail(29/09)
Procuradoria do Estado adota sistema de cotas - O Globo(29/09)
Diversidade além das cotas - Folha de São Paulo(28/09)
Procurador questiona reserva de vaga para militar - O Globo(25/09)
Pedro II reservará metade das vagas para alunos vindos da rede pública - O Globo(25/09)
Sistema de cotas - O Globo(24/09)
UFRJ sem cotas - O Globo(22/09)
TEMA EM DISCUSSÃO: Política de cotas - O Globo(22/09)
Sistema de cotas - Jornal do Brasil(22/09)
UFRJ não terá sistema de cotas no vestibular - O Globo(21/09)
Qual é a minha cor? - O Globo(21/09)
RJ: governo aumenta cota de custeio da Uerj - Folha Dirigida(21/09)
As cotas e o creme dental - Jornal do Brasil(18/09)
TEMA EM DISCUSSÃO: COTAS NA UNIVERSIDADE - O Globo(11/09)
Chama o síndico - O Globo(07/09)
Cotas com mais renda - O Globo(07/09)
Cotas para pobres, não para os negros - O Dia(02/09)
Cotas e patrulhamento - Jornal do Brasil(02/09)
Cotas: renda passa para R\$520 - Folha Dirigida(02/09)
Sistema de cotas pode ser perverso - O Dia(01/09)
Uerj aumenta teto de renda para as vagas reservadas - O Globo(01/09)
Uerj aumenta teto de renda para cotas - Extra(01/09)
As cotas e o mérito - O Dia(30/08)
TEMA EM DISCUSSÃO: Cotas na educação - O Globo(05/08)
Volta por cima - Jornal do Brasil(29/07)
Incentivo ao mérito na caça ao talento - Folha Dirigida(27/07)
Cotas - O Globo(27/07)
Cotas podem ter mudanças - Folha Dirigida(22/07)
ONTEM - O Globo(21/07)
Reforma Universitária - Folha Dirigida(21/07)
Cotas na UnB - O Globo(20/07)
RECURSOS DA LOTERIA - Folha Dirigida(20/07)
Tema em discussão: Política de cotas - O Globo(19/07)
Ousar mudar - O Globo(18/07)
ONU apóia cotas, mas faz ressalvas - O Globo(16/07)
Cotas: 60% dos aprovados não teriam passado - O Globo(15/07)
O pedido de Lula - O Globo(15/07)
Estados reagem à avaliação anual do ensino básico - O

Globo(15/07)
Inclusão perversa - O Globo(14/07)
Cotas de incertezas - O Globo(14/07)
Custo da cota - O Globo(14/07)
Sistema de cotas no Estado do Rio completa dois anos - Folha Dirigida(13/07)
Vestibular da UnB mostra distorções com cotas - O Globo(13/07)
Cotas - O Globo(13/07)
Repensar a universidade pública - Jornal do Brasil(12/07)
Em busca de respostas - Sintufrj(08/07)
Cotas - O Globo(06/07)
Reforma Universitária - Folha Dirigida(06/07)
Sistema de cotas: mudança na renda é estudada - Folha Dirigida(06/07)
Exclusão social - O Globo(02/07)
Unb receberá primeiros cotistas neste semestre - Folha Dirigida(01/07)
UFRJ debate implantação de cotas - Folha Dirigida(01/07)
Cotas: Uerj estuda mudanças nas exigências - Folha Dirigida(01/07)
Sistema de cotas - O Globo(30/06)
A culpa é dos negros e dos pobres? - O Globo(30/06)
Cotas - O Globo(29/06)
Cotas, um erro já testado - O Globo(29/06)
As medidas afirmativas no centro do debate - Folha Dirigida(29/06)
Cotas - Jornal do Brasil(28/06)
Nota 0 - O Dia(24/06)
Projeto de cotas recebe dez emendas - Folha Dirigida(24/06)
Cotas sem recursos - Folha Dirigida(24/06)
Reitor da Uerj quer mudar o limite de renda - Folha Dirigida(24/06)
Protesto no Centro contra sistema de cotas - O Dia(23/06)
Cotas, racismo e desemprego - Jornal do Brasil(21/06)
Cotas para negros - Extra(17/06)
Estudantes protestam pedindo aprovação de cotas raciais - Tribuna da Imprensa(16/06)
Sistema de cotas para negros e pobres é debatido em Brasília - Globo.com(15/06)
Cotas: Uerj discute elevar valor da renda - Folha Dirigida(15/06)
Cotas, a polêmica prossegue - O Globo(15/06)
Cotas abertas para o estresse - Folha Dirigida(15/06)
Cotas em xeque - O Globo(15/06)
No lugar das cotas, o mérito - Folha Dirigida(15/06)
Educação e cotas - O Globo(14/06)
O risco da incompetência - O Globo(14/06)

TEMA EM DISCUSSÃO: COTAS PARA NEGROS - O
Globo(12/06)
Cotas: Uerj discute elevar valor da renda - Folha
Dirigida(10/06)
Círculo vicioso - Folha Dirigida(10/06)
Cotas de ensino - O Globo(09/06)
Contra cotas - O Globo(08/06)
Futuro com cotas menores - O Globo(07/06)
Cotas e qualidade - O Globo(06/06)
Encruzilhada universitária - O Globo(05/06)
Bolsas da Ford - O Globo(05/06)
Educação e cotas - O Globo(05/06)
Novo estudo mostra que na Uerj há mais cotistas entre
reprovados - Folha de São Paulo(05/06)
Uerj: relatório mostra pior desempenho de cotistas – O Globo
(04/06)
Cotas nas Universidades. Federais cobram ação coordenada –
Folha Dirigida (03/06/2004)
Cotas nas Universidades públicas – O Dia (02/06/2004)
Rendas para Cotas pode passar para R\$ 780 – Folha Dirigida
(01/06/2004)
Cotas sim ou não? O Globo (01/06/2004)
Tarso diz que crítica de Paulo Renato é elitista – O Globo
(01/06/2004)
Ensino abaixo da média – O Globo (31/05/2004)
Uerj estuda limite de renda para estudantes aprovados por cotas –
O Globo (31/05/2004)
A cota não resolve as causas do problema - O Globo (31/05/2004)
Cotas ou mais e melhor educação? O Dia – (31/05/2004)
Cotas – Jornal do Brasil (29/05/2004)
Reitor da Uerj pede para adiar votação de projeto – O Globo
(26/05/04)
Prova de fogo para quem não entra nas cotas – O Globo
(25/05/2004)
A volta das cotas (com força total) – O Globo (25/04/2004)
Ensino em debate – O Globo (24/05/2004)
Em vez de cotas, um ensino melhor – O Dia (24/05/2004)
Cotas – Jornal do Brasil (24/05/2004)
A maquiagem do monstro - Veja (24/05/2004)
A plebe vai estudar na privatária – Jornal do Brasil (23/05/04)
Cotas nas Federais em xeque – Jornal do Brasil (23/05/2004)
Protesto estudantil pára o trânsito. Mani

